LEONARDO JORGE DA HORA PEREIRA

A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia

CAMPINAS, 2012

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Mestrado em Filosofia

LEONARDO JORGE DA HORA PEREIRA

A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Mestre em Filosofia

YARA ADÁRIO FRATESCHI

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO LEONARDO JORGE DA HORA PEREIRA, E ORIENTADA PELA PROFA.DRA YARA A. FRATESCHI.
CPG, _____/_____/_____

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

D11n

Da hora Pereira, L. J. , 1986-
A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia / Leonardo Jorge Da Hora Pereira.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Yara Adário Frateschi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Habermas, Jürgen, 1928- 2. Teoria crítica.
3. Ciências sociais - Filosofia. 4. Capitalismo.
5. Democracia. I. Frateschi, Yara Adário, 1973-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The notion of late capitalism in the work of Jürgen Habermas: around the tension between capitalism and democracy
Palavras-chave em inglês:
Critical theory
Social sciences – Philosophy
Capitalism
Democracy
Área de concentração: Filosofia
Titulação: Mestre em Filosofia
Banca examinadora:
Yara Adário Frateschi [Orientador]
Marcos Severino Nobre
Alessandro Pinzani
Data da defesa: 26-09-2012
Programa de Pós-Graduação: Filosofia

Folha de Assinaturas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 26 de julho de 2012, considerou o candidato Leonardo Jorge da Hora Pereira aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Yara Adario Frateschi _____

Prof. Dr. Marcos Severino Nobre _____

Prof. Dr. Alessandro Pinzani _____

Prof. Dr. Enéias Junior Forlin _____

Prof. Dr. Rurion Soares Melo _____

Para Monique e meus pais

Agradecimentos

À CAPES, que me concedeu bolsa para o desenvolvimento dessa pesquisa.

À Profa.Dra. Yara Frateschi, pela orientação paciente, por ter caminhado junto comigo desde o começo e com quem pude aprender que os dois pilares fundamentais da pesquisa em filosofia consiste, de um lado, no rigor analítico da leitura dos textos e, de outro, no pensamento vivo e orientado para os nossos dilemas contemporâneos. Certamente, sem suas conversas e estímulo intelectual este trabalho não teria sido possível.

Aos Profs. Drs. Marcos Nobre e Rúrion Soares Melo que compuseram a banca de qualificação e cujas críticas e sugestões foram de grande valia para uma melhor formulação das ideias e elaboração final da dissertação. Devo um agradecimento especial ao Prof. Marcos Nobre, cujos cursos me iniciaram no estudo da Teoria Crítica e no pensamento de Jürgen Habermas. Minha dívida intelectual para com ele vai além dos limites do presente trabalho.

Ao Prof. Dr. Alessandro Pinzani, pela imensa generosidade e pelas valiosas sugestões. O seu encorajamento foi extremamente importante para a conclusão deste trabalho.

Aos Profs. Drs. Jean-François Kérvegan, Florian Nicodème e Stéphane Haber, pelo acolhimento intelectual em terras parisienses e pela orientação sembre aberta a um frutífero espaço de debate.

Ao pessoal do Grupo de Filosofia Política do Departamento de Filosofia da Unicamp, coordenado pela Profa. Dra. Yara Frateschi, cujo espaço de interlocução foi bastante rico para a minha formação.

A meus amigos, que de diferentes formas, me ajudaram e me estimularam a realizar este trabalho, agradeço, em especial, a Ana Cláudia Silveira, Renata Romolo Brito, David Zapero Mayer, Natália Frozel Barros, Paula Cepil, Lucas David, Mike Ferreira, Matteus Melo, Rogerio Matos, Andrea Torrano, Paulo Bodziak Junior, Luís de Gonzaga Chaves e Ariana Zilioti. Gostaria de agradecer ainda a meus amigos que estão comigo desde a infância e adolescência, em especial, a Michele Santana, Ronaldo Marques, Green Ferreira e Demétrio Braga.

Ao prof. Luis, diretor do meu colégio de ensino fundamental e médio, que foi o primeiro a me apoiar na decisão de estudar Filosofia e seguir carreira acadêmica.

Ao Hélio Alexandre da Silva, pela inestimável parceria intelectual e amizade sincera. Boa parte do que aprendi nos últimos anos é fruto de nossas discussões.

Ao Leonardo Nascimento, com quem compartilhei minhas motivações e dificuldades e que muito me ajudou, não apenas intelectualmente, mas com sua amizade em momentos difíceis.

A todo o pessoal da Secretaria de Pós do IFCH e da Secretaria do Departamento de Filosofia da UNICAMP, em especial à Maria Rita, pelo esforço e pela grande ajuda.

Agradeço em especial aos meus pais e à minha irmã, pela formação do meu caráter e pelo apoio contínuo durante minhas idas e vindas.

A Monique, pelo amor incondicional e pela enorme paciência.

Resumo

O tema da democracia constitui talvez o tema mais importante na obra do filósofo alemão Jürgen Habermas. No entanto, apesar da importância essencial de uma discussão vinculada diretamente aos seus aspectos normativos, pretendemos testar uma perspectiva complementar no estudo desta temática. Ora, é importante ressaltar que Habermas pensou a democracia não apenas a partir de suas possibilidades normativas de realização de ideais como os de autonomia e auto-determinação. Como um autêntico teórico crítico, ele também investigou as possibilidades concretas de institucionalização de formas democráticas de governo. A análise da relação tensa entre capitalismo e democracia é importante para refletir sobre os condicionamentos sistêmicos ou estruturais que o capitalismo impõe ao funcionamento dos regimes democráticos liberais. Ou seja, trata-se aqui de pensar a democracia a partir de suas possibilidades concretas de realização, o que pressupõe levar em conta os obstáculos impostos pelo capitalismo tardio. Desse modo, esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar as duas primeiras décadas da trajetória intelectual do filósofo alemão sob o prisma da relação entre capitalismo e democracia. Investigaremos como o tratamento dessa problemática surge a partir dos diagnósticos do capitalismo tardio produzidos pelo autor ao longo de diversas obras, culminando na sua Teoria da Ação Comunicativa (1981). Ademais, na trilha de Habermas, nos perguntaremos acerca do estado desta relação tensa no contexto do capitalismo contemporâneo, marcado pelo neoliberalismo, pela globalização e por crises.

PALAVRAS-CHAVE: Habermas; Teoria crítica; Ciências sociais – Filosofia ; Capitalismo; Democracia.

Abstract

The theme of democracy is perhaps the most important theme in the work of the German philosopher Jürgen Habermas. However, despite the essential importance of a discussion tied to its normative aspects, we intend to test a complementary perspective in the study of this issue. At present, it is important to emphasize that Habermas thought democracy not only from of their normative possibilities of realization of ideals, such as autonomy and self-determination. As an authentic critical theorist, he also investigated the concrete possibilities of institutionalization of democratic forms of government. The analysis of the tense relationship between capitalism and democracy is important to think about the systemic or structural constraints that capitalism imposes on the functioning of liberal democratic regimes. That is, we mean to think democracy from its concrete possibilities of realization, which requires taking into account the obstacles imposed by the late capitalism. Thus, this dissertation aims to analyze the first two decades of the intellectual history of the German philosopher from the perspective of the relationship between capitalism and democracy. We will investigate how the treatment of this topic emerges from the diagnoses of late capitalism produced by the author over several works, culminating in his Theory of Communicative Action (1981). Furthermore, on the steps of Habermas, we will ask about the status of this tense relationship in the context of contemporary capitalism, characterized by neoliberalism, globalization and crises.

KEYWORDS: Habermas; Critical theory ; Social sciences – Philosophy; Capitalism ; Democracy

Sumário

Introdução 1

Primeira parte - Capitalismo contra democracia : a fase pré-Teoria da Ação Comunicativa .. 5

Capítulo 1 – Sobre a noção de diagnóstico na teoria crítica 5

Capítulo 2 - Habermas e o diagnóstico do Capitalismo Tardio 14
2.1 – Os antecedentes de Habermas no campo crítico: Pollock, Adorno e Horkheimer em torno da noção de capitalismo de Estado..... 14
2.2- As origens de uma nova problemática para a Teoria Crítica da Sociedade em *Student und Politik* (1961) 19
2.3 – Teoria Social e Teoria da Evolução Social : a distinção entre Trabalho e Interação 28
2.4 – O capitalismo liberal..... 47
2.5 – O Capitalismo Tardio..... 52

Capítulo 3 - Habermas e as perspectivas de superação do capitalismo tardio 62
3.1 A crise administrativa 70
3.2 – A crise de legitimação..... 74
3.3 – A crise de motivação..... 77
3.4 - Sistematização da obra de 73..... 86
3.5 - Algumas problematizações de *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus* 89
3.6 - Sistematização da trajetória habermasiana até 1973 92

Segunda parte - A compatibilização entre capitalismo e democracia "radical" no contexto de sociedades altamente complexas e diferenciadas: o modelo crítico habermasiano dos anos 80.94

Capítulo 4 – A nova lógica dos conflitos sociais: por um Estado social "reflexivo"..... 98

Capítulo 5 – Teoria social e diagnóstico de época na *Teoria da ação Comunicativa*..... 104
5.1- Problemática inicial: A herança do "marxismo weberiano" e as aporias da crítica da razão instrumental 104
5.2 - A crítica imanente da parcialidade da teoria weberiana da racionalização social..... 106
5.3 - O conceito de ação comunicativa: por uma nova tipologia da ação 108
5.4 - O conceito de mundo da vida 114
5.5. A racionalização do mundo da vida..... 117
5.6. A teoria da evolução social: a dinâmica entre integração social e integração sistêmica e o desacoplamento entre sistema e mundo da vida 122
5.7. Meios reguladores vs. formas de comunicação generalizada: duas maneiras de poupar a formação de consenso via linguagem..... 126
5.8. A teoria da modernidade e o modelo dualista de sociedade..... 131
5.9. O diagnóstico do capitalismo tardio à luz da colonização do mundo da vida e das patologias da modernidade capitalista..... 135
5.10. Esboço de um modelo normativo: a gramática das formas de vida contra a colonização do mundo da vida..... 146
5.11 - Algumas problematizações referentes à teoria social do modelo crítico dos anos 80... 148

Terceira parte - A tensão entre democracia e capitalismo na era neoliberal: 162

Capítulo 6 – Notas para um esboço de análise de algumas tendências do capitalismo contemporâneo 162
6.1 – O neoliberalismo e o desmantelamento do *Welfare State* 164
6.2 – A dinâmica expansionista do capitalismo liberalizado: mundialização e sistema-mundo. 173
6.3 – Capitalismo x democracia 185
6.4 – A cultura neoliberal e o capitalismo enquanto forma de vida 202
6.5 – Os novíssimos movimentos sociais 214

Considerações finais 223

Bibliografia 226

Introdução

A ideia de que o tema da democracia é praticamente onipresente na obra de Jürgen Habermas não parece suscitar muita resistência. De fato, as suas análises acerca da noção de esfera pública, assim como seus trabalhos em torno de uma ética do discurso e de uma democracia deliberativa já se tornaram clássicos no campo da ética e filosofia política contemporânea. No entanto, as pesquisas sobre este tema maior do pensamento do filósofo alemão costumam girar em torno de elementos de natureza mais *normativa*. É assim que diversas análises sobre a possibilidade de uma esfera pública autônoma, sobre o caráter procedimental que os processos democráticos de formação da vontade política deveriam assumir, sobre uma teoria discursiva do direito, sobre a discussão em torno do princípio de universalização ou sobre as relações entre pragmática formal e racionalidade comunicativa ganham relevância. No entanto, se adotamos apenas essa perspectiva de análise em relação ao pensamento habermasiano, tudo se passa como se os seus esforços teóricos não tivessem nada a dizer acerca das dinâmicas *efetivas* e *atuais* que marcam nossas sociedades contemporâneas. Com efeito, se, ao longo de sua trajetória intelectual, Habermas só tivesse se preocupado com questões puramente teóricas e abstratas, ou até mesmo com uma ética e com uma teoria normativa que ignorasse as condicionantes estruturais de sua aplicação, ele não poderia ser considerado como o maior representante vivo de uma corrente de pensamento conhecida como teoria crítica da sociedade. Se quisermos fazer jus à sua experiência intelectual, bem como à corrente da qual ele provém, não podemos deixar de considerar aspectos de seu pensamento que não se reduzem ao âmbito normativo ou puramente filosófico. Não se pode esquecer que Habermas é também um importante teórico das sociedades capitalistas avançadas.

Esta dissertação de mestrado é dedicada à análise de determinadas problemáticas e constelações conceituais presentes na obra deste pensador. Mas, antes de tudo, ela não pretende se furtar de tocar no tema da democracia. No entanto, apesar da importância essencial de uma discussão vinculada diretamente aos seus aspectos normativos, pretendemos testar uma perspectiva *complementar.* Para tanto, gostaríamos de adotar um viés que nem sempre é explorado nos estudos sobre Habermas. Trata-se da *relação entre capitalismo e democracia*. Ora, é importante ressaltar que Habermas pensou a democracia não apenas a partir de suas possibilidades normativas de realização de ideais como os de autonomia e auto-determinação. Como um autêntico teórico crítico, ele também investigou as possibilidades *concretas* de institucionalização de formas democráticas de governo. Mas, para fazer isso, ele teve de analisar os mecanismos que estruturam as sociedades que lhe eram contemporâneas. Acontece que o principal princípio de organização das sociedades modernas continua a ser o seu caráter *capitalista*. Por conseguinte, é de fundamental importância,

para qualquer teórico da democracia que pretenda ser "realista", a análise das *tensões* que marcam a relação entre estes dois princípios de organização das sociedades modernas. É muito importante refletir sobre os condicionamentos *sistêmicos* ou estruturais que o capitalismo impõe ao funcionamento dos regimes democráticos liberais. Mais ainda, é preciso pensar se o ideal de uma democracia radical é realmente compatível com a forma capitalista de vida.

Assim, se a democracia aparece como o guarda-chuva conceitual do programa *emancipatório* do modelo crítico habermasiano, o capitalismo e, mais precisamente, a noção de *capitalismo tardio,* aparece como a referência conceitual maior no âmbito do seu *diagnóstico de época* (ao menos até a sua maior obra, a *Teoria da Ação Comunicativa*). Desse modo, a relação entre ambos se mostra como uma boa perspectiva, a partir da qual podemos compreender aspectos importantes do pensamento habermasiano em geral, e do tema da democracia em particular. Trata-se aqui de pensar a democracia a partir de suas *possibilidades concretas de realização,* o que pressupõe levar em conta os obstáculos e condicionamentos sistêmicos impostos pelo capitalismo tardio.

Sendo assim, não iremos analisar *diretamente* a teoria da democracia habermasiana, o que nos obriga a excluir considerações detalhadas acerca de sua concepção de esfera pública ou de sua visão referente ao procedimento de deliberação. Concentrar-nos-emos, antes, em seus estudos acerca das crises e patologias engendradas pelo capitalismo tardio, bem como nos potenciais de resistência e protesto que daí surge e apontam para uma abertura democrática no contexto dos processos de formação da vontade política. Ao invés de tratar da teoria da democracia, tal empreendimento poderia ser visto como uma análise da *teoria habermasiana da democratização.* Em todo caso, a questão do *diagnóstico do capitalismo tardio* assume aqui importância central, uma vez que a compreensão dos componentes estruturais e das dinâmicas da fase capitalista atual é fundamental para entender quais tipos de obstáculos e de potenciais de emancipação esse tipo de organização social oferece.

Por isso, uma das principais tarefas dessa dissertação é a de compreender a *evolução* do diagnóstico do capitalismo tardio ao longo da trajetória intelectual de Habermas (limitada aqui até os anos 80). O nosso interesse é o de investigar se há *mudanças* significativas no modo pelo qual Habermas concebe a relação entre capitalismo tardio e democracia efetiva. Consequentemente, a estratégia hermenêutica adotada aqui será a de um estudo, até certo ponto, *cronológico*, ainda que não exaustivo. Isso significa que selecionaremos algumas obras de referência, nas quais Habermas desenvolve mais ou menos detidamente um diagnóstico do capitalismo tardio, o que já inclui a reflexão sobre a relação que nos interessa aqui. Com isso, evitaremos aqui considerar o pensamento de Habermas "em bloco", como se se tratasse de algo único e coerente, cujo princípio de

inteligibilidade seria fornecido pela sua "última grande obra", a partir da qual tudo seria *retrospectivamente* iluminado e esclarecido. Pelo contrário, são justamente as eventuais rupturas e guinadas que mais nos interessam.

Mais especificamente, abordaremos três obras nas quais Habermas desenvolve uma interpretação do capitalismo tardio: a) o programa de "Técnica e Ciência como Ideologia" (1968); b) o texto de *Problemas de Legitimação no Capitalismo tardio* (1973); c) e o modelo crítico mais acabado da *Teoria da Ação Comunicativa* (1981). Porém, abordaremos inicialmente a sua introdução ao estudo empírico coletivo *Student und Politik* (1961) a fim de mostrar brevemente que a problemática oriunda do diagnóstico do capitalismo tardio e da relação deste com a democracia efetiva estão na origem do percurso intelectual do autor alemão.

Como eixo central de leitura, gostaríamos de focar na relação de mão dupla ou de mútuo condicionamento existente entre diagnóstico de época (capitalismo tardio, no caso) e *teoria social*. Isto é, vincular um âmbito mais analítico/teórico com a perspectiva histórica da atualidade. Voltaremos a este ponto no começo do primeiro capítulo. Iremos antecipar apenas que, do ponto de vista lógico e analítico, apresentaremos inicialmente a teoria social de base de cada modelo, para, em seguida, abordarmos o diagnóstico de época propriamente dito, focando na noção de *capitalismo tardio* e de como ela se relaciona com as possibilidades concretas de democratização das sociedades modernas.

Como hipótese geral, tentaremos defender a idéia de que há ao menos uma grande ruptura no modelo crítico habermasiano entre o fim dos anos 70 e início dos anos 80. Tal ruptura pode ser resumida, *grosso modo,* pela ideia segundo a qual, pelo menos até *Problemas de Legitimação no Capitalismo Tardio,* capitalismo e democracia efetiva não eram vistos como compatíveis. Por outro lado, a partir da *Teoria da Ação Comunicativa,* ambos passam a poder conviver, apesar das tensões e mediante um novo equilíbrio de poderes. No entanto, se há pontos de mudança e até mesmo de ruptura entre estes três diagnósticos (1968, 1973 e 1981), deve-se ressaltar que também há linhas de continuidade, as quais serão indicadas ao longo do texto.

Esta dissertação está dividida em três partes. Em razão da hipótese geral, a primeira parte do texto se propõe a (i) definir melhor a noção de diagnóstico, (ii) introduzir a problemática por meio da análise de *Student und Politik* e (iii) abordar os modelos de *Técnica e Ciência como "Ideologia"* e *Problemas de Legitimação no Capitalismo Tardio.*

A segunda parte do texto, que introduz a ideia da ruptura, é dedicada a (i) uma breve análise dos textos políticos de Habermas da época, que a expressam mais claramente; a (ii) uma tentativa (limitada) de análise sistemática, ainda que não exaustiva, do modelo da *Teoria da Ação Comunicativa;* e a (iii) a sistematização de algumas problematizações (oriundas de diferentes

fontes) acerca do potencial heurístico da teoria social deste modelo.

A terceira e última parte da dissertação se volta para um esboço de análise, forçosamente limitado, do capitalismo contemporâneo. Na trilha de Habermas, o objetivo é o de realizar um exercício que visa tentar sugerir a importância de uma análise do capitalismo contemporâneo para uma reflexão sobre a democracia e sua "radicalização". Ela está organizada em torno da seguinte questão: o que significa pensar hoje a tensão entre capitalismo e democracia? Obviamente, não se trata de fornecer uma resposta conclusiva a essa pergunta, mas tão somente de sugerir algumas vias de análises, que podem e devem ser complementadas e, eventualmente, problematizadas. Essa parte representa uma mudança em termos estratégicos ou metodológicos. Se até aqui se tratou de uma *démarche* mais focada na compreensão e reconstrução da fonte primária (textos habermasianos), a última parte está baseada em outros autores. Isto é, se as duas primeiras partes correspondem a um esforço de análise *interna* da obra habermasiana, na terceira parte o nosso objetivo maior é o de apontar para a necessidade de continuar o empreendimento habermasiano "para além de Habermas", isto é, analisando a tensão entre capitalismo e democracia no contexto do neoliberalismo e de outras variantes da fase atual do capitalismo. No entanto, é importante dizer que não temos qualquer ambição de fornecer um diagnóstico da realidade ou do capitalismo contemporâneo, mas tão somente o de iniciar uma discussão.

No entanto, essa terceira parte não deixa de se relacionar com o pensamento habermasiano. Na verdade, trata-se paralelamente de analisar a *atualidade* do diagnóstico de época desenvolvido por Habermas. Acreditamos que essa é a melhor estratégia para avaliar criticamente o potencial do seu modelo crítico. Por conseguinte, a partir da contribuição de alguns autores, tentaremos *esboçar* uma certa análise do capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo que a compararemos com algumas posições habermasianas.

Primeira parte - Capitalismo contra democracia : a fase pré-Teoria da Ação Comunicativa

Capítulo 1 – Sobre a noção de diagnóstico na teoria crítica

No texto programático de Horkheimer, *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, o programa da Teoria Crítica é elaborado a partir de uma relação constitutiva com a *atualidade*. Isto é, a Teoria Crítica se deixa distinguir da Teoria Tradicional na medida em que ela leva em conta o próprio contexto histórico do qual ela surge, o que inclui as suas próprias raízes societárias e o conhecimento de seus objetivos práticos[1]. A Teoria Crítica deve, portanto, estar ciente de sua própria posição e papel no processo histórico que culmina com o momento presente. É claro que neste momento, a vinculação "orgânica" desta com uma filosofia da história marxista ainda era muito marcante. Assim, ao se referir à posição da ciência no quadro da sociedade capitalista e à concepção tradicional de teoria, Horkheimer afirma que:

> A concepção tradicional da teoria é retirada por abstração da atividade científica, tal como ela se cumpre em um nível determinado, no quadro da divisão do trabalho. Ela corresponde à atividade própria do cientista – que se exerce paralelamente a todas as outras atividades que comportam a vida social, sem que a relação orgânica entre as diversas formas de atividade apareça imediatamente à evidência. Por isso esta concepção não faz aparecer a função real da ciência na sociedade, o que a teoria significa na vida dos homens, mas somente o sentido que ela tem na esfera isolada onde ela é produzida em condições determinadas historicamente. Mas, na verdade, a vida da sociedade é a resultante do trabalho fornecido pelo conjunto dos diferentes setores da produção, e mesmo se no modo de produção capitalista a divisão do trabalho funciona mal, não se pode considerar estes setores como autônomos, independentes[2].

A tese de fundo aqui é a de que "a teoria tradicional expulsa do seu campo de reflexão as condicionantes históricas do seu próprio método"[3]. Isso é particularmente problemático quando se trata das ciências humanas. Se o modelo de Teoria Tradicional é transposto para o campo das ações humanas, o resultado é uma separação rígida entre cientista social e agente social, ou ainda, entre conhecimento e ação, já que o objetivo da teoria deve ser o de tão-somente descrever (de modo neutro) o modo de funcionamento da sociedade. De um modo mais geral, pode-se afirmar que o objeto (sociedade) se encontra totalmente apartado do aparato conceitual que pretende explicá-lo, como algo que lhe é exterior e imutável.

Se, por outro lado, a Teoria Crítica pretende "conhecer sem abdicar da reflexão sobre o

1 Cf. HONNETH, A., "Teoria Crítica" *in Teoria Social Hoje*, p. 508.
2 HORKHEIMER, M. "Théorie Traditionelle et Théorie Critique" *in Théorie Traditionelle et Théorie Critique*, p. 26.
3 NOBRE, M. *Teoria Crítica*, p. 39.

caráter histórico do conhecimento produzido"[4], a atualidade, o momento presente, adquire imediatamente um valor autêntico. Se relembrarmos aqui que o principio mais básico da Teoria Crítica é a orientação para a emancipação da dominação vigente[5], podemos tirar duas conseqüências bastante caras a ela. Primeiro, a Teoria Crítica deve mostrar que as ciências humanas, quando concebidas de modo tradicional, são parciais, na medida em que, pretendendo explicar *apenas o* funcionamento da sociedade tal como ela é (e sempre foi), acabam por *naturalizar* os processos sociais atuais e permanecem na superfície dos fenômenos. Isso não significa recusar completamente os resultados da Teoria Tradicional. A via de contribuição entre ambas as concepções de teoria é de mão dupla. Se a Teoria Crítica fornece à Teoria Tradicional a consciência concreta da sua limitação[6], esta por sua vez não deixa de contribuir para a compreensão da realidade atual, desde que seja ressaltada a consciência de que a realidade social contemporânea é uma produção humana e por isso é passível de mudança pela práxis. Na realidade, a Teoria Crítica só se diferencia da Teoria Tradicional por portar "os interesses das massas pela superação da injustiça social"[7].

Por isso, a outra conseqüência básica é que a teoria critica não se comporta criticamente apenas em relação ao conhecimento tradicional, mas também em relação ao próprio contexto social do qual ela surgiu. Mas, de um ponto de vista teórico, o que significa comportar-se criticamente em relação à realidade social? Como incluir a crítica na teoria, que deveria apenas explicar como as coisas são? A resposta clássica do texto de Horkheimer nos indica que não é possível mostrar as coisas senão a partir do ponto de vista da sua historicidade e sobretudo de como as coisas deveriam ser[8]. Segundo Nobre, "não se trata de um ponto de vista utópico, no sentido de irrealizável ou inalcançável, mas de enxergar no mundo real as suas potencialidades melhores, de compreender o que é tendo em vista o melhor que ele traz embutido em si"[9] e nem "se trata tampouco de abdicar de conhecer, de dizer ´como as coisas são´, nem de abdicar da tarefa teórica de produzir prognósticos(...) Eis o segundo sentido fundamental da critica: um ponto de vista capaz de apontar e analisar os obstáculos a serem superados para que as potencialidades melhores presentes no existente possam se realizar"[10]. Em outras palavras, o único meio de incluir a crítica no conceito mesmo de teoria é a realização daquilo que se chama de *crítica imanente*. Com ela, se escapa tanto da Teoria Tradicional, que justifica a ordem estabelecida ao naturalizar o funcionamento da sociedade que lhe é contemporânea, e dos utopismos, cuja crítica e projeto de transformação da

4 Idem, ibidem.
5 Ou, como Horkheimer afirma, estabelecer "uma sociedade segundo a razão", p. 91.
6 Cf. NOBRE, M., p. 40.
7 Cf. HORKHEIMER, op. cit., p. 80.
8 "O que distingue o pensamento de Marx dos desenvolvimentos puramente técnicos dos especialistas, não é que ela trataria de um objeto especificamente filosófico, mas é a referencia às *tendências* globais da sociedade, que domina até mesmo os cálculos lógicos ou econômicos mais abstratos" (Idem, p. 86). O grifo é nosso.
9 NOBRE, op. cit., p. 10.
10 Idem, ibidem.

realidade não tem fundamento nela própria.

Um outro aspecto importante da perspectiva inicial da teoria crítica, tal como foi estabelecida por Horkheimer, é a cooperação interdisciplinar entre filosofia e ciências sociais empíricas[11]. Diante da crise do conhecimento entendido como uma certa fragmentação deste último, é a totalidade concreta que deve tornar-se o princípio organizador das disciplinas da investigação social. Neste sentido, o programa do "materialismo interdisciplinar" de Horkheimer continua a tradição da filosofia social (da corrente hegeliana), desde que seja enriquecida com pesquisa concreta, de acordo com uma imbricação dialética entre filosofia e ciências particulares, entre teoria e pesquisa empírica. Mantém-se um projeto marxista no sentido de compreender e transformar a sociedade (isto é, realizar a filosofia), ao qual são integradas as ciências sociais. Ou melhor, são as ciências sociais, assim organizadas, que irão retomar o projeto e continuar a filosofia de Marx por outros meios , "para que esta seja capaz de compreender a nova situação histórica"[12].

Do ponto de vista critico, a analise da atualidade a partir da realização da emancipação, do novo que já se vislumbra potencialmente no existente mas que ainda não é, dentro do quadro de um modelo interdisciplinar, toma a forma de *uma apresentação de como as coisas são enquanto obstáculos à realização de algo melhor*. Nessa perspectiva, uma das tarefas primordiais da Teoria Crítica é a de produzir *diagnósticos do tempo presente*, no qual são delineados, em cada momento histórico, "os arranjos concretos tanto dos potenciais emancipatórios quanto dos obstáculos à emancipação"[13]. O diagnóstico deve descrever, assim, as crises, as contradições ou os desfuncionamentos do momento presente, assim como as patologias e os potenciais de resistência e proposição que tais patologias possam eventualmente despertar nos agentes e nas coletividades[14]. Tais diagnósticos das tendências contemporâneas permitem, por sua vez, a realização de *prognósticos* (ou, a partir de Habermas, *modelos normativos*) sobre a direção que o desenvolvimento histórico deve tomar, tanto no que diz respeito aos obstáculos quanto sobretudo naquilo que tange às ações capazes de superá-los. Aqui, a relação entre teoria e prática se mostra com evidência, na medida em que, de um lado, as próprias ações a serem empreendidas pela práxis transformadora constituem um momento da teoria e, de outro, a teoria se confirma nesta mesma prática. O conjunto de diagnóstico e prognóstico forma um *modelo crítico*.

Com isso, se vê que a relação da Teoria Crítica com as dimensões da atualidade e da temporalidade é constitutiva. A teoria possui um cerne temporal intrínseco. E não poderia deixar de ser diferente, uma vez que o seu principio central é o de que a realidade é produto da ação humana

11 Cf. HORKHEIMER, M., « Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Instituts für Sozialforschung ». In: HORKHEIMER, M. (1981): Sozialphilosophische Studien. Aufsätze, Reden und Vorträge 1930-1972, Frankfurt, 2. Auflage, Fischer Taschenbuch Verlag, S. 33-46.

12 Cf. GENEL, K., « Théorie critique et sociologie de la connaissance ». Disponível em http://stl.recherche.univ-lille3.fr/seminaires/philosophie/macherey/macherey20072008/Genel_Macherey07052008.html .

13 Cf. idem, p. 11. Ver também BENHABIB, S., *Critique, Norm and Utopia*, p. 226.

14 Cf. BENHABIB, S., *Critique, Norm and Utopia*, p. 235.

e, por isso, histórica e mutável. Segundo Dubiel, a continuidade da teoria crítica em meio à sua descontinuidade de conteúdo se deixa compreender na medida em que esta é vista como "(...) expressão reflexiva de uma experiência histórica"[15]. No entanto, uma teoria que toma pra si a tarefa de fazer parte de um processo de mudança da realidade atual deve primeiro conhecê-la. E conhecê-la significa mostrá-la em devir. Por outro lado, a cada momento que esta realidade muda, a própria teoria deve ser alterada[16]. Por causa dessa concepção de teoria, deve-se levar a sério afirmações como aquela de Horkheimer por ocasião da nova publicação de seus ensaios dos anos 30, quando "sob pressão dos acontecimentos mundiais, ele foi obrigado a modificar suas convicções originárias"[17]. Levar a sério não no sentido biográfico, mas sim no sentido de que se pode ler a produção teórica do círculo da chamada Escola de Frankfurt como um tratamento reflexivo e teórico de uma experiência histórica em constante processo de mudança.

No texto de Horkheimer de 1937, esta idéia aparece sob uma forma ainda muito particular. Segundo ele, ainda que o julgamento teórico existencial sobre a sociedade se modifique ao longo do processo histórico, isso não significa uma espécie de subversão radical das bases da Teoria Crítica. Pois "a solidez desta teoria vem do fato que apesar de todas as mudanças que lhe afetam, a sociedade conserva a mesma estrutura econômica fundamental, que as relações de classe trazidas a sua forma mais simples continuam idênticas, assim como, conseqüentemente, a idéia da sua superação"[18.]

Isso significa que neste momento, o modelo crítico proposto por Horkheimer ainda estava fortemente vinculado à análise marxista do processo histórico. Nesse sentido, noções como a de luta de classes, sociedade produtora de mercadorias e valor ainda desempenham papel central no seu diagnóstico de época.

Ademais, naquilo que diz respeito à relação entre teoria e prática, ou ao momento do prognóstico das ações a serem empreendidas, esse texto também reafirma posições peculiares. De inicio, deve-se ressaltar que o destinatário da teoria ainda é exclusivamente o proletariado. Além disso, o tipo de papel que o intelectual (teórico crítico) assume em face do movimento social é bem específico e "propositivo":

> O desenrolar do debate entre os elementos mais avançados do proletariado e os indivíduos que enunciam a verdade a seu respeito, assim como entre estes elementos avançados e seus teóricos, de uma parte, e o resto do proletariado, de outra, deve ser compreendido como um processo de influencia recíproca no qual a consciência desenvolve, ao mesmo tempo que suas energias liberadoras, suas energias motrizes, agressivas e sua ação disciplinadora. A acuidade deste debate se manifesta na possibilidade sempre presente de uma tensão entre o teórico e a classe à qual se endereça o seu pensamento(...) Isso se manifesta claramente na pessoa do teórico; sua crítica é agressiva não somente em relação aos apologistas conscientes da ordem estabelecida, mas também às tendências desviantes,

15 Cf. DUBIEL, H., *Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung*, p. 17.

16 Segundo Dubiel, o desenvolvimento histórico obriga a teoria crítica a adaptar-se às condições sociais modificadas, ainda que a estrutura fundamental do desenvolvimento capitalista permanece a mesma. (Cf. DUBIEL, H., Wissenschaftsorganisation und politische Erfahrung, p. 80).

17 HORKHEIMER apud DUBIEL, op. Cit., p. 17.

18 HORKHEIMER, op. cit., p. 71.

conformistas ou utopistas, no campo mesmo do proletariado[19].

No entanto, se olharmos para a história da Teoria Crítica, isto é, dos teóricos que pretenderam dar continuidade ao projeto de elaborar modelos críticos a partir das balizas "metodológicas" estabelecidas por este texto de Horkheimer, perceberemos que quase tudo referente ao diagnóstico de 1937 é questionado, inclusive pelo Horkheimer dos anos 40. Diante disso, cabe a pergunta: quando a Teoria Crítica perde o seu referencial imediato no materialismo histórico e na crítica da economia política, o que nos permite ainda nomear as teorias subseqüentes como críticas? Ou ainda, quando o modelo horkheimeriano é "dessubstancializado", o que resta de comum a todos os outros modelos críticos que lhe sucederam?

Talvez o que guarde uma certa unidade na história da Teoria Crítica, apesar das constantes reformulações dos diagnósticos de época, do conceito de crítica e até mesmo da noção de emancipação, seja aquela relação primordial com a *atualidade*, que se consubstancializa com a idéia de *diagnóstico*. É claro que deve sempre se tratar de um diagnóstico do tempo presente, *orientado para a emancipação* e que procure pelos obstáculos e pelas tendências de mudança na realidade social.

É importante notar que esta noção de diagnóstico introduz mudanças bastante significativas para o próprio conceito de filosofia. Habermas, em seu *O Discurso Filosófico da Modernidade*, faz remontar essa mudança ao jovem Hegel. Uma vez que, com as seguidas críticas à metafísica, a filosofia teria perdido o seu objeto por excelência (o ser) e só lhe havia restado a sua própria época, a atualidade. Segundo Habermas, Hegel é o primeiro filósofo a elevar a sua própria época, entendida aqui como Modernidade, ao estatuto de problema filosófico – problema este traduzido como o desafio de assegurar a auto-certificação de uma Modernidade reflexiva e em crise[20]. Aliás, a própria filosofia se alteraria de modo inédito, já que nada mais seria que o pensamento de seu tempo e se reconheceria conscientemente enquanto tal[21]. Segundo Habermas, "Kant havia distinguido, em certa ocasião, entre o ´conceito acadêmico´ de filosofia, enquanto sistema do conhecimento racional, e um ´conceito mundano´ de filosofia; referiu este conceito mundano como aquilo que ´interessa necessariamente´ a todos. Hegel foi o primeiro a fundir um conceito mundano de filosofia, que traz um diagnóstico de época, com o conceito acadêmico"[22].

A Teoria Crítica surgiria a partir de uma radicalização do projeto hegeliano, tendo como seus "pais fundadores" os jovens hegelianos de esquerda. Estes procuraram restabelecer a autenticidade da "atualidade contemporânea da qual deveria se originar a necessidade da filosofia"[23] e consumar o

19 Idem, p. 48-9.
20 Cf. HABERMAS, J., *O Discurso Filosófico da Modernidade*, p. 24.
21 Cf. idem, p. 73-4.
22 Idem, p. 74.
23 Idem, p. 76.

fim da filosofia, realizando-a. A realização da filosofia é entendida como a mobilização do potencial de razão acumulado no processo de modernização e que espera ser liberado. No entanto, a antiga tarefa da auto-certificação é traduzida na luta contra a irracionalidade do mundo burguês, da sociedade capitalista. Na filosofia da práxis marxista, esse potencial racional é originado no âmbito do trabalho social, da produção e a emancipação material se torna a verdadeira necessidade da realização da filosofia.

Por outro lado, Michel Foucault acredita que esta nova maneira de filosofar teve como verdadeiro precursor o texto "O que é Esclarecimento?" de Kant. "Em resumo, afirma Foucault, me parece que o que nós estamos vendo aparecer no texto de Kant é a questão do presente como o evento filosófico ao qual pertence o filósofo que fala dele... me parece que com este texto sobre o *Aufklãrung,* nós vemos a filosofia problematizando a sua própria contemporaneidade discursiva: uma contemporaneidade que ela questiona como evento, como um evento cujo significado, valor e particularidade filosófica é sua tarefa trazer à luz e em que tem de encontrar tanto a sua *raison d´être* quanto os fundamentos para o que diz"[24].

Seja como for, a partir do momento que a filosofia deixa de se orientar por discursos visando entidades ahistóricas e passa a refletir sobre o seu próprio tempo a fim de extrair dele o seu próprio processo de superação em direção a algo melhor, a idéia de diagnóstico de época se torna central. Poderíamos talvez afirmar que a compreensão da realidade contemporânea e dos desafios e possibilidades que ela põe para o interesse emancipatório passa a organizar e a direcionar o próprio discurso filosófico. Isto é, no lugar de uma questão mais geral e atemporal, o próprio diagnóstico do tempo presente definiria a tarefa atual do programa crítico-filosófico. Nesse sentido, aqueles que se interessam por teoria crítica devem considerar "que o melhor da filosofia de nosso tempo é teoria social"[25].

Por exemplo, *grosso modo*, a percepção do processo de crescente integração da classe trabalhadora no sistema no sistema societário capitalista avançado conduziu Horkheimer, segundo Honneth, a direcionar para essa questão todo o programa de pesquisa do Instituto de Pesquisa Social nos anos 30. Por outro lado, o diagnóstico dos anos 40, que identificou um "bloqueio estrutural da prática transformadora"[26] a partir dos desenvolvimentos de um capitalismo de Estado autoritário ou de um "mundo administrado" por uma racionalidade instrumental, o conduziu (junto com Adorno) a uma empresa filosófica de longo alcance sobre a razão humana, a fim de compreender por que a evolução da racionalidade das relações sociais humanas acabou por culminar nesse estados de coisas. Ou ainda, não é despropositado pensar que o Adorno dos anos 60 reviu em alguns aspectos o diagnóstico do capitalismo tardio expresso no livro de 1947. Assim, "quando se considera que entre

24 FOUCAULT, M., "The Art of Telling the Truth" *in Critique and Power*, p. 140.
25 Cf. NOBRE, M., *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno: A Ontologia do Estado Falso*, p. 13.
26 Cf. NOBRE, M., *Teoria Crítica*, p. 51.

indivíduo e sistema social se estabelece uma verdadeira dialética e não simplesmente subsunção, como parece ser o caso de inúmeras passagens da *Dialética do Esclarecimento*"[27], a sua obra tardia, principalmente a *Dialética Negativa*, parece se tornar mais compreensível. Por fim, a percepção da estabilização de um capitalismo de Estado democrático, a repolitização do quadro institucional e o surgimento de novas zonas de conflito no âmbito da esfera pública bem como de novos movimentos sociais, fez com que Habermas centrasse os seus esforços no desenvolvimento de uma teoria da ação comunicativa, da democracia e do direito, assim como na dessubstancialização da noção mesma de emancipação, abrindo espaço para os novos sentidos que lhe poderiam revestir[28].

Bem entendido, não se trata aqui de fazer tábula rasa das diversas e complexas relações que a filosofia e as ciências sociais empíricas constituíram ao longo da história da teoria crítica. Em realidade, desde a fundação do programa do "materialismo interdisciplinar" por Horkheimer, o problema da articulação entre filosofia e ciências positivas recebeu diferentes soluções ao longo deste percurso. Se esta relação era vista com uma certa dose de otimismo pelo jovem Horkeheimer, não se pode dizer o mesmo quando da publicação da *Dialética do Esclarecimento*. Mesmo em Habermas essa relação é complexa e possui diferentes resoluções ao longo da sua trajetória intelectual[29]. Em todo caso, deixaremos este problema de lado. O que gostaríamos de resguardar aqui é tão-somente a idéia mais abstrata e, segundo a nossa hipótese, mais abrangente em relação à história da teoria crítica, segundo a qual a teoria crítica, mesmo inclusive na sua forma de "filosofia pura"[30], é essencialmente um discurso que se reporta ao presente, à atualidade, mesmo que para tanto deva basear-se em uma filosofia da história ou em uma antropologia filosófica. Presente este que, ao menos nos modelos teóricos um pouco mais otimistas, ainda está em *ebulição*. Trata-se de uma atualidade que não é, mas *está sendo*, em devir e em disputa.

Ademais, no campo da Teoria Crítica, é importante ressaltar que "a realidade contemporânea" é fundamentalmente interpretada como a sociedade *capitalista*. Desse modo, a idéia de diagnóstico do tempo presente assume a forma de um diagnóstico sobre o capitalismo contemporâneo. Isso não significa uma visão economicista da sociedade, mas apenas o reconhecimento de que as sociedades modernas são fortemente marcadas pela lógica de acumulação do capital (mesmo na sua forma tardia). Isso não significa, entretanto, limitar o diagnóstico a uma análise econômica ou que uma crítica da economia política deva ocupar o lugar central. Após o momento dos anos 30, esse pressuposto marxista clássico vai ser questionado por praticamente

27 Cf. NOBRE, M., *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno: A Ontologia do Estado Falso*, p. 30.

28 Ver MELO, R. S., *Sentidos da Emancipação: Para além da antinomia revolução versus reforma*, Tese de Doutorado, princ. Cap. 3.

29 Para uma análise sistemática acerca deste tema, especialmente da relação entre filosofia e sociologia, ver HABER, S., *Habermas et la sociologie*.

30 Segundo certos comentadores, por exemplo, Adorno condenaria pura e simplesmente o projeto de uma ciência social empírica e instauraria uma espécie de "soberania do olhar filosófico sobre o presente". Cf. HABER, op. cit., p. 14.

todos os teóricos críticos. No entanto, isso só foi possível a partir de um diagnóstico do capitalismo tardio que passou a atribuir uma certa primazia da política sobre a economia[31].

***

O eixo de leitura desta dissertação está baseado em um pressuposto central: naquilo que diz respeito à Teoria Crítica, os programas filosóficos e as questões mais teóricas, abstratas e técnicas são de certa forma dependentes, em termos epistemológicos, da tarefa ou do alvo da teoria. Este alvo é prático; ele significa o objetivo da emancipação. Vimos mais acima que os modelos críticos se articulam em torno de *diagnósticos* - nos quais são descritos a cada momento histórico os arranjos concretos dos potenciais emancipatórios tanto quanto dos obstáculos a ser ultrapassados – assim como de *prognósticos* sobre a direção que o desenvolvimento histórico parece tomar em relação aos obstáculos e, sobretudo, às ações capazes de superá-los. À partir da produção de um diagnóstico, formula-se um prognóstico.

Nessa perspectiva, parece que a compreensão da maneira pela qual Jürgen Habermas produz um certo diagnóstico de época, isto é, uma certa teoria do capitalismo avançado, constitui um aspecto fundamental a partir do qual se pode compreender as novas tarefas e desafios da Teoria Crítica, assim como o novo sentido que a idéia de emancipação recebe no pós-guerra. Por isso estimamos que a realização de uma análise de evolução do diagnóstico de época habermasiano seria muito importante até mesmo para melhor compreender e contextualizar o sentido de sua ética do discurso e de suas teorias da democracia deliberativa e do direito procedimental. Partindo do quadro do marxismo ortodoxo, por que Habermas abandona a "centralidade do trabalho", a idéia de revolução e a crítica da economia política em favor de seu programa teórico já consagrado? Como ele pode resgatar a dimensão normativa da teoria crítica a partir de um diagnóstico que recusa a tese de um bloqueio estrutural da emancipação? Começar a responder a esta questão é um dos nossos interesses aqui. Para tanto, escolhemos como estratégia analisar a maneira pela qual ele concebe o capitalismo tardio em seus estudos de natureza mais "sociológica".

Com isso, não se quer dizer que haja uma fundação da teoria critica por parte dos dados brutos colhidos pelas ciências sociais empíricas. Pois a teoria critica se constitui enquanto um comportamento critico em relação a estas últimas. Não se quer tampouco realizar uma racionalização da formação cronológica dos pressupostos teóricos de cada autor. É claro que o diagnostico é feito de acordo com alguns pressupostos teóricos prévios. Na realidade, todo diagnóstico de época precisa estar articulado a um aparato *conceitual* oriundo de uma *teoria social*

31 Sob esse aspecto, tal diagnóstico é compartilhado por Horkheimer, Adorno e Habermas. Talvez resida aí a grande importância de Pollock para a história da Teoria Crítica. Ver NOBRE, M., *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno: A Ontologia do Estado Falso,* cap. 1.

sistemática – do contrário, não se poderia compreender a realidade contemporânea de modo amplo e abarcando as suas diferentes facetas – o que, no vocabulário de Horkheimer, corresponde à *totalidade* social.

Sobre este último ponto, Dubiel mostra, por exemplo, que, no quadro do materialismo interdisciplinar proposto por Horkheimer no começo dos anos 30, deve ocorrer uma cooperação entre filosofia social (teoria) e ciências sociais particulares (empiria), a fim de se evitar tanto uma especulação abstrata e infrutífera quanto um positivismo cego. A filosofia assume então o papel de meio integrador e problematizador das ciências especializadas. Estas, por sua vez, devem especificar a problemática filosófica geral e testar empiricamente (e eventualmente corrigir) as hipóteses que foram integradas filosoficamente numa "super-teoria" social interdisciplinar[32]. Assim, conceitos-chave da teoria social de base como "racionalidade instrumental", "mundo administrado", "capitalismo de Estado"; ou ainda, "razão comunicativa", "racionalização", "sistema" e "mundo da vida", normalmente informados por algum grau de empiria, organizam o diagnóstico de tempo dos diferentes modelos críticos.

No entanto, se a teoria não se refere prioritariamente a um diagnóstico da época atual, ela rompe com o pressuposto do cerne temporal da teoria crítica, recaindo na filosofia tradicional, referida a questões atemporais. O que também seria ideologia. Logo, nos parece que a melhor forma de começar a compreender o modelo crítico de cada teórico é partir do seu respectivo diagnóstico do tempo presente, o que também pressupõe a compreensão de sua teoria social de base. Assim, do tempo presente não derivamos direta e mecanicamente a teoria, até porque diferentes modelos críticos podem e foram elaborados durante um mesmo contexto histórico. Porém, pode-se dizer que a experiência histórica da época é o "palco" por excelência da discussão acerca da elaboração do modelo crítico, do diagnóstico e da teoria social de base mais adequados.

32 Cf. DUBIEL, op. Cit., p. 52; 170.

Capítulo 2 - Habermas e o diagnóstico do Capitalismo Tardio

2.1 – Os antecedentes de Habermas no campo crítico: Pollock, Adorno e Horkheimer em torno da noção de capitalismo de Estado

Poderíamos iniciar este capítulo com uma questão simples : por que Habermas insiste, ao longo de sua trajetória intelectual, no desenvolvimento de uma teoria da formação democrática da vontade política no capitalismo, ou em uma teoria da democracia e do direito, etc., o que não estava de forma alguma presente nem no marxismo economicista, nem no "círculo interno" da primeira geração da Escola de Frankfurt ?

Para responder a esta questão, é preciso talvez compreender em que os diagnósticos de Adorno/Horkheimer e de Habermas acerca do capitalismo tardio diferem um do outro. Ou melhor, dado que as teses do economista alemão Friedrich Pollock exerceram forte impacto nas formulações tanto de Adorno/Horkheimer quanto de Habermas acerca do capitalismo tardio, seria importante entender como cada geração as recepciona e as integra nos seus modelos críticos. Não poderemos aqui analisar detalhadamente os diversos diagnósticos produzidos pela primeira geração[33]. No entanto, analisaremos brevemente as teses de Pollock sobre o "capitalismo de Estado" antes de passar para o diagnóstico habermasiano propriamente dito.

No texto "State Capitalism: Its Possibilities and Limitations", Pollock sintetiza as suas análises acerca das transformações sofridas pelos países altamente industrializados desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Basicamente, a abordagem visa a captar o tipo de transformação que o capitalismo privado (já em sua fase monopolista) sofre em resposta às crises sistêmicas e ao desemprego estrutural. Assim, a obra de Pollock "parte exatamente da capacidade de regeneração do capitalismo"[34], em que a perspectiva marxista clássica do colapso é abandonada.

Segundo Pollock, essa nova fase do capitalismo se notabiliza por pelo menos três aspectos. Os dois primeiros são:

> 1. O mercado perdeu sua função de controle do equilíbrio entre produção e distribuição. Esta função foi assumida por um sistema de controles diretos. A liberdade de comércio, de empresa e de trabalho está submetida às intervenções do governo em um tão alto grau que ela foi a bem dizer abolida. Junto com o mercado autônomo, desaparecem as assim chamadas leis econômicas.
>
> 2. Estes controles são transferidos para o estado, que utiliza uma combinação de antigos e novos meios, entre os quais um assim chamado ´pseudo-mercado`, para a regulação e expansão da produção e sua equiparação com o consumo[35].

33 Ver por exemplo NOBRE, M., "Max Horkheimer: A teoria crítica entre o Nazismo e o Capitalismo Tardio" *in Curso Livre de Teoria Crítica*.

34 Cf. RUGSTIKY, F., "Friedrich Pollock: Limites e Possibilidades" *in Curso Livre de Teoria Crítica*, p. 63.

35 POLLOCK, F., "State Capitalism: Its Possibilities and Limitations" *in The Essential Frankfurt School Reader*, p. 73.

A partir destes dois elementos, já se pode observar que o capitalismo se reorganiza de forma planificada, em que o Estado é o maior capitalista. A substituição do mercado pelo Estado da função de coordenador da produção e da distribuição se estruturaria concretamente em torno de cinco elementos[36]. Primeiro, o Estado elaboraria um *plano* geral que dirigiria a produção, a distribuição, a poupança e o investimento. Em segundo lugar, todos os preços seriam administrados em função do plano e não poderiam flutuar livremente. Terceiro, até mesmo o lucro, mesmo ainda exercendo um papel importante, seria subordinado ao plano, não podendo contradizer os objetivos deste. Quarto, ocorreria uma racionalização vigorosa no quadro das ações estatais, substituindo toda improvisação. Por fim, os meios econômicos seriam substituídos fundamentalmente por meios políticos como última garantia da reprodução da vida econômica.

De um modo geral, toda essa estrutura vem para cumprir com dois objetivos básicos: "garantir o pleno emprego e manter os elementos básicos da antiga estrutura social"[37].

Por outro lado, o terceiro aspecto que caracteriza o capitalismo de Estado introduz uma distinção importante no modelo proposto por Pollock:

> 3. Sob a forma totalitária de capitalismo de estado, o estado é o instrumento de poder do novo grupo dirigente, o qual resultou da fusão dos interesses mais poderosos, o pessoal do alto-escalão da gestão industrial e de negócios, os estratos mais elevados da burocracia estatal (incluindo o militar), e as principais figuras da burocracia do partido vitorioso. Todos os que não pertencem a este grupo são mero objeto de dominação.
>
> Sob a forma democrática do capitalismo de estado, o estado tem as mesmas funções de controle mas é ele mesmo controlado pelo povo[38].

No entanto, seja na sua forma totalitária ou democrática, entre as principais conseqüências do desenvolvimento do capitalismo de Estado, temos a estabilização do capitalismo e o afastamento da possibilidade de colapso sistêmico, de modo que esse não funcionaria mais de modo "contraditório", sem sofrer mais a ameaça de crises e sem indicar quaisquer possibilidades internas de ruptura que abrissem espaço para uma superação em direção ao socialismo. Ademais, haveria uma neutralização do conflito entre capital e trabalho - na forma totalitária, com o completo domínio "espiritual" das massas e com o foco mantido no "inimigo externo"; e na sua forma democrática, com todas as garantias do Welfare State.

Além disso, algo que marcaria uma profunda mudança na natureza do capitalismo e um grande rompimento com a teoria de Marx seria o fato de que o conjunto do sistema econômico e social passaria a ser dirigido de modo *racional* e *consciente*, sem que isso implicasse a passagem para o socialismo. Segundo Pollock, "(...) [a questão de] quais necessidades devem ser satisfeitas, e como, não é deixada para o âmbito anônimo e inconsciente do mercado, realizada *post festum*, mas para uma decisão consciente acerca dos fins e dos meios, ao menos em linhas gerais e antes que a

36 No que se segue, adotamos o esquema proposto por Fernando Rugstiky, op. cit..
37 Cf. POLLOCK, F., op. cit., p. 74.
38 POLLOCK, F., op. cit., p. 73-4.

produção se inicie"[39]. Como observa Nobre, "isto é justamente o que não pode de modo algum ser conciliado com a *letra* do texto de Marx, pois significa alterar o próprio *conceito de capitalismo* sobre o qual repousa a teoria"[40] e, acrescentamos, é justamente esta racionalidade que atua sobre o conjunto da estrutura de produção, distribuição e consumo que elimina o caráter contraditório do capitalismo. Não à toa, Pollock chega mesmo a afirmar que "(...) sob o capitalismo de Estado, a economia política perdeu o seu objeto. Não existem mais problemas econômicos no velho sentido, se a equiparação de todas as atividades econômicas não é mais alcançada por meio das leis naturais de mercado, mas através do planejamento consciente. Onde antes o economista quebrava a cabeça com o inimigo do processo de troca, ele só encontra sob o capitalismo de estado problemas administrativos"[41].

Isso abre espaço para o que talvez seja a maior conseqüência introduzida pelo modelo do capitalismo de Estado, a saber , a *primazia* da política sobre a economia, ou, nas palavras do autor, "isso significa a transição de uma era predominantemente econômica para uma predominantemente política"[42]. Em comparação à teoria marxista, temos então que a política deixa de ser um fenômeno *superestrutural*.

Do ponto de vista da história da teoria crítica, esse último elemento tem uma importância seminal. Já em Pollock, o foco do prognóstico e da identificação dos obstáculos à emancipação social muda sensivelmente. Enquanto a perspectiva de superação do capitalismo some do horizonte, delineia-se uma estratégia de luta política em vista do controle político do Estado e junto com a intenção de institucionalização de valores democráticos. O centro das preocupações deixa de ser a revolução das relações de produção capitalistas; o que resta é a expectativa de que as formas democráticas vençam a batalha contra as formas totalitárias de capitalismo de Estado, numa análise que deixa de considerar que exista ainda alguma dinâmica propriamente econômica do capitalismo, para apreender a sua dinâmica política[43].

Assim, no último tópico de seu artigo, ao discutir as implicações políticas do capitalismo de estado, Pollock afirma que "se o Estado se torna o controlador onipotente de todas as atividades humanas, a questão de quem controla o controlador abarca o problema de se o capitalismo de estado abre uma nova via para a liberdade ou conduz à sua perda na medida em que a esmagadora maioria é concernida... Tudo depende de quais grupos em ultima analise dirigem as decisões de um governo cujo poder em todos os assuntos – econômicos e não econômicos – nunca foi ultrapassado na história moderna"[44].

---

39 Cf. idem, p. 75.
40 Cf. NOBRE, M., *A Dialética Negativa...*, p. 24.
41 POLLOCK, F., op. cit., p. 86.
42 Idem, p. 76.
43 Cf. RUGSTIKY F., op cit., p. 69.
44 Cf. POLLOCK, op cit, p. 89.

Pollock conclui afirmando que "é de vital importância para todos que acreditam nos valores da democracia que uma investigação seja feita de se o capitalismo de Estado pode ser tomado sob o controle democrático. O problema social assim como moral com o qual as democracias são confrontadas foi formulado como segue: ´Como nós podemos fazer um uso eficiente de nossos recursos, e entretanto, ao mesmo tempo, preservar valores subjacentes em nossa tradição de liberdade e de democracia?"[45].

Como se vê, Pollock identifica aspectos positivos na reestruturação burguesa do pós-guerra. Para ele, o capitalismo de Estado democrático poderia levar a um aproveitamento mais racional e efetivo dos recursos disponíveis, e produzir uma elevação geral do nível de vida. Nessa perspectiva, e retomando a tese da primazia da política, as suas últimas palavras afirmam que "Os principais obstáculos à forma democrática do capitalismo de Estado são de natureza política e só podem ser superados politicamente. Se nossa tese se mostrar correta, então a sociedade em seu nível atual pode superar as barreiras do sistema de mercado através do planejamento econômico. Alguns dos melhores pensadores estudam a questão de como tal planejamento pode ser feito de modo democrático, mas muito trabalho teórico ainda terá de ser realizado até que a questão encontre sua resposta"[46].

Os escritos de Pollock da década de 40, principalmente o artigo analisado acima, tiveram um impacto imediato sobre o "círculo interno" da "Escola de Frankfurt". Não à toa, o célebre livro escrito por Horkheimer e Adorno, *Dialética do Esclarecimento*, foi dedicado ao economista alemão. Neste livro, o diagnóstico é o de um bloqueio estrutural da práxis transformadora, e isso muito deve à idéia de que o capitalismo de Estado (referido, no livro, como "capitalismo administrado", "mundo administrado" ou "capitalismo tardio") não apresenta mais elementos internos contraditórios e, desse modo, deixa de apontar para além de si mesmo – o que contrariava fortemente as teses de Marx. No entanto, Adorno e Horkheimer não absorveram sem mais a tese de Pollock, pois "apesar de concordarem, de maneira geral, com a idéia de Pollock de uma nova forma de ´primazia da política`, não concordaram com ele em que o `capitalismo de Estado` tivesse potencial para assumir uma `forma democrática`, fundada em algum tipo de controle popular. Na *Dialética do esclarecimento*, o que se encontra é o `mundo administrado`, uma forma sofisticada de controle social de que as massas estão inteiramente excluídas e sobre a qual não têm qualquer tipo de domínio"[47]. Os trabalhos de Pollock também tiveram como conseqüência fundamental o fato de Adorno e Horkheimer não mais considerarem a economia política como a disciplina organizadora do modelo crítico.

45 Cf. idem, p. 92.
46 Cf. idem, ibidem.
47 Cf. NOBRE, M., "Max Horkheimer: A teoria crítica entre o Nazismo e o Capitalismo Tardio" *in Curso Livre de Teoria Crítica*, p. 47.

Por outro lado, talvez a idéia de fundo presente na *Dialética do esclarecimento*, que determina o diagnóstico de época e orienta as investigações de amplo espectro sobre a razão humana, que constituem o conteúdo propriamente dito do livro, seja que "o sistema econômico do capitalismo administrado é controlado de fora, politicamente, e no entanto, esse controle político não é exercido de maneira transparente. Esse controle é exercido burocraticamente, segundo a racionalidade própria da burocracia. Essa racionalidade chama-se, na linguagem de Horkheimer, ´instrumental`: trata-se de uma racionalidade que pondera, calcula e ajusta os melhores meios a fins dados exteriormente aos agentes"[48]. Acresce que, ainda que o modelo de um tal controle social possa ter sido retirado da forma totalitária de capitalismo de Estado, Adorno e Horkheimer, ao contrário de Pollock, estende este processo de dominação (não sem nuances, mas sem modificações substanciais) mesmo para a sua forma democrática, que em 1947 era visto apenas como um "elemento perturbador" do diagnóstico mais amplo[49].

De todo modo, na *Dialética do esclarecimento*[50], a tese da primazia da política seria percebida apenas pelo seu aspecto negativo, no quadro da realidade do capitalismo tardio, "a regulação estatal implicaria uma densa malha de normas jurídicas e de intervenções administrativas que recobririam crescentemente o cotidiano das pessoas. Não seria por acaso que o poder administrativo foi caracterizado por muitos como um instrumento de normatização forçada, de vigilância e, no limite, brutalidade reificante. Por essa razão, a crítica de Marx à exploração material e ao empobrecimento precisaria ser deslocada às deformações de uma sociedade administrada, controlada e protegida"[51].

E Habermas, como lida com esse fenômeno a partir da recepção das teses de Pollock? Poder-se-ia responder à esta questão mostrando que Habermas já parte da estabilização do capitalismo de Estado democrático, enquanto que Horkheimer e Adorno permanecem vinculados à sua forma autoritária, de sorte que eles vêem o Estado de direito como um elemento perturbador de seu diagnóstico mais geral acerca da sociedade administrada[52]. Isto é, Habermas procura explorar as ambiguidades e tensões ligadas a um fato que se torna bastante explícito no pós-guerra: as relações de produção não apenas foram repolitizadas em virtude do intervencionismo estatal, mas o capitalismo se tornou compatível com uma *democracia de massas* e com um programa de *bem-estar* para os seus trabalhadores. A partir desse momento, não apenas a ideia de uma crise sistêmica da economia capitalista e de uma revolução proletária sai do horizonte, mas também a de um

48 Cf. idem, p. 48.
49 Cf. NOBRE, M., *A Dialética Negativa de Theodor Adorno*, p. 32.
50 ADORNO, T., & HORKHEIMER, M., *Dialektik der Aufklärung*. In: ADORNO, T. W., *Gesammelte Schriften 3*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997. Ver também ADORNO, T, "Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?". In: ADORNO, T. W., *Gesammelte Schriften 8*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997.
51 MELO, R.S., op. cit., p. 126.
52 Cf. Idem, p. 47. E também HONNETH, A, *Kritik der Macht*, p. 109.

mundo totalmente administrado, sem falhas. Há contradições e zonas de conflito no capitalismo tardio, e estas aparecem cada vez mais em torno da noção de *democratização efetiva*. Vejamos então, de modo um pouco mais detalhado, como esse diagnóstico habermasiano se constrói entre os anos 60 e 70.

2.2- As origens de uma nova problemática para a Teoria Crítica da Sociedade em *Student und Politik* (1961)

Antes de começar a efetivamente analisar o diagnóstico habermasiano do capitalismo tardio e de como a problemática da relação entre capitalismo e democracia é abordada a partir dele nas obras "Técnica e Ciência como Ideologia" e *Problemas de Legitimação no Capitalismo Tardio*, gostaríamos de tentar mostrar brevemente que desde a sua primeira obra publicada (*Student und Politik Politik – Eine soziologische Untersuchung zum politischen Bewusstsein Frankfurter Studenten*) o jovem Habermas não apenas se ocupava da elaboração de um diagnóstico do capitalismo avançado (que aqui aparece principalmente sob o signo do conceito de *Sozialstaat*), mas também definia as tarefas de uma nova Teoria Crítica da Sociedade a partir deste diagnóstico.

Com efeito, *Student und Politik* corresponde à sistematização de um estudo empírico coletivo para o qual Habermas escreveu uma introdução de natureza mais teórica e abrangente. Logo no começo do texto, ele já põe a questão da justificação de uma pesquisa acerca da participação política dos estudantes. A participação política seria um valor em si? Ao longo da introdução, Habermas tenta mostrar por que o problema da participação política ganhou uma importância significativa no panorama contemporâneo, a ponto de merecer uma teorização específica por parte da Teoria Crítica; para tanto, ele já esboça um diagnóstico de época. De fato, já em 1961, estava presente em Habermas a intuição central segundo a qual há uma *contradição (Widerspruch)* entre os fundamentos da *legitimação* da sociedade burguesa por meio da idéia de *democracia* e a realidade constitucional do Estado de Direito burguês. A idéia de democracia, ao contrário do que propagava a ciência política da época, não é uma forma de Estado como outra qualquer. Seguindo a formulação de Franz Neumann, a essência da democracia reside no fato de que ela executa as amplas mudanças sociais que intensificam a liberdade dos homens e, no fim, acabam talvez por produzi-la. A democracia trabalha com a autodeterminação da humanidade, e apenas quando esta é efetiva, ela é verdadeira. Nesse sentido, participação política se tornará idêntica à autodeterminação[53].

53 "Demokratie, heisst es demgegenüber bei Franz Neumman, ist nicht eine Stattsform wie irgendeine andere; ihr Wesen besteht vielmehr darin, dass sie die weitreichenden gesellschaftlichen Wandlungen vollstreckt, die die Freiheit der Menschen steigern und am Ende vielleicht ganz herstellen können. Demokratie arbeitet an der Selbstbestimmung der Menschheit, und ernst wnn diese wirklich ist, ist jene wahr. Politische Beteiligung wird dann mit Selbstbestimmung identisch sein." (HABERMAS, J. *Et alli*, *Student und Politik*, p. 15).

A idéia de democracia se institucionaliza na medida em que cidadãos maduros, sob as condições de uma atuante esfera pública política, através de uma sensata delegação de suas vontades e do controle eficaz de sua realização, tomam a instituição de sua vida social em suas próprias mãos; com isso, a autoridade pessoal se converte em autoridade racional[54].

Desde essa época, Habermas partilha da convicção segundo a qual as democracias parlamentares do ocidente, até mesmo as pseudo-democracias de regimes autoritários como eram a França e Portugal nesse período, vivem da consciência dos cidadãos, de acordo com a qual a dominação é mediada através de uma autodeterminação racional de homens maduros[55]. Segundo os seus fundamentos legitimatórios, a sociedade burguesa é um livre jogo de forças iguais; ora, a partir deste modelo, não se pode justificar a dominação política, e ainda menos uma dominação de classe. Ou seja, aqui Habermas já mostra que enxergava na tradição ocidental algo para além do império da razão instrumental. A modernidade, então, trouxe ganhos do ponto de vista normativo com a idéia de que o poder político deve ser baseado em uma autoridade racional, cujo fundamento de legitimação exige o consenso livre e manifesto de todos os cidadãos. Por isso, ele não poderia concordar com uma visão unilateral do processo de modernização, que seria visto apenas como um desdobramento do fenômeno da reificação.

Todavia, ainda que o Estado liberal proclame e em certa medida institucionalize a idéia de democracia, ele opera na verdade sobre a base de uma democracia das minorias fundada sobre uma hierarquia social. De acordo com Habermas, apesar da contradição entre a realidade constitucional do Estado de direito burguês e a idéia de democracia, o Estado sempre logrou êxito historicamente na resolução desta contradição em seu próprio espaço[56]. Não obstante, e aqui já aparece a importância de um diagnóstico do capitalismo tardio, a sua tese é que atualmente, nos países ocidentais mais desenvolvidos, esta contradição se torna cada vez mais aguda[57]. Seguindo a sua tese, só há duas alternativas: ou o Estado liberal evolui para um Estado social e verdadeiramente democrático, ou aquele regride para uma forma de regime autoritário. Em todo caso, a questão da participação política ganharia apenas função e sentido onde a democracia é entendida como um processo histórico moderno de efetivação. Ora, se a tensão entre a pretensão normativa do fundamento de legitimação e a realidade institucional das democracias burguesas se intensifica,

54 Cf. idem, p. 16.

55 "Die parlamentarischen Demokatien des Westens, sogar scheinparlamentarische Obrigkeitsregimes wie in Portugal und Frankreich, leben vom Bewusstsein der Staatsbürger, Herrschaft sei durch die vernünftige Selbstbestimmung mündiger Menschen vermittelt..." (Idem, p. 17).

56 "Zwar steht die Verfassungswirklichkeit des bürgerlichen Rechtsstaats seit je in Widerspruch zur Idee der Demokratie, die zu seiner Ausgangslage gehört, aber stets hat er den Widerspruch in seinem eigenem Rahmen austragen können" (HABERMAS, J. *Et alli*, *Student und Politik*, p. 17).

57 "In seiner entwickelten Gestalt, die er [der bürgeliche Rechtsstaat] in den fortgeschrittenen Ländern der westlichen Welt inzwischen angenommen hat, scheint er jedoch durch den Widerspruch dessen, was er seiner Idee nach sein will, mit dem, was er in der Tat ist, immer stärker belastet zu werden. Krisenerscheinungen, wie sie vor kurzer Zeit die klassische Demokratie unseres Kontinents durchgemacht hat, werden heute freilich noch als ein vorübergehendes Ungleichgewicht interpretiert" (idem, ibidem).

uma pesquisa em torno do tema da participação política, bem como a sua teorização, pode ser justificada. Mas por que há esta intensificação da contradição, de sorte que estas duas alternativas apareçam como as únicas tendências possíveis? O que mudou, para que a tensão, e por conseguinte, a possibilidade de institucionalização plena da idéia normativa de democracia apareça no horizonte? Aqui entra em cena efetivamente a importância do diagnóstico de época enquanto capitalismo tardio – este deve explicar por que a tensão atualmente é mais aguda e, portanto, em que medida aquele potencial normativo da tradição liberal-burguesa teria possibilidade de se institucionalizar sob as atuais condições do sistema capitalista. Isso possibilitaria a enunciação de prognósticos visando a superação dos obstáculos à emancipação. O desafio da teoria é, assim, o de encontrar um ancoramento no real para a emancipação.

A fim de tornar a sua tese plausível, Habermas se apóia sobre a análise do processo de transformação do Estado liberal em um fiador dos serviços de interesse geral. O pano de fundo da dissolução do capitalismo liberal e da abolição da autonomização da sociedade civil (*bürgerliche Gesellschaft*) enquanto esfera das relações capitalistas perante o Estado justifica a focalização da descrição sobre as transformações sofridas pelo Estado burguês. A partir do momento em que a reprodução social passa a depender da intervenção deste último, o diagnóstico deve se concentrar na política e não mais na economia - mesmo no interior de uma sociedade que ainda é capitalista. Desta maneira, o essencial do diganóstico de Habermas pode ser resumido da seguinte forma : desde o momento que a economia de livre concorrência evolui em direção a uma economia organizada, como consequência da concentração de capitais, a democracia parlamentar clássica assume a figura de uma democracia de massas baseada em partidos no poder. Dito de outro modo, desde que as esferas da sociedade civil e do Estado em grande medida se interpenetram, a política ganha mais importância e a dependência entre esta e a sociedade civil se torna recíproca58.

Foi a partir da Primeira Guerra mundial que ocorreu esta transformação essencial na natureza do Estado. Intervenções estatais no sistema de produção e de distribuição se tornaram necessárias. A interdependência entre a esfera do Estado e aquela da sociedade cresceu. O Estado se tornou então um Estado social e a administração (*Verwaltung*) deixou de ser uma simples guardiã da ordem para começar a assegurar serviços que pertenciam até então à esfera privada. Assim, a reprodução da sociedade não se realiza mais através das puras garantias jurídicas; ela exige agora o equilíbrio trazido pelas intervenções estatais[59].

Além das funções tradicionais executadas pela justiça e pela polícia, o Estado adquire agora novas tarefas: em primeiro lugar, a tarefa de proteção, de indenização e de compensação em relação aos grupos economicamente mais frágeis (operários, inquilinos, clientes, etc.). Em seguida, há a

58 Cf. HABERMAS, J., op. Cit., p. 51.
59 Cf. HABERMAS, J., op. Cit., p. 21.

tarefa de evitar ou de atenuar em alguma medida os efeitos causados pelas mudanças estruturais (a política de proteção da classe média), ou de introduzir estas mudanças de maneira planificada (por exemplo, através de intervenções da política social tendo por objetivo uma redistribuição não apenas gradual dos rendimentos). Depois, temos a tarefa de manter em equilíbrio o sistema econômico geral (seja através dos meios da política clássica de conjuntura, seja por intervenções diversificadas, como aquelas que incidem nas decisões acerca dos investimentos). E, finalmente, aparece a tarefa de garantir as prestações públicas dos serviços (para a educação, saúde, transporte, etc.)[60].

Apesar destas transformações profundas na natureza do Estado tornado intervencionista, a sociedade continua baseada na *apropriação privada dos meios de produção sociais*. O processo econômico se regula sempre de acordo com as instituições clássicas do direito privado. Assim, a forma do Estado, que pressupõe essencialmente a separação entre o Estado e a sociedade civil-burguesa, foi mantida, ainda que esta separação não se apresente mais em sua forma antiga e nítida.

Habermas faz a importante constatação de que, ainda que a sociedade civil não se coloque mais diante do Estado enquanto uma entidade independente, esta não se torna tampouco uma sociedade política *strictu sensu*. Este fenômeno se mostra na divergência entre os poderes jurídicos e os poderes efetivos do Parlamento. Naquilo que diz respeito ao monopólio da legislação, acontece uma polarização entre, de um lado, a administração e, de outro, os partidos. As decisões políticas são tomadas efetivamente por esses dois pólos e também pelas associações que visam fins particulares, tal como os sindicatos. Em relação à integração entre o Estado e a sociedade civil, há então um deslocamento da ênfase do Parlamento em direção à administração e aos partidos. Segundo o diagnóstico de 1961, estas duas instituições se tornaram os mediadores da relação do Estado para a sociedade (administração) e inversamente da relação da sociedade para o Estado (partidos e associações)[61]. A sociedade civil, que devido a todas as suas novas disposições para com o Estado se torna mais política, continua *não-política*. O caráter privado do campo de ação dos partidos e das associações, que é completamente isento do controle público, mostra que a forma liberal do Estado de direito é em certo sentido mantida.

Assim, é preciso sublinhar que o fenômeno complementar ao aumento da intervenção estatal na ordem da propriedade e na sociedade civil em geral corresponde ao fato de que as decisões que eram tomadas antes de maneira não-pública por grupos dominantes, devem determinar hoje imediatamente a esfera política. Em outras palavras, as medida tomadas pelo Estado intervencionista sofrem a influência dos interesses de grupos particulares dominantes, de sorte que o poder social e econômico é atualmente *eo ipso* político.

60 Cf. ibidem, p. 22.
61 Cf. ibidem, p. 23.

A tese de Habermas mostra que a forma do Estado de direito burguês entra em conflito com as condições sociais que não correspondem a ela. Trata-se aí da expressão de uma situação na qual, de um lado, as pressuposições de uma sociedade política que conseguiu conciliar *homme* e *citoyen* ou sociedade e Estado se tornaram efetivas, na medida em que há doravante um tipo de primazia da política sobre a economia. De outro lado, a realidade mesma desta sociedade não permite que se disponha do poder social de uma ordem politicamente relevante, já que ela permanece privada, sem controle público ou democrático efetivo. O paradoxo pode finalmente ser enunciado: indivíduos apolíticos são produzidos no seio de uma sociedade *em si* política[62].

Segundo Habermas, a neutralização do Estado burguês vai ao encontro da nova autonomia que a administração, os partidos e as associações ganharam em face do povo e de seus representantes parlamentares[63]. Isso foi necessário porque agora o poder político adquire uma importância que na época do capitalismo liberal ele não tinha. Se a sociedade se torna política, a política, enquanto administração, precisa ser protegida da participação popular *em função de continuar assegurando a apropriação privada dos meios de produção*. Os grupos dominantes, nas figuras dos partidos de massa e das associações, influenciam decisivamente a administração. Por outro lado, cidadãos apolíticos são produzidos no interior dessa sociedade repolitizada mas fortemente administrada.

Com efeito, a identidade plebiscitário-democrática entre a vontade das respectivas maioridades dos partidos no governo e no parlamento e a vontade do povo é em realidade uma identificação fictícia. Ela se constitui sobre a base daquele que dispõe dos meios de coerção e de educação que permitem a formação e, sobretudo, a manipulação da vontade popular. Os partidos são instrumentos da formação da vontade; entretanto, eles não estão sob o controle do povo, mas antes sob o controle daqueles que dominam o aparato do partido.

Por outro lado, Habermas já esboça aqui uma idéia que será aprofundada em sua obra de 1962, *Mudança estrutural da esfera pública* : a esfera pública (*Öffentlichkeit*), que foi um espaço de discussão racional, perdeu sua transparência e sua clareza. Ela se tornou um lugar de manipulação pelos meios de comunicação de massa; em suma, ela foi privatizada. Isso permitiu uma neutralização progressiva da participação política dos cidadãos[64], o que passa a ser decisivo numa sociedade cujo Estado não se limita mais a ser um mero garantidor jurídico e policial da ordem de direito privado burguês.

---

62 "Es werden unpolitische Bürger in an sich politischer Gesellschaft hervorgebracht." (ibidem, p. 24).

63 Idem, ibidem.

64 "Demgegenüber wird die eigentlich öffentliche Sphäre, die der grossen Organisation des Staats und der Wirtschaft , scheinhaft privatisiert: allen so vorgeführt, als handle es sich dabei um Personen und persönliche Beziehungen, nicht um Institutionen und Interessen. Dadurch wird die politische Beteiligung der Staatsbürger vorweg tendenziell neutralisiert, eingefangen von der manipulierten öffentlichen Meinung, anstaat dass wahre öffentliche Meinung durch die Staatsbürger gebildet würde" (ibidem, p. 32).

A posição política dos cidadãos nesta sociedade do capitalismo tardio foi determinada por seu contato prolongado com o Estado em setores que pertenciam anteriormente à esfera privada. Este contato com o Estado só ocorreu no campo da administração. Isto é, ele foi essencialmente apolítico, se tomarmos aqui o conceito de político como semelhante ao de uma participação popular efetiva na formação da vontade política. A relação entre os beneficiários (*Leistungsempfänger*) e o Estado não foi de forma alguma a de uma participação política cujo objetivo fosse fazer prevalecer as decisões deles, mas antes uma relação de exigência abstrata e difusa correlacionada à uma expectativa de abastecimento e compensação[65]. O *cidadão* se transforma em um mero *cliente* do Estado social.

Aqui aparece pela primeira vez uma idéia que acompanhará por muito tempo o pensamento de Habermas e será constantemente aprofundada e desenvolvida. A contradição entre a idéia de democracia e sua institucionalização deixa de ser expressa pela desigualdade de chances de realização dos direitos de igualdade política entre os proprietários e os não-proprietários. Agora, com a relativização do antagonismo explícito de classe, o conteúdo desta contradição também muda: ela aparece doravante como uma *despolitização* das massas *paradoxalmente* no quadro de uma politização progressiva da própria sociedade[66]. Na medida em que a separação entre o Estado e a sociedade civil é ultrapassada e o poder social se torna imediatamente político, cresce objetivamente a desproporção entre a igualdade jurídica e a desigualdade real na distribuição das chances de participação política no governo. Por isso a contradição constitutiva do Estado burguês se torna mais aguda no contexto de um capitalismo tardio marcado pela repolitização das relações de produção via intervencionismo estatal.

Por outro lado, ainda que o diagnóstico seja o de que a participação política das massas se resuma ao momento do voto, e de que o parlamento perdeu importância em relação à administração, o povo ainda é juridicamente soberano. Por isso, coloca-se a questão de saber se, naquele momento, uma autêntica participação cidadã na vida política, mesmo que ainda não efetiva, é possível. Ora, segundo Habermas, uma participação política eficaz da massa de cidadãos tem como pré-condição para a sua viabilidade uma certa autonomia da esfera política. Onde os movimentos políticos forem meros reflexos dos movimentos econômicos, uma investigação em torno do sujeito e de seu potencial democrático não apenas seria supérflua, como também sem sentido. Mas aqui entra a importância do diagnóstico do capitalismo tardio para a configuração do modelo habermasiano de uma nova teoria crítica: como vimos, nas sociedades tardo-capitalistas com alto nível de

65 Cf. idem, ibidem.

66 "Mit dem Zurücktreten des offenen Klassenantagonismus hat der Widerspruch seine Gestalt verändert: Er erscheint jezt als Entpolitisierung der Massen bei fortschreitender Politisierung der Gesellschaft selbst. In dem Masse, in dem die Trennung von Staat und Gesellschaft schwindet und gesellschaftliche Macht unmitellbar politische wird, wächst objektiv das alte Missverhältnis zwischen der rechtlich verbürgten Gleichheit und der tatsächlichen Ungleichheit in der Verteiligung der Chance, politisch mitzubestimmen" (ibidem, p. 34).

desenvolvimento das forças produtivas, o poder político enquanto tal, com uma certa independência em relação ao poder econômico, se concentrou[67]. A política não é mais um fenômeno superestrutural e ganhou influência no processo social.

Neste contexto de certa primazia da política, ganha sentido a elaboração de uma teorização acerca da participação política. Se antes a economia era a principal zona de conflito, expressa através da oposição entre capital e trabalho, o Estado ganha centralidade sob as condições do capitalismo tardio e, com isso, a zona de conflito tende também a se deslocar para a questão das chances de participação na co-determinação das decisões tomadas pelo poder político. No entanto, é importante insistir que esse deslocamento não significa o abandono imediato da crítica do capitalismo. Pelo contrário, apesar de neutralizado, o conflito entre capital e trabalho, o imperativo de valorização, se transfere para o âmbito das prioridades do Estado nas suas decisões políticas, o que gera a necessidade de bloquear a participação política das massas – o conflito capital x trabalho se transfigura num conflito "capital x democracia". Por isso, os grupos dominantes pressionam no sentido de uma manipulação da esfera pública e de uma despolitização das massas. Uma teoria crítica do presente, sempre baseada em diagnósticos de época, deve também ser reformulada em torno da questão da participação política dos cidadãos (que passa a ser vista como o principal caminho para a emancipação), uma vez que o poder social se torna imediatamente político. A partir de agora, faz todo o sentido investigar as possibilidades de institucionalização plena da idéia de democracia.

A partir de então o alvo essencial da Teoria Critica se desloca para a despolitização das massas e para o clientelismo. O objetivo é o de realizar plenamente a idéia de democracia já contida, à maneira de Hegel, no núcleo das instituições liberais por meio da constituição de uma sociedade composta de cidadãos maduros e autônomos, que participem da formação da vontade política.

Todavia, Habermas também reconhece que, nas atuais circunstâncias, conceber um controle efetivo das instituições parlamentares por meio de um povo maduro é algo problemático. O parlamento perdeu importância em face de atores políticos extra-parlamentares que conseguem exercer uma pressão eficaz sobre os órgãos estatais. De um lado, temos os membros de organizações de massa, como os sindicatos. De outro, as elites funcionais (tais como *managers*, altos funcionários e executivos, e especialistas dos altos órgãos da indústria e da administração), que dispõem do aparato burocrático privado e estatal. Ainda que os primeiros possam contribuir

67 "Eine wirksame politische Beteiligung der Masse der Bürger har zur Bedingung ihrer Möglichkeit eine gewwise Autonomie der politischen Sphäre. Wo die politischen Bewegungen buchstäblich blosser Reflex der ökonomischen wären, wäre eine Untersuchung der Subjekte und ihres demokratischen Potentials nicht nur überflüssig, sondern auch sinnlos. Nun spricht allerdings einiges dafür, dass sich in der spätbürgerlichen Gesellschaft mit einem höheren Entwicklungsstand technischer Produktivkräfte politische Macht als solche, nämlich in gewisser Verselbständigung gegenüber der ökonomischen Macht, konzentriert".(ibidem, p. 49).

para a democratização da sociedade, estas últimas travam esse processo. Por isso, seria necessário elaborar prognósticos que apontem para a confrontação de suas atividades. Ora, se pelo menos na Alemanha tais elites são recrutadas nas fileiras do mundo acadêmico, faz-se necessário investigar, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento futuro dessas elites, um campo fundamental de recrutamento destas, qual seja, o estrato dos estudantes[68]. E neles reside a aposta de Habermas neste momento. Para o autor alemão, estes últimos apresentam um potencial para contribuir no processo de democratização e de dissolução da dominação de classe, uma vez que as elites se tornam cada vez mais acadêmicas, e que a formação acadêmica deixa de ser progressivamente acesso exclusivo para os privilegiados socialmente. Os estudantes são crescentemente recrutados entre as classes mais populares e podem ter acesso às elites funcionais e dirigentes graças à sua formação[69]. Por isso, é de se esperar mudanças na consciência política dos estudantes, futuros membros das elites funcionais. É a fim de tentar encontrar um ancoramento no real para esta idéia que Habermas e seus colaboradores empreendem uma pesquisa empírica sobre a consciência política dos estudantes da cidade de Frankfurt (cuja sistematização deu origem ao livro de 61).

No entanto, em 1961, Habermas associa o processo de democratização da sociedade com a pretensão de suprimir a dominação de classe e a apropriação privada dos meios de produção[70] – e isto se tornaria agora possível via controle democrático do Estado, e não mais pela revolução, já que a política não é mais superestrutural e o Estado adquiriu centralidade na determinação do processo social. Em outras palavras, uma teoria da democracia social plena está aqui intimamente vinculada a uma perspectiva de superação do sistema capitalista de organização social. Para o jovem Habermas, uma sociedade livre significa uma sociedade que utiliza suas forças produtivas materiais e espirituais em proveito da liberação das necessidades, e não apenas em função de interesses privados; politicamente, isso se traduz em uma autoridade racional sob o controle de todos os indivíduos[71]. Isto é, ele quer realizar o objetivo clássico do jovem Marx através de uma radicalização da idéia de democracia no seio das instituições liberais[72], e não mais por meio de uma

68 Cf. ibidem, p. 53.

69 Cf. idem, ibidem. .

70 Cf. ibidem, p. 55.

71 "Soziologisch bestimmt sich das Mass dieser Freiheit danach, inwieweit eine Gesellschaft die erarbeiteten Mittel der Bedürfnisbefriedigung, die materiellen und geistigen Produktivkräfte im Interesse der Bedürfnisbefriedigung aller Individuen verwendet, und nicht nur in partikularem Interesse. Politisch bestimmt sich das Mass dieser Freiheit danach, inwieweit eine Gesellschaft politische Gesellschaft derart wird, dass Herrschaft auf rationale Autorität, nämlich auf Teilung von Arbeit und Erfahrung sowohl im Interesse als auch unter Kontrolle aller Individuen zurückgefuhrt wird; inwieweit es gelingt, die Trennung von politischer Herrschaft und scheinbar privater Reproduktion des Lebens zu überwinden" (idem, ibidem)..

72 Reconhecendo que há uma tensão entre duas ideias de emancipação em Marx, Benhabib chama esse objetivo de realizar a ideia de liberdade e democracia presente nas instituições liberais-burguesas de "universalização do politico", que se opõe assim à "socialização do universal", que pressupunha uma transfiguração radical das instituições bem como o fim do Estado (Cf. BENHABIB, op. Cit., p. 60). Por outro lado, Habermas não só reconhece que já há em Marx o ideal normativo de uma dominação *prática* (e não apenas técnica) dos processos sociais, de modo que os homens passariam a fazer a história com consciência e vontade, mas também pretende realizar esse objetivo introduzindo a ideia de uma discussão pública sem restrições, que seria possível após o pleno

revolução e instauração de uma ditadura do proletariado.

Se a hipótese deste trabalho estiver correta, a identificação do paradoxo típico das sociedades de capitalismo tardio, segundo o qual cidadãos apolíticos são formados no interior de uma sociedade repolitizada, irá acompanhar Habermas em boa parte de sua trajetória. Para evitar confusões, é importante lembrar que aí Habermas se vale de um conceito ambíguo de política. A sociedade em si é política na medida em que o Estado, enquanto administração, intervém na sociedade civil e passa a desenvolver uma relação de interdependência no que diz respeito a ela. No entanto, a questão é justamente que a política não deve se resumir à administração. É como se tivéssemos, sob o capitalismo, uma repolitização "parcial" da sociedade. Um outro aspecto da política, o da participação popular e democrática, já incluso nas promessas do fundamento legitimatório da sociedade burguesa, permanece precisamente na forma de um ideal, isto é, sem efetiva institucionalização. A solução deste problema, que bloqueia estruturalmente a participação das massas na formação da vontade política, receberá diferentes versões segundo cada tentativa empreendida por Habermas ao longo de seu percurso intelectual. É importante notar, no entanto, que em 1961, qualquer tentativa de solução passa pelo questionamento do sistema capitalista enquanto tal. Ou seja, ainda que não fale mais nos termos de uma revolução armada ou de uma ditadura do proletariado mas sim num processo plural e democrático de formação da vontade política, o conceito de emancipação concebido por Habermas ainda se aproxima daquele que foi elaborado pela tradição marxista clássica pelo menos em um ponto: trata-se de superar o modo capitalista de organização social. Por outro lado, ele se diferencia na medida em que visa evitar as perversões de uma dominação política burocratizada, tal como ocorreu nas sociedades de "socialismo real". Assim, o diagnóstico do bloqueio estrutural dos potenciais de efetivação democrática só fazem sentido quando são vistos como intimamente atrelados à manutenção da ordem privada de apropriação dos meios de produção. É exatamente porque o Estado intervém na sociedade civil a fim de manter o sistema de pé, que essa intervenção precisa ser protegida da participação popular. Como vimos, as decisões que eram tomadas no capitalismo liberal de maneira não-pública por grupos dominantes devem determinar hoje imediatamente a esfera política. Em outras palavras, as medida tomadas pelo Estado intervencionista sofrem a influência dos interesses de grupos particulares dominantes, de sorte que o poder social e econômico é atualmente *eo ipso* político. Em resumo, a despolitização das massas assume a forma de um fenômeno produzido a fim de assegurar que as intervenções do poder político na sociedade civil serão feitas de acordo com as prerrogativas da ordem privada de acumulação e dos interesses dos grupos particulares dominantes.

Mas se Habermas esboça já em 1961 um diagnóstico do capitalismo tardio regulado por um

---

desenvolvimento do potencial de racionalização prática do quadro institucional (Cf. HABERMAS, "Technik und Wissenschaft als 'Ideologie', p. 96-8).

Estado social, assim como indica as novas tarefas de uma teoria critica da sociedade, falta ainda uma teoria social mais desenvolvida que deve apoiar o novo modelo crítico. É apenas a partir de "Técnica e Ciência como Ideologia" que o filósofo alemão começa a elaborar de maneira mais sistemática sua teoria dualista da sociedade.

2.3 – Teoria Social e Teoria da Evolução Social : a distinção entre Trabalho e Interação

A partir da identificação do obstáculo fundamental aos processos de emancipação sob as novas condições do capitalismo tardio, a saber, a despolitização das massas, Habermas elege como tarefa para uma nova teoria crítica da sociedade a elaboração de um modelo crítico que seja capaz de elaborar prognósticos na direção da superação deste obstáculo, o que significa o mesmo que pensar formas de efetivação da formação democrática da vontade política. Em virtude das conseqüências aporéticas do modelo crítico fundado na *Dialética do* Esclarecimento de Horkheimer e Adorno, que punham em xeque o próprio projeto de uma Teoria Crítica da Sociedade, o grande desafio que acompanhará a maior parte da trajetória intelectual de Habermas será o do *ancoramento real da emancipação,* neste caso fortemente vinculada à formação de cidadãos maduros e autônomos, capazes de participar ativamente na formação da vontade política no quadro de um capitalismo tardio marcado pela primazia da política, para além dos moldes de uma democracia meramente formal.

A necessidade do ancoramento real da emancipação leva Habermas, a partir de 1968, a avançar na elaboração do seu modelo crítico. Nesse sentido, a grande novidade trazida pelo artigo programático "Técnica e Ciência como Ideologia" é a elaboração de uma teoria social de base e de uma teoria da racionalização dualista. Com isso, o seu diagnóstico de tempo se torna mais preciso e, conseqüentemente, os prognósticos tendem a ser mais plausíveis. O problema fundamental identificado pelo diagnóstico de época permanece o mesmo, ainda que receba uma explicação diversa, focando mais na questão do papel desempenhado pela técnica e pela ciência como ideologia que bloqueia estruturalmente a participação política das massas no processo democrático de formação da vontade política sob as novas condições trazidas pelo capitalismo tardio ou estatalmente regulado. É importante lembrar que a esta altura Habermas já havia se desvencilhado suficientemente da posição adorniana a ponto de buscar vislumbrar um modelo crítico diverso daquele marcado fundamentalmente pelo diagnóstico da modernidade como apogeu da racionalidade instrumental. Como nos lembra Seyla Benhabib, desde os seus ensaios iniciais[73], um dos principais pontos da experiência intelectual de Habermas foi o de reviver a tradição normativa

73 Tal como aqueles contidos em *Theorie und Práxis*. Ver, por exemplo, "A Doutrina Clássica da Política e sua relação com a Filosofia Social".

da ética e da política a fim de sugerir o que a liberdade de dominação pode significar em uma civilização técnico-científica e em sociedades de capitalismo tardio. Orientando-se a si mesmo, nesse período inicial, pelos trabalhos de teóricos como Hans-Georg Gadamer e Hannah Arendt, Habermas salientou que a transição do conceito aristotélico de práxis para uma filosofia marxista da práxis resultou na perda da especificidade dos problemas normativos. A crítica frankfurtiana da "razão instrumental" foi um projeto aporético precisamente porque, uma vez que a identificação da emancipação com o aumento do domínio técnico sobre a natureza foi rejeitada, não restava nenhuma outra instância da racionalidade humana digna de apelação, além da razão estética. Habermas mantém que a crítica da razão instrumental não precisa apelar para uma espécie de reconciliação utópica com a natureza. A verdadeira negação da razão instrumental não é a utopia, mas a razão comunicativa[74].

Ora, mas a crítica frankfurtiana aos pressupostos básicos do marxismo tradicional não foram em vão. Habermas também não poderia simplesmente retornar à identificação da emancipação com o desenvolvimento das forças produtivas, interpretada aqui como desdobramento da razão instrumental por meio do trabalho. Ou seja, o paradigma da produção também havia se esgotado. Se o seu problema é então a não-formação de cidadãos autônomos e maduros nas sociedades ocidentais avançadas, Habermas se vê obrigado, em face das expectativas frustradas acerca do socialismo real e da evolução do capitalismo tardio, a reformular o instrumental clássico marxista e desvincular a idéia de interação do paradigma da produção ou do trabalho (ou racionalidade com respeito a fins). É porque o seu diagnóstico do capitalismo tardio já havia apontado, desde 1961, que o problema não era mais o desenvolvimento das forças produtivas, mas a despolitização das massas numa sociedade altamente tecnicizada, que ele passa a desenvolver uma teoria social que enfatiza a comunicação e assegura teoricamente uma outra face da racionalidade para a qual a crítica da racionalidade instrumental, que deve ser continuada, deve apelar.

Por outro lado, de modo diverso em relação aos seus antecessores da primeira geração da Teoria Crítica, Habermas, desde suas primeiras obras, enfatizou a idéia de que havia um conteúdo utópico não-realizado na tradição liberal, que remonta às doutrinas modernas do direito natural. Mais precisamente, como pudemos acompanhar, desde 1961, Habermas focou na inconsistência que existe entre o núcleo utópico da tradição política burguesa – o consenso de todos como base para a ordem justa – e as configurações institucionais do capitalismo, que constantemente viola essa promessa utópico-normativa através de relações de dominação e de exploração[75]. Isso mostra que, desde sempre, Habermas conseguia enxergar ganhos e potenciais emancipatórios na tradição política liberal. Essa intuição irá lhe acompanhar ao longo de toda a sua trajetória. Mas como

74 Cf. BENHABIB, S. *Critique, Norm and Utopia*, p. 224.
75 Cf. BENHABIB, S., op. cit., p. 228.

justificá-la teoricamente, se o que ele tinha disponível na época eram dois modelos de filosofia da história (o materialismo histórico e a narrativa de *Dialética do Esclarecimento*) baseados no modelo da ação instrumental empreendida no contexto da produção, para além do fato de ter uma apreciação positiva ou pessimista acerca do desdobramento das forças produtivas? Como justificar os fundamentos normativos de uma nova teoria crítica, que em face de um diagnóstico do capitalismo tardio, percebe a necessidade de enfatizar muito mais o âmbito interativo das normas sociais e da formação democrática da vontade política (emancipação social), em detrimento da ação voltada para o trabalho e para o desenvolvimento técnico (emancipação material)? Por isso, a partir de 1968, Habermas se dedica à elaboração de uma teoria *complexa* da racionalização e da evolução social que confrontava a constelação teórica segundo a qual conceitos como modernidade e racionalização estavam tão intimamente relacionados com aquele de reificação, que inviabilizava qualquer espécie de prognóstico na direção da superação dos obstáculos à emancipação. Com isso, além de criticar Marx e a primeira geração da Teoria Crítica, Habermas também precisa mostrar a parcialidade do diagnóstico weberiano da racionalização e da modernidade. Tais movimentos teóricos visavam apoiar os *prognósticos* habermasianos e lhe ajudar a buscar uma solução positiva ou mais "otimista" para os dilemas que marcam o processo de modernização, o que vai ao encontro da necessidade de ancoramento real da emancipação. A idéia da Modernidade enquanto um projeto inacabado é mais um desdobramento desta intuição central.

Se em "Técnica e Ciência como Ideologia" a crítica à teoria da ação e da racionalização de Weber ganha bastante destaque, a crítica a Marx também tem aí o seu lugar. No entanto, é em outra obra, *Conhecimento e Interesse*, que ela adquire um caráter mais sistemático. Por isso, antes de analisarmos a teoria social presente no ensaio de 1968, gostaríamos de abordar brevemente a crítica ao paradigma do trabalho presente em *Conhecimento e Interesse*.

Excurso: a crítica ao paradigma do trabalho em *Conhecimento e Interesse*

Habermas parece acreditar que Marx deu um passo importante em direção à compreensão do processo de auto-formação e evolução da espécie humana76. As tentativas anteriores esbarraram no subjetivismo (Kant) ou nos limites de uma filosofia da identidade (Hegel). Marx, por seu turno, empreendeu uma verdadeira revolução no modo de conceber a forma de vida humana ao vinculá-la à dimensão do trabalho *social* enquanto síntese entre os momentos da subjetividade (natureza interna) e objetividade (natureza externa). Com isso, a solução da questão sujeito/objeto, tão cara à tradição filosófica da modernidade na forma da *teoria do conhecimento*, é remetida à *teoria social*.

76 Cf. HABERMAS, J., *Knowledge and Human Interests*, caps. 2 e 3.

Segundo Habermas, na primeira tese sobre Feuerbach, Marx já aponta para a necessidade de conceber o objeto ou realidade sensível também como atividade humana sensível, como *práxis*. Isto é, a atividade humana é objetiva, e, nessa medida, constitui a objetividade dos objetos passíveis de experiência[77]. Assim, de um lado, Marx concebe a atividade objetiva como uma realização transcendental, na medida em que esta constrói um mundo no qual a realidade aparece sujeita às condições da objetividade dos possíveis objetos da experiência humana enquanto *práxis*. Por outro lado, tal realização transcendental está enraizada no processo laborativo real. O sujeito da constituição do mundo enquanto uma experiência possível não é a consciência transcendental em geral (Kant), mas a espécie humana concreta, a qual reproduz a sua vida sob condições naturais. Essa práxis, atividade humana subjetiva que funda uma objetividade e realiza a síntese entre natureza interior e exterior (ou, em termos filosóficos, entre ser e pensar, sujeito e objeto), é um processo de intercâmbio material entre o homem e a natureza, que toma a forma do processo de trabalho social porque deriva da constituição física dos indivíduos e das constantes do meio natural.

Habermas ainda observa que Marx considera o trabalho como uma condição da existência humana que é independente de todas as formas de sociedade, pois é uma perpétua necessidade da natureza a fim de mediar o intercâmbio homem-natureza e assegurar a reprodução da existência humana[78]. No entanto, a categoria trabalho vai muito além do papel de assegurar a existência humana, pois a natureza que nos cerca só se constitui como *natureza objetiva para nós* ao ser mediada pela natureza subjetiva do homem através do trabalho social. É por isso que o trabalho é, também, uma categoria *epistemológica.* Isto é, o sistema de atividades objetivas cria as condições factuais da possível reprodução da vida social ao mesmo tempo que cria as condições transcendentais da possível objetividade dos objetos da experiência. O homem enquanto animal laborativo (que produz instrumentos) é tanto um protótipo de ação quanto de apreensão do mundo.

Por outro lado, a mediação homem-natureza via trabalho, enquanto uma síntese ativa, transforma tanto os objetos naturais imediatamente dados em objetos do trabalho, quanto a imediaticidade da mente humana em forma objetiva da sensibilidade humana. Isto é, a natureza não está adequadamente presente ao ser humana nem objetivamente nem subjetivamente. Com efeito, ao mediar natureza externa e interna, o trabalho designa o mecanismo de evolução das espécies na história. Porque a atividade do trabalho é essencialmente transformadora, a espécie humana se distingue dos outros animais porque não é determinada por nenhuma estrutura invariante, mas apenas pelo processo de humanização. Como vimos, através do trabalho social, o que muda não é apenas a natureza externa trabalhada, mas também, correlatamente, a natureza dos sujeitos que trabalham. Ao transformar a natureza para sobreviver, ao desenvolver as forças produtivas, os

77 Cf. idem, p. 27.
78 Cf. idem, ibidem.

homens também se transformam, na medida em que o mundo dentro do qual eles se relacionam com os objetos também muda. Por isso Marx afirma que a soma das forças produtivas, formas de intercurso social com a quais cada indivíduo e cada geração se defronta como algo dado é a real fundação daquilo que os filósofos conceberam como a "substância" ou "essência" do homem[79].

Habermas ainda reconhece que Marx concebe este processo de auto-formação da espécie via trabalho social a partir de duas dimensões básicas. Juntamente com as *forças produtivas* nas quais as técnicas e meios de produção (orientada para o sucesso do domínio sobre um objeto) são sedimentados, a teoria social marxiana também incorpora à sua abordagem o quadro institucional, as *relações de produção,* que configuram a dimensão da interação simbólica e da tradição cultural. Segundo Habermas, com esta distinção, Marx tentou capturar de uma maneira mais determinada aquela articulação entre natureza externa e interna. Como vimos, ao transformar a natureza externa, o homem se auto-transforma, modificando a sua natureza interna. Por isso, na dialética entre forças produtivas (que corresponde ao domínio técnico sobre a natureza externa, que interpretado por Habermas no quadro da ação instrumental) e relações de produção (com correspondente grau de repressão sobre a natureza interna a partir da regulação normativa das relações entre os homens, identificado por Habermas ao domínio do agir comunicativo[80]), Marx concebe que a síntese é realizada na dimensão da *produção* da vida material através do trabalho social.

É neste ponto que Habermas afirma haver uma certa tensão ao nível do quadro categorial marxiano. A julgar a partir do modo como Marx elabora *sistematicamente* a sua teoria social, Habermas acredita que há, em torno da relação entre as duas dimensões básicas da atividade social, uma certa tendência a um reducionismo produtivista. Isso porque, se a síntese entre o progresso técnico e a evolução das relações sócio-institucionais, se dá ao nível da produção, na medida em que as transformações que vão se dar ao nível da natureza interna virão como uma espécie de "reação" às mudanças ocorridas ao nível das forças produtivas, há o perigo de que se reduza a dimensão da interação normativa ao mero avanço do agir instrumental; como se o quadro institucional se adaptasse "automaticamente" à evolução do trabalho social.

É com vistas a evitar esta tentação, que Habermas estabelece uma diferenciação entre dois tipos de emancipação. Se ao nível da ação instrumental, o homem se emancipa da natureza externa na medida em que exerce sobre ela um domínio técnico cada vez maior, ao nível do quadro institucional que regula as relações entre os homens a emancipação se dá em sentido inverso: as instituições baseadas numa repressão violenta da natureza interna tendem a ser progressivamente substituídas por outras baseadas numa comunicação livre de repressão e de ideologias. No entanto,

79 Marx, *Ideologia Alemã,* apud Habermas*, Knowledge and Human Interests,* p. 30.

80 Definiremos com mais precisão os dois tipos básicos de ação social concebidos por Habermas adiante. Por enquanto, basta ter em mente que do lado da ação instrumental, temos um agir técnico orientado para o sucesso do domínio de um sujeito sobre um objeto); ao passo que no agir comunicativo, o que prevalece é a interação normativa travada entre sujeitos, os quais se relacionam por meio de determinadas expectativas de comportamentos recíprocos.

e isso é o mais importante a ser ressaltado, este segundo tipo de emancipação não ocorre diretamente por meio da atividade produtiva, mas antes através da atividade revolucionária das classes em luta (incluindo a reflexão crítica das ciências reflexivas). Somente se tomadas juntas, ambas categorias da prática social tornam possível aquilo que Hegel e Marx chamam de ato auto-gerativo da espécie. O problema é que Marx vê a conexão entre ambas as categorias como efetuada no sistema de trabalho social – é por isso que a "produção" lhe parece o movimento no qual ação instrumental ("atividade produtiva") e "relações de produção" aparecem como aspectos meramente diferentes do *mesmo* processo[81].

No entanto, se o processo de desenvolvimento das forças produtivas, para Habermas, se dá no sentido de reproduzir, passo a passo, cada elemento funcional do sistemas humano comportamental da ação instrumental, até a organização da sociedade mesma se estabelecer como um autômato, o sentido do processo de evolução das relações sociais (quadro institucional) é bem diferente; em vez de ser marcado por novas tecnologias, é configurado por estágios de reflexão através dos quais o caráter dogmático das ultrapassadas formas de dominação e ideologias é dissolvido, a pressão do quadro institucional é sublimada e a comunicação intersubjetiva é progressivamente liberada, até o ponto em que a organização da sociedade se liga a processo decisórios efetivados sobre a base de uma comunicação livre de dominação. Nesse sentido, os dois desenvolvimentos não convergem diretamente, embora sejam interdependentes[82].

Com isso, a crítica recai no suposto unilateralismo da formulação mais clássica do materialismo histórico:

> Marx tentou em vão capturar isto [esta interdependência] na dialética de forças produtivas e relações de produção. Em vão – pois o significado desta dialética deve permanecer obscuro tão-logo o conceito materialista de síntese do homem e da natureza é restringido ao quadro categorial da produção. Se a idéia de auto-constituição das espécies humanas na história natural é a de combinar ambos auto-geração através da atividade produtiva e auto-formação através da atividade crítica revolucionária, então o conceito de síntese deve também incorporar esta segunda dimensão[83].

Assim, o que Habermas pretende fazer é desenvolver sistematicamente, até às últimas conseqüências, a bi-dimensionalidade da existência sócio-humana-cultural concebida através do par conceitual forças produtivas e relações de produção. Segundo ele, o próprio Marx faz isso nas suas investigações de cunho mais histórico e menos sistemático – o seu erro foi o de auto-compreender a sua própria atividade investigativa sob o paradigma unidimensional da produção.

Por isso, a grande ênfase da tese habermasiana recai justamente sobre esta bidimensionalidade do mundo social, radicalmente *irredutíveis* entre si. Embora se relacionem e se

---

81 Cf. idem, p. 53.

82 "O quadro institucional que estabelece um novo estágio de reflexão (o qual, é verdade, é incitado pelo progresso da ciência enquanto força produtiva) não é *imediatamente* o resultado de um processo de trabalho... O que isto representa não é imediatamente um estágio de desenvolvimento tecnológico mas antes uma relação de força social, nomeadamente o poder de uma classe social sobre outra" (idem, p. 52). Tradução livre.

83 Cf. idem, p. 55.

influenciem mutuamente, a evolução do quadro institucional não pode ser deduzida a partir do progresso técnico-científico e vice-versa. Se trata de dois âmbitos de ação social distintos (ação instrumental de um lado, agir comunicativo de outro) e, portanto, possuem cada um a sua própria lógica *interna* de desenvolvimento.

No fundo, o que Habermas faz é realizar uma divisão bem demarcada entre o domínio *técnico* e o domínio *prático, moral ou normativo* da vida social. A síntese por meio do trabalho conduz à uma relação técnica-teórica entre o sujeito e o objeto; a síntese por meio da luta social entre classe conduz à uma relação prático-teórica entre eles. Se no primeiro caso surge o conhecimento de tipo produtivo, no segundo surge conhecimento reflexivo[84].

Mas como se dá efetivamente a articulação entre as duas dimensões? Em que constitui aquela interdependência que escapou ao esquema marxiano? Na leitura habermasiana, Marx apreende o movimento social dialético na forma de uma sociedade na qual os homens produzem a fim de reproduzirem suas próprias vidas através da apropriação da natureza externa. A Moralidade (domínio prático) é vista como um quadro institucional que é construído no interior de uma tradição cultural; mas se trata de um quadro erigido em vista de um determinado processo de produção. Marx toma então a dialética da vida moral (isto é, a dinâmica do domínio prático), que opera sobre a base do trabalho social, como a lei de movimento de um conflito definido entre classes definidas. O conflito gira sempre em torno da organização da apropriação dos recursos produzidos socialmente, enquanto que as parte conflitantes são determinadas por sua posição no processo de produção, ou seja, enquanto classes. Enquanto movimento do antagonismo de classe, a dialética da vida moral está profundamente ligada ao desenvolvimento do sistema de trabalho social. A reconciliação crítico-revolucionária das partes potencialmente conflitantes sucede apenas de modo relativo ao nível de desenvolvimento das forças produtivas. O quadro institucional incorpora o grau de domínio sobre a natureza externa, o qual é expresso no grau de trabalho socialmente necessário e na relação entre recursos disponíveis e demandas socialmente desenvolvidas. Através da repressão das necessidades e vontades, o quadro institucional traduz o domínio sobre a natureza em compulsão sobre a natureza interna, em outras palavras, em constrangimento via normas sociais. É por isso que o grau de defasagem de uma relação moral só pode ser apreendida pela diferença entre o grau efetivo da repressão exigida institucionalmente e o grau de repressão que é necessário a um dado nível das forças produtivas. Esta diferença é a medida objetiva da dominação supérflua e do estabelecimento de contradição entre as relações produção e as forças produtivas. A partir daí se dá o conflito entre a classe que estabeleceu tal tipo de dominação e a classe revolucionária. A primeira é compelida pela segunda a reconhecer a injustiça da apropriação desproporcional entre os recursos produzidos socialmente e, com isso, a superar a alienação da existência de ambas as classes. No

84 Cf. idem, p. 56.

entanto, tão-logo o domínio sobre a natureza externa persiste na forma de escassez econômica, toda a classe revolucionária é induzida, após sua vitória, a uma nova injustiça, qual seja, o estabelecimento de uma nova estrutura de classes. Portanto a dialética da vida moral deve se repetir até que a escassez material seja superada tecnologicamente[85].

Embora Habermas pareça concordar com a idéia de que a evolução do quadro institucional e da natureza das normas sociais seja incitada pelo avanço das forças produtivas, ele avalia que esta dialética da vida moral não é abolida *automaticamente* pelo progresso na esfera da reprodução material. Isso porque, diferentemente da síntese realizada pelo trabalho social, ele concebe a dialética do antagonismo de classe como um movimento de reflexão. Segundo ele, a relação dialógica da unificação complementar entre sujeitos que estão em oposição recíproca, o reestabelecimento da moralidade, é uma relação de lógica e de conduta de vida. Isto pode ser melhor visto na dialética da relação moral desenvolvida por Hegel sob o nome de *luta por reconhecimento*. Neste caso, a supressão e a renovação de uma situação dialógica são reconstruídos como uma relação moral. As relações gramáticas da comunicação, uma vez distorcidas pela força, exercem elas próprias força. Somente o resultado do movimento dialético erradica esta força e traz de volta a liberdade de restrição/limitação contida no dialógico auto-reconhecimento-no-outro (amor como reconciliação).

Com esta analogia, o que Habermas pretende afirmar é que as relações sociais de produção pensadas por Marx pertencem em realidade ao mundo social da prática, regulado intersubjetivamente com base em expectativas recíprocas de reconhecimento de papéis e normas sociais. Por se tratar de um mundo simbolicamente mediado, as mudanças realizadas no âmbito da prática tem de se dar via reflexão, isto é, crítica das ideologias por meio do advento da consciência de classe, e não pelo mero aumento do saber tecnicamente utilizável, como parece supor o esquema marxiano *exclusivamente* baseado na instância da produção[86.]

Como se vê, a crítica habermasiana ao suposto reducionismo marxiano chama atenção para uma outra dimensão do mundo social, tão fundamental quanto aquela do trabalho social, que é a da interação simbólica normativamente regulada. Em *Trabalho e Interação*, Habermas assenta esta análise "anti-produtivista" em bases ainda mais profundas. Aí, ele parece dar assentimento à tese do jovem Hegel de que não só a instância da interação[87], mas também aquela do trabalho, são

85 Cf. idem, p. 58.

86 "Mas, o desencadeamento das forças produtivas técnicas, incluindo a construção de máquinas capazes de aprender e de exercer funções de controle, que simulam todo o círculo funcional da atividade instrumental muito além das capacidades da consciência natural e substituem as realizações humanas, não se identifica com a formação das normas que possam consumar a dialética da relação ética numa interação isenta de dominação, com base numa reciprocidade que se desenvolve sem coações... *A emancipação relativamente à fome e à miséria* não converge necessariamente com *a libertação a respeito da servidão e da humilhação*, *pois não existe uma conexão evolutiva automática entre trabalho e interação*" (*Trabalho e Interação*, p. 42).

87 "Como tradição cultural, a linguagem entra na ação comunicativa; pois, só as significações intersubjetivamente

perpassadas pela linguagem, que lhes aparece mesmo como *condição de possibilidade*:

> E também a ação instrumental, logo que como trabalho social aparece sob a categoria do espírito real, está inserida numa rede de interações e depende, portanto, por seu lado, das condições marginais comunicativas de toda a cooperação possível. Abstraindo do trabalho social, já o ato solitário do uso de um instrumento está referido à utilização de símbolos, pois a imediaticidade da satisfação animal dos impulsos não é interrompida sem um distanciamento da consciência que dá nomes, relativamente aos objetos identificáveis[88].

Com isso, se vê que, entre trabalho e interação, a dimensão mais fundamental parece ser a da linguagem, que perpassa as outras duas. A linguagem, nesse sentido, seria a marca mais distintiva da forma de vida histórico-cultural, e não o trabalho social, que na verdade a pressupõe. No entanto, isso não significa que ambas as dimensões da realidade social, trabalho e interação, seja redutíveis a uma base comum, a partir da qual se pudesse erigir um esquema conceitual unidimensional. Ao contrário, Habermas crê que a força de sua abordagem reside justamente no fato de que ele mantém estas duas dimensões como irredutíveis, embora inter-relacionadas e igualmente perpassadas pela linguagem:

> Por um lado, as normas sob as quais se institucionaliza e adquire continuidade a ação complementar no marco da tradição cultural são independentes da ação instrumental. *Certamente, as regras técnicas só se formam sob as condições da comunicação linguística, mas nada têm em comum com as regras comunicativas da interação.* Nos imperativos condicionados, a que se segue a ação instrumental e que, por seu lado, resultam do domínio experiencial da ação instrumental, *só entra a causalidade da natureza, e não a causalidade do destino*. Não é possível uma redução da interação ao trabalho ou uma derivação do trabalho a partir da interação[89].

Aqui, Habermas justifica a irredutibilidade entre ambos a partir da idéia de que o trabalho lida com a natureza instrumentalmente, enquanto *um objeto a ser dominado*; ao passo que na interação a "causalidade do destino" entra em jogo, isto é, é aí que as relações sociais estabelecidas *entre sujeitos* vão regulá-los intersubjetivamente e determinar a estrutura básica da sociedade.

Por outro lado, embora estes dois tipos de usos distintos dos símbolos linguísticos sejam irredutíveis, Habermas parece admitir que ele considera a dimensão da comunicação interativa, em que o uso da linguagem é direcionado à busca por entendimento ou consenso em torno de normas e valores, como a mais fundamental, pois o entendimento constituiria o fim *por excelência* da linguagem em geral[90]. Com isso, as regras técnicas (linguísticamente constituídas, mas orientadas para o sucesso) dependeriam de um acordo prévio em torno de certas normas intersubjetivamente compartilhadas para serem institucionalizadas em nível societal[91]. Isto é, o reconhecimento

---

válidas e constantes, que se obtêm da tradição, facultam orientações com reciprocidade, isto é, expectativas complementares de comportamento. Assim, a interação depende das comunicações linguísticas que se tornam familiares" (idem, p. 31).

88 Idem, ibidem.

89 Idem, ibidem.

90 Cf. MacCarthy, p. 288.

91 Axel Honneth observa o seguinte, acerca da importância dada por Habermas à ação orientada para o entendimento: "A percepção da intersubjetividade linguística da ação social constitui a base dessa tese. Habermas chegou à premissa fundamental de sua teoria por via de um estudo da filosofia hermenêutica e da análise linguística de Wittgenstein; aí aprendeu que os sujeitos humanos estão *ab initio*, isto é, desde sempre, unidos uns aos outros na busca da compreensão pela língua. A forma de vida dos seres humanos distingue-se por uma intersubjetividade

recíproco de normas e valores é a base de todos os outros usos da linguagem (estratégico, dominação, etc.).

***

Esta crítica ao materialismo histórico clássico, que até aqui se deu a um nível mais abstrato e filosófico, se reveste de uma análise sociológica e concreta em outros textos de Habermas. Podemos então abordar a teoria social desenvolvida a partir de "Técnica e Ciência como Ideologia". Aí, Habermas introduz a distinção entre trabalho e interação[92] enquanto uma formulação "mais abstrata" do par conceitual marxista forças produtivas/relações de produção. O primeiro é definido como ação racional com respeito a fins (*zweckrationaler Handeln*) e o segundo é concebido enquanto ação comunicativa *(kommunikativer Handeln)* ou ação racional com relação a normas sociais.

A instância do trabalho é dividida em (i) *agir instrumental* e em (ii) *agir estratégico*. O agir instrumental rege-se por *regras técnicas* baseadas no saber empírico, as quais implicam, em cada caso, prognósticos condicionais sobre acontecimentos observáveis, físicos ou sociais; esses prognósticos podem se evidenciar como corretos ou como falsos. Na esfera da produção, por exemplo, as regras do agir instrumental são responsáveis pela realização da transformação e reconversão dos materiais da natureza em meios de subsistência, materializada pelo saber técnico utilizável e pelos meios de produção (tecnologia). Já o agir estratégico, que se identifica com o comportamento da escolha racional, é regido por estratégias baseadas no saber analítico; estas implicam derivações a partir de regras de preferências (sistemas de valores) e de máximas universais que são realizadas correta ou incorretamente. No âmbito do trabalho social, na medida em que não se trata das ações instrumentais de um indivíduo singular, mas a cooperação social de diversos indivíduos; no entanto, tal cooperação é coordenada de acordo com um fim (finalidade da produção) – é aí que entram em jogo as regras do agir estratégico como parte constitutiva necessária do processo de trabalho. Assim, de um modo global, pode-se afirmar que o agir-racional-com-respeito-a-fins é um tipo de ação social que realiza objetivos definidos em condições dadas – neste caso específico, realiza o objetivo de assegurar a produção dos meios materiais de subsistência a partir de um dado meio natural.

No entanto, Habermas interpreta a *distribuição* socialmente organizada dos produtos do trabalho (e, sobretudo, a *legitimação* desta distribuição) em termos de regras do *agir comunicativo*.

---

enraizada nas estruturas da língua; portanto, para a reprodução da vida social, a busca pela compreensão mútua graças à língua representa um pressuposto fundamental, o mais importante mesmo" (Honneth, op. Cit., p. 538).

92 Cf. HABERMAS, J., *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*, p. 62. Doravante citado como TWI.

Estas só são constituídas através de uma interação mediatizada simbolicamente. Esta se rege por normas que valem obrigatoriamente, que definem as expectativas de comportamento recíprocas e que precisam ser compreendidas e reconhecidas por, pelo menos, dois sujeitos. Normas sociais se fortalecem mediante sanções. Seu sentido se objetiva na comunicação mediatizada pela linguagem corrente. Enquanto a vigência das regras técnicas e das estratégias depende da validade das proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas, a vigência das normas sociais é fundamentada exclusivamente na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações [93].

A violação da regra tem, em cada caso, conseqüências diferentes. Um comportamento incompetente, que viole regras técnicas confirmadas ou estratégias corretas, é por si só condenado ao abandono, em virtude do insucesso; a "punição" está, por assim dizer, incorporada ao fracasso diante da realidade. Um comportamento anômalo, que violente as normas vigentes, desencadeia sanções que só são ligadas às regras exteriormente, por convenções. Regras aprendidas do agir-racional-com-respeito-a-fins nos equipam com a disciplina das *habilidades*, normas interiorizadas, com a disciplina das *estruturas de personalidade*. Por fim, enquanto no agir comunicativo a linguagem corrente é participada intersubjetivamente, no agir-racional-com-respeito-a-fins, a linguagem aparece como não dependente do contexto, na medida em que não busca o consenso mas o sucesso, que pode ser alcançado monologicamente – não há uma dependência "ontológica" entre os sujeitos. É por isso que as ações racionais com respeito a um fim devem colocadas dentro de normas intersubjetivamente vinculantes, as quais garantem a realização das condições motivacionais dos agentes, a fim de serem institucionalizadas[94].

A tipologia destes dois tipos de ação permite a Habermas a classificação de *sistemas sociais*, segundo predomine neles um ou outro tipo. Assim, temos uma teoria da sociedade essencialmente dividida em *quadro institucional* e *subsistemas do agir racional com respeito a fins*:

> O quadro institucional de uma sociedade consta de normas que dirigem as interações linguisticamente mediadas. Mas há subsistemas, como o sistema econômico ou o aparelho estatal, para nos mantermos nos exemplos de Max Weber, nos quais se institucionalizam sobretudo proposições acerca de ações racionais com respeito a fins. No lado oposto, encontram-se subsistemas como a família e o parentesco que, sem duvida, estão ligados a uma grande quantidade de tarefas e habilidades, mas que se baseiam sobretudo em regras morais de interação. Assim, na esfera analítica, quero distinguir entre: 1) O *quadro institucional* de uma sociedade ou de um mundo da vida sociocultural, e 2) os subsistemas da ação racional relativa a fins que se «incrustam» nesse quadro [95] .

Há, portanto, uma espécie de "superioridade" do quadro institucional em relação aos subsistemas de ação racional com respeito a fins, na medida em que estes últimos dependem do primeiro para serem institucionalizados e legitimados.

---

93 Idem, ibidem.

94 Para uma visão esquemática dos dois tipos de ação, ver quadro em TWI, p. 64.

95 HABERMAS, TWI, p. 63-5. Para as citações, utilizaremos a tradução portuguesa da obra, alterando-a quando julgarmos necessário. Cf. *Técnica e Ciência como Ideologia,* p. 60.

Já adentrando em seu esboço de teoria da evolução social, Habermas concebe as sociedades tradicionais a partir de alguns elementos básicos: 1) existência de um poder central; 2) divisão da sociedade segundo classes sócio-econômicas (e não mais por sistema de parentesco); 3) a legtimação do quadro institucional está assentada em alguma imagem metafísico-religiosa de mundo (mito, religião superior)[96]. Há uma outra característica comum a sistemas sociais desse nível: a capacidade de tolerância do seu quadro institucional em relação às inovações técnicas no âmbito dos subsistemas do agir-racional-com-respeito-a-fins é limitada. Isso significa que a "racionalidade" inerente a esses subsistemas jamais conseguiu se converter, neste estágio de desenvolvimento, numa ameaça aberta à autoridade inquestionável do quadro institucional. Nas palavras de Habermas,

> A expressão "sociedade tradicional" refere-se à circunstancia de que o marco institucional repousa sobre o fundamento legitimatório inquestionado contido nas interpretações míticas, religiosas ou metafísicas da realidade no seu conjunto – tanto do cosmos como da sociedade. As sociedades "tradicionais" só existem enquanto a evolução dos subsistemas da ação racional dirigida a fins se mantém dentro dos limites da eficácia legitimadora das tradições culturais. Isto origina uma "superioridade" do marco institucional, superioridade que certamente não exclui reestruturações induzidas por um potencial excedente das forças produtivas, mas exclui sim a dissolução crítica da forma tradicional da legitimação[97].

Para Habermas, as sociedades tradicionais conseguem se manter até o momento em que o caráter "sagrado" da legitimação do quadro institucional é superior à racionalidade técnica dos subsistemas. Isso significa que nenhum tipo de racionalidade com pretensões de *universalidade* a ameaça. A passagem para a modernidade ocorre a partir do momento em que as inovações técnicas, baseadas numa racionalidade com respeito a fins com pretensões universais, pode ser institucionalizadas de acordo com um ritmo muito mais intenso. Isso se dá, evidentemente, à custa do questionamento da autoridade legitimadora do quadro institucional tradicionalista, que dentro da lógica de uma racionalidade com pretensões universais, só pode aparecer como *arbitrária*:

> O "critério da superioridade" é, pois, aplicável a todos os estados de uma sociedade de classes estatalmente organizada, que se caracterizam pelo fato de que a validade cultural das tradições intersubjetivamente partilhadas (que legitimam o ordenamento existente da dominação), não é impugnada explicitamente e de modo conseqüente segundo os critérios de uma racionalidade universalmente valida, seja ela a instrumental ou a das relações estratégicas de fim/meios. Só depois de o modo de produção capitalista ter dotado o sistema econômico de um mecanismo regular, que assegura um crescimento da produtividade, não isento sem dúvida de crises, mas contínuo a longo prazo, é que se institucionaliza a introdução de novas tecnologias e de novas estratégias, isto é, *institucionaliza-se* a *inovação* enquanto tal[98].

Abordaremos a caracterização do capitalismo liberal mais adiante. No entanto, o que gostaríamos de ressaltar desde já é que, apesar da crítica do paradigma da produção e da razão instrumental, Habermas mantém a idéia (ainda que com ressalvas[99]) segundo a qual o

96 Cf. TWI , p. 64.
97 HABERMAS, TWI, p. 62.
98 Idem, ibidem.
99 O que ele vai deixar claro, nos seus escritos seguintes, é que o modo pelo qual o âmbito do quadro institucional reage aos desafios evolutivos postos pelo âmbito dos subsistemas da ação com respeito a fins segue uma lógica

desenvolvimento das forças produtivas é o principal mecanismo indutor da evolução social :

> O limiar que existe entre a sociedade tradicional e uma sociedade que entrou no processo da modernização nao se caracteriza pelo fato de, sob a pressao de forças produtivas relativamente desenvolvidas, se ter imposto uma mudança estrutural do marco institucional - este foi, desde o início, o mecanismo da história evolutiva da espécie[100].

***

Em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (*Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus)*, obra de 1973, Habermas, desde o prefácio, deixa claro que o seu problema central é o de investigar até que ponto a teoria marxista da *crise* pode ser aplicada à nova realidade do capitalismo tardio[101]. O próprio fato de empregar o termo "capitalismo tardio", para Habermas, implica considerar a possibilidade – o que para Adorno estava fora de questão – de que o capitalismo estatalmente regulado ainda apresenta um desenvolvimento contraditório ou que conduz a crises[102]. O seu principal objetivo será então o de desenvolver novos teoremas de crise para as condições profundamente alteradas de um capitalismo estatalmente regulado, de modo a reatualizar esse importante e clássico expediente marxista[103]. No entanto, antes de desenvolver tais teoremas, ele procura desenvolver ainda mais a sua teoria social, junto com a sua teoria da evolução social, já presentes em esboço no ensaio de 1968. No entanto, o foco agora – em torno do qual gira a sua teoria social - é a delimitação de um adequado conceito de crise.

Segundo Habermas, um conceito adequado de crise deve ser suficientemente complexo para abarcar a sua dimensão sistêmica e a sua dimensão social, assim como relacioná-los corretamente entre si. Ele fala aqui de integração sistêmica e de integração social, que aparecem nesta obra como um desdobramento da distinção entre trabalho e interação feita em 1968. A integração social diz respeito aos sistemas de instituições nos quais são socializados os sujeitos que agem e falam, por meio de um *mundo da vida* estruturado simbolicamente. Neste caso, tematiza-se as estruturas normativas de uma sociedade (valores e instituições), o que corresponde, para falar como Parsons, à *integration e pattern maintenance*. A integração do sistema, por sua vez, diz respeito às performances de regulação específica de um sistema auto-referencial – as performances dos agentes sociais é em grande medida negligenciada. Os sistemas são considerados aqui do ponto de vista de suas aptidões para manter seus limites e para assegurar sua existência dominando a complexidade

---

própria, que é inclusive fundamental para a institucionalização das inovações técnicas. Ver *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*.

100 Idem, p. 63.

101 Cf. HABERMAS, J., *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*, p. 7. Doravante citado como "LS".

102 "Wer den Ausdruck ‚Spätkapitalismus' verwendet, stellt die Hypothese auf, dass auch noch im staatlich geregelten Kapitalismus die gesellschaftlichen Entwicklungen ‚widerspruchsvoll' oder krisenhaft verlaufen". (LS, p. 9).

103 Discuteremos esse assunto com mais detalhes adiante, quando tratarmos das crises do capitalismo tardio. Para uma discussão da ideia de crítica enquanto uma teoria das crises, ver BENHABIB, op. Cit., cap. 4.

do mundo circundante instável. Tematiza-se então os mecanismos de regulação e de ampliação, ou *adaptation* e *goal-attainement*, na linguagem de Parsons [104].

Parcialmente sob a influência de Luhmann, Habermas concebe os componentes dos sistemas sociais a partir de um modelo tridimensional. Assim, há essencialmente três subsistemas: o sócio-cultural, o político e o econômico. A troca entre os sistemas sociais e seu mundo circundante se efetua na produção (apropriação da natureza externa) e na socialização (apropriação da natureza interna). Os sistemas sociais apropriam a natureza externa graças às forças produtivas. Eles organizam e qualificam a força de trabalho, eles desenvolvem tecnologias e estratégias. Por outro lado, os sistemas socializam a natureza interna por meio de estruturas normativas. Estas interpretam necessidades e tornam certas ações lícitas, ou ainda obrigatórias por intermédio de normas que reclamam uma justificação. Aqui têm lugar imagens de mundo (sistemas interpretativos) e normas sociais. Assim, como já havia sido estabelecido no texto de 68, "os sistemas sociais podem se manter face à natureza externa por ações instrumentais (segundo regras técnicas) e, face à natureza interna, por ações comunicativas (segundo normas em vigor)" [105].

O problema, segundo Habermas, é a união de ambos paradigmas, não apenas em uma teoria social, mas também no quadro analítico de uma teoria das crises. Sua teoria dualista da sociedade pretende realizar isso, ultrapassando as fraquezas de cada paradigma considerado isoladamente[106]. O conceito de crise em Habermas aparece justamente a partir da distinção feita entre a *integração social* e a *integração sistêmica*. Esta distinção constitui um afastamento em relação ao funcionalismo da primeira geração da Escola de Frankfurt, segundo a qual o processo de racionalização instrumental e técnico engloba todas as esferas da sociedade, tais como as forças

104 Cf.LS, p. 14.

105 LS, p. 21.

106 Em realidade, Habermas toma emprestado este termo, "integração social", bem como o seu contraponto, "integração sistêmica", de David Lockwood. Segundo este sociólogo, os problemas de *integração social* focam a atenção nas relações consensuais ou conflituosas entre os *atores*, enquanto que os problemas relativos à *integração sistêmica* sublinham as relações harmoniosas ou conflituosas entre *partes* de um sistema social (Lockwood, "Social Integration and System Integration", p. 400). Assim, enquanto a primeira abordagem foca nos aspectos morais ou normativos (valores compartilhados ou conflitantes), a segunda se detém nas compatibilidades ou incompatibilidades funcionais entre subsistemas das sociedades, como p. ex. ordem institucional x base material. Ainda segundo Lockwood, uma teoria da mudança social deve ser mais ou menos bem sucedida na medida em que consegue ou não articular melhor estas duas abordagens. No entanto, a grande inovação de Habermas, empreendida na tentativa de conciliá-las, foi a de diferenciar a dimensão sistêmica da dimensão normativa através de uma tipologia dual do agir social (que no fundo é uma dualidade entre racionalidades distintas), que relaciona o agir instrumental-estratégico com o subsistema do trabalho e o agir comunicativo com o quadro institucional. Assim, a integração social, que havia sido pensada por Lockwood como atribuível a todas as partes da sociedade, fica confinada ao núcleo normativo-institucional da sociedade ou "relações de produção" (pois é aí que o agir comunicativo é desenvolvido), enquanto que a integração sistêmica fica restringida aos subsistemas orientados para o sucesso (agir instrumental-teleológico), sobretudo às "forças produtivas". Mais adiante veremos como Habermas concebe a articulação entre as duas dimensões. Ademais, no capítulo 6, veremos que na TAC Habermas desenvolve ainda mais essa distinção, o que não impediu o surgimento de críticas a essa mudança em relação à intenção original de Lockwood. Para uma análise crítica da reapropriação destes termos por Habermas, ver MOUZELIS, N., "Social and System Integration: Lockwood, Habermas, Giddens".

produtivas, as instituições sociais, as produções culturais e as estruturas da personalidade 107. Com a introdução de um modelo sociológico mais diferenciado, Habermas por sua vez recusa a existência de uma simples "adequação funcional" entre a economia, de um lado, e a cultura e a personalidade, de outro. Contra Adorno e a teoria dos sistemas, ele afirma que a integração sistêmica só corresponde a um dos modos através dos quais as sociedades modernas coordenam as ações dos indivíduos[108]. A perspectiva sistêmica deve ser complementada pela perspectiva da integração social, de acordo com a qual os indivíduos orientam deliberadamente as suas ações, pois eles compreendem as regras sociais da ação em questão. Se a integração sistêmica pode se produzir quando há um hiato entre a intenção e a conseqüência da ação, a integração social só pose se realizar se as conseqüências da ação são compatíveis com a intenção dos atores sociais.

A distinção entre integração sistêmica e integração social é acompanhada de um conceito duplo de crise. Os sistemas econômico e político-administrativo podem ser vistos como sistemas auto-regulados, onde predomina a integração sistêmica; as "crises" são aqui produzidas quando estes subsistemas se tornam disfuncionais (por exemplo, crises econômicas de superprodução e crises administrativas de ineficiência ou de regulação). Todavia, de acordo com o paradigma da integração social, os problemas de regulação sistêmica só são de fato perigosos "(...) na medida em que o consenso que está na base das estruturas normativas é ameaçado ao ponto que a sociedade se torna anômica. Os estados de crise se apresentam sob a forma de uma desintegração das instituições sociais. Os sistemas sociais têm eles também a sua identidade e eles podem perdê-la"109. Esta última concepção de crise diz respeito portanto diretamente ao subsistema sócio-cultural, no qual indivíduos e coletividades constituem e reproduzem sua identidade em relação a valores, normas e sistemas de sentido.

A concepção objetivista ou estritamente sistêmica das crises, que é aquela da teoria dos sistemas, tem a desvantagem que ela "(...) não pode captar a margem de tolerância no interior da qual os valores teóricos de um sistema social podem variar sem que sua existência seja posta em perigo e sem que ele perca sua identidade", de sorte que "(...) é apenas quando os membros de uma sociedade *consideram* as transformações estruturais como críticas para a existência mesma deste sistema e sentem sua identidade social ameaçada que nós podemos falar de crises"[110.] Não obstante, uma concepção "idealista" de crise, que é tomada exclusivamente do ponto de vista da integração social, comporta igualmente dificuldades: "A ruptura da tradição também é um critério impreciso, pois os meios de transmissão da tradição e as formas de consciência da continuidade histórica mudam eles mesmos de forma histórica. Além disso, depois de tudo, a consciência imediata de

107 Cf. BENHABIB, S., *Norm, Critique and Utopia,* p. 230.

108 Para a noção de sistema em Adorno e na teoria dos sistemas, ver FISCHER-LESCANO, A., "A Teoria Crítica dos Sistemas da Escola de Frankfurt" *in Novos Estudos CEBRAP*, número 86, Março 2010.

109 LS,p. 14.

110 LS, p. 14.

atravessar uma crise se revela muitas vezes enganadora. Uma sociedade não em crise apenas, e não entra sempre em crise, quando seus membros o dizem"[111].

Por isso, se impõe à Habermas a tarefa de articular os conceitos de crise sistêmica e de crise vivida: "Estes dois paradigmas, o mundo da vida e o sistema, são justificados, mas é a sua reunião que põe um problema"[112]. Como então reunir os problemas de regulação sistêmica às crises de identidade? Habermas propõe o seguinte conceito de crise:

> Os fenômenos de crise devem sua objetividade ao fato de que eles nascem de problemas de regulação deixados sem solução. As crises de identidade estão em correlação com os problemas de regulação. Os sujeitos que agem não são conscientes durante a maior parte do tempo acerca dos problemas de regulação, mas estes problemas engendram problemas derivados que produzem, estes, efeitos de forma específica na consciência destes sujeitos, de tal sorte que a integração social é posta em perigo. A questão que se põe é, entretanto, saber quando aparecem problemas de regulação que cumprem com esta condição. Um conceito de crise apropriado às ciências sociais deve, portanto, captar a correlação entre integração social e integração sistêmica[113].

Ora, se a questão é a de determinar quando os problemas de regulação conduzem a ameaças à identidade do sistema social, é preciso introduzir uma análise historicamente orientada dos sistemas sociais que determine o âmbito de tolerância ou a margem de manobra que cada tipo de sistema social suporta no nível da regulação, sem que com isso a integração social seja posta em perigo.

Para evidenciar o potencial heurístico desse conceito complexo de crise, precisa-se, portanto, mostrar como ele opera em cada tipo de sociedade ao longo do processo histórico. Por isso, Habermas introduz em 1973 um esboço de teoria da evolução social, que só será desdobrado e aprofundado na sua obra de 1976, *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*.

Neste momento, Habermas toca na questão da evolução social e recupera o conceito marxista de *formação social*. Segundo este conceito, a formação de uma sociedade é a cada momento determinada por um princípio de organização fundamental que determinada um espaço abstrato no interior do qual as mudanças de estágios sociais são possíveis. Estas mudanças, quando elas significam evoluções em cada dimensão do sistema social, são compreendidas como um processo de *aprendizagem*. Os princípios de organização por sua vez delimitam a capacidade que uma sociedade tem de aprender sem perder a sua identidade. Os princípios de organização deste gênero determinam, em primeiro lugar, o mecanismo de aprendizagem do qual depende o avanço das forças produzidas. Eles definem, em segundo lugar, a margem de variação reservada aos sistemas de interpretação (subsistema sócio-cultural) que asseguram a identidade, e enfim eles estabelecem os limites institucionais do crescimento possível da capacidade de regulação.

Segundo Habermas, a evolução social ocorre nas três dimensões do sistema social, isto é, no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento de autonomia sistêmica em relação ao meio

111 LS, p. 14.
112 LS, p. 15.
113 LS, p. 15.

(poder) e nas alterações das estruturas normativas. Acontece que a ampliação da autonomia do sistema (a potência ou a capacidade de regulação), que corresponde à terceira dimensão do sistema social (o subsistema político), depende de desenvolvimentos nas duas outras dimensões.

E aqui tem uma tese forte de Habermas: o desenvolvimento que ocorre em ambas dimensões pode ser reconstruído segundo um padrão racional. Como vimos, os sistemas sociais apropriam a natureza externa por meio de ações instrumentais e a natureza interna através de ações comunicativas. No entanto, ambas se dão no interior de uma intersubjetividade linguisticamente mediada. A linguagem permite que o conhecimento subjetivo ganhe objetividade, já que a linguagem funciona como uma espécie de "transformador", que reorganiza a subjetividade da opinião e do querer (em que têm lugar processes psíquicos como necessidades, sentimentos e sugestões) nos termos de pretensões de validade universal (onde são expressas regras técnicas objetivas e expectativas normativas). Universalidade significa objetividade do conhecimento técnico e legitimidade de normas válidas. No caso da ação instrumental, que corresponde a regras técnicas, a pretensão universal levantada é a de *verdade*. Ocorre o mesmo com as ações comunicativas, que correspondem às normas sociais, com a diferença, no entanto, que a pretensão levantada é a de *justeza normativa*. No nível avançado de aprendizado, tais pretensões só podem ser contestadas discursivamente e reflexivamente, com base em argumentos racionais.

Em todo caso, é importante ressaltar que o desenvolvimento das forças produtivas (segundo a pretensão de verdade) e as mudanças nas estruturas normativas (segundo a pretensão de justeza) seguem padrões de desenvolvimento que são *logicamente independentes* um do outro[114]. A história da evolução do saber profano e da tecnologia é a história do sucesso da confrontação dos sistemas sociais com a natureza externa, controlado segundo pretensões de verdade (orientadas com base em asserções empíricas). Ainda que a evolução de tal saber tecnológico ocorra de maneira descontinuada, pode-se a longo prazo conceber um padrão cumulativo de desenvolvimento das forças produtivas.

Menos trivial é a idéia segundo a qual no âmbito das estruturas normativas ocorre um desenvolvimento igualmente cumulativo. No entanto, se a socialização da natureza interna ocorre igualmente por meio de pretensões de validade discursiva, as mudanças das estruturas normativas também deve aparecer como um processo direcionado. Isto é, a integração da natureza interna também possui um componente cognitivo. Isso se mostra, segundo Habermas, no decurso do mito passando pela religião até a ideologia e a filosofia, em que a necessidade de resgate (*Einlösung*) discursivo das pretensões de validade normativas se torna sempre mais forte. Desse modo, assim como as tecnologias, as imagens de mundo seguem em seu desenvolvimento um padrão que permite a *reconstrução* racional das seguintes regularidades descritivas: (i) expansão do âmbito

114 Cf. LS, p. 22.

profano em detrimento da esfera sagrada; (ii) tendência que vai da amplas heteronomia até a crescente autonomia; (iii) esvaziamento das imagens de mundo em teor cognitivo (da cosmologia aos puros sistemas morais); (iv) do particularismo para a orientação universalista e ao mesmo tempo individualista; (v) crescente reflexividade do modo de crença, na seguinte sequência: mito como sistema de orientação imediato, doutrina, religião de revelação, religião racional, ideologia[115].

A conceituação habermasiana da *crise* vem a partir da idéia dos princípios de organização e da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as mudanças nas estruturas normativas. Os problemas de regulação só conduzem a crises apenas quando eles não podem ser resolvidos no interior do campo de variações possíveis que o principio de organização de uma sociedade circunscreve[116]. Mas se a capacidade de regulação de uma sociedade (ou a autonomia do sistema em relação ao meio) depende do nível das forças produtivas e das estruturas normativas, a relação entre estes dois últimos âmbitos é fundamental para o deflagramento da crise. Assim, embora os desenvolvimentos de ambos sejam logicamente autônomos, eles não deixam de se relacionar na efetividade da dinâmica histórica de evolução dos sistemas sociais. Habermas afirma, por exemplo, que as estruturas normativas podem ser transformadas mediante uma dissonância cognitiva entre a ampliação do saber profano por meio do desenvolvimento das forças produtivas e a dogmática de imagens de mundo tradicionais. Isso não quer dizer que o âmbito sistêmico determine o âmbito das estruturas normativas. O raciocínio aqui é bastante sutil. Pois os mecanismos, que causam os impulsos de desenvolvimento nas estruturas normativas, são independentes da *lógica* do desenvolvimento destas últimas. Por isso, não é certo que um desenvolvimento das forças produtivas e um conseqüente aumento na capacidade de regulação, conduza a mudanças normativas que correspondam exatamente às necessidades dos imperativos de regulação dos sistemas sociais. Assim, há entrelaçamento ou relação na dinâmica de desenvolvimento dos âmbitos sistêmico e social, mas não há uma determinação da lógica de desenvolvimento de um ou de outro. Isso é importante para assegurar a possibilidade de que o desenvolvimento do âmbito sistêmico conduza a mudanças no âmbito da integração social que imponham restrições em relação à autonomia dos sistemas sociais com novas pretensões de legitimidade, o que será muito importante para a inteligibilidade da lógica da(s) crise(s) no capitalismo tardio[117].

Assim, é possível afirmar que em todos os tipos de sociedade a variação dos princípios de organização é limitada pela lógica de desenvolvimento das imagens de mundo, a qual não é controlada ou determinada imediatamente pelos imperativos de aumento de autonomia do sistema[118]. Isso significa que, se no campo da integração sistêmica, o desenvolvimento das forças

115 Cf. LS, p. 23.
116 Cf. LS, p. 18.
117 Cf. LS, p. 25.
118 Idem, ibidem.

produtivas sempre aumenta a capacidade de regulação e de autonomia do sistema, o mesmo não pode ser dito das mudanças no âmbito dos sistemas interpretativos. No entanto, uma determinação mais precisa do modo como tal relação ocorre e, conseqüentemente, do modo como as crises ocorrem, depende de cada principio de organização, o que só pode ser determinado no contexto de uma teoria da evolução social que ofereça uma tipologia dos sistemas sociais.

Na sua ilustração dos princípios de organização, Habermas trata, entre outras, de formações sociais pré-culturamente desenvolvidas, formações sociais tradicionais e formações modernas de capitalismo liberal. No caso das primeiras formações sociais, o principio de organização forma os papeis sociais primários segundo idade e sexo. O núcleo institucional é o sistema de parentesco , de modo que a estrutura familiar assegura ao mesmo tempo a integração social e sistêmico, as quais ainda não se diferenciaram funcionalmente. A exploração da força de trabalho ainda não é possível. Também não há um motivo sistemático para a produção de excedentes. Já que não se desenvolvem imperativos contraditórios a partir deste principio de organização, apenas modificações *externas* são capazes de sobrecarregar a limitada capacidade de regulação destas sociedades e ameaçar a identidade familiar: é o caso de fatores como aumento demográfico em conexão com fatores ecológicos, acima e tudo dependência inter-étnica como resultado de relações de troca, guerras e conquistas[119].

Por outro lado, o principio de organização das sociedades tradicionais está baseado numa dominação de classe de forma política. Com o surgimento de um aparato de dominação burocrático, diferenciou-se do sistema de parentesco um centro de regulação, o que permitiu reorganizar a produção e distribuição da riqueza social em função da propriedade dos meios de produção. Com isso, surge um ordenamento jurídico que regula o acesso privilegiado aos meios de produção e a utilização estratégica do poder centralizado, o que por seu turno exige legitimação. A diferenciação entre aparato de dominação e ordenamento jurídico de um lado, e justificações contrafactuais e sistemas morais de outro, corresponde à separação histórico-institucional entre poder secular e poder sagrado. O novo principio de organização permite um aumento da autonomia do sistema, pois possibilita a formação de meios sistêmicos de coordenação social (poder e dinheiro) bem como de mecanismos reflexivos (direito positivo). Este aumento de margem de manobra para a capacidade de regulação, no entanto, é conseguida sobre a base de uma estrutura de classes instável. Em sociedades de classes, é institucionalizada uma relação de violência junto com a propriedade privada dos meios de produção, o que a longo prazo ameaça a integração social. Pois agora existem interesses contrários, que apresentam um potencial de conflito. É claro que a contrariedade de interesses entre classes sociais pode ser mantido em latência por uma ordem legítima de dominação. Este é o papel das imagens de mundo legitimadoras. Elas bloqueiam a tematização pública das

119 Cf. LS, p. 33.

pretensões de validade contrafactuais das estruturas normativas. Por outro lado, as relações de produção possuem um caráter imediatamente político, isto é, são reguladas por meio do poder legítimo. Este por sua vez é justificado com o apoio de imagens de mundo tradicionais e de uma ética cívica convencional.

Este novo principio de organização mantém mecanismos de socialização horizontais, que ocorrem por meio de relações de troca apolíticas, em limites bem limitados. Em todo caso, as forças produtivas podem ser agora desenvolvidas por meio do aumento da taxa de exploração, de modo que excedentes possam surgir – os quais são apropriados segundo privilégios.

Com as sociedades tradicionais surge um novo tipo de crise, que é produzido por meio de *contradições internas* (*innere Widersprüche*). A contradição reside então entre pretensões de validade das normas e dos sistemas de justificação, que não pode admitir explicitamente a exploração, e uma estrutura de classes, que generaliza a apropriação privilegiada da riqueza produzida socialmente. O problema, de como a riqueza social deve ser repartida de modo desigual e contudo legítimo, foi resolvido temporariamente através do a apelação ideológica para pretensões de validade contrafactuais (ou não condizentes com a realidade). No entanto, em situações críticas (p. ex., em termos de produção de bens), as sociedades tradicionais procuram ampliar o seu espaço de regulação por meio do aumento da exploração da força de trabalho, as crises têm, em regra, como ponto de partida problemas de regulação, que tornam necessário um aumento da autonomia do sistema por meio de uma repressão crescente. Esta última, por sua vez, conduz a perdas de legitimação, que levam por seu turno a conflitos de classe (muitas vezes em conexão com conflitos externos). Finalmente, as lutas de classes ameaçam a integração social e podem gerar transformações no sistema político e nos fundamentos legitimatórios, isto é, a uma nova identidade de grupo[120].

A explicação do mecanismo de crise nas sociedades de capitalismo liberal será analisada na seção seguinte.

2.4 – O capitalismo liberal

Em "Técnica e Ciência como Ideologia", Habermas mostra que o capitalismo, ainda em sua fase liberal, é o primeiro modo de produção a assegurar um crescimento regular da produtividade, que não deixa de enfrentar crises, mas que se mantém contínuo a longo prazo. Ou seja, institucionaliza-se a inovação como tal, de modo que fica garantida uma expansão permanente dos subsistemas do agir racional com respeito a fins; o que acaba por abalar a "superioridade" tradicionalista do quadro institucional perante as forças produtivas121. A grande inovação é,

120 Cf. idem, ibidem.
121 Cf. TWI, p. 68.

portanto, que o processo econômico se autonomiza em relação ao quadro institucional, na medida em que ele próprio fornece a legitimação da distribuição desigual[122]; ele oferece, portanto, uma legitimação da dominação que já não desce do céu da tradição cultural, mas que surge da base do trabalho social. Isso é possível com a ideologia da troca justa, que consegue cumprir com os critérios de uma racionalidade de meios/fins com pretensões de universalidade[123]. Segundo esta ideologia, "a instituição do mercado em que proprietários privados trocam mercadorias, que inclui um mercado em que pessoas privadas e sem propriedade trocam como única mercadoria a sua força de trabalho, promete a justiça da equivalência nas relações de troca. Com a categoria da reciprocidade, também esta ideologia burguesa transforma ainda em base da legitimação um aspecto da ação comunicativa. Mas o principio da reciprocidade é agora princípio de organização dos próprios processos de produção e reprodução social. Por conseguinte, a dominação política pode doravante legitimar-se a "partir de baixo", em vez de ser "a partir de cima" (apelando para a tradição cultural)"[124]. Contra o que o materialismo histórico advoga, só a partir deste momento a política se torna *superestrutural*: "Só com o meio de produção capitalista pode a legitimação do quadro institucional religar-se imediatamente com o sistema do trabalho social, pois, só então pode a ordem de propriedade converter-se de relação política em relação de produção, pois se legitima na racionalidade do mercado, na ideologia da sociedade da troca, e já não numa ordem de dominação legítima[125]. A ideologia da troca justa como troca de equivalentes substitui a dominação política, ocasionando uma despolitização do quadro institucional, já que "o sistema de dominação pode agora justificar-se apelando para as relações legitimas de produção: eis o conteúdo peculiar do direito racional desde Locke até Kant. O quadro institucional da sociedade é só mediatamente político, e imediatamente econômico (o Estado de direito burguês como 'superestrutura')"[126].

No entanto, "sabemos que a força da crítica de Marx se apóia aí: a despolitização do quadro institucional está baseada numa mentira. A novidade do modo de produção – o mercado, o fato de que todos os produtos são produtos 'para-serem-trocados' – fornece ao mesmo tempo a legitimação da dominação. A troca de equivalentes não é apenas um critério de trocas econômicas, mas também principio orientador das trocas simbólicas. O que Marx fez foi demonstrar que a troca de equivalentes de fato se realizava – as mercadorias são vendidas pelo seu valor -, mas com uma exceção decisiva: a forma salário"[127].

Habermas identifica o processo de adaptação do sistema de legitimação às novas exigências da racionalidade dos subsistemas de ação teleológica com aquilo que Max Weber denominou de

122 Cf. KEANE, J., *Public Life and late capitalism,* p. 77.
123 Cf. Idem, p. 78.
124 Cf. TWI, p. 64.
125 Cf. TWI, p. 65.
126 Cf. idem, ibidem.
127 NOBRE, M., *A Dialética Negativa*...p. 35.

racionalização. No entanto, ele distingue uma racionalização que vem "de baixo" de uma racionalização que vem "de cima". A partir de baixo, surge uma permanente pressão adaptativa logo que, com a institucionalização de um intercambio territorial de bens e da força de trabalho, por um lado, e da empresa capitalista, por outro, se impõe a nova forma de produção. No sistema do trabalho social, fica assegurado o progresso cumulativo das forças produtivas e, assim, uma expansão horizontal, dos subsistemas de ação racional teleológica. A partir de cima, corresponde um processo que se identifica com aquilo que Weber chamou de secularização, em que as tradições que legitimam a dominação e orientam a ação, em especial as interpretações cosmológicas do mundo perdem o seu caráter vinculante com a imposição dos novos critérios da racionalidade teleológica. Estas recolhem-se à esfera privada, na forma de éticas subjetivas, que ainda garantem o caráter privado das modernas orientações de valor (p. ex., ética protestante). Esse processo proporciona o surgimento da crítica das tradições e da reorganização do material criticado segundo princípios da troca de equivalentes (direito natural racional)[128].

Por outro lado, em *Problemas de Legitimação do capitalismo tardio*, Habermas já se utiliza do conceito de princípio de organização e, segundo ele, o que caracteriza o capitalismo liberal é a relação entre trabalho assalariado e capital. Mas a idéia central permanece a mesma: quando da passagem para o capitalismo, "a relação entre as classes deixa de ser política e a dominação de classe se torna anônima" [129]. Assim, o Estado e o sistema de trabalho social em sua forma política deixam de ser o núcleo institucional do sistema como um todo. A troca se torna o meio de regulação dominante. Agora, a fim de manter as condições gerais de produção que tornam possível o processo de exploração do capital através da regulamentação feita pelo mercado, o Estado só tem quatro tarefas: a) proteger as trocas regidas pelo direito privado (via política e justiça); b) isentar o mecanismo do mercado das conseqüências que derivam de seu funcionamento e que podem o colocar em perigo (via p. ex. a legislação social que protege os trabalhadores); c) assegurar as condições da produção (através da instrução pública, dos transportes e das comunicações); d) finalmente, adaptar o sistema do direito privado às necessidades que nascem do processo de acumulação (via direito fiscal, direito bancário e direito das empresas)[130]. O processo de desacoplamento do sistema econômico em relação à legitimação trazida pelo sistema sócio-cultural tornou possível o surgimento de um domínio de ação (a sociedade civil no sentido "hegeliano") onde a atividade orientada segundo interesses privados predomina em detrimento da atividade orientada por valores.

Ademais, o novo princípio de organização permite uma nova onda evolutiva tanto na dimensão das forças produtivas quanto na das estruturas normativas. A pressão da acumulação do

128 Cf. TWI, p. 66.
129 LS, p.36. Ver também KEANE, J., op. Cit., p. 79.
130 Cf. LS, p. 37.

capital conduz à um avanço das forças produtivas técnicas a fim de aumentar a produtividade do trabalho e as taxas da mais-valia relativa. Por outro lado, o fato que a dominação política não seja mais reconhecida sob uma forma pessoal aliviou a ordem política de obrigações legitimatórias. Isto implicou em um processo de universalização das ideologias burguesas, na medida em que a propriedade se despojou de sua forma política e se apóia doravante sobre a justiça imanente da troca de equivalentes. Ora, a partir do fato que a troca de equivalentes pretende ser justa, a classe social dominante (apesar da dominação anônima) deve convencer que ela não domina mais. Por isso as ideologias se tornam universais e criticam a tradição com base em critérios "científicos".

O princípio de organização do capitalismo, que tinha inicialmente liberado o sistema econômico do sistema político e das limitações impostas pela integração social, produziu um fenômeno muito interessante: o sistema econômico, além do cumprimento de suas funções no nível da integração sistêmica, passa a contribuir para a integração social. Habermas vê nisso entretanto um risco: "Estes sucessos causam entretanto o crescimento da fragilidade do sistema social, na medida em que, doravante, problemas de regulação podem imediatamente se tornar ameaças à identidade do sistema. Eu gostaria de falar neste sentido de crise do sistema"[131]. Segundo Habermas, Marx tinha razão em falar de uma *crise sistêmica* no capitalismo liberal, pois apenas nessa formação social a integração sistêmica cumpre também grande parte da integração social. O antagonismo de interesses fundado na relação entre trabalho e capital não é expresso imediatamente na confrontação entre as classes, mas na forma de problemas não resolvidos de regulação econômica. Nesse sentido, justifica-se a idéia de uma crise econômica.

Nas sociedades tradicionais as crises só apareciam se problemas de regulação não pudessem ser resolvidos no interior do espaço de possibilidades circunscrito pelo principio de organização; apenas nesse momento ameaças à identidade sistêmica se tornavam também ameaças à integração social (identidade da sociedade). No capitalismo liberal, no entanto, as crises se tornam endêmicas, pois problemas de regulação, que o processo de crescimento econômico volta e meia produz, ameaçam *enquanto tais* a integração social.

No capitalismo liberal, o mercado assume uma dupla função. Se de um lado ele funciona como mecanismo de regulação por meio do medium dinheiro, por outro lado, ele institucionaliza uma relação de poder entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. Já que a violência ou exploração social dos capitalistas sobre os proletários é institucionalizada na forma de contratos privados de trabalho, enquanto uma relação de troca de *equivalentes* (e, nesse sentido, justa), o mercado assume também uma função ideológica[132]. A relação de classe pode acatar uma violência anônima sob a forma apolítica da dependência do salário – desse modo, a

131 LS, p.39.
132 Cf. LS, p. 42.

relação entre as classes é despolitizada.

Em Marx a análise teórica da forma valor tem a dupla tarefa de descobrir o princípio de regulação do movimento econômico-capitalista e a ideologia de base da dominação burguesa de classe. Assim, além de analisar o sistema econômico, a teoria do valor-trabalho desmascara a idéia segundo a qual são trocados equivalentes no mercado de trabalho: descobre-se a mais-valia[133].

Sob as condições do capitalismo liberal, aquela contradição que já fora posta nas sociedades tradicionais de classes, qual seja, a de uma apropriação privada da riqueza produzida socialmente, adquire novas cores. Se acatarmos a análise marxista, o processo de acumulação do capital está necessariamente vinculado à apropriação da mais-valia. Isso significa que o crescimento econômico é regulado por meio de um mecanismo que, ao mesmo tempo, institucionaliza e parcialmente dissimula uma relação social de exploração. Na medida em que a produção de valor se dá por meio da apropriação de mais-valor ou mais-valia, desenvolve-se uma espiral de contradições passível de ser reconstruída sistemicamente.

Sob o aspecto da acumulação de capital, por exemplo, temos um padrão de desenvolvimento que se nega a si mesmo. Por um lado, a massa de valores de uso e de troca (portanto, capital e riqueza social) se acumula em função do aumento de mais-valia relativa, o que pressupõe uma evolução técnica que economiza nos custos de produção e produz mais intensivamente. Por outro lado, em todo novo nível de acumulação, modifica-se a composição do capital em detrimento do capital variável (com o qual a força de trabalho é vendida), único que produz mais-valia. Por isso Marx preconiza a famosa queda tendencial da taxa de lucro e o enfraquecimento do impulso para a continuação do processo de acumulação. Este, por sua vez, a fim de continuar, deve desvalorizar periodicamente uma parte do seu capital.

A interrupção do processo de acumulação toma a forma da destruição de capital. Isto é nada mais que a forma econômica de aparição do processo social real, segundo o qual os capitalistas expropriam e roubam da massa trabalhadora o seu meio de subsistência (desemprego). A crise econômica se torna então imediatamente crise social, já que, enquanto ela revela o antagonismo das classes sociais, realiza praticamente a crítica da ideologia. A crise econômica, que resulta de imperativos sistêmicos contraditórios, ameaça a integração sistêmica. Ela é, ao mesmo tempo, uma crise social, pois os interesses de grupos colidem entre si e ameaçam a integração social.

Assim, a crise econômica é a primeiro exemplo de uma crise sistêmica na historia mundial (e talvez a única). Isto é, o primeiro caso em que contradições dialéticas entre membros de um contexto de interação realizam-se nos termos de contradições sistêmico-estruturais não resolvidas.

Todavia, a questão que Habermas se põe ao fim da exposição da teoria das crises de 1973 do capitalismo liberal é a seguinte: a contradição fundamental da formação social capitalista

133 Cf. LS, p. 43.

permanece intocada nos fenômenos do capitalismo organizado, ou a lógica da crise mudou? O capitalismo se transformou em uma formação social que venceu as crises no desenrolar do crescimento econômico? Ainda é possível manter a explicação marxista de crise do sistema, que apela apenas para a análise econômica para traduzir imediatamente os conflitos sociais ? Ou o esforço de decifrar a inteligibilidade da crise no capitalismo tardio deve buscar novos instrumentos teóricos? [134].

2.5 – O Capitalismo Tardio

Ao falar do capitalismo tardio, Habermas retoma *grosso modo* a tese de 1961, segundo a qual houve uma repolitização das relações de produção, vinculada paradoxalmente a uma despolitização das massas. Contudo, há um elemento novo no diagnóstico: a técnica e a ciência passam a ser vistas como desempenhando também o papel de legitimadores dessa despolitização. Estas passam a servir de instrumento para uma dominação que, embora ainda pretenda manter a acumulação privada, se tornou de novo imediatamente política, já que passa a depender estruturalmente dos corretivos estatais para manter-se; e, por isso, precisa de novos meios de legitimação. Além disso, o capitalismo tardio é apresentado dentro do quadro mais geral de uma - já apresentada - teoria social e da evolução social (e da racionalização). Isso permite a elaboração teórica mais plausível de prognósticos de superação desse processo de despolitização, o que será discutido no próximo tópico.

No artigo de 1968, Habermas - que se refere ao capitalismo avançado sobretudo como um "capitalismo estatalmente regulado" (*staatlich geregelter Kapitalismus*) - mostra que a passagem para esta fase do capitalismo rompe com a constelação de quadro institucional e subsistemas típica da fase liberal. Segundo Habermas, existem dois fatores importantes envolvidos nesse fenômeno:

> Desde o último quarto do seculo XIX, fazem-se notar nos países capitalistas avançados duas tendências evolutivas: 1) um incremento da atividade intervencionista do Estado, que deve assegurar a estabilidade do sistema e, 2) uma crescente interdependência de investigação técnica, que transformou as ciências na primeira força produtiva[135].

Em relação ao primeiro aspecto, Habermas retoma, grosso modo, as teses de Pollock:

> A forma de revalorização do capital em termos de economia privada só pôde manter-se graças aos corretivos estatais de uma política social e econômica estabilizadora do ciclo econômico. O quadro institucional da sociedade repolitizou-se. Hoje, já não coincide de forma imediata com as relações de produção, portanto, com uma ordem de direito privado, que assegura o tráfico econômico capitalista, e com as .correspondentes garantias gerais de ordem do Estado burguês. Mas, assim, transformou-se a relação do sistema econômico com o sistema de dominação*; a política já não é apenas um fenômeno superestrutural*. E se a sociedade já não é "autônoma", se já não se mantém se auto-regulando como uma esfera que precede e, subjaz ao Estado - e era esta a novidade específica do modo de produção capitalista - então, o Estado e a sociedade já não se encontram na relação que a teoria de Marx definira como uma relação entre base e superestrutura. *Mas, se assim é, já não pode também desenvolver-se uma teoria crítica da sociedade na forma exclusiva de uma critica da economia política*[136].

134 Cf. LS, p. 49.
135 TWI, p. 74; trad., p. 68.
136 Idem, ibidem.

Esta passagem é central, pois ela mostra como Habermas, apesar de partir de um certo solo comum em relação a Adorno, se afasta em momentos decisivos do seu diagnóstico do capitalismo tardio. Ainda que ambos concordem que o capitalismo tardio desmentiu algumas das principais "previsões" marxistas acerca da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, eles retiram a partir daí conclusões muito distintas. Enquanto que Adorno permanece fiel ao conjunto do esquema marxista, notadamente à sua concepção sistêmica da sociedade capitalista, de sorte que mesmo num capitalismo de Estado, este continua submetido essencialmente à lógica de autovalorização do capital e a dominação *anônima* permanece sendo econômica[137], Habermas afirma uma primazia *efetiva* da política, uma vez que o quadro institucional é repolitizado e a dominação volta a ser diretamente política e se autonomiza face ao processo produtivo – ainda que o Estado deva representar o "interesse geral capitalista". Nesse sentido, ao contrário do que se costuma pensar, parece que Habermas está mais próximo de Pollock do que Adorno. É importante destacar, entretanto, que Habermas, à esta altura, não procura fornecer uma descrição mais precisa da atividade intervencionista do Estado, o que ele fará mais tarde na obra de 1973.

Ora, se a dominação volta a ser imediatamente política, o que a legitima? Se, por um lado, a maciça intervenção estatal desmente na prática aquilo que Marx desmentiu na teoria e inviabiliza a ideologia da troca justa, por outro lado, dado o processo de racionalização e desencantamento, uma legitimação baseada em narrativas metafísico-religiosas também não é mais possível.

Mais uma vez, tal como em 1961, a questão central posta por Habermas é a de compreender por que uma sociedade que se repolitiza (ou seja, em que a política não é mais um fenômeno meramente superestrutural) mantém a sua esfera pública "ressecada", isto é, marcada por uma *despolitização das massas*. Ou seja, o paradoxo que Habermas diagnostica aqui continua a ser o de que a política enquanto administração, atividade planificadora e intervencionista do Estado, conheceu um aumento bastante significativo, o qual não foi todavia acompanhado por um incremento na atividade política enquanto atividade prático-racional dos cidadãos autônomos e maduros. A questão, como em 61, é que o Estado aparece vinculado ao imperativo de valorização e deve intervir na sociedade de modo *seletivo,* segundo certas prioridades, a fim de assegurar a apropriação privada da mais-valia no contexto de uma produção socializada. Este segundo aspecto da política, incrustado nos sistemas normativos da democracia liberal, vincula-se aqui com uma formação democrática da vontade política. Acontece que no capitalismo tardio, "a dominação em termos de democracia formal, própria dos sistemas do capitalismo regulado pelo Estado, encontra-se sob uma necessidade de legitimação que já não pode resolver-se pelo recurso à forma pré-

137 Ver ADORNO, T, "Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?". In: ADORNO, T. W., *Gesammelte Schriften 8*. Frankfurt: Suhrkamp, 1997. Para uma comparação entre Adorno e Habermas (e também Offe) sob este aspecto, ver KEANE, J., *Public life and late capitalism*, cap. 3.

burguesa de legitimação"[138].

A lealdade das massas é, de fato, assegurada por um programa de substitutivos de uma atividade estatal que compensa as disfunções do livre mercado[139]. Ou seja, o sistema de dominação imediatamente político em uma sociedade desencantada passa a depender das condições de estabilidade implicadas num Estado de Bem-Estar social. Esse programa de substitutivos articula a ideologia burguesa do rendimento - que agora atribui o estatuto segundo o rendimento individual a partir do sistema escolar, e não mais do mercado – com a garantia de um mínimo de bem-estar da estabilidade no posto de trabalho e da estabilidade dos rendimentos. Segundo Habermas, "(...) semelhante programa substitutivo obriga o sistema de dominação a manter as condições de estabilidade de um sistema global que garante a segurança social e as oportunidades de promoção pessoal, e a prevenir os riscos do crescimento. Isto exige um espaço de manipulação para as intervenções do Estado que, a custa da limitação das instituições do direito privado, asseguram no entanto a forma privada da revalorização do capital e vinculam esta forma ao assentimento das massas"[140].

Mas o que legitima esta despolitização e põe em suspenso as questões de ordem prática? A tese do texto, que retoma e desenvolve uma idéia já introduzida por Marcuse, é que a própria técnica e a ciência se tornam ideologia. Isso porque, como as tarefas do Estado são vistas como algo essencialmente técnico e em vista da manutenção do sistema (cujas prioridades continuam a corresponder à acumulação privada de capital), esta nova etapa exige uma despolitização das massas, que não devem interferir nas atividades administrativas. Segundo Habermas, a técnica e a ciência, que pretendem ser "neutras", tornam plausível aos olhos das massas a sua própria despolitização. Com efeito, Habermas chega mesmo a afirmar que, no capitalismo tardio, a técnica e a ciência se tornam a principal força produtiva e uma fonte independente de mais-valia141. Por causa da crescente importância do processo de cientifização da técnica e de sua integração ao sistema produtivo, a técnica e a ciência adquirem assim a capacidade de "mascarar" ou tornar secundário o dualismo entre trabalho e interação na consciência dos homens. Nas palavras de Habermas,

> Cria-se assim uma perspectiva na qual a evolução do sistema social *parece* estar determinada pela lógica do progresso técnico-científico (...)E quando esta aparência se impôs com eficácia, então, a referência propagandística ao papel da técnica e da ciência pode explicar e legitimar porque é que, nas sociedades modernas, uma formação democrática da vontade política perdeu as suas funções em relação às questões praticas e "deve" ser substituída por decisões plebiscitárias acerca de equipes alternativas de administradores (...)A mim, parece-me ser muito mais importante que ela possa penetrar como ideologia de fundo também na consciência da massa despolitizada da população e desenvolver.uma força legitimadora[142].

138 TWI, p. 76. Trad.: p. 70.
139 Cf. TWI, p. 77.
140 TWI, p. 76. Trad.: p. 70.
141 Cf. TWI, p. 80.
142 TWI, p. 82. Trad.: 73.

O que esta ideologia tem de particular é então que ela descola a concepção que a sociedade tem dela mesma do sistema de referências da ação comunicativa. Ela suprime o conceito de interação mediada por símbolos, para substituí-lo por um modelo de ordem cientifica[143]. Isso faz com que questões de ordem *prática* sejam confundidas com tarefas de ordem *técnica*. O que era para ser escolhido pela participação e deliberação pública dos cidadãos, passa a ser a decidido pelos tecnocratas do planejamento estatal.

***

No livro de 1973, o foco é a delimitação das novas formas de crise imanentes à formação social contemporânea. Aliás, baseando-se em Claus Offe, ele justifica o uso da expressão "capitalismo tardio" (*Spätkapitalismus*) afirmando a hipótese de que, mesmo no contexto do capitalismo estatalmente regulado, os desenvolvimentos sociais ainda envolvem crises ou contradições[144].

No entanto, em última análise, o lastro do diagnóstico de 1961 permanece, na medida em que o problema fundamental, para o qual a teoria crítica deve se voltar, continua a ser identificado com um paradoxo típico do capitalismo tardio. A sociedade se repolitiza, mas os cidadãos permanecem apolíticos. Mais uma vez, Habermas relaciona a passividade dos cidadãos à necessidade de se manter desligada a contradição entre uma produção *administrativamente socializada* e a apropriação *privada* da mais-valia. Mas antes de esboçar as contradições do capitalismo organizado, Habermas apresenta um modelo deste último.

Segundo este modelo, a expressão "capitalismo organizado" ou "regulado pelo Estado" diz respeito a duas classes de fenômenos: de um lado, ao processo de concentração das empresas (à aparição das corporações, das sociedades nacionais e multinacionais) e à organização dos mercados de trabalho, de capitais e de bens; de outro lado, o fato de que o Estado intervencionista se imiscui nas lacunas funcionais sempre mais importantes do mercado [145]. Mas, tendo como referência a teoria da sociedade desenvolvida nesta obra, como estes fenômenos se apresentam no seio dos três subsistemas?

O subsistema econômico se divide em três setores que repousam sobre a distinção básica entre esfera privada e esfera pública. A produção da economia privada permanece voltada para o mercado. Um dos setores desta economia continua a ser regulado pelo próprio mercado – é o setor concorrencial. Neste, a produção ainda é bastante vinculada ao trabalho vivo e os salários são mais baixos. Mas há um outro setor privado que é determinado pelas estratégias do mercado de

143 Cf. idem, ibidem.

144 Cf. LS, p. 9. Ver também OFFE, C., "Spätkapitalismus – Versuch einer Begriffsbestimmung" *in* OFFE, C., *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*, p. 7.

145 Cf. *LS*, p. 53.

oligopólio – é o setor monopolista. Neste, o que é mais evidente é sua capacidade de expandir continuamente as forças produtivas pro meio da racionalização dos salários, dos preços, dos lucros, do consumo e da inovação técnica[146]. Isso traz uma importante consequência. Enquanto as análises de Marx da queda tendencial da taxa de lucro pressupunham um capitalismo concorrencial e anárquico, a produção monopolista tende a complicar essa equação, pois ela traz uma reorganização e segmentação parcial da antiga sociedade civil. Por exemplo, a determinação dos preços da mão-de-obra passam a ser negociados junto à burocracia oligopólios e dos sindicatos, e não mais determinados por mecanismos mercadológicos cegos; o que abre a possibilidade para um compromisso de classe. A respeito do setor público, tem-se grades empresas cuja maneira de tomar decisões é largamente independente do mercado.

Em relação ao subsistema administrativo, temos novos elementos responsáveis pelo questionamento dos prognósticos de crise da análise marxista. O aparelho de Estado passa a satisfazer duas ordens de imperativos do sistema econômico. De um lado, ele regula o ciclo econômico em seu conjunto graças à *planificação* global. De outro lado, ele melhora as condições de exploração do capital acumulado excedente[147]. A planificação global, que visa evitar grandes variações, é limitada pelo fato da possessão privada dos meios de produção, de sorte que a liberdade de investimento dos empreendedores privados permanece autônoma. As principais medidas globais da política monetária e fiscal destinadas a regular os ciclos econômicos são as seguintes: a alocação de crédito, as garantias de preço, as subvenções, os empréstimos públicos aprovados em função da política conjuntural e a política de emprego. Todas essas medidas são estratégias de prevenção no quadro de um sistema ideal marcado pelo equilíbrio entre os imperativos concorrentes do crescimento contínuo, da estabilidade monetária, do pleno emprego e de uma balança do comércio exterior equilibrada.

Se a planificação global se limita a corrigir as disfunções do mercado, o Estado substitui o mercado quando ele faz nascer e melhora as condições de exploração do capital acumulado excedente. Assim, entre outras coisas, ele reforça a competitividade nacional organizando blocos econômicos supranacionais, desenvolve o consumo público improdutivo, conduz o capital em direção a setores privados negligenciados pelo mercado, melhora a infra-estrutura material (as comunicações e os transportes, o sistema escolar, a saúde, os centros de lazer, a planificação urbana, as moradias, etc.), aumenta a força produtiva do trabalho humano (programas de escolarização e de reciclagem) e enfim atenua as conseqüências materiais e sociais derivadas da apropriação privada (ajuda aos desempregados, seguridade social, campanhas ecológicas)[148]. Tais atividades são reações às tendências de crise dos antigos mecanismos de mercado e funcionam, portanto, como

146 Cf. KEANE, J., op. Cit., p. 80.
147 Cf. Idem, p. 83.
148 Cf. LS, p. 53.

estratégias de gestão da crise, através das quais o Estado responde a eventuais bloqueios no processo de acumulação[149].

É preciso observar que, mesmo no capitalismo liberal, o Estado cumpria funções importantes a respeito do subsistema econômico. Inicialmente, para constituir o modo de produção e mantê-lo enquanto tal, o Estado assegura o sistema de direito privado; ele protege o sistema de mercado das repercussões auto-destrutivas (entre outras coisas, graças à introdução de uma jornada do trabalho normal, à legislação anti-trust e à estabilização do sistema monetário); ele assegura certas condições da produção na escala da economia em seu conjunto (como a formação escolar, os transportes públicos e as comunicações); ele favorece a competitividade internacional da economia nacional (através, por exemplo, de políticas comerciais e alfandegárias) e ele se auto-reproduz pela manutenção, por meios militares, da integridade nacional no exterior, e pela repressão paramilitar das forças hostis ao sistema no seu interior. Em seguida, o sistema jurídico deve se adaptar, sob a pressão do processo de acumulação do capital, às novas formas de organização da empresa, da concorrência, do financiamento, etc., criando novas instituições jurídicas no direito bancário e no direito das empresas. Em resumo, no capitalismo liberal, "o Estado se limita aqui à completar o mecanismo do mercado por meio de adaptações a um processo sobre a dinâmica do qual ele não exerce nenhuma influência, de sorte que o princípio de organização social, assim como a estrutura de classe, permanecem inalterados"[150].

Mas é necessário distinguir destas adaptações as ações do Estado que substituem o mercado e que são típicas da fase avançada ou tardia do capitalismo. São ações que não se contentam em lidar, no domínio jurídico, com realidades econômicas que apareceram de forma independente, e que, em reação às fraquezas das forças motrizes econômicas, tornam possível o prosseguimento de um processo de acumulação que não é mais deixado à sua própria sorte. Entre estas ações, responsáveis pela criação de novas entidades econômicas, pode-se mencionar a criação ou o aperfeiçoamento das possibilidades de investimento (por exemplo, a demanda pública em bens de consumo improdutivos) e a mudança das formas de produção da mais-valia (via organização pública do progresso científico e técnico, pela qualificação profissional das forças de trabalho, etc.). Por outro lado, o Estado passa a compensar as conseqüências da disfunção do processo de acumulação. Assim, o Estado pode assumir, sejam os custos externos que derivam da economia privada (por exemplo, os ataques ao meio-ambiente), seja a capacidade de sobrevivência de setores em perigo através de medidas de política estrutural (por exemplo, a mineração e a agricultura). Enfim, em razão de reivindicações de sindicatos e de partidos reformistas, há as regulações e as intervenções visando à melhoria da condição social dos trabalhadores assalariados (por exemplo, o

149 Cf. KEANE, op. Cit., p. 85.
150 *LS,* p. 79.

direito de greve, direito aos salários, política de saúde, de transporte e de educação)[151].

O Estado do capitalismo tardio se move, portanto, entre as lacunas funcionais do mercado, intervém no processo de acumulação e compensa as conseqüências politicamente insuportáveis deste, terminando por afetar o princípio social de organização que repousa sobre a institucionalização de um mercado de trabalho não organizado. O resultado é que Estado e sociedade não podem mais ser vistos a partir da metáfora da base/superestrura, pois as relações capitalistas da produção mercantil foram repolitizadas[152]. Pode-se citar três fenômenos característicos desta transformação das relações de produção no capitalismo avançado.

Em primeiro lugar, a atividade estatal muda a forma de produção da mais-valia, na medida em que o Estado passa a intervir no processo de acumulação do capital. Esta intervenção procura aumentar a produtividade do trabalho através da produção de bens de uso coletivo que dizem respeito à infra-estrutura material e imaterial. Neste caso, segundo Habermas, "o Estado (...) gasta agora capital para comprar a força de trabalho *indiretamente produtiva* de cientistas, de engenheiros, de professores, etc., e para transformar os produtos do trabalho deles em bens de consumo da categoria mencionada, em bens que reduzem os custos. Se nos mantivermos fiéis à estratégia conceitual dogmática e se concebermos o trabalho reflexivo como um trabalho improdutivo (no sentido de Marx), não levamos em consideração a função específica deste trabalho no processo de valorização do capital. O trabalho reflexivo não é produtivo, no sentido que ele não produz diretamente mais-valia. Mas ele não é improdutivo, pois senão ele não exerceria nenhum efeito sobre a produção da mais-valia"[153]. Esta mudança é fundamental, pois uma parte importante da força de trabalho utilizada no desenvolvimento do capitalismo tardio não é mais organizada como uma mercadoria. Este trabalho reflexivo é concreto, e não abstrato – ele não é uma mercadoria e não produz mercadorias. O uso de sua força de trabalho é regulado segundo o seu resultado concreto, ela é aplicada em função de seu valor-de-uso e em função do valor-de-uso de suas atividades, e não, como no trabalho abstrato, em razão de seu valor-de-troca, em face do qual o valor-de-uso tem uma determinação secundária. Para Habermas, os conceitos clássicos fundamentais da teoria do valor-trabalho são insuficientes para a análise da política estatal de educação, de tecnologia e de ciência[154].

Em segundo lugar, em certos setores da economia monopolista, a substituição do mecanismo do mercado torna possível um compromisso político na determinação do preço da mercadoria força de trabalho. A relação não-política entre trabalho assalariado e capital pode ser substituída por uma distribuição política do produto social: as relações de produção são repolitizadas, pois a mercadoria

151 Cf. idem, ibidem.
152 Cf. KEANE, J., op. Cit., p. 83.
153 Cf. LS, p. 81.
154 Cf. LS, p. 82.

força de trabalho estabelece seu preço de acordo com este compromisso de classe que se tornou uma parte da estrutura do capitalismo tardio. Neste caso, o salário dos trabalhadores não depende apenas das relações de troca no mercado, mas, sobretudo, das relações de poder político e das negociações regulamentadas pelo Estado. Já que a força de trabalho é a unidade de medida do cálculo do valor segundo Marx, é introduzida uma dimensão política no centro da teoria do valor, o que relativiza a oposição entre trabalho assalariado e capital e instaura um *compromisso de classes* parcial[155].

O terceiro fenômeno ligado à transformação do princípio social de organização corresponde à necessidade crescente de legitimação do sistema político, o que já diz respeito ao sistema sócio-cultural. Ao nível do sistema legitimatório (sócio-cultural), Habermas retoma globalmente as teses já apresentadas no artigo de 1968. Assim, ele afirma que as fraquezas funcionais do mercado e suas conseqüências revelam as disfunções deste mecanismo de regulação e, por causa da intervenção estatal, estas fraquezas fazem também a ideologia burguesa da troca justa entrar em colapso. Por isso, a repolitização das relações de produção cria uma necessidade extra de legitimação. Se o Estado não se contenta mais em garantir as condições gerais da produção e toma iniciativas intervindo neste processo, ele deve ser legitimado da mesma forma que acontecia com o Estado pré-capitalista. Mas não é mais possível apelar para as reservas de tradição já desgastadas ao longo da expansão do capitalismo. Ademais, os valores universalistas da ideologia burguesa tornaram universais os direitos cívicos, sobretudo o direito de participar das eleições. Desta forma, a legitimidade deve ser assegurada com base no sufrágio universal no quadro de uma democracia formal. Mas se a participação dos cidadãos nos processos políticos de formação da vontade (democracia concreta) deveria trazer à consciência a contradição entre a produção *administrativamente socializada* e a apropriação *privada* da mais-valia, o subsistema administrativo deve ser suficientemente autônomo em relação à formação da vontade legitimadora a fim de isentar essa contradição da tematização pública.

Chega-se então ao paradoxo típico do capitalismo tardio que se torna o alvo "prático" da nova Teoria Critica: "A transformação das estruturas da opinião pública criada pelas instituições e pelos procedimentos da democracia formal gera condições de aplicação nas quais os cidadãos assumem - no interior de uma sociedade *nela mesma política* – o estatuto de cidadãos passivos com o direito de negar suas aclamações"[156]. Isto é, apesar da repolitização da sociedade e do desabrochar de valores universalistas em uma democracia (formal), os cidadãos permanecem passivos e aceitam a distribuição desigual dos bens produzidos socialmente. Assim, a decisão autônoma e privada que diz respeito aos investimentos estatais encontra o seu complemento necessário na despolitização e

155 Cf. LS, p. 84.
156 Cf. LS, p. 57.

no privatismo cívico do público de cidadãos. Ou seja, a atenuação da verdadeira participação política das massas *não é fortuita;* a despolitização é um imperativo desta configuração social, já que as prioridades das políticas estatais concernentes à apropriação privada da produção socializada deve ser retirada da discussão pública genuína[157]. Sobre este ponto, Offe sublinha que o problema estrutural do Estado do capitalismo tardio reside no fato de que a lealdade das massas se torna um problema permanente, na medida em que este Estado deve, ao mesmo tempo, pôr em prática o seu caráter de classe e obscurecer este viés. Sob a pressão deste problema estrutural, as elites políticas acabam por desencorajar uma vida pública autônoma[158]. É doravante à esta situação, e não mais ao processo de exploração e de pauperização do proletariado, que a Teoria Crítica deve conceber uma solução.

A conclusão de Habermas é a de que, no caso de uma opinião pública estruturalmente despolitizada, a necessidade de legitimação se reduz a duas necessidades residuais. Primeiramente, temos a abstenção política do cidadão, cujo interesse deve se orientar pelo consumo, por lazeres e pela carreira. Como consequência, os cidadãos desenvolvem a expectativa de obter compensações apropriadas (dinheiro, tempo livre e segurança). Um programa de substitutivos é então elaborado pelo Estado social. Mas a despolitização estrutural necessita ela mesma de uma justificação. Aqui, a tese de Habermas é que as teorias democráticas elitistas (como em Weber e Schumpeter) e as teorias dos sistemas tecnocráticas (sobretudo Luhmann) têm, no capitalismo tardio, função semelhante àquela que tinha, no capitalismo liberal, a doutrina clássica da Economia Política, na medida em que esta última invocava "o caráter natural" das relações capitalistas. É a razão pela qual estas teorias se tornam o "alvo teórico" da nova Teoria Critica, que deve mostrar a natureza parcial das primeiras.

A fim de cumprir as novas tarefas da Teoria Crítica da sociedade com base em um diagnóstico do capitalismo tardio e alcançar os alvos prático e teórico, Habermas deve inicialmente analisar em que medida a estrutura de classe mudou sob as novas condições e, em seguida, desenvolver uma teoria das crises do capitalismo tardio.

Naquilo que concerne à estrutura de classe, ele sublinha que, apesar da repolitização das relações de produção, a dominação não volta a ser manifesta nem se permite, de novo (como nas sociedades tradicionais), a identificação sem dificuldades dos grupos dominantes. O anonimato político da dominação de classe do capitalismo liberal é trocado por um tipo de anonimato social. Pois se as estruturas do capitalismo tardio são concebidas como criações reativas destinadas a lutar contra a crise do sistema, elas satisfazem também na mesma ocasião certas exigências políticas dos partidos operários reformistas. Os salários, por exemplo, adquirem uma estrutura quase-política,

157 Cf. KEANE, J., op. Cit., p. 89.
158 Cf. OFFE, C., "The theory of capitalist state and the problem of policy formation", p. 127.

que depende das negociações entre as organizações patronais e os sindicatos. No pós-guerra, os países capitalistas avançados conseguiram manter o conflito de classes latente em seus domínios essenciais e filtrar em grande parte os problemas de funcionamento induzidos pela crise econômica amortizada, repartindo-os entre quase-grupos (como os consumidores, os alunos e os pais de alunos, os usuários de transportes públicos, os doentes, os idosos, etc.). Assim, a identidade social das classes foi dissolvida e a consciência de classe se encontrou fragmentada. Por isso, "o compromisso de classes estabelecido na estrutura do capitalismo tardio faz de (quase) todos, ao mesmo tempo, cúmplices e vítimas"[159]. Em todo caso, o que é decisivo para a estrutura de classe, é saber se o rendimento real dos assalariados está fundado – como antes – por uma relação de troca, ou se a produção e apropriação da mais-valia, ao invés de depender unicamente do mecanismo de mercado, são limitadas e modificadas por relações de força políticas[160].

159 *LS,* p. 60.
160 Cf. Idem, ibidem.

Capítulo 3 - Habermas e as perspectivas de superação do capitalismo tardio

Depois da apresentação do diagnóstico do capitalismo tardio nas obras de 1968 e 1973, falta uma análise da maneira pela qual Habermas concebe as possibilidades de saída desta situação e de realização da emancipação. Pois, apesar dos processos de neutralização do conflito de classes e de racionalização da vida econômica via mecanismos estatais de gestão e de neutralização das crises, ele não recai na tese do mundo totalmente administrado. Pelo contrário, junto com Offe, Habermas, sobretudo em 1973, mantém a ideia de que as sociedades burocratizadas do capitalismo avançado são sistemas *auto-contraditórios* que criam inevitavelmente conflitos políticos e sociais[161]. Neste contexto, a investigação sobre as *tendências de crise* do capitalismo tardio adquirem pleno sentido.

Nos diferentes modelos críticos propostos por Habermas nas décadas de 60 e 70, o problema central parece ser o mesmo, ainda que receba diferentes versões baseadas em diagnósticos e teorias sociais mais ou menos desenvolvidas: ainda que sob o capitalismo tardio a sociedade tenha se repolitizado mediante o intervencionismo estatal e se tornado compatível com uma *democracia de massas*, os cidadãos permanecem passivos e apolíticos. Dito de outro modo, temos paradoxalmente uma primazia da política, como Marx havia previsto na passagem para a sociedade emancipada, mas com a manutenção da ordem privada tanto da apropriação da produção quanto da formação da vontade política. Não há efetivamente uma democratização dos pólos de participação e deliberação do poder político. Os cidadãos são meros clientes do Estado social, que desenvolveu um programa de substitutivos. Por outro lado, já em 61 e 68, mas de modo mais explícito em 73, a saída em direção a um processo de democratização assume a forma de uma crítica e potencial superação do capitalismo, já que é a necessidade de manutenção de seu núcleo classista central (marcado pela apropriação privada da produção socializada via um processo de valorização do capital) que condiciona a despolitização das massas no quadro do capitalismo tardio.

Como vimos, a Teoria Crítica não se limita a analisar o real enquanto algo acabado, mas se dedica ao devir, a uma realidade em processo (em termos filosóficos, a razão na Teoria Crítica é um conceito centrado sobre um presente ainda em "ebulição"). Além disso, a perspectiva da emancipação ilumina e torna visíveis as potencialidades deste real ainda indeterminado. Por isso, Habermas se pergunta acerca das tendências ou das zonas de conflito que oferecem alguma possibilidade de romper com a despolitização das massas no capitalismo tardio. Dito de outro modo, a partir de um certo *diagnóstico* do momento presente e da determinação das novas tarefas da Teoria Crítica, ele passa à elaboração de *prognósticos* que visam a teorização da superação de uma democracia puramente formal. Aqui reside o desafio maior de todos os modelos críticos: o

161 Cf. KEANE, J., op. Cit., p. 95.

ancoramento da emancipação no real.

Apesar das semelhanças, podemos identificar diferenças importantes entre os modelos de 68 e de 73. No primeiro caso, o que aparece no primeiro plano é uma teoria da evolução social e da racionalização. Aqui, Habermas introduz um expediente de crítica que será retomado e aprofundado mais adiante, na sua *Teoria da Ação Comunicativa*. Desde a primeira geração da teoria crítica, o modelo crítico "se dá nos termos de uma *crítica da razão*. A explicação disso se encontra em Max Weber e em Georg Lukács: a modernização capitalista pode ser vista, segundo esses autores, como um processo de racionalização crescente, isto é, um processo pelo qual a sociedade se estrutura e se reproduz segundo critérios tidos por racionais. É por isso que *a crítica filosófica da razão coincide com uma crítica social da realidade moderna"*[162]. Nesse contexto, aparece a ideia de uma crítica da razão instrumental. No entanto, para Habermas, a crítica da razão instrumental só ganha sentido pleno se acompanhada de uma ampliação do conceito de racionalidade. Só é possível criticar o predomínio da racionalidade instrumental se o critério da crítica é um conceito de razão que vai além da relação meios e fins. Contudo, essa ampliação do conceito de racionalidade conduz à uma ampliação do conceito de racionalização, que não deve se limitar a um processo de reificação, como em Lukács e na primeira geração da teoria crítica. É assim que em 1968, no quadro mais amplo de sua teoria da evolução social, que está baseada na distinção entre trabalho e interação, Habermas introduz, em "Técnica e Ciência como Ideologia", a idéia de uma *dupla racionalização*.

Por outro lado, em 1973, Habermas retoma, com algumas ressalvas, o expediente marxista de uma *teoria das crises* do capitalismo, isto é, a vinculação entre crítica e crise é reatualizada. Assim, sem abandonar a teoria da evolução social e a teoria da modernidade e da racionalização, o que aparece em primeiro plano é a ideia de que o capitalismo é auto-contraditório e aponta para além de si mesmo[163]. No entanto, é bom ressaltar que, nos dois casos, a perspectiva de superação do capitalismo tardio está presente. No próximo capítulo veremos como essa posição sofrerá modificações.

Comecemos pelo texto programático de 68 e sua teoria da dupla racionalização. Se, de fato, o avanço das forças produtivas foi desde sempre o motor da evolução social, tal avanço, contrariamente ao que supunha Marx, não representa, em todas as circunstâncias, um potencial emancipador. Isso porque, se o avanço passa a depender do desenvolvimento técnico-científico, este também assume funções legitimadoras da dominação. Se o desdobramento do âmbito do trabalho não significa, então, necessariamente emancipação, Habermas passa a localizá-la no âmbito da interação.

---

162 Cf. REPA, L. "Habermas clássico sai no Brasil" *in Revista Cult*, n.170, 2012. Grifo nosso.

163 Acompanhando Offe, Habermas já inicia o livro definindo o que ele entende por "capitalismo tardio". Neste momento, ele afirma que utilizar essa expressão significa levantar a hipótese de que, mesmo num capitalismo regulado estatalmente, o desenvolvimento social se dá de modo contraditório ou provocando crises (LS, p. 9).

Se o modelo da evolução sócio-cultural está intimamente vinculado ao processo de *adaptação ativa* do crescente poder de disposição técnica sobre as condições externas da existência, o quadro institucional, reconhece Habermas, tendeu a evoluir de modo mais ou menos passivo, a reboque do primeiro processo. O processo de adaptação passiva não é resultado de uma ação consciente, planejada, racional com respeito a fins e controlada pelo êxito, mas produto de uma evolução espontânea que responde a estímulos vindos do processo de adaptação ativa. Não à toa, Marx pôde afirmar que os homens fazem a sua história, mas não com vontade e consciência. Por outro lado, o objetivo da crítica marxista era justamente o de inverter essa relação e transformar a adaptação secundária do quadro institucional em adaptação ativa, resultado da ação consciente dos homens enquanto verdadeiros sujeitos da história. Seria o fim da pré-história da humanidade. O maior defeito do socialismo burocrático, que também ocorre no capitalismo regulado, foi o de confundir essa tarefa de ordem *prática* com uma atividade *técnica* baseada na ação com respeito a fins.

Habermas concebe a superação dessa desproporção, ao nível do processo de evolução, entre subsistemas do agir teleológico (adaptação ativa) e quadro institucional (adaptação passiva), por meio da idéia da dupla racionalização.

Há uma racionalização no plano dos subsistemas de ação racional com respeito a fins que corresponde ao progresso científico e técnico e ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas isto por si só não é libertador. É preciso não sufocar o outro nível da racionalização. A racionalização do quadro institucional significa, então, uma liberação da interação comunicativa em direção à institucionalização de uma discussão pública sem entraves e livre de dominação:

> Em semelhante processo de reflexão generalizada, as instituições modificar-se-iam na sua composição específica, para além dos limites de uma simples mudança de legitimação. Uma racionalização das normas sociais seria então caracterizada por um decrescente grau de repressividade (o que a nível da estrutura da personalidade deveria intensificar a. tolerância perante os conflitos de papéis). Além disso, graças também a um decrescente grau de rigidez, (o que aumentaria as oportunidades de uma autopresentação individual mais adequada nas interações quotidianas) e, por fim, pela aproximação a um tipo de controle do comportamento que permitiria o distanciamento relativamente aos papéis e uma aplicação flexível de normas internalizadas, mas suscetíveis de reflexão[164].

É importante salientar que este tipo de racionalização não conduz necessariamente a um melhor funcionamento dos sistemas sociais em termos de eficácia. Mas dotaria os membros da sociedade com oportunidades mais amplas de emancipação e individuação. A aposta de Habermas é então que o aumento das forças produtivas, que não coincide com a intenção da "vida boa", pode pôr-se ao seu serviço, desde que compensado pela racionalização neste outro nível.

Assim, Habermas efetua correções em relação à utopia marxista clássica:

> Nem sequer creio que a idéia do potencial tecnologicamente excedente, que não pode esgotar-se dentro de um quadro institucional repressivamente mantido (Marx fala de forças produtivas "acorrentadas"), seja ainda adequada ao capitalismo regulado pelo Estado. A melhor vantagem de um potencial ainda não realizado leva à melhoria de um

164 TWI.,p. 98. Trad. : p. 88.

aparelho econômico-industrial, mas hoje já não conduz *eo ipso* a uma modificação do quadro institucional com conseqüências emancipadoras. Pois, a questão não é se esgotamos um potencial disponível ou ainda a desenvolver, mas se *escolhemos* aquele que podemos querer em vista da paz e da satisfação da existência. *Mas importa logo acrescentar que unicamente podemos pôr essa questão e não dar-lhe uma resposta antecipadora; ela exige antes uma comunicação sem restrições sobre os fins da práxis social, contra cuja tematização o capitalismo tardio, remetido estruturalmente para uma opinião pública despolitizada, desenvolve no entanto um comportamento de resistência*[165].

A última passagem denota um aspecto importante. Ao fazer a crítica do capitalismo e mostrar a necessidade de sua superação para o pleno desenvolvimento do potencial de racionalização do quadro institucional, ele não quer com isso *antecipar* o conteúdo das normas de ação da sociedade emancipada, o qual apenas os concernidos poderão determinar. A superação do capitalismo tardio é determinada apenas *negativamente*, ou estrategicamente; ela é antes, uma condição necessária para o estabelecimento de uma comunicação livre de restrições e, por isso, o fundamento de legitimação do capitalismo tardio precisa ser destruído.

Se o primeiro tipo de racionalização já foi bem desenvolvido no curso do progresso científico, Habermas tenta indicar a via através da qual a racionalização do quadro institucional pode se desdobrar. Desde 1961, como já vimos, Habermas vê no grupo dos estudantes a possibilidade mais explícita de atacar o problema da despolitização das massas – eles seriam uma espécie de "vetor" da institucionalização desta outra racionalização. Aqui, Habermas sublinha que, se o antagonismo entre as classes se tornou virtual graças ao sistema de compensações do Estado social, só pode aparecer uma zona de conflito lá onde, por meio de uma despolitização da população, a sociedade capitalista tardia deve se imunizar contra o questionamento de sua ideologia tecnocrática implícita: a saber, no seio mesmo do sistema de uma opinião pública manipulada pelos *mass media* [166]. Ora, para certos grupos de estudantes "militantes", as legitimações oferecidas pelo sistema de dominação não são convincentes. Eles não aceitam a ideologia do rendimento e da concorrência típica do programa do Estado social. A questão é que estes estudantes não lutam para ter uma parte maior do bolo de gratificações sociais, como lazer e renda. É precisamente contra esta categoria mesma de "compensação" (*Entschädigung)* que é dirigido seu protesto. Segundo a hipótese de Habermas, os jovens são socializados no quadro de "subculturas isentas de pressão econômica imediata, nas quais as tradições da moral burguesa e as suas derivações pequeno-burguesas perderam a sua função, de tal forma que o "training" para a "sintonização" com as orientações de valor da ação racional dirigida a fins já não inclui a sua fetichização"[167]. Habermas conta aqui com a tendência de que as técnicas educativas possam tornar possíveis certas experiências que vão de encontro com uma forma de vida que ainda exige virtudes e sacrifícios tornados supérfluos graças ao desenvolvimento tecnológico, tal como a ética da concorrência, a

165 TWI, p. 99. Trad: p. 89.
166 Cf. TWI, p. 100. Trad.: p. 91.
167 Cf. Idem, ibidem.

disciplina do trabalho alienado, a eliminação da satisfação estética e, sobretudo, a ideologia do rendimento (*Leistungsideologie*).

É importante notar que Habermas mantém aqui uma importante articulação, já esboçada em 1961. O seu prognóstico de reavivamento das zonas de conflito e de repolitização da opinião pública dissecada, que ocorre aqui por meio da aposta no movimento estudantil, está estreitamente vinculado a uma crítica da forma de vida propagada pelo sistema de capitalismo avançado. Aqui "esta forma de vida própria de uma economia da pobreza" é representada, como vimos acima, pela ideologia do rendimento, pela imposição do trabalho profissional, pressão pela concorrência por estatuto, pelos valores da coisificação possessiva, pelas satisfações substitutivas oferecidas, pela luta institucionalizada pela existência, pela disciplina do trabalho alienado e pela alienação da fruição estética. Politização e capitalismo tardio aparecem como grandezas inversamente proporcionais. Não à toa, Habermas termina o texto afirmando o seguinte: "A longo prazo, pois, o protesto dos estudantes podia destruir duradouramente a ideologia do rendimento que começa a entrar em colapso e, assim, *destruir o fundamento legitimador do capitalismo tardio, que já é frágil mas está apenas protegido pela despolitização*"[168].

Em um outro texto do mesmo ano, de caráter mais politico, Habermas exprime sua posição de modo ainda mais claro. Em 1968, ele contava com uma perspectiva de mudança das estruturas sociais profundas. Esta perspectiva significaria uma transformação das sociedades industriais altamente desenvolvidas no sentido de um modo de produção *socialista*, porém acompanhado de uma desburocratização da dominação, isto é, de uma efetiva liberdade política[169]. O interessante é que neste texto ele tenta inclusive delinear alguns dos tópicos que são retirados da pauta pública via ideologia tecnocrática, mas que deveriam ser tematizados numa eventual discussão pública livre de entraves, a qual deveria ser capitaneada pelo movimento estudantil num processo de democratização e reavivamento da esfera pública. Trata-se de questões práticas (e não técnicas) que vão desde os fundamentos da sociedade (tais como a forma privada da valorização do capital e a política de distribuição a partir do crescimento do produto social), passando pelas prioridades naturalizadas e pré-determinadas da definição dos orçamentos estatais, e tocam até mesmo em questões referentes aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como aos

168 TWI, p. 103 (Trad.: p. 92).

169 HABERMAS, J., "Die Scheinrevolution und ihre Kinder – Sechs Thesen über Taktik, Ziele und Situationsanalysen der oppositionellen Jugend". In: ABENDROTH, W. & NEGT, O. *Die Linke antwortet Jürgen Habermas*. Frankfurt: Europäische Verlansanstalt., 1968. "(...) eine neue und ernsthafte Perspektive für die Umwälzung tiefsitzender Gesellschaftenstrukturen eröffnet hat. Diese Perspektive gibt den Blick auf eine Transformation hochentwickelter Industriegesellschaften frei. Daraus könnte, wenn die Perspektive nicht täuscht, eine Gesellschaft hervorgehen, die eine sozialistische Produktionsweise zur Voraussetzung, aber eine Entbürokratisierung der Herrschaft, nämlich politische Freiheit im materialistischen Sinne zu ihrem Inhalt hat", p. 5.

planejamentos regionais e ao direito do matrimônio[170]. Esse exemplo mostra, assim, que em 1968, Habermas ainda compreende o movimento de democratização como um processo de questionamento da estrutura profunda das sociedades capitalistas. A teoria da democratização aparece junto com uma crítica do processo de valorização do capital e da seletividade das instituições do Estado capitalista.

É preciso destacar, entretanto, que, em 1968, Habermas não tinha ainda exatamente uma teoria do capitalismo tardio, ainda menos uma teoria das crises desta fase do capitalismo, mas tão-somente um esboço de uma teoria complexa da racionalização. Apesar da introdução do conceito de dupla racionalização, a afirmação segundo a qual a racionalização do quadro institucional poderia conduzir a outros modos de socialização e de organização social permanece como uma projeção quase-hipotética, sem corresponder exatamente a um desenvolvimento social concreto e imanente ao processo paradoxal de expansão do sistema capitalista. Com efeito, a idéia de uma racionalização do quadro institucional assume a figura de uma espécie de "complemento desejável" à racionalização técnica já posta em prática. Isto é, o ponto de vista da crítica do capitalismo se localiza *fora* deste. Ademais, não se vê bem como essa racionalização poderia ser articulada com um movimento amplo de institucionalização. Em termos de *ancoramento da emancipação no real*, este modelo ainda é muito insatisfatório.

Desta maneira, o apelo, em certo sentido "abstrato", a certos grupos de estudantes potencialmente politizados não é de forma alguma suficiente para mostrar que há efetivamente tendências, no interior das sociedades de capitalismo avançado, que devem conduzir a população ao questionamento da tecnocracia e da despolitização. O problema da elaboração de prognósticos e de fundamentos normativos plausíveis para uma nova teoria crítica da sociedade carece ainda de uma solução mais convincente.

***

É apenas em *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* que Habermas elabora efetivamente teoremas referentes a tendências de crise do capitalismo tardio 171. Em outras palavras, em 1973 Habermas vincula a sua *crítica* à uma teoria das *crises* por meio de uma teoria sistemática do capitalismo tardio, atualizando, em certo sentido, o procedimento marxista

170 "Die praktisch folgenreichen Fragen sind der öffentlichen Diskussion weithin entzogen. Sie beginnen bei den Grundlagen des Systems, der privaten Form der Kapitalverwertung und dem politischen Schlüssel zur Verteilung des Sozialproduktzuwachses; sie betreffen die naturwüchsig vorentschiedenen Prioritäten bei der Festlegung staatlicher Haushalte; sie reichen über die folgenreichen Investitionen für Forschung und Entwicklung bis zur Regionalplanung oder beispielsweise dem Eherecht. Diese Fragen müssten ihren esoterischen Schein verlieren, sobald auch der Rahmen, innerhalb dessen sie definiert sind, zur Diskussion stünde" (idem, p. 6).

171 Cf. BENHABIB, S., op. Cit., p. 229.

desenvolvido em *O Capital*[172]. Esta é talvez a grande diferença entre o artigo de 1968 e a obra de 1973.

Em Marx, este expediente de crítica típico da Teoria Crítica foi realizado através da articulação entre *crítica* e *crise*. A crise em *O Capital* não é engendrada por um elemento exterior, mas aparece enquanto uma *crise imanente* à expansão do próprio sistema capitalista. Desta forma, sua crítica do capitalismo, que explicita as *contradições internas* do sistema, tem por objetivo explicar como e por que tais contradições causam demandas contrárias e lutas que não podem ser resolvidas pelo próprio sistema. A função da crítica não é terapêutica, mas antes ela se apresenta como um diagnóstico da crise que permite um prognóstico de uma transformação social futura[173].

No entanto, de acordo com a interpretação de Seyla Benhabib, há em Marx uma tensão entre dois conceitos de crise: de um lado, a idéia de uma *crise sistêmica*, de outro, a idéia de uma *crise vivida*. Com efeito, trata-se de duas "epistemologias" sociais distintas. A segunda é a perspectiva interpessoal dos indivíduos no contexto de relações sociais, a primeira descreve o auto-movimento do capital a partir da perspectiva da terceira pessoa, de uma cientista-observador. A estes dois paradigmas de análise correspondem dois tipos de teoria das crises. Enquanto que o primeiro vê a crise como um déficit da lógica funcional do sistema a partir de um ponto de vista macro, a segunda apresenta as crises enquanto fenômenos vividos como alienação, exploração e injustiça[174]. O problema que resta concerne à maneira pela qual Marx reconcilia estes dois tipos de crise na análise das contradições internas ligadas à expansão capitalista.

Nesta seção, analisaremos a maneira pela qual Habermas se apropria desta idéia originariamente marxista ao longo da evolução de sua crítica do capitalismo tardio e de seu prognóstico em relação às possibilidades de transformação social.

Ainda que o plano geral do argumento assuma uma forma marxiana, Habermas se diferencia deste último ao localizar os principais focos de crise não mais imediatamente no âmbito econômico, e sim nos âmbitos político e sócio-cultural; elas não concernem mais diretamente à reprodução das condições materiais de vida, mas antes à reprodução das estruturas da intersubjetividade.

Desta forma, Habermas se pergunta sobre as tendências às crises *imanentes* ao capitalismo tardio. Dito de outro modo, ele procura elaborar prognósticos visando à teorização acerca da superação da "contradição que representa uma produção socializada em função de objetivos não universalizáveis" [175].

Como vimos, logo no início dessa obra Habermas desenvolve um conceito complexo de crise, que tenta abraçar tanto a sua dimensão sistêmica quanto a sua dimensão vivida ou relacionada

172 Cf. MCCARTHY, T., *The Critical Theory of Jürgen Habermas,* p. 358.
173 Cf. BENHABIB, S., *Critique, Norm and Utopia,* p. 109.
174 Cf. BENHABIB, S, op. Cit., p. 123.
175 LS, p 61.

à integração social. No entanto, se ele admite que no capitalismo liberal era possível conceber uma crise do sistema, ele não parece concordar com a idéia que a crítica da economia política de Marx possa ser utilizada para compreender a lógica da crise em um capitalismo estatalmente regulado.

É importante destacar também o status dos teoremas de crise desenvolvidos por Habermas. Em relação aos prognósticos de crise, ele assume uma postura bem mais *cautelosa* do que certos autores de extração marxista, sobretudo aqueles da segunda internacional. Ele fala de *possíveis* tendências de crise. Isso não significa que as crises vão de fato ocorrer. Ele afirma, por exemplo, que o problema de saber se uma auto-transformação do capitalismo tardio é possível, é uma questão aberta[176]. No entanto, a sua posição desta época não deixa de apontar para essa direção.

Sob as condições do capitalismo tardio, Habermas parece não mais contar com uma crise econômica final cujas contradições sistêmicas (p. ex., queda tendencial da taxa de lucro) conduziria *imediatamente* a uma crise social e política que exporia a nu o antagonismo de interesses entre as classes, gerando uma luta de classes revolucionária em escala mundial. Ainda que ele reconheça não ter argumentos definitivos para responder à questão de saber se a economia capitalista tem chances de se auto-transformar, ele trabalha com a possibilidade de que a crise econômica possa ser amortizada de forma permanente, contanto que os imperativos de regulação *contraditórios* impostos pela coerção da exploração do capital engendrem uma série de outras tendências de crise. Sua hipótese central indica que "a tendência persistente que conduz a perturbações no crescimento capitalista pode ser transformada administrativamente e progressivamente deslocada, através de um sistema político, para o sistema sócio-cultural"[177]. Assim, a contradição de uma produção socializada em função de fins particulares assume de novo imediatamente uma forma política, mas não aquela da luta de classes.

Como bem nota Offe, a ideia de crise sistêmica é mais ampla que a de crise econômica, pois as tendências de crise não surgem (apenas) do sistema capitalista de troca enquanto tal, mas se concentram na *relação* entre os três princípios organizacionais fundamentais da sociedade (econômico, político-administrativo e normativo-cultural). Naquilo que diz respeito aos critérios dos processos de crise, não se trata mais, portanto, da auto-negação do princípio da troca, mas de sua restrição e questionamento pelos outros dois princípios organizacionais[178]. Tem-se então uma diversidade de crises sublinhadas por Habermas como potencialmente típicas do capitalismo avançado, tal como a crise econômica (que continua a existir), a crise de racionalidade, a crise de legitimação e a crise de motivação. Porém, as crises mais importantes são aquelas relacionadas ao subsistema administrativo e, sobretudo, ao subsistema sócio-cultural.

176 Cf. *LS* , p. 60.
177 LS, p. 62.
178 Cf. OFFE, C., "Crises of crisis management", p. 38.

3.1 A crise administrativa

No capitalismo tardio, a contradição fundamental do capitalismo deixa o sistema econômico para o sistema administrativo por causa da intervenção estatal e do amortecimento das perturbações engendradas pelas disfunções econômicas. Desse modo, o ciclo econômico dá lugar à inflação e a uma crise crônica no setor das finanças públicas[179]. O Estado se encontra em face de duas tarefas fundamentais: de um lado, ele deve incentivar a manutenção do movimento de acumulação de capital e, de outro, tem de assegurar a lealdade das massas. Ora, a socialização da produção que é, como antes, orientada por objetivos privados, comporta exigências que o aparelho de Estado não pode satisfazer porque elas são paradoxais[180]. A necessidade de ampliar a capacidade de planificação do Estado a fim de realizar o interesse geral dos capitalistas (a manutenção do sistema) se choca com a necessidade de impedir que esta mesma ampliação coloque em perigo a estrutura fundamental do capitalismo, uma vez que se deve deixar um espaço de liberdade de investimento aos capitalistas individuais. Assim, a planificação estatal entra num movimento oscilatório entre uma ampliação da sua autonomização em face dos seus destinatários e uma submissão a interesses particulares. Donde a impossibilidade estrutural do Estado capitalista se tornar um "capitalista coletivo ideal"[181].

Desse modo, na tentativa de implementar seus planos globais, o Estado enfrenta um série de resistências organizadas. A competição entre empresas capitalistas, e mesmo a competição do capital com outros grupos (ambientalistas, movimentos pela paz, sindicatos dissidentes, etc.) tendem a "privatizar" as atividades estatais de planejamento geral. Existe uma tensão constante entre propostas de intervenção e renúncias a tais intervenções forçadas politicamente[182]. Apesar de tudo, a vinculação do Estado com o processo de valorização do capital faz com que as intervenções não possam se abrir à discussão pública e democrática, o que limita a própria racionalidade estatal[183].

Para teorizar sobre as crises de racionalidade do Estado capitalista, Habermas se baseia largamente nas teses de Claus Offe. Este elabora suas análises a partir da perspectiva da tensão entre capitalismo e democracia enquanto uma concorrência entre princípios contrários de integração social:

> As sociedades capitalistas não se distinguem de todas as outras pelo problema de sua reprodução, isto é, pela reconciliação entre integração social e integração sistêmica, mas sim pelo fato de lidar com esse problema básico de todas as sociedades de modo a comprometê-las simultaneamente com duas vias de solução que se excluem logicamente entre si: com a diferenciação e a privatização da produção e com a sua socialização e politização. Estas duas estratégias se entrecruzam e se paralelizam mutuamente. Por conseguinte, o sistema se vê permanentemente confrontado com o dilema de ter de abstrair e, contudo, não poder prescindir, das regulações normativas de ação e das referências de sentido dos próprios sujeitos. A neutralização política da esfera do trabalho, da produção e da distribuição é

179 LS, p. 88.
180 LS p. 89.
181 Cf. KEANE, J., op. Cit., p. 96.
182 Cf. idem, p. 97.
183 LS, p. 94.

simultaneamente confirmada e revogada[184].

A partir disso, Offe pode elaborar uma teoria *política* da crise, que vai além da ideia de uma crise estritamente econômica no contexto do capitalismo tardio. Isto é, ele afirma que a regulação estatal possui um caráter *auto-obstrutivo*. Assim, explica-se a crise através da inabilidade do sistema político em prevenir e compensar as crises econômicas. Como vimos, a contradição principal reside no fato do Estado ter de organizar as consequências sociais disfuncionais da produção privada sem, no entanto, infringir a primazia desta última. Se a política estatal tem de ser adequada, entretanto, ela é forçada a se apoiar em meios que ou violam a hegemonia da relação social capitalista ou prejudicam os requerimentos funcionais – a legitimidade e a competência administrativa – da própria regulação estatal[185].

Mais concretamente, Offe discute algumas consequências fundamentais da reorganização social advinda com a passagem para o capitalismo tardio. Entre outras coisas, ele nota que os processos mercantis de troca, ainda que se mantenham decisivos, deixam de ter a capacidade de organizar o conjunto da vida social. Como consequência, os subsistemas "marginais" do poder administrativo e das estruturas normativas se tornam mais importantes, pois devem assegurar tarefas de regulação das trocas. E, para tanto, tais subsistemas devem se tornar parcialmente autônomos. Só que a expansão desses subsistemas, sobretudo do poder estatal administrativo, não pode chegar ao ponto de obstruir a acumulação de capital ou subvertê-la politizando a sua substância "privada".

Por outro lado, este Estado não representaria diretamente um mero "instrumento" do interesse do capital (que jamais é homogêneo), mas deve operar *seletivamente,* de modo a organizar os interesses em conflito e harmonizar os capitalistas privados com as expectativas dos cidadãos em relação aos benefícios dos programas de bem-estar[186].

Partindo da contradição fundamental acima exposta, Offe discute três consequências problemáticas do arranjo institucional do capitalismo tardio. Primeiramente, ele trata dos problemas referentes aos *recursos fiscais*. A socialização da produção organizada pelo aparato estatal depende da conversão de grandes porções do PIB em "renda" a partir da absorção de parte dos processos de criação de mais-valia. Isto é obtido a partir da taxação direta ou indireta, das tarifas e dos empréstimos. Ora, seguindo as análises de James O'Connor[187], pode-se formular algumas hipóteses referentes à uma crise fiscal. Em geral, pode ocorrer uma discrepância entre as duas funções das decisões refentes aos orçamentos públicos, quais sejam, criar as condições para a manutenção da acumulação e, simultaneamente, a mitigar parcialmente na medida em que desviam valor dela para

184 OFFE, C., "Ungovernability: the renaissance of conservative theories of crisis", p. 83.
185 OFFE, C., "Crises of crisis management", p. 61.
186 OFFE, C., "Klassenherrschaft und politisches System. Zur Selektivität politischer Institutionen", p. 95.
187 Ver O'CONNOR, J. *The Fiscal Crisis of the State. New York: St. Martin's Press, 1973.*

utilizá-lo de modo "anti-produtivo" do ponto de vista capitalista. Por exemplo, é possível que o volume de investimentos estatais infraestruturais requeridos para garantir a viabilidade do capital nacional no cenário internacional cresça desproporcionalmente, se tornando incompatível com as condições de curto prazo para a estabilização do crescimento econômico. Uma outra discrepância se manifesta na inabilidade de sincronizar a política econômica com o planejamento fiscal[188]. Com isso, os custos comuns inerentes a uma produção cada vez mais socializada como o planejamento global, a substituição setorial do mecanismo de mercado e os programas de bem-estar se tornam cada vez mais difíceis de sustentar.

Ademais, naquilo que diz respeito à *racionalidade administrativa*, Offe enxerga uma segunda consequência problemática. Neste caso, ele afirma que a expansão substantiva, temporal e social da ação administrativa é necessariamente acompanhada por uma irracionalização interna da estrutura organizacional da administração estatal[189]. Isso porque a mera extensão do escopo das atividades estatais gera um aumento significativo da complexidade da tarefa. Assim, pré-condições fundamentais para a sua racionalidade, como o distanciamento em relação ao ambiente, a diferenciação interna, a coordenação das atividades dos diferentes departamentos e agências, as informações disponíveis e a capacidade de previsão, são bastante prejudicadas.

Por fim, Offe nota problemas relacionados à *lealdade das massas*. Entre outros elementos, ele menciona o fato de que, com os programas de bem-estar social, o Estado assume *explicitamente* a tarefa de regular e guiar as condições de vida da população de acordo com certas normas e expectativas reconhecidas. Com isso, ele se expõe mais e suas falhas se tornam muito mais visíveis[190].

Além disso, o crescente processo de "desmercantilização", isto é, a redução no número de setores e grupos sociais vinculados a relações mercantis, afetaria a disciplina da população em relação aos imperativos da forma mercadoria. Sobre este ponto, Offe desenvolve uma reflexão original que nos permite evocar outros argumentos em favor do surgimento inevitável de déficits de racionalidade no âmbito da planificação estatal. Ele mostra que o próprio padrão de desenvolvimento do capitalismo tardio, junto com a extensão das atividades de regulação estatal, engendra padrões de orientação da ação, formas de socialização da força de trabalho e modos de utilização do produto social, que não mais se conformam com os imperativos do sistema capitalista da troca de mercadorias[191].

Mais concretamente, ele designa três tendências que contribuem para este fenômeno de desmercantilização de alguns setores sociais. A primeira diz respeito ao fato de que parcelas cada

188 Cf. OFFE, C., "Crises of crisis management", p. 58.
189 Cf. Ibid., p. 59.
190 Cf. Ibid., p. 60.
191 Cf. OFFE, C., "Tauschverhältnis und politische Steuerung. Zur Aktualität des Legitimationsproblems" in OFFE, C., Strukturprobleme des kapitalistischen Staates, p. 40.

vez maiores da população (economicamente ativa) são envolvidas por formas de socialização que não são determinadas pela forma mercadoria. Ele chega mesmo a afirmar que tais formas não podem ser descritas a partir da categoria "trabalho", já que são organizadas por critérios diretamente político-administrativos. Trata-se aqui de grupos sociais compostos por estudantes, beneficiários da previdência social, donas de casa, desempregados, presos, etc[192]. Acontece que a integração social desses grupos traria potencialmente problemas de estabilidade, uma vez que eles são excluídos da forma de socialização vinculada ao trabalho assalariado (e muitas vezes vistos como grupos parasitários e supérfluos) mas continuam submetidos a formas de dominação capitalistas. Não à toa, os potenciais de conflito e protesto político nos anos 60 – sobretudo nos EUA – se mostraram muito mais elevados em tais grupos (movimentos estudantil, das mulheres, dos pensionistas, militares, etc.).

Em seguida, temos o surgimento de novas formas de trabalho, que são separadas dos processos de valorização do capital. Isto é, uma parte crescente da força de trabalho tem sido empregada em funções que, de certo são auxiliares no processo de valorização, mas não são usadas *enquanto* processo de valorização (sob a forma de trabalho abstrato), mas sim enquanto trabalho concreto. Os critérios de eficiência implicados nessas formas de trabalho não são diretamente a maximização da mais-valia, mas o resultado concreto do trabalho; isto é, elas não são mais organizadas como mercadoria e são aplicadas em função dos seus valores de uso. As categorias do trabalho concreto mais importantes nas sociedades de capitalismo avançado são o trabalho no setor de serviços, na circulação e o trabalho de gestores nas empresas e de funcionários nas repartições públicas, além dos postos de educação e de desenvolvimento científico[193]. O interessante é que este aumento no número de funções de trabalho "não-produtivas" ou "reflexivas" corresponde a um imperativo de expansão e complexificação do próprio processo de valorização. Acontece que esse fenômeno conduz a um enfraquecimento da hegemonia do trabalho assalariado livre e sobretudo a uma erosão do esquema legitimatório fundamental da troca de equivalentes. Não à toa, surgem casos de "profissionalismo radical" de técnicos, engenheiros, cientistas, administradores, arquitetos, médicos, professores, etc., que se orientam por categorias do valor de uso e não aceitam se submeter a critérios ligados à valorização e mecanismos de mercado.

Finalmente, há um crescimento nas somas de mais-valia que são investidas de modo não capitalista. Trata-se sobretudo da necessidade de maiores investimentos na área de infraestrutura (escolas, hospitais, centros de pesquisa, etc.) necessários para o próprio prosseguimento do aumento de produtividade da força de trabalho. Mais uma vez, os investimentos são orientados por valores

192 Cf. Idem, p. 41ss.
193 Cf. Idem, p. 45.

de uso, resultados concretos, e não por valores de troca[194].

Estes "corpos estranhos" em meio ao processo capitalista de valorização, que surgem como resultado da própria evolução deste último em direção a uma socialização crescente da produção, acabam por auto-paralizar as formas capitalistas de socialização e impor restrições às capacidades estatais de planificação. Como Habermas salienta, o fato de que as orientações em função do valor de troca se enfraquecem, ao passo que proliferam domínios sociais organizados em estruturas formalmente não-capitalistas, faz com que o Estado veja seus recursos intervencionistas ficarem cada vez mais escassos, pois eles se baseiam em grandezas monetárias (subvenções, impostos, taxas de juros, redistribuições de renda, etc.). Assim, o efeito colateral de um maior intervencionismo estatal e a consequente socialização da produção é a eliminação de algumas condições de aplicação de importantes instrumentos de regulação estatal[195].

No entanto, apesar da importância da crise administrativa, Habermas considera as crises do âmbito sócio-cultural como as mais relevantes. Até porque o tipo de conflito social evidenciado pelas análises de Offe nos remetem, em última análise, para problemas de lealdade das massas, isto é, para uma crise nos mecanismos de legitimação e motivação. A tese de Habermas é que os problemas de planificação não são produzidos prioritariamente por déficits de racionalidade administrativa, mas antes por um déficit de motivação:

> Dito grosseiramente, o capitalismo tardio não sofre necessariamente danos quando o instrumento de regulação que representa os estímulos externos cessa de ser eficaz em certos domínios do comportamento onde ele funcionou até agora. Em todo caso, ele encontra dificuldades quando o sistema administrativo não pode mais assumir tarefas ou funções de planificação de importância vital, pois o domínio de setores de comportamento importantes para esta planificação lhe escapa de uma maneira geral, quaisquer que sejam os meios empregados. Mas pode-se fundar este prognóstico não sobre uma perda de racionalidade da administração, mas, de toda forma, sobre um enfraquecimento de certas motivações necessárias ao sistema[196].

Passemos então para uma análise mais detida das crises referentes ao âmbito sócio-cultural.

3.2 – A crise de legitimação

A fim de salvaguardar a apropriação privada do capital, o Estado capitalista deve assumir um número crescente de funções e assegurar a lealdade das massas. Como nós veremos, estas funções levam o Estado a intervir em certos domínios da existência social, de tal sorte que a conseqüência do intervencionismo estatal e das medidas reguladoras pode não garantir a fidelidade da população em relação ao sistema capitalista. Bem ao contrário, as ações do Estado contribuiriam para a desmistificação das relações de poder, o que engendraria demandas crescentes por legitimação e por participação política. Isto é, os problemas de regulação do Estado social no nível sistêmico acabariam *paradoxalmente* em crises no nível sócio-cultural (crise de legitimação e de motivação) que colocariam em perigo a integração social das sociedades de capitalismo tardio.

194 Cf. Idem, p. 52.
195 LS, p. 95.
196 LS, 96.

Estas crises limitariam significativamente a capacidade de planificação do Estado.

Na medida em que a relação de classes foi repolitizada e o Estado assumiu tarefas nas quais ele substitui o mercado e compensa os seus efeitos, a dominação de classe não podia mais se efetuar sob a forma anônima da lei do valor. Desde então, questões tais como a referente à produção da mais-valia relativa ou ao compromisso de classes, dependem da repartição real do poder. Desta maneira, as tendências de crise se deslocam, como vimos, do sistema econômico para o sistema administrativo e o mecanismo de mercado não é mais capaz de assegurar a integração social de maneira não-política, anônima e "inconsciente". Apesar da ruptura do "véu" do fetichismo da mercadoria, o Estado por seu turno deve manter, em todo caso, uma parte de inconsciência a fim que suas funções de planificação não lhe imponham responsabilidades que ele não poderia aceitar sem esvaziar seus caixas[197]. Assim, ainda que as tendência de crise econômica persistam quando se trata de gastar de modo racional os meios fiscais, a tese de Habermas afirma que a atividade do Estado, ao contrário do que supunha Pollock, encontra limites efetivos; mas estes apenas se encontram nas legitimações disponíveis[198].

A contradição fundamental do capitalismo, a saber, o fato de uma produção social voltada para interesses não universalizáveis, é deslocada para a administração. Agora, o que é preciso justificar é a cobrança fiscal diferente segundo as camadas sociais e o emprego particularista dos magros recursos fiscais que uma política de afastamento das crises utiliza e esgota. Disso resulta a necessidade funcional de tornar o tanto quanto possível o sistema administrativo independente do sistema de legitimação. Isso explica, como vimos, a necessidade de manter o *privatismo dos cidadãos* enquanto um recurso de motivação fundamental da ação capitalista. A personalização de problemas concretos, o emprego simbólico de procedimentos de consulta, de julgamentos de experts, de fórmulas de encantamento jurídicas, a publicidade, etc., representam estratégias que visam a produção de uma obediência difusa. Mas Habermas destaca que "não há produção administrativa de sentido"[199], o que quer dizer que a sociedade capitalista permanece dependente de condições culturais que ela mesma não pode produzir. Por isso, a produção comercial e a plainificação administrativa de símbolos esgotam a força normativa das tradições culturais e os meios pelos quais se adquire a legitimação se destroem por si sós.

A questão é que as tradições culturais têm suas próprias condições de reprodução. Estas só continuam vivas na medida em que se desenvolvem de forma espontânea ou pseudo-natural, garantindo a continuidade de uma história por intermédio da qual os indivíduos e os grupos podem se identificar com eles mesmos e entre eles. Uma tradição cultural perde justamente esta força desde que ela é espalhada de forma objetivista ou é incluída numa estratégia. Ora, segundo Habermas "a

197 Cf. *LS*, p. 98.
198 Cf. Idem, ibidem.
199 Cf. LS, p. 100.

expansão da atividade estatal tem por conseqüência indireta um aumento desmedido da necessidade de legitimação", uma vez que "evidências culturais que eram até aqui condições marginais de aplicação do sistema política entram então no domínio da planificação da administração"[200]. Desde então são tematizadas e questionadas tradições que eram isentas dos programas públicos e das discussões de ordem prática. A planificação da educação, a planificação urbana, aquela do sistema de saúde e da família exigem uma justificação universal (já que o Estado representa em tese todos os cidadãos) para esferas caracterizadas precisamente por seu poder de auto-justificação. Isto gera a tomada de consciência do caráter *contingente* não apenas dos conteúdos da tradição, mas também das técnicas de transmissão, isto é, de socialização[201]. Assim, em todos os planos, a planificação administrativa implica *involuntariamente* uma perturbação e uma publicidade que enfraquecem o potencial de justificação de tradições que perderam seu caráter espontâneo[202]. De acordo com a grande aposta do autor alemão, "uma vez que foi destruído seu caráter indiscutível, as pretensões de validade só podem ser estabilizadas por discussões. A desestabilização das evidencias culturais favorece, portanto, a politização de domínios da vida cotidiana que podiam até aqui ser confiados à vida privada. *Mas isto comporta um perigo para o privatismo dos cidadãos assegurado de maneira informal pelas estruturas da opinião publica"*[203]. Ele identifica nos esforços de participação e a aparição de modelos diferentes, em particular nos domínios culturais como a escola e a universidade, a imprensa, a Igreja, o teatro, a editoras, etc., os signos desta evolução.

De onde vem exatamente a crise de legitimação? Ora, "mesmo se o aparelho de Estado conseguisse aumentar a produtividade do trabalho e repartir os ganhos de produtividade de tal sorte que um crescimento econômico, certamente não sem perturbações, mas isento de crises, fosse garantido, este crescimento se efetuaria segundo prioridades que nascem, não de interesses universalizáveis da população, mas de objetivos privados de otimização dos ganhos" [204]. É, portanto, a persistência da estrutura de classes no interior das decisões governamentais que, em última análise, causa o déficit de legitimação. Nós vimos que sentidos ou motivos de ação não podem ser produzidos diretamente pelo sistema administrativo, e que certas evidências culturais se tornaram problemáticas. Por isso, aumentam as expectativas e as reivindicações, de sorte que os recursos de valor fornecidos pela arrecadação fiscal (programa de substitutivos ou

200 LS, p. 101.

201 Enquanto que a administação escolar de antes só tinha que decodificar um Canon que se tinha firmado de forma espontânea, a planificação do currículo, por exemplo, repousa sobre a premissa de que os modelos de tradição poderiam ser diferentes. Cf. LS, p. 102.

202 Ou, como atesta Thomas McCarthy: "The expanded activity of the state produces an increase in the need for legitimation, for justification of government intervention into new areas of life. At the same time, the very process of subjecting sectors of social life to administrative planning produces the *unintended side-effect* of undermining traditional legitimations (…) And this development endangers the civil privatism essential to the depoliticized public realm" (MCCARTHY, T., *The Critical Theory of Jürgen Habermas*, p. 369-370).

203 LS, p. 102. Grifo nosso.

204 Cf. LS, p. 104.

compensações/gratificações) devem substituir os magros recursos de "sentido". Dito de outro modo, as legitimações que faltam devem ser compensadas por indenizações conformes ao sistema (*Welfare State*). A partir destas considerações, pode-se prever o momento do advento de uma crise de legitimação quando as pretensões a indenizações aumentam mais rápido que a massa de valores disponíveis, ou quando aparecem expectativas que não podem ser satisfeitas por indenizações conformes ao sistema. Por outro lado, se o programa de substitutivos do Estado de Bem-Estar conseguir suprir essa carência de recursos de sentido, então não tem sentido conceber uma crise de legitimação. Por isso, o argumento habermasiano ainda está incompleto. Se a tese de Habermas, segundo a qual um subsistema sócio-cultural rígido (que não pode ser arbitrariamente tornado funcional em relação às necessidades do subsistema administrativo), puder explicar uma agravação das necessidades de legitimação que conduziria a uma crise, esta explicação "deve repousar sobre uma crise de motivação, isto é, sobre uma inadequação entre, de uma parte, a necessidade de motivos [de ação] que o Estado, o sistema educativo e o sistema de emprego fazem valer, e de outra parte, a oferta de motivação, as motivações ofertadas pelo sistema sócio-cultural"[205]. Vejamos então o seu teorema sobre a crise de motivação.

3.3 – A crise de motivação

Evidentemente, os argumentos a favor de uma crise de motivação são próximos daqueles a favor de uma crise de legitimação, já que ambos se referem ao sistema sócio-cultural, e não à economia ou à administração. No entanto, enquanto estes últimos se referem, em geral, a um aumento na necessidade de legitimação causado por mudanças no sistema político (expansão da atividade estatal), os primeiros dizem respeito a mudanças no próprio sistema sócio-cultural, que acabam por ameaçar a complementariedade que existe entre os requerimentos do aparato estatal e as expectativas de legitimação e necessidades dos membros da sociedade[206].

Como nós vimos, a motivação mais importante para a manutenção dos sistemas de ação social do capitalismo tardio consiste em uma atitude privada na vida pública dos cidadãos e na vida profissional e familiar. O privatismo dos cidadãos corresponde ao interesse em prestações do sistema administrativo nos domínios da regulação e da seguridade social, com uma participação no processo de legitimação limitada às ocasiões previstas de modo institucional (sufrágio universal, por exemplo), o que significa uma opinião pública despolitizada. De outro lado, a atitude privada na vida familiar e profissional se identifica com uma vida orientada para a família (lazeres e consumo) e para a carreira profissional (concorrência pelo status social), o que corresponde às estruturas de

205 Cf. LS, p. 106.
206 Cf. MCCARTHY, T., *The Critical Theory of J. Habermas*., p. 371.

um sistema de emprego e de educação regulado pela concorrência entre os desempenhos individuais[207].

A tese de Habermas é que estes modelos de motivação são sistematicamente destruídos em razão de uma dinâmica interna às sociedades do capitalismo tardio. Para isso, ele deve mostrar, de uma parte, o esgotamento das tradições que sustentam tais atitudes e, de outra parte, que o capitalismo não pode mobilizar novos recursos de motivação a fim de substituir funcionalmente os primeiros.

Naquilo que concerne às tradições culturais ligadas aos modelos de motivação da atitude privada, Habermas afirma que se trata de uma mistura entre elementos tradicionais burgueses e pré-capitalistas. Seu pressuposto é que "as sociedades capitalistas foram sempre dependentes de condições marginais culturais que elas não podiam engendrar a partir delas mesmas: eles parasitam as reservas de tradições"[208]. Em relação ao privatismo dos cidadãos, as expectativas voltadas ao sistema administrativo são condicionadas pelas tradições do direito formal burguês, mas a atitude passiva diante do processo de formação da vontade é determinada antes pela ética cívica tradicionalista ou por orientações familiares. O outro campo de atitude privada é por sua vez voltado, de uma parte, para os valores burgueses do individualismo possessivo e do utilitarismo, e, de outra parte, para tradições religiosas que tornam possível instâncias morais repressivas ou exteriores[209].

A fim de demonstrar sua tese, segundo a qual o sistema sócio-cultural não poderá reproduzir a longo prazo estes modelos de motivação marcados pela atitude privada, Habermas tenta provar de início que estas duas fontes culturais, as reservas de tradição pré-burguesas e as burguesas, estão esgotadas. As imagens de mundo tradicionalistas foram enfraquecidas continuamente no curso da evolução do capitalismo, já que elas eram inconciliáveis, em primeiro lugar, com tendências sócio-estruturais imanentes aos sistemas econômico e administrativo. O problema aqui repousa sobre a extensão dos domínios onde predomina a ação racional com respeito a fins, o que ocorre no capitalismo avançado por meio da cientifização da prática profissional, da extensão do setor de serviços, da comercialização da cultura e da política e, enfim, da psicologização dos processos de educação. Ademais, os imperativos oriundos do sistema da ciência contribuem também para a decomposição destas tradições, pois dissonâncias *cognitivas* aparecem entre os dois a partir do momento que uma formação escolar formal se torna obrigatória e generalizada. O resultado é uma espécie de "consciência comum positivista" ou de "ateísmo das massas"[210].

---

207 Cf. LS, p. 106.

208 LS, p. 108.

209 No caso da burguesia, a orientação moral enfatiza a performance e a disciplina de si, enquanto que nas classes inferiores, a orientação moral tradicionalista se volta para a obediencia espontânea, para uma atitude fatalista e para gratificações imediatas. (Cf. LS, p. 109).

210 Cf. LS, p. 113.

Mas mesmo os elementos das ideologias burguesas que favorecem as orientações privatistas perdem o seu lugar em razão das transformações sociais. A *ideologia da performance*, segundo a qual as gratificações sociais devem ser distribuídas em função dos desempenhos individuais, adquire no capitalismo tardio a forma do sucesso profissional por intermédio da formação escola formal. Ora, o pós-guerra testemunha um processo de generalização do acesso aos estudos superiores, sem contudo se fazer acompanhar de uma evolução sincrônica do sistema de emprego, o que gera um descompasso entre a formação escolar e o sucesso profissional. Além disso, naquilo que diz respeito às camadas inferiores, as incitações à concorrência perdem a sua força, pois os níveis de vida dos grupos assalariados e dos grupos afastados do processo de trabalho se igualam.

O *individualismo possessivo*, que considera que a riqueza social aumenta graças à riqueza privadas e que os interesses coletivos são realizados unicamente por orientações utilitaristas e individuais, desmorona por causa da perda de nitidez do sistema de preferências individuais. A socialização da produção, entre outras coisas, aumenta a parte dos bens de uso coletivos (os transportes, os lazares, a saúde, a educação, etc.) entre os bens de consumo[211].

Enfim, a *orientação para valores de troca* é minada em conseqüência do enfraquecimento da socialização do mercado. Vários fatores ajudam a explicar este fenômeno: o aumento das camadas da população não-dependentes das rendas de seu próprio trabalho (estudantes, aposentados, doentes, criminosos, etc.), a substituição – em certos setores – do trabalho abstrato pelo trabalho concreto, e, finalmente, a redução do tempo de trabalho, rendas reais mais elevadas e a importância da temática do lazer[212].

De acordo com o diagnóstico habermasiano das tendências internas ao capitalismo tardio, a erosão das reservas de tradição pré-capitalistas e capitalistas engendra estruturas normativas "residuais" que não são adequadas à reprodução do privatismo na vida cívica e na vida profissional-familiar. Há, portanto, uma espécie de conflito entre os valores propostos pelo sistema sócio-cultural e os valores reclamados para a manutenção dos sistemas político e econômico *estruturado em classes*. Entre os elementos tornados dominantes na tradição cultural, é necessário mencionar o *cientificismo* na dimensão cognitiva ou teórica, *a arte pós-aurática* na dimensão estética e, sobretudo, *a moral universalista* na dimensão prático-moral. O primeiro, que é o resultado da autoridade da qual goza o sistema científico nas sociedades de capitalismo tardio, é responsável pela difusão de uma cultura cognitivista da justificação discursiva e da crítica aos dogmatismos e preconceitos – ainda que ele possa contribuir também para uma consciência comum positivista e tecnocrata que sustenta a opinião pública despolitizada[213]. Em todo caso, esta atitude cognitiva de crítica aberta, até mesmo auto-crítica, pode *a priori* trazer objeções às teorias da elite e da

211 Cf. LS, p. 116.
212 Cf. LS, p. 117.
213 Cf. LS, p. 118.

tecnocracia, uma vez que estas pretendem ser teorias.

No nível estético, o sistema sócio-cultural oferece também certos valores divergentes em relação àqueles que são exigidos pelos sistemas econômico e político. Se a época moderna radicalizou a autonomia da arte burguesa com relação aos contextos de seu emprego, uma contra-cultura pôde emergir no seio de uma sociedade burguesa e se descolar de seu estilo de vida individualista e utilitário. O boêmio e a *avant-garde* artística são figuras hostis ao possuidor de mercadorias. O colapso da aura, o fato que a arte se liberou de sua função de ser contemplada solitariamente pelo burguês e de realizar os ideais deste último, a autonomização da obra de arte formalista em relação ao público amador, em suma, o signo da *l'art pour l'art* pôde mostrar que "a arte não exprime promessas, mas, ao contrário, os sacrifícios irreversíveis da racionalização burguesa"[214]. A arte pós-aurática pode realmente significar também que a arte degenera em arte propagandista de massa ou em cultura de massa comercializada, mas a arte de vanguarda, desde o surrealismo, não é completamente despojada de seus conteúdos semânticos subversivos.

O advento de uma *ética comunicativa,* segundo a qual apenas interesses *universalizáveis* são passíveis de serem aceitos numa discussão coletiva livre de constrangimentos, completa enfim os elementos culturais derivados das ideologias burguesas que produzem um efeito de bloqueio no desenvolvimento dos sistemas econômico e político. Este último aspecto é aquele que explicita mais nitidamente este efeito, já que o capitalismo tardio (tal como outras formas de organização social baseadas numa estrutura de classes) precisa estabilizar a contradição fundamental de uma produção socializada apropriada segundo interesses particulares (não-universalizáveis).

A ética comunicativa aparece no esquema habermasiano como o ponto de chegada de uma evolução que começa a partir do momento que as sociedades tradicionais entram em um processo de modernização; desde então, a complexidade crescente engendra problemas de regulação que exigem que a transformação das normas sociais ande mais rápido que o ritmo próprio à tradição cultural espontânea. O direito formal burguês é uma primeira forma disso, que permite descolar os conteúdos normativos do dogmatismo da tradição pura e simples e de os definir de maneira *intencional*. As normas do direito tornadas positivas são, de uma parte, separadas do *corpus* das normas morais relegadas agora à esfera privada e, de outro, elas têm necessidade de ser produzidas (e justificadas) por princípios universais)[215]. Doravante, há uma tendência inscrita na lógica da evolução dos sistemas de normas das sociedades em direção a uma universalização. No entanto, Habermas afirma que há um conflito entre a moral interior (vinculada à figura tradicional do *homme*) e as normas jurídicas exteriores (ainda ligada a um sujeito concreto, *citoyen* de um Estado).

O capitalismo liberal tornou pela primeira vez efetivo um sistema de normas rigorosamente

214 LS, p. 119.
215 Cf. LS, p. 121.

universalistas, através da ideologia da troca de equivalentes, mas, como vimos, este se destrói com a intervenção estatal, enquanto que aparecem exigências de legitimação novas e crescentes. Partindo do pressuposto segundo o qual não se pode regressar intencionalmente aquém do nível de consciência moral alcançado coletivamente, ou mesmo inibir uma evolução moral ulterior, Habermas estabelece que a evolução moral segue uma lógica interna e dependente da verdade, isto é, defendendo "(...) uma passagem não contingente, eu quero dizer com isso que deve ser motivada racionalmente, *do direito formal burguês à moral universal política"* [216]. Isto significa que a ultima realiza mais perfeitamente ou racionalmente uma moral dos princípios universais. Assim, a ética comunicativa resolve o conflito entre moral interna e externa relativizando a oposição entre os domínios regulados pela moral e os domínios regulados pelo direito e estabelecendo que a validade de todas as normas está ligada à formação discursiva da vontade de todos aqueles que podem ser concernidos. Apenas a ética comunicativa é rigorosamente universal, já que ela não é limitada a um domínio de moral privada distinto das normas jurídicas. Nesse sentido, do ponto de vista evolutivo, ela seria "superior" aos outros tipos de moral[217].

Mas o que Habermas entende precisamente por uma ética comunicativa universal neste obra? É preciso dizer que nesta obra Habermas não vai muito longe no seu projeto de reconstrução do caráter "transcendental" da linguagem ordinária, que já apresentaria *in nuce* as condições formais para o discurso (situação ideal de fala), por meio de uma pragmática universal. Veremos no próximo capítulo como ele desenvolve melhor este tópico na *Teoria da Ação Comunicativa*.

Para compreender o funcionamento da ética comunicativa, deve-se abordar o problema mais geral acerca da capacidade de fundamentação das normas de ação. Habermas quer mostrar que, na ética comunicativa, as normas podem motivar *racionalmente* por meio de argumentação. Isto é, a força motivacional das normas não podem apenas estar baseadas em motivos empíricos, como interesses ou medo de sanções. Caso contrário não se poderia explicar por que o agente ainda se sente vinculado à norma, mesmo após o desaparecimento do motivo inicial pelo qual ele supostamente teria decidido segui-la. Para explicar satisfatoriamente a pretensão de validade das normas, deve-se, antes, recorrer à idéia de um acordo racionalmente motivado, ou ainda, de um consenso com razões ou argumentos acerca da aceitação delas[218]. O modelo adequado seria, assim, o de uma comunidade de comunicação (*Kommunikationsgemeinschaft*) dos concernidos, os quais, enquanto participantes de um discurso prático, avaliam a pretensão de validade das normas. Na medida em que eles a aceitam com razões, eles a reconhecem como correta. Nesse sentido, não é um ato irracional da vontade dos participantes de um contrato, mas o reconhecimento racionalmente motivado, que a todo momento pode ser (contrafactualmente) problematizado, que fundamenta a

216 LS, p. 122. Grifo nosso.
217 Cf. LS, p. 124.
218 Cf. LS, p. 144.

pretensão de validade das normas.

O que se quer dizer exatamente com o reconhecimento racionalmente motivado da pretensão de validade de uma norma de ação? Aqui é importante ressaltar o principio do melhor argumento como único constrangimento e a busca cooperativa da verdade como único interesse possíveis no âmbito do discurso. Além disso, todos os concernidos tem em principio chances de participar da discussão. Se uma norma é aceita argumentativamente sob essas condições, isto é, por meio de justificações propostas hipoteticamente, tem-se a formação de um consenso que expressa uma vontade racional[219]. O termo vontade racional é empregado aqui no sentido de que as características formais do discurso asseguram a produção do consenso *apenas* acerca de interesses *universalizáveis*, isto é, acerca de necessidades que foram partilhadas comunicativamente. Por isso, a formação de motivos de ação ou de sentido dependeria de normas que necessitam ser justificadas racionalmente. Questões práticas, assim como as questões técnicas ou cognitivas, também poderiam ser tratadas discursivamente, onde o princípio do melhor argumento assume papel central.

Com base nesta forma de ética comunicativa, Habermas pode então fundar normativamente a sua crítica social, que aparece na forma de um *modelo da supressão de interesses universalizáveis.* A crítica da ideologia poderia se realizar assim por meio da comparação entre as estruturas normativas atuais e um estado hipotético de constituição discursiva de um sistema de normas. A questão que se coloca com este modelo é então a seguinte: Como os membros de um sistema social, em um dado estágio de desenvolvimento das forças produtivas, teriam interpretado as suas necessidades de modo coletivo e vinculante (*verbindlich*), e quais normas eles teriam aceitado como justificáveis, se eles pudessem e quisessem participar de uma formação discursiva da vontade acerca da organização do intercurso social, dispondo do conhecimento suficiente acerca das condições limitantes e dos imperativos funcionais de sua sociedade?[220]

Sujeitos a este tipo de escrutínio, os consensos *de facto* subjacentes à distribuição de oportunidades em função da satisfação de necessidades legítimas iriam se revelar como injustificáveis, ilusórios e ideológicos. O objetivo desta crítica é o de tornar os seus destinatários conscientes da dominação ou injustiça imiscuídas nos valores institucionalizados na configuração atual das estruturas normativas, e, com isso, mobilizá-los a lutar por seus interesses (universalizáveis)[221].

É importante insistir aqui sobre o contexto no qual a ética comunicativa aparece na economia geral do livro e no esquema argumentativo habermasiano em 1973. Para tanto, é importante retomar aqui o fio argumentativo. O fato de que o capitalismo tardio repousa sobre a contradição fundamental de uma sociedade de classes, marcada pela *apropriação privada da*

219 Cf. LS, p. 148.
220 Cf. LS, p. 156
221 Cf. LS, p. 157;161. Ver também MCCARTHY, op. Cit., p. 380.

riqueza social, denota que o seu funcionamento se baseia em interesses não-universalizáveis. Como a ideologia da troca de equivalentes ruiu e o intervencionismo estatal tornou a produção ainda mais explicitamente socializada, o sistema precisa, simultaneamente, elaborar um programa de substitutivos (política de bem-estar social) e manter o privatismo cívico dos cidadãos. Ou seja, segundo o diagnóstico de Habermas, o próprio funcionamento do capitalismo tardio requer a despolitização das massas. Isso quer dizer que um processo de democratização só pode ter lugar na medida em que a própria engrenagem do sistema capitalista é posta em questão, o que é expresso pelo teorema das *crises*. Em uma palavra, *democracia efetiva e capitalismo não podem conviver*.

Por outro lado, uma outra consequência é que nem as decisões políticas do Estado capitalista nem a própria estrutura profunda de funcionamento do sistema de distribuição de bens admitem um consenso racional. Como T. McCarthy salienta, o capitalismo tardio, como toda sociedade baseada em classes, tem de reprimir interesses universalizáveis para se manter; do contrário, a contradição da apropriação privada da produção socializada destruiria o sistema social. Assim, as decisões político-administrativas, tomadas com base em prioridades vinculadas aos interesses particulares capitalistas (e que expressam com cores novas, no capitalismo tardio, a velha contradição entre capital e trabalho), não poderia ser justificadas racionalmente durante uma discussão pública geral e irrestrita sobre aquilo que, à luz das circunstâncias presentes e futuras, promove os melhores interesses de *todos* os concernidos (isto é, interesses universalizáveis)[222]. Por isso a eventual propagação da ética comunicativa universal nos processos de socialização é um elemento fundamental para a deflagração de uma crise de motivação no seio do capitalismo tardio. Ainda seguindo McCarthy, o coração do argumento habermasiano é o de que as estruturas normativas nesta fase atual do capitalismo estão mudando de tal maneira que aquela complementariedade que existe entre os requerimentos do sistema politico-econômico e as expectativas legitimadoras dos membros da sociedade está sendo posta em xeque[223].

---

222 MCCARTHY, T., op. Cit., p. 358. Hartmann e Honneth também partilham dessa interpretação em relação ao modelo de 73: "When Jürgen Habermas formulated this sentence in his study of the "legitimation problems of late capitalism" at the beginning of the 1970s, it was connected to the diagnostic thesis that the traditional motivational resources of capitalist action ("citizen" and"familial-professional privatism") would be eroded by the attainments of the welfare state, *so that the contradiction between capital and labor that continued to pervade late capitalist societies would be robbed of its legitimating costume in the light of a morality critically oriented by increasingly universalistic criteria*. On this interpretation, late capitalist society is contradictory both in terms of "latent"class antagonisms as well as a logic of development that leads the detraditionalizing tendencies of welfare-state capitalism to self-destructively expose the inequalities and injustices typical of this stage of capitalism" (HARTMANN & HONNETH, "Paradoxes of Capitalism", p. 46) Grifo nosso.

223 Idem, p. 375. Na conclusão da segunda parte do livro, Habermas também expõe essa ideia: "Je weniger das kulturelle System fähig ist, für Politik, Ausbildungs- und Beschäftigungssystem hinreichende Motivationen zu erzeugen, um so mehr muss der verknappte Sinn durch konsumierbare Werte ersetzt werden. In gleichem Masse werden die Distributionsmuster, die sich aus einer vergesellschafteten Produktion für nicht verallgemeinerungsfähige Interessen ergeben, gefährdet. Die definitiven Schranken der Legitimationsbeschaffung sind unnachgiebige normative Strukturen, die das ökonomisch-politisch System nicht länger mit ideologischen Ressourcen versorgen, sondern mit Überforderungen konfrontieren" (LS, p. 130).

Desse modo, a introdução da ética comunicativa, que representa a fundamentação normativa do potencial processo de democratização da formação da vontade política, compõe, junto com as reflexões sobre o cientificismo e a arte pós-aurática vistas acima[224], um esquema argumentativo que se volta contra o princípio organizacional do capitalismo (e de todas as sociedades baseadas em classes). Dito de outro modo, teoria da democratização e crítica *do* capitalismo[225] aparecem juntas no modelo crítico de 73.

Não à toa Habermas afirma que existem duas saídas possíveis para a crise de legitimação/motivação: "Ou bem as estruturas de classes latentes do capitalismo tardio são transformadas, ou bem a exigência de legitimação à qual é submetido o sistema administrativo é suprimida. Isto só poderia se realizar se a integração da natureza interna fosse reorganizada de maneira geral segundo um outro modo de socialização, isto é, se ela fosse descolada das normas que reclamam uma justificação"[226]. É bom insistir, porém, que, se Habermas ainda fala de uma transformação da estrutura de classes, ele não se encontra no paradigma da revolução. Como vimos, pelo menos desde 1961 ele tem reservas em relação à solução marxista ortodoxa. Apesar de, neste momento, ele não ser tão claro em relação a uma estratégia política mais concreta, tudo indica que tratar-se-ia antes de buscar uma saída *democrática* para tais impasses, o que só seria possível mediante uma politização das massas e o reavivamento da esfera pública. No entanto, a esta altura, Habermas não tem ainda propriamente uma "teoria da democracia", mas apenas uma "teoria da democratização" vinculada a uma teoria da crise de legitimação/motivação e a um esboço de teoria da evolução social das estruturas normativas. Por outro lado, no próximo capítulo veremos que, em suas obras posteriores, o esforço de Habermas será o de mostrar que este dilema não precisa ser resolvido segundo uma destas duas soluções. Há, por assim dizer, uma terceira via, capaz de conciliar capitalismo e democracia "radical". Por isso, ele passa progressivamente a desvincular a participação e deliberação popular de uma transformação profunda da estrutura do capitalismo e das classes. Em realidade, a nossa hipótese interpretativa é a de que ele passa a considerar, fundamentalmente, que um tal processo efetivamente democrático de formação da vontade passa a ser, em última análise, compatível com a estrutura do capitalismo tardio.

Após a identificação das estruturas normativas oriundas da decomposição das tradições culturais, e a constatação de que não há acordo funcionalmente suficiente entre estas e os subsistemas econômico e político, Habermas deve ainda mostrar como o sistema cultural *socializa* tais estruturas, isto é como "(...) as convicções da ética comunicativa e os complexos de experiência

224 Apesar de anunciar os três em sequência ao tratar da crise de motivação, Habermas dá claramente mais importância à ética comunicativa.

225 Isto é, trata-se de uma crítica da estrutura fundamental do capitalismo, tal como entendida por Habermas, e não apenas uma crítica dos *excessos* cometidos por este modo de organização social. No próximo capítulo, esta diferenciação ficará provavelmente mais clara.

226 LS, p. 130.

da contra-cultura nos quais se encarna a arte pós-aurática determinam desde hoje, em algumas camadas da sociedade, processos de socialização típicos e adquiriram portanto uma força suficiente para formar motivos [de ação]"[227]. A tese de Habermas é que já podemos observar na fase adolescente os primeiros elementos desta socialização "não-funcional"; o principal sintoma se encontra no momento da saída da "crise da adolescência". Uma saída não-convencional da crise é marcada por uma atitude *reflexiva* que o adolescente adota em relação aos modelos de interpretação socialmente oferecidos e que lhe permitem elaborar a definição de sua identidade opondo-se a estas interpretações culturais; é o "segundo nascimento" do adolescente, em oposição ao primeiro nascimento onde aceita-se ingenuamente as convicções da infância. Assim, "(...) os elementos hoje dominantes (e disfuncionais em seu efeito) são cada vez mais reproduzidos no plano do sistema da personalidade, na medida em que o desenrolar da crise da adolescência exige um 'segundo nascimento' e proíbe uma saída convencional da adolescência: por razões lógicas, são sistemas de valores universalistas e complexos de experiência da contra-cultura que resistem melhor ao exame explícito da tradição" [228].

Entre os indicadores de apoio, ele menciona o alongamento do período de formação, e em razão de uma moratória psicossocial, a elevação das aptidões cognitivas; o desenvolvimento de estruturas familiares igualitárias; a relativização dos interditos sexuais proporcionada pelos produtos farmacêuticos e, por isso, uma socialização com menos angústia e com mais margem de jogo para as experiências da adolescência.

Dado que a ética comunicativa não pode funcionar sem conflitos no sistema político-econômico, já que este requer um privatismo cívico, podem-se indicar duas saídas não convencionais para a crise da adolescência: a fuga ou o protesto. Nesta última, consta o movimento estudantil, as revoltas dos colégios e dos jovens operários; o lado do recuo ou fuga é representado pelos hippies, pelos *Jesus People*, pela sub-cultura da droga e pelos fenômenos de desinteresse na escola[229].

McCarthy elabora um interessante esquema a fim de resumir a argumentação de Habermas:

1. Inicialmente, ele relembra uma importante tese de Habermas: Tão logo lidamos com uma forma de socialização que vincula a natureza interna a uma organização comunicativa do comportamento, é inconcebível que deve haver uma legitimação de qualquer norma de ação que garanta, mesmo aproximadamente, uma aceitação das decisões sem razões[230].

2. Desde o capitalismo liberal, a necessidade por legitimação de normas só pode se dar através do apelo a um sistema de valores universal.

227 LS, p. 125.
228 LS, p. 126.
229 Cf. LS, p. 128.
230 Cf.LS, p. 64.

3. Hoje, a única forma de moralidade capaz de suportar a destruição da tradição cultural é uma ética comunicativa sobre a base da qual todas as decisões politicamente relevantes estão vinculadas à formação de um consenso racional no âmbito de um discurso irrestrito.

4. Os elementos básicos de uma ética comunicativa já estão hoje influenciando típicos processos de socialização em diversos estratos sociais, isto é, eles já alcançaram "poder de formação de motivos".

5. Disso resulta que os modelos privatistas de motivação, essenciais para a democracia formal, estão ameaçados de desintegração, uma ameaça que pode ser documentada na expansão de síndromes de afastamento e de protesto[231].

3.4 - Sistematização da obra de 73

Globalmente, o modelo crítico esboçado por Habermas em 1973 se apóia sobre um prognóstico segundo o qual os recursos de motivação tradicionais da ação capitalista seriam destruídos pelas próprias conquistas do *Welfare State*, de sorte que a contradição entre capital e trabalho que permanece latente nas sociedades de capitalismo avançado seria privada de seu fundamento de legitimação em favor de uma moralidade orientada criticamente por critérios universais. A lógica do desenvolvimento das tendências de destradicionalização leva o capitalismo tardio a expor de maneira auto-destruidora as desigualdades e as injustiças típicas deste estágio do capitalismo[232].

Com efeito, como o sistema econômico perdeu sua autonomia funcional em relação ao Estado, os fenômenos de crise no capitalismo tardio perderam igualmente seu caráter pseudo-natural e espontâneo – o que afastou também a possibilidade de uma crise do sistema. As tendências econômicas de crise são deslocadas pelo comportamento reativo adotado pelo Estado para o sistema político, o que engendra uma repolitização das relações de dominação e uma necessidade crescente de legitimação. Há agora sejam déficits de racionalidade, sejam déficits de legitimação/motivação. Nós vemos nascer também um mecanismo de substituição entre a massa de valores disponíveis graças à arrecadação fiscal e os aportes de motivação. Esta relação de substituição entre os recursos de valor e de sentido é fundamental para o prognóstico de crise. Quanto menos funcional é o sistema sócio-cultural para o sistema político, mais o sentido ou a motivação para a ação privatista típica do capitalismo deve ser substituído pelos valores consumíveis do Estado de Bem-Estar. Ainda que a possibilidade de uma crise fiscal generalizada seja concebível, Habermas afirma claramente que nenhum tipo de prognóstico acerca da escassez de valores oriundos da arrecadação fiscal possa

231 Cf. MCCARTHY, T., op. cit., p. 376.
232 Cf. HARTMANN, M & HONNETH, A, "Paradoxes of Capitalism", p. 46.

ser feita de modo plausível[233]. Mas se Habermas não parece apostar tanto numa crise de racionalidade (e fiscal) como potencialmente capaz de conduzir a mudanças profundas na estrutura das sociedades de capitalismo tardio, ele se mostra mais otimista em relação à segunda possibilidade de crise, a saber, aquela que diz respeito ao sistema sócio-cultural. Já que as novas estruturas normativas se opõem ao sistema político-econômico com demandas excessivas, uma crise de legitimação/motivação não deixa de aparecer como plausível. Portanto, a dinâmica da crise não se encontra tanto mais no sistema, mas antes no mundo da vida, no âmbito da integração social. Só que, do ponto de vista da inteligibilidade do processo de crise, é importante ressaltar que o movimento sistêmico dos sistemas econômico e político no capitalismo tardio contribuíram decisivamente para este estado de coisas.

Como vimos, o Estado social se encontra diante de um *dilema*. A fim de compensar os problemas de regulação oriundos do prolongamento do controle capitalista sobre a economia, o Estado deve assumir um papel crescentemente ativo. Todavia, este papel ativo pode conduzir a uma *demanda extra* de legitimação, aumentando a pressão sobre o Estado para a justificação pública das razões de suas ações; estes processos por seu turno devem conduzir à desmistificação das relações de poder (e conseqüentemente da dominação dos interesses particulares sobre uma produção socializada por causa do intervencionismo).

Por outro lado, Habermas se afasta de Marx quando ele enfatiza as crises sócio-culturais (crises de legitimação e de motivação) em detrimento das crises estritamente econômicas. Assim, Habermas faz justiça a um dos principais *insights* da primeira geração da Escola de Frankfurt: após a Segunda Guerra Mundial, em razão da pacificação do antagonismo de classe, as crises assumiram um caráter mais cultural e psicológico[234]. Em Habermas, a crise econômica é reduzida a uma dimensão exclusivamente sistêmica (fenômenos tais como a alienação e o sofrimento no ambiente de trabalho não são mais mencionados), enquanto que a dimensão da crise vivida é reservada unicamente ao subsistema sócio-cultural. É doravante a cultura (vista não mais como simplesmente adaptada aos imperativos da economia e da administração) que deve carregar o papel emancipatório e liberar os outros subsistemas da estrutura de classes e da despolitização. Donde a enorme importância da crise cultura e do papel de grupos como o dos estudantes, em detrimento dos operários, por exemplo. Não se trata mais de indenizações, mas de participar na formação democrática da vontade política (universalizável).

Devemos aqui relembrar que os mecanismos que engendram os impulsos evolutivos no âmbito das estruturas normativas são *independentes* da *lógica* do desenvolvimento destas últimas[235],

233 "Diese Grenzen sind durch die fiskalisch verfügbare Wertmasse, über deren Verknappung keine krisentheoretisch stichhaltige Voraussage gemacht werden kann(...), bestimmt." (LS, p. 129).

234 Cf. BENHABIB, S., op. Cit., p. 250.

235 Cf. LS, p. 25.

cujo padrão de desenvolvimento pode ser reconstruído racionalmente. Isso significa que, embora movimentos sistêmicos no sentido de desenvolver as forças produtivas ou aumentar a autonomia do sistema administrativo (via resolução de problemas de regulação) possam eventualmente "provocar" (*auslösen*) mudanças no sistema sócio-cultural, isso não significa em hipótese nenhuma que o âmbito sistêmico tenha a capacidade de *determinar* ou *direcionar* tais mudanças a fim de torná-las funcionais em relação aos seus imperativos. Até porque, como vimos, a *lógica* de desenvolvimento das estruturas normativas é autônoma[236]; apenas a *dinâmica* de sua institucionalização depende das condições sistêmicas. Aí reside a sutileza do raciocínio de Habermas ao tratar de um conceito complexo de crise. Existem relações entre a integração social e a integração sistêmica, mas não necessariamente uma determinação ou adaptação pura e simples. Do ponto de vista da teoria social, essa é uma diferença fundamental em relação à primeira geração da Teoria Crítica. Pois ao resguardar a possibilidade de que as mudanças provocadas nas estruturas normativas pelo sistema possam paradoxalmente limitar a atuação deste, Habermas assegura também a possibilidade de que os movimentos sistêmicos gerem conseqüências não pretendidas por seus imperativos – o que cria fissuras e abre *possivelmente* uma saída do mundo administrado. Daí a importância da integração social enquanto um domínio parcialmente autônomo. Por outro lado, deixar de enfatizar os condicionantes sistêmicos e apenas focar o mundo da vida seria incorrer em uma abordagem "idealista" da crise, uma vez que uma sociedade não entra em crise apenas e nem sempre porque os seus membros o dizem – déficit teórico que, de resto, Habermas já apontara quando da elaboração de seu conceito de crise[237]. Novos níveis evolutivos no âmbito das estruturas normativas, cujo padrão de desenvolvimento é autônomo, não são incorporados nos sistemas de ação social de modo "automático", como se não houvesse constrangimentos institucionais e antagonismo de interesses entre as classes sociais; antes, eles só podem ser institucionalizados sob determinadas condições produzidas pelo âmbito sistêmico da economia e da administração, que deve no momento da passagem para um novo principio de organização (salto evolutivo) apresentar problemas de regulação não-resolvidos[238].

---

236 Em *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, por exemplo, Habermas desenvolverá a idéia – apenas mencionada em 1973 - de que esta lógica pode ser reconstruída com base na homologia entre ontogênese da consciência moral e filogênese tendo como base a idéia de "processo de aprendizagem". Na *Teoria da Ação Comunicativa* esta idéia também permanece, ainda que de forma menos enfática.

237 Cf. LS, p. 13.

238 Na sua obra subseqüente, Habermas deixa essa questão mais clara, ao introduzir a noção de "desafio evolutivo" para mediar, num processo filogenético de aprendizagem, a relação entre problemas sistêmicos e institucionalização de novas estruturas normativas a partir da incorporação de potenciais cognitivos já contidos nas imagens de mundo, que já sofreram um processo autônomo de evolução no âmbito das "idéias": "Também para as sociedades, na medida em que elas resolvem problemas sistêmicos que representam *desafios evolutivos*, podemos falar de um processo evolutivo de aprendizagem. Trata-se de problemas que transcendem as capacidades de direção disponíveis. As sociedades podem então aprender de modo evolutivo na medida em que utilizam os potenciais cognoscitivos contidos nas imagens de mundo, com o objetivo de reorganizarem os sistemas de ação social. Pode-se representar esse processo como encarnação institucional de estruturas de racionalidade já expressas em imagens do mundo. A introdução de um novo princípio de organização equivale à consolidação de um novo nível de integração

Para Habermas, este é exatamente o caso no capitalismo tardio. No caso da crise do sistema sócio-cultural preconizada aqui por ele, vimos que a própria dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas e da autonomia do sistema, que teve de criar mecanismos reativos de evitação das crises econômicas, minam as tradições culturais e ideologias que sustentavam o privatismo cívico. A expansão dos domínios da ação racional com respeito a fins, o intervencionismo estatal em domínios antes privados e inquestionados, a cientifização da visão do mundo e as próprias conquistas do Estado de Bem-Estar são fatores que criam uma "dissonância cognitiva" e enfraquecem as tradições e as ideologias liberais-burguesas. Todo esse complexo de fenômenos incita mudanças no sistema sócio-cultural. Por outro lado, do ponto de vista da lógica de desenvolvimento das estruturas normativas, Habermas conta com a possibilidade de que o atual estágio evolutivo aponta para o florescimento de uma ética universalista do discurso, que só pode aceitar como motivos de ação racionalmente válidos aqueles interesses universalizáveis em função do bem comum. Ora, tal ética gera novas demandas de legitimação, que não podem ser satisfeitas por um sistema administrativo que ainda está assentado numa contradição que teve origem com as sociedades tradicionalistas de classe, a saber, a de uma produção socializada em função de interesses privados e de uma apropriação privilegiada. Por isso, as mudanças na estrutura normativa, provocadas pelo âmbito sistêmico, acabariam por paradoxalmente limitar crescentemente a ação e a autonomia do sistema administrativo, na medida em que haveria um questionamento e uma demanda de legitimação crescente em relação às medidas tomadas por um órgão que, em tese, deve representar o bem comum (interesses universalizáveis).

3.5 - Algumas problematizações de *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*

O modelo de 73 é passível de muitos questionamentos importantes. Pode-se dividi-los em dois blocos diferentes: (i) críticas referentes aos prognósticos de crise de legitimação/motivação e (ii) críticas referentes à articulação interna entre teoria e destinatário.

Ad (i): Não muito tempo depois que o livro foi publicado, McCarthy já questionava alguns pontos importantes do prognóstico de uma crise de motivação. Ele se perguntava se, de fato, a erosão das antigas tradições culturais, assim como a suposta dissolução de alguns elementos da ideologia burguesa, como os valores de competição no seio do sistema educacional e profissional, o

---

social. Esse, por sua vez, permite a absorção de saber técnico-organizativo disponível (ou a produção de um novo saber), isto é, um aumento das forças produtivas e uma ampliação da complexidade sistêmica. Para a evolução social, os processos de aprendizagem, portanto, têm funções de precursor (de abridor de caminhos) no âmbito da consciência prático-moral." (HABERMAS, J, *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, trad.: Carlos Nelson Coutinho, p.140-1).

clientelismo dos programas de bem-estar e as orientações para o consumo e lazer foram enfraquecidos a tal ponto que se poderia falar efetivamente de uma crise de motivação[239]. Até porque, mesmo se tais estruturas normativas estivem de fato se transformando, a questão que se colocaria seria a de saber qual direção tais transformações tomariam no curso dos próximos anos. Elas não poderiam, por exemplo, conduzir a uma nova constelação de passividade, privatismo e consumismo? Tais questões nos levam para o segundo passo do argumento habermasiano, qual seja, o do florescimento de uma ética comunicativa no seio dos processos de socialização dos jovens, cuja maior evidência seria uma saída não convencional da crise da adolescência, dada, entre outras coisas, a expansão do sistema educacional e as técnicas de educação não-autoritárias. Aqui, McCarthy também põe em questão a força do argumento levantado a favor de uma tal asserção. Ele menciona o fato de que os estudos de psicologia sobre os quais Habermas se baseia são incipientes e inconclusos. Assim, seria muito cedo para prever que haveria um crescente nível de protesto, no lugar de uma acomodação mais hedonística em relação aos requerimentos do sistema politico-econômico[240].

Ademais, mesmo no caso de um efetivo predomínio da ética comunicativa nos processos geradores de motivação, o que forçaria o Estado a justificar suas decisões com base em argumentos racionais levando em conta o bem de todos os concernidos (numa eventual discussão pública livre de constrangimentos), McCarthy não parece estar convencido de que tal procedimento conduziria necessariamente à eliminação do caráter capitalista do Estado, uma vez que a simples justificação de que "não haveria nada melhor no momento, dada as circunstâncias", ou que num mundo imperfeito, o atual sistema promove uma distribuição aceitável dos bens primários (Rawls) poderia contar como uma justificação aceitável racionalmente. Ou seja, não se pode excluir a possibilidade de que apelos do tipo "mais vale um pássaro na mão do que dois voando" poderiam ser efetivamente bem-sucedidos[241].

Se considerarmos o momento presente, esta crítica é reforçada pela dinâmica atual do capitalismo neoliberal. Abordaremos este tema com mais profundidade no último capítulo, porém desde já podemos adiantar que M. Hartmann e A. Honneth realizaram uma importante crítica ao modelo de *Legitimationsprobleme* que vai nesta direção. Em um artigo sobre os paradoxos do capitalismo contemporâneo, eles mostram que Habermas se enganou em relação ao fato de que os recursos motivacionais do capitalismo teriam se esgotado e de que o modelo do privatismo cívico, bem como a própria contradição de uma apropriação privada da produção socializada (ou, em termos marxistas, capital x trabalho), não poderiam mais ser legitimados pelas ofertas do subsistema sócio-cultural. Segundo eles, o capitalismo contemporâneo foi bem-sucedido na

239 Cf. MCCARTHY, op. Cit., p. 374.
240 Cf. Idem, p. 376-7.
241 Cf. Idem, p. 377.

mobilização de novos recursos motivacionais[242]. Como veremos adiante, uma das principais fontes destes dois autores para fazer tal afirmação são os trabalhos dos sociólogos franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello, segundo os quais o neoliberalismo deve parte de sua força integrativa ao apelo a valores tidos como emancipatórios na época anterior, como responsabilidade, flexibilidade, autonomia e capacidade de estabelecer redes de contatos e "amigos"; antes submetido a uma rígida hierarquia, o trabalhador se torna agora um empregado orientado por "projetos" parcialmente individuais, um "empreendedor de si mesmo"[243]. O elemento paradoxal deste fenômeno é que tais valores se revestem em seu contrário e servem agora para justificar uma nova onda de expansão capitalista.

Ad (ii): Segundo McCarthy[244], apesar de desenvolver um modelo da supressão de interesses universalizáveis com base numa ética comunicativa que afirma a comunicação livre de constrangimentos como procedimento de garantia da aceitabilidade racional das normas, falta ao modelo habermasiano o passo adiante, qual seja, uma articulação mais clara com certas posições de interesse de determinados grupos. Isto é, quais grupos portariam interesses passíveis de universalização? Mais concretamente, quem são os destinatários do seu modelo de teoria crítica? Com efeito, o interesse pela comunicação não distorcida é fundado na própria natureza da linguagem ordinária e na "evolução moral" da humanidade enquanto tal; ele é, nesse sentido, "quase-transcendental". No entanto, os interesses generalizáveis são históricos e remetem a determinadas cirscuntâncias, nas quais determinados grupos buscam a efetivação de seus interesses. No seu trabalho de refundação normativa da teoria crítica, Habermas parece endereçar o seu modelo à "humanidade enquanto tal", cujo interesse seria a auto-determinação via uma comunicação livre de dominação. No entanto, é preciso ao menos indicar quais grupos específicos seriam potencialmente os agentes da transformação social, que, subvertendo o sistema e sua contradição fundamental, possibilitariam um tal nível de comunicação. Caberia à teoria crítica esclarecer os seus destinatários acerca de sua situação efetiva, interesses reais e possibilidades práticas. Em última instância, a teoria entretanto só poderia ser confirmada na prática. A análise da sociedade contemporânea comportaria uma dimensão irremediavelmente prática, de modo que, se o passado pode ser sistematicamente reconstruído, o futuro só pode ser projetado praticamente.

De fato, Habermas cita, em alguns momentos, os movimentos juvenis, sobretudo o movimento dos estudantes. No entanto, de acordo com McCarthy, a juventude aparece muito mais como uma fase crítica - que indica que tipo de saída a crise da adolescência acarretaria e se haveria(ou não) a formação de identidade pós-convencionais baseadas numa ética comunicativa – do que propriamente como um grupo social específico. Assim, as questões politicamente relevantes,

242 Cf. HARTMANN & HONNETH, "Paradoxes of Capitalism", p. 46.
243 Cf. Ibid., p. 45.
244 Cf. MCCARTHY, op. Cit., p. 381ss.

para além do estrato dos jovens recém-saídos da adolescência, permanecem abertas:

> Podem os novos potenciais de conflito e apatia, caracterizados pela retração da motivação e a inclinação para o protesto, e sustentada em subculturas, conduzir a uma recusa a executar funções atribuídas em uma tal escala que ameace o sistema como um todo? (...) O processo de erosão que pode levar a um desmoronamento das motivações e das legitimações de dominação funcionalmente necessárias é também capaz de realizar um processo de politização que crie potenciais para a ação? (...) Nós ainda não desenvolvemos hipóteses suficientemente precisas e testáveis para sermos capazes de responder a estas questões empiricamente[245].

Em realidade, Habermas se põe numa posição curiosa. Pois ele afirma que o conflito entre capital e trabalho foi pacificado no capitalismo tardio, via acordos políticos entre sindicados e empresas, bem como em virtude do programa de substitutivos. No entanto, ele reconhece que é justamente este conflito, expresso pela contradição da apropriação privada da produção socializada e incrustado no seio do sistema politico-econômico, o responsável pelo imperativo sistêmico de despolitização das massas. Assim, apesar da pacificação do conflito de classes, seria preciso identificar grupos sociais específicos cujos interesses seriam contrários a esta contradição fundamental. Ora, se a repolitização da esfera pública é a nova zona de conflito no capitalismo organizado; se o velho conflito de classe não tem potencial para ativar essa zona de conflito; e se os grupos que aparecem como capazes de algum tipo de ação política consciente permanecem por demais frágeis e duvidosos, então uma teoria crítica do capitalismo tardio encontra-se em uma situação não muito confortável. O fato de não haver nenhum movimento social organizado cujos interesses a teoria crítica poderia articular explicaria o "caráter anônimo" da teoria das crises habermasiana.

No próximo capítulo, veremos como o modelo crítico construído por Habermas nos seus escritos subseqüentes pode ser visto como uma tentativa de reverter essa e outras dificuldades, o que o levou supostamente a romper com essa constelação conceitual, ao ter de alterar a sua visão da relação entre capitalismo e democracia. Trata-se de elaborar um modelo crítico no qual a relação entre teoria e prática adquira um aspecto mais adequado à atual situação dos movimentos sociais e, consequentemente, o ancoramento real da emancipação receba uma análise mais plausível.

3.6 - Sistematização da trajetória habermasiana até 1973

Pode-se afirmar que a obra de 1973 constitui o auge do esforço habermasiano – que, em certo sentido, se iniciou já em 1961 - em conjugar prognósticos acerca da democratização da formação da vontade política com uma *crítica do capitalismo*. É nesta obra que Habermas desenvolve de modo mais sistemático uma teoria do capitalismo tardio (com uma apropriação extensa e produtiva das ciências humanas), assim como uma teoria das suas crises, visando captar tanto a dimensão sistêmica quanto a dimensão social ou vivida. Se, em 1968, sua crítica do

245 HABERMAS, *Theory and Practice*, p.6-7 *apud* MACCARTHY, op. cit., p. 385.

capitalismo ainda era *externa* ao seu desenvolvimento social, em 1973 tal crítica é vinculada à própria dinâmica de expansão do capitalismo regulado estatalmente e sua tendência de crise (crítica interna).

Até aqui, o fato de termos uma produção socializada fundada numa apropriação privilegiada foi visto não só como uma mera injustiça, mas como a contradição fundamental responsável por bloquear qualquer tentativa de repolitização da esfera pública. Vale lembrar que o privatismo dos cidadãos ou a despolitização das massas é justificado com o fato da repolitização das relações de produção, o que gera a necessidade do Estado intervencionista, que via de regra intervém em favor dos interesses capitalistas privados, legitimar a sua ação e manter a sua autonomia em face dos cidadãos (que, nessa perspectiva, devem permanecer passivos e se tornar meros clientes do Estado de Bem-Estar Social). Assim, até 73, o diagnóstico habermasiano aponta para um modelo de *incompatibilidade entre democracia efetiva e capitalismo,* o que poderia talvez ser representado por uma transfiguração (e não eliminação) do conflito "capital x trabalho" no conflito "capital x democracia". Entre 1961 e 1973, *a despolitização das massas é vinculada ao núcleo fundamental do capitalismo tardio, e não aos seus desvios ou excessos*. Por isso, os potenciais processos de democratização aparecem, ao mesmo tempo, como movimentos disfuncionais em relação ao funcionamento estrutural da forma capitalista de organização social. Assim, a crítica não é contra eventuais "excessos" desse sistema, mas contra o seu núcleo estrutural e sua contradição fundamental. Por outro lado, vimos que a principal dificuldade desta fase habermasiana é a de esclarecer de modo mais detalhado a via política de superação do capitalismo a partir de uma articulação consistente entre teoria e prática, na qual movimentos sociais organizados apareçam como destinatários da teoria crítica. Por enquanto, o interesse maior por uma comunicação livre de dominação assume uma forma por demais "anônima", e não se vê bem como a repolitização da esfera pública seria efetivamente catalizada.

Segunda parte - A compatibilização entre capitalismo e democracia "radical" no contexto de sociedades altamente complexas e diferenciadas: o modelo crítico habermasiano dos anos 80.

Nesta segunda parte, iremos abordar o modelo crítico elaborado por Habermas nos anos 80 a partir da tensão entre capitalismo tardio e democracia efetiva. Adotando esta perspectiva, acreditamos que seja possível evidenciar o núcleo das principais transformações operadas por Habermas a fim de melhor adequar a teoria crítica da sociedade à complexidade das sociedades de capitalismo avançado e à dinâmica atual dos movimentos sociais organizados. Com isso, o ancoramento da emancipação no "real" poderia ser em tese estabelecido de modo mais consistente.

A interpretação proposta aqui sugere que nesta fase ocorre um mudança na visão habermasiana acerca da relação entre democracia efetiva e capitalismo. Se até *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus (Problemas de legitimação no capitalismo tardio)* estes dois princípios de organização social apareciam como, em última análise, incompatíveis (apesar das conquistas formais da democracia liberal), na medida em que a despolitização das massas era vista como uma necessidade estrutural do sistema politico-econômico, a partir dos anos 80 - notadamente na sua obra máxima, *A teoria da ação comunicativa* (1981) - Habermas passa a enfatizar os *excessos* do sistema como a principal causa da falta de processos democráticos de formação da vontade política. A diferença pode parecer por vezes sutil, porém ela é fundamental. O capitalismo e a administração burocrática articulada a ele ainda são vistos como os vetores da despolitização, porém o problema deixa de se localizar no núcleo de tais instituições. A contradição fundamental expressa pela apropriação privada da produção socializada, assim como a burocratização do aparelho estatal que lhe é correspondente no capitalismo tardio, deixa de ser o obstáculo fundamental para uma teoria da democratização (capital x democracia). A economia capitalista e o poder estatal burocratizado ganham seu "espaço legítimo" dentro das sociedades complexas e funcionalmente diferenciadas. O problema maior passa a ser o "avanço ilegítimo" destes dois mecanismos sobre domínios de ação reservados ao mundo da vida. Uma questão colocada por Michael Löwy permite evidenciar tais transformações no pensamento habermasiano:

> Quais conclusões políticas se pode tirar desta crítica? Trata-se simplesmente de proteger o mundo da vida - a esfera da interação simbólica humana - das invasões da racionalidade instrumental ou é preciso que as questões econômicas, elas mesmas, sejam submetidas ao controle do mundo vivido, enquanto objeto de um livre debate público e de decisões democráticas? Esta questão - de fato, o núcleo racional do socialismo, como planejamento democrático - *recebe uma resposta positiva* no trabalho mais "radical" de Habermas, *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1973), que

> esboça uma crítica muito pertinente dos limites da democracia no capitalismo (…) Entretanto, encontramos uma abordagem bastante diferente dessas questões no seu *opus major* mais sistemático, *A teoria da ação comunicativa* (...) Modesto, Habermas só pretende proceder a uma "reconstrução" do materialismo histórico marxiano e do diagnóstico weberiano da modernidade, mas de fato ele formula uma nova teoria, extraindo bastante de Durkeim, Parsons e Luhmann. Isto leva a uma diminuição considerável do radicalismo da primeira Teoria Crítica, e a um tipo de reconciliação com as normas da modernidade "realmente existente"[246].

Isto é, Habermas deixa de defender uma posição próxima do "núcleo racional do socialismo democrático"[247], para assumir uma postura mais defensiva e "conformada". Em relação a esse ponto, Löwy prossegue mostrando que "entretanto, *contrariamente às teses esboçadas em Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, Habermas parece agora considerar a burocratização e a economia mercantil como formas necessárias da modernização(...) Para Habermas [a partir de 1981], a economia de mercado capitalista e a burocracia são portanto formas "normais" da modernidade: só se pode falar de "patologia" quando a racionalidade instrumental transgride as fronteiras dos sistemas e penetra na esfera da reprodução simbólica, isto é, quando o dinheiro e o poder entram nos domínios que implicam a compreensão mútua, ou, em outras palavras, quando os imperativos dos subsistemas autônomos "colonizam" o mundo vivido da comunicação"[248].

Assim, o modelo normativo deixa de apontar para uma superação do modo capitalista de produção e de organização social e propõe doravante uma "nova divisão de poderes"[249], em que os dois mecanismos sistêmicos conviveriam, de modo balanceado e mediante o estabelecimento de "traçados de fronteira", com o mecanismo "solidariedade" de coordenação social.

Talvez o que dificulte a compreensão dessa inflexão no percurso intelectual habermasiano seja o fato de que ele continua a trabalhar com praticamente todos os temas de antes. A diferença na construção do argumento é não raramente de ênfase. Ele continua a falar de "modernidade", "capitalismo tardio", de "crises", de contradição, de críticas a alguns aspectos do capitalismo, de "ética comunicativa", de "esfera pública" e até mesmo de "socialismo". No entanto, muitos destes termos são resignificados, assim como uns passam ao primeiro plano e outros ocupam doravante uma posição secundária. Em todo caso, a nosso ver, a *ruptura* em termos de relação entre capitalismo e democracia é inegável.

---

246 LÖWY, M., "Habermas e Weber" *in Critica Marxista* n. 9, 1999, p. 81. Grifo nosso.

247 Löwy cita ainda uma importante passagem da obra de 1973, na qual Habermas explicita que o debate democrático livre de dominação deveria levar à consciência os problemas e contradições da apropriação privada da mais-valia no contexto de uma produção socializada, de modo que o sistema administrativo do capitalismo tardio seria *incompatível* com uma democracia efetiva : "A participação dos cidadãos nos processos políticos de formação da vontade, quer dizer a democracia concreta, deveria levar à consciência a contradição entre a produção, administrativamente socializada, e, como sempre, a apropriação e utilização da mais-valia que permanecem assuntos privados. Para subtrair esta contradição à tematização, o sistema administrativo deve ser autônomo o suficiente em relação à formação da vontade legitimante" (LS, p. 55).

248 Idem, p. 82. Grifo nosso.

249 Ver, por exemplo, HABERMAS, J., *O Discurso Filosófico da Modernidade,* p. 505.

Podem-se destacar pelo menos dois fatores explicativos para essa mudança de posição. O primeiro seria a aceitação mais efetiva de argumentos de matriz weberiana ou da teoria dos sistemas, segundo os quais os âmbitos sistêmicos funcionalmente diferenciados da economia capitalista e da administração burocrática possuem valor funcional intrínseco ou genuíno (isto é, independentes da estrutura de classes[250]), e trazem vantagens do ponto de vista da eficácia na consecução da reprodução material da sociedade. Assim, qualquer tentativa de "desdiferenciar" tais domínios de ação e intervir diretamente no seu funcionamento interno corresponderia a um retrocesso do ponto de vista da evolução social. Até porque, à luz das experiências fornecidas pelo "socialismo realmente existente", Habermas dá razão a Weber em relação ao seu prognóstico, segundo o qual "(...) a abolição do capitalismo privado não significaria de modo algum uma destruição da redoma de aço do trabalho industrial moderno"[251].

O segundo fator seria a percepção de que a dinâmica atual dos chamados "novos movimentos sociais" não é mais orientada em função da velha política redistributiva, mas sim por uma busca de maior "autonomia das formas de vida". Assim, os protestos anti-capitalistas perdem força e dão lugar a mobilizações tão variadas (como a luta por identidades nacionais, anti-racismo, feminismo, direito dos homossexuais, etc.) que não podem ser reduzidas a um único sentido de emancipação[252]. Nesse contexto, a repolitização da esfera pública não poderia ser pensada exclusivamente, e nem mesmo prioritariamente, em função das lutas anti-capitalistas.

A complexidade, de um lado, e a pluralidade, de outro, são características marcantes das sociedades ocidentais avançadas, e a Teoria Crítica deve estar à altura do seu tempo. Nesse caso, a teoria da democratização precisa se rearticular em função dos atuais focos de potenciais emancipatórios e repensar a sua relação com o capitalismo tardio. Por isso, excluindo a fase que vai até 1973, concordamos com Tomberg ao indicar que a pretensa solução "reformista" e ao mesmo tempo radicalmente democrática de Habermas decorre de sua decisão tomada perante um dilema político fundamental que se reflete na solução conceitual (dualista) de sua teoria:

> Se não deve ser possível que o sistema capitalista, por falta de crescimento, entre em uma crise em que ele tem de se partir, se com isso a emancipação do mundo da vida pressupõe a existência continuada do sistema capitalista e este só for possível segundo um crescimento constante, então a conclusão necessária seria aquela colonização por meio da qual a emancipação do mundo da vida seria anulada. A conservação de um mundo da vida autônomo e o capitalismo tardio colonizador se contradizem mutuamente e exigem uma decisão, da qual Habermas não se esquiva. *Contudo, ele tem de se decidir tanto por um quanto pelo outro. Ele aceitou o caráter definitivo do capitalismo, que entretanto tem de ser concebido somente como capitalismo tardio, como compromisso do Estado social, e ainda se mantém em um mundo da vida que deve fornecer o espaço para as intenções de uma democracia radical e do socialismo*"[253].

No primeiro capítulo desta segunda parte, iremos abordar, por meio de textos políticos da

250 HABERMAS, op. Cit., p. 95.
251 HABERMAS, op. Cit., p. 101.
252 Ver, por exemplo MELO, R. S. *Sentidos da Emancipação: Para além da antinomia revolução versus reforma*, Tese de doutorado, 2009, USP, capítulo 3.
253 TOMBERG, F., *Habermas und der Marxismus*, op. cit., p. 335 *apud* MELO, R., op. Cit., p. 173.

época, como esse novo modelo normativo se constitui. A partir dessa referência mais clara acerca de suas intenções prático-políticas, iremos propor, no capítulo seguinte, uma reconstrução sistemática da teoria social de base e do diagnóstico de época presentes na *Teoria da Ação Comunicativa* (1981). No fim deste capítulo iremos ainda sistematizar algumas críticas e problematizações endereçadas ao modelo da TAC e as eventuais respostas de Habermas.

Capítulo 4 – A nova lógica dos conflitos sociais: por um Estado social "reflexivo"

Se em *Problemas de legitimação do capitalismo tardio* Habermas insistiu sobre as crises não-pretendidas, porém *internas* ao intervencionismo estatal, agora ele enfatiza mais os efeitos de normalização e de reificação causados pelas ações estatais sobre o domínio da integração social e da interação comunicativa cotidiana dos agentes sociais[254]. Assim, nós podemos ler, por exemplo que:

> Os meios juridico-administrativos da implementação dos programas sociais não representam um medium passivo ou neutro. Pelo contrário, está vinculada a eles uma prática de isolamento de fatos, de normalização e de vigilância, cuja violência reificante e subjetivante Foucault seguiu de perto até às ramificações capilares mais finas da comunicação cotidiana. As deformações de um mundo da vida regrado, fragmentado, controlado e supervisionado são certamente mais sutis que as formas tangíveis da exploração material e do empobrecimento; mas os conflitos sociais internalizados e deslocados para o corpo ou para a psiquê não são por isso menos destrutivos[255].

Por outro lado, o paradoxo de uma sociedade marcado pela presença crescente do aparelho estatal e, entretanto, composta por cidadãos despolitizados, permanece claramente como um dos problemas fundamentais em relação ao qual Habermas se propõe a elaborar uma nova teoria crítica. O que muda é a relação entre capitalismo e democracia. Se antes ele já criticava o chamado "paradigma da produção", agora ele se afasta ainda mais de Marx e termina por acatar o diagnóstico de Max Weber segundo o qual se deve reconhecer as vantagens funcionais de um capitalismo caracterizado por uma economia de mercado e por um Estado burocratizado diferenciados sistemicamente:

> Eu considero mais elegante e plausível dar ao capitalismo aquilo que ele é, isto é, aquilo que ele efetivamente realizou graças ao seu nível de diferenciação e sua capacidade de regulação. Demos então um golpe no nosso coração marxista: o capitalismo foi completamente bem sucedido, ao menos no campo da reprodução material, e ele ainda o é[256].

O que deve ser notado com esta concepção de capitalismo é que o objetivo máximo da crítica passa a ser o de reparar os "excessos" negativos deste sistema de organização social, de sorte que a perspectiva de sua superação deve desaparecer. De fato, Marx havia reconhecido o papel revolucionário do capitalismo, mas ele se deu conta de que, a partir de um certo momento, o regime de acumulação do capital deveria ser superado, senão a humanidade corria o risco de cair em um estado de barbárie. O que mudou para que Habermas possa modificar o seu diagnóstico? É preciso lembrar que Habermas elabora o seu modelo crítico também levando em conta os resultados positivos (e não apenas os negativos) do Estado de Bem-estar que funcionou na Europa ocidental.

---

254 Cf. BENHABIB, S, *Critique, Norm and Utopia*, p. 248.

255 HABERMAS, J., "Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien*" in Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 151.

256 HABERMAS, J., "Dialektik der Rationalisierung" i*n Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 194.

Nesta fase, ele parece valorizar ainda mais tais resultados. Para descrever o Estado social, ele se utiliza aqui de um esquema que o divide em "lado metodológico" e "lado substancial" do programa de compromisso entre Estado social e sociedade:

> Disso lança luz sobre o *lado metodológico:* o compromisso social-democrata e a pacificação do antagonismo de classe devem ser alcançados por meio da utilização do poder estatal legitimado democraticamente em função da nutrição e da domesticação do processo naturalizado de crescimento capitalista. O *lado substancial* do projeto vive de restos da utopia da sociedade do trabalho: na medida em que o status dos trabalhadores é normalizado através de direitos de participação cívicos e sociais, a massa da população adquire a chance de vivenciar, no tempo livre, justiça social e prosperidade crescente. O pressuposto disso é que uma coexistência pacífica entre democracia e capitalismo pode ser assegurada por meio de intervenções estatais[257].

Naquilo que concerne à esquerda ligada a este compromisso, o problema do programa social-democrata, sobretudo seu lado substancial, é a manutenção da *utopia da sociedade do trabalho,* típica do marxismo ortodoxo. Apesar da dicotomia clássica entre reforma e revolução, os social-democratas e os comunistas revolucionários se preocuparam univocamente em encontrar os melhores meios de realizar uma distribuição material mais adequada. A questão da democracia aparece, nos dois casos, como um elemento secundário. Ora, segundo Habermas, o "desencantamento do socialismo" foi produzido justamente por este "déficit democrático", o que correspondeu à insistência da esquerda em manter um "paradigma produtivista" enquanto modelo para vidas emancipadas. Neste sentido, o Estado social conservou este "núcleo utópico", em que as condições da vida emancipada correspondem às condições do trabalhador autônomo[258]. No quadro social-democrata, as condições para tanto deveriam ser alcançadas através de reformas politico-administrativas que visariam à normalização do status do trabalho dependente e dos direitos sociais que permitem à população uma vida segura, com justiça social e num estado crescente de bem-estar. Ora, Habermas põe em questão o preço destas reformas, já que elas não escapam à lógica do pleno-emprego e os cidadãos se tornam meros clientes que devem ser indenizados. Do ponto de vista político, a formação da vontade política permanece autônoma em relação às fontes de legitimação democrática. Assim, há uma contradição no projeto social-democrata:

> Em resumo, existe uma contradição entre objetivo e método no interior do projeto social-democrata. Seu objetivo é a fundação de formas de vida estruturadas igualitariamente, que ao mesmo tempo deveriam liberar espaços para a auto-realização individual e para a espontaneidade. Mas este objetivo obviamente não pode ser alcançado por meio da via direta de uma implementação juridico-administrativa de programas políticos. O meio poder está sobrecarregado com a produção de formas de vida[259].

Mas o que é fundamental é que Habermas não condena o projeto do Estado social enquanto tal. De acordo com ele, "não foi o Estado social enquanto tal que se revelou uma ilusão, mas a expectativa de realizar formas emancipadas de vida com meios administrativos"[260]. Isto quer dizer que, doravante, o projeto da teoria crítica é o de tornar o Estado social *mais reflexivo*, e não de

---

257 HABERMAS, J, "Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien*" in Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 148.

258 Cf. Ibidem, p. 147.

259 Ibidem, p. 153.

260 HABERMAS, J. "Die nachholende Revolution und linker Revisionsbedarf. Was heisst Sozialismus heute?". In: *Die nachholende Revolution*, p. 192.

abandonar completamente este complexo institucional em vista de uma sociedade sem classes:

> Com isso não quero dizer que o desenvolvimento do Estado social foi uma especialização fracassada. Pelo contrário: as instituições do Estado social marcam um impulso de desenvolvimento do sistema político em nenhuma medida inferior às instituições do Estado democrático de direito, para o qual, em sociedades de nosso tipo, *não há alternativas reconhecíveis* (...) Sobretudo os países ainda atrasados em termos de desenvolvimento do Estado social não possuem nenhuma razão plausível para desviar deste caminho[261].

No momento da queda do muro de Berlim, Habermas fala da atualidade da ideia de socialismo e revela toda a sua crença, ainda que com ressalvas, no Estado social da Europa ocidental enquanto *último horizonte institucional* de organização das sociedades ditas complexas e enquanto único objeto de crítica possível por parte da teoria crítica da sociedade:

> A esquerda não-comunista não tem motivo algum para a depressão. Pode ser que alguns intelectuais da RDA tenham primeiramente de se adaptar a uma situação em que a esquerda da Europa ocidental se encontra há décadas – ter de transformar as idéias socialistas em autocrítica *radicalmente reformista* de uma sociedade capitalista que, juntamente com suas fraquezas, desenvolveu suas forças nas formas de uma democracia de massas do Estado social e democrático de direito. Depois da falência do socialismo de Estado, *essa crítica é o único buraco de agulha através do qual tudo tem de passar*[262].

Mas o que significa exatamente a proposta de tornar o Estado social mais reflexivo? Trata-se fundamentalmente de transformar a relação entre Estado e sociedade, a fim de forçar os mecanismos auto-referenciais do Estado e da economia a considerar a auto-determinação das esferas públicas democraticamente constituídas. Esta alternativa permitiria a superação da velha dicotomia entre reforma e revolução através de uma democratização radical do Estado de Bem-estar. O que está em jogo aqui é a tarefa de completar o projeto de domesticação e de regulação iniciadas no pós-guerra. Isto é, se o "meio poder" não é neutro, então não apenas a economia, mas também o Estado deve ser domesticado:

> Se agora não mais apenas o capitalismo, mas o próprio Estado intervencionista precisa ser 'socialmente controlado', complicou-se consideravelmente a tarefa. Pois agora aquela combinação de poder e autolimitação inteligente não pode mais ser confiada à capacidade estatal de planejamento[263].

É assim que Habermas introduz o seu modelo de um *equilíbrio na divisão de poderes* no seio da integração societal: os meios dinheiro, poder e solidariedade devem se encontrar numa relação balanceada:

> Sociedades modernas dispõem de três recursos através dos quais elas podem satisfazer a sua necessidade por regulação: dinheiro, poder e solidariedade. Suas esferas de influências devem ser levadas a um novo equilíbrio. Com isso quero dizer: o poder sócio-integrativo da solidariedade deveria poder se afirmar sobre os poderes dos outros dois recursos de regulação, dinheiro e poder administrativo. Aqueles âmbitos da vida, que se especializaram na transmissão de valores tradicionais e saber cultural, na integração de grupos e na socialização de adolescentes, desde sempre se basearam na solidariedade. Da mesma fonte deveria também beber uma formação política da vontade que deve influenciar a demarcação de fronteiras e o intercâmbio entre estes domínios de vida estruturados comunicativamente de um lado, e o Estado e a economia de outro[264].

Como nós podemos claramente constatar, agora o modelo normativo habermasiano aposta

---

261 HABERMAS, J, "Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien*" in Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 152

262 HABERMAS, J. "Die nachholende Revolution und linker Revisionsbedarf. Was heisst Sozialismus heute?". In: *Die nachholende Revolution*, p. 203. Grifo nosso. Tradução tirada de MELO, R. S., "A crítica de Habermas ao paradigma "produtivista" como orientação emancipatória da esquerda", p. 69.

263 HABERMAS, J, "Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien*" in Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 156.

264 Ibidem, p. 158.

numa compatibilidade entre economia capitalista, Estado burocratizado e espaços de auto-determinação estruturados comunicativamente. Em resumo, trata-se da compatibilidade entre democracia radical e capitalismo tardio no seio de sociedades complexas e altamente diferenciadas. O compromisso entre o Estado e a sociedade é, portanto, o fundamento a partir do qual toda e qualquer política de esquerda deve partir (ao menos na Europa ocidental)[265]. Não há mais outra possibilidade em termos de *imaginação institucional*. Desta forma, em virtude das consequências secundárias da juridificação (*Verrechtlichung*) e da burocratização engendradas pelas intervenções do meio poder sobre domínios sociais do mundo da vida, o primeiro perde a sua inocência e deixa de ser visto como neutro. Para restaurar o compromisso entre Estado e sociedade, é preciso a ampliação dos espaços radicalmente democráticos, o que forçaria o Estado a considerar a autodeterminação política das massas. A utopia da sociedade do trabalho baseada no paradigma produtivista cede o lugar para a luta pela integridade e autonomia de estilos de vida, de espaços de auto-realização, de conquistas de direitos e de autodeterminação pública. Evidentemente, este deslocamento só faz sentido dentro de um modelo que já pressupõe as conquistas redistributivas do Estado social e que agora tenta conduzir a sociedade em direção à autodeterminação democrática.

Na realidade, por trás deste modelo há um conceito de emancipação que abdica da perspectiva da totalidade e de uma transformação radical das estruturas profundas do capitalismo avançado. Paralelamente, ocorre mais explicitamente que antes uma formalização e pluralização do conceito de emancipação, que agora se exprime mais adequadamente pela ideia de uma "gramática das formas de vida". Dito de outro modo, não há mais um só, mas diversos sentidos da emancipação.

Nós podemos compreender este movimento muito importante a partir do diagnóstico segundo o qual as energias emancipatórias se descentraram definitivamente a partir dos anos 70 por meio da consolidação dos novos – é importante reparar bem o plural - movimentos sociais. Em relação a esse contexto geral, M. Nobre e D. Werle expõem as coisas de modo muito claro:

> Provavelmente a conseqüência mais importante desse descentramento dos conflitos foi o deslocamento radical da posição da democracia no horizonte de parte importante desses novos movimentos sociais. Antes um quadro institucional a ser ocupado apenas estrategicamente, as democracias existentes passaram a ser desafiadas em seus limites de funcionamento concreto, mas sem pretensões de sua substituição, seja revolucionária seja reformista, por uma "verdadeira democracia". No fundo, o que caducou foi a própria alternativa "reforma ou revolução": se o conflito entre capital e trabalho se torna um conflito entre outros, perdendo, assim, a centralidade que já teve, não há mais um caminho único e unitário que conduza à emancipação. Acresce que, a partir de então, o próprio socialismo deixou de ser sinônimo universal de emancipação. Essa importante transformação se deve, por certo, a transformações estruturais do próprio capitalismo pós-1945 e significou ao mesmo tempo uma pluralização de objetivos e estratégias por parte dos movimentos sociais. Mas se deve igualmente a uma premissa não questionada que boa parte dos movimentos emancipatórios partilhou por longo tempo com seus adversários conservadores: um padrão de modernização social único e modelar. Foi a imposição desse modelo único que forneceu a unidade, mesmo que negativa, dos novos movimentos sociais em sua diversidade: a oposição à imposição de uma forma de vida única e modelar ao conjunto da sociedade. Era esse o cerne da crítica dirigida tanto ao assim chamado "socialismo real" como às sociedades

265 Cf. HABERMAS, J. "Die nachholende Revolution und linker Revisionsbedarf. Was heisst Sozialismus heute?". In: *Die nachholende Revolution*, p. 197.

capitalistas[266].

Parece que com as modificações operadas no seu modelo crítico, Habermas tenta acompanhar as transformações que ocorreram na própria lógica dos conflitos e movimentos sociais a partir dos anos 70. Este movimento corresponde à integração no seio da teoria crítica de problemáticas relativas à cultura e à identidade. Movimentos como o feminismo ou ecológico ocupam doravante o palco principal e aparecerem como os destinatários mais evocados pela teoria crítica, ainda que se mantenha o discurso da formalização e pluralização do conceito de emancipação. Pois, no campo do meio solidariedade, não se trata mais de lutar prioritariamente por redistribuição, por poder ou contra o capitalismo, e sim pela defesa de minorias culturais e pela autonomia das formas de vida:

> Nesta arena não se luta diretamente por dinheiro ou poder, mas por definições. Trata-se da integridade e da autonomia de estilos de vida, como, por exemplo, a defesa de subculturas tradicionalmente estabelecidas ou a transformação da gramática das formas de vida legadas. Para o primeiro caso os movimentos regionalistas oferem exemplos, e para o segundo o movimento feminista ou o ecologista[267].

Mas não se pode esquecer que, dada a pluralização das lutas sociais, Habermas faz um esforço de sistematização do conceito de emancipação. Em realidade, com a absorção dos novos movimentos sociais, ele radicaliza uma perspectiva que já estava presente em suas obras anteriores, uma vez que ele a descola de toda perspectiva estratégica de superação do capitalismo, que passa a ser vista como por demais "substantiva". Assim, ele radicaliza o deslocamento do acento utópico do trabalho para a comunicação[268]. A partir deste momento, a teoria crítica deve se limitar a teorizar acerca das condições estritamente *formais* através das quais uma praxis comunicativa e uma formação discursiva da vontade possam ser efetivadas[269]. Isto faria surgir *espontaneamente* novas formas autônomas de vida. Cabe aos concernidos (e não ao teórico crítico) a definição e a realização de uma "vida boa", segundo as suas próprias necessidades e iniciativas:

> O que se deixa distinguir normativamente são condições necessárias, porém universais, para uma praxis comunicativa cotidiana e para um processo de formação discursiva da vontade, que pode pôr os *próprios* concernidos na situação de realizar possibilidades concretas de uma vida melhor e menos vulnerável segundo suas *próprias* necessidades e juízos e a partir da *própria* iniciativa deles[270].

---

266 Cf. NOBRE, M. & WERLE, D., "Apresentação ao Dossiê Tolerância" *in Revista Novos Estudos*, n. 84., 2009, p. 6.

267 HABERMAS, J, "Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien*" in Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 159.

268 Cf. ibidem, p. 158.

269 Como afirma L. Repa: "A emancipação já não se apresenta como uma forma de vida concreta, baseada em um modo de produção determinado ou em uma comunidade determinada, ou ainda, em um projeto determinado de reconciliação (com a natureza, por exemplo). *Não é possível determinar previamente o que é uma vida emancipada, mas é possível estabelecer as regras e as condições em que se pode dar o diálogo emancipado*, e desse modo criar instituições que busquem assegurar diversos projetos e formas de vida emancipada (REPA, L., "Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica", p. 176). Grifo nosso. Apesar da sua importância para a teoria da democracia, não poderemos nos aprofundar aqui nas regras que deveriam fazer parte do discurso emancipado segundo Habermas.

270 HABERMAS, J, "Die Krise des Wohlfahrtsstaates und die Erschöpfung utopischer Energien*" in op. Cit.* p. 161.

Mas o que fazer com a economia e sobretudo com o Estado intervencionista, que constituem ameaças ao desenvolvimento de um discurso livre? Nos anos 80, a estratégia final parece ser aquela da "fortaleza sitiada" (*belagerte Festung*). Isto é, as esferas públicas autônomas e os domínios de ação coordenados pelo dinheiro e pelo poder administrativo devem se relacionar de modo diferente. O potencial reflexivo do Estado social se situa justamente na soberania estruturada comunicativamente, que traz constantemente novos temas, razões e propostas de solução. Mas em sociedades democráticas complexas e plurais, estes fluxos comunicativos devem cedo ou tarde assumir uma forma institucionalizada. Assim, este poder comunicativo deve influenciar os processos de avaliação e de decisão administrativas *sem pretensão de conquista*, a fim de validar suas exigências normativas com base no único código que tal fortaleza compreende – o meio poder[271].

Até aqui, utilizamos um vocabulário (meio poder, dinheiro mundo da vida, solidariedade, etc.) que não foi suficientemente esclarecido. De fato, nós fizemos o caminho inverso àquele da *Teoria da Ação Comunicativa*[272], na medida em que nós tratamos inicialmente – ainda que brevemente – do modelo normativo que é elaborado com base no diagnóstico habermasiano de época nos anos 80[273]. Ora, como este modelo pode ser justificado do ponto de vista do diagnóstico, que deve ter por base uma teoria social sistemática bem como uma teoria da modernidade e da evolução social? É à resposta a esta questão que o próximo capítulo é dedicado.

271 Cf. HABERMAS, J. "Die nachholende Revolution und linker Revisionsbedarf. Was heisst Sozialismus heute?". In: *Die nachholende Revolution*, p. 199.

272 Doravante mencionada como TAC.

273 Como mencionado anteriormente, acreditamos que, mostrando de saída os motivos políticos desta fase do pensamento habermasiano, pode-se compreender mais facilmente as problemáticas teóricas mais abstratas que são bem mais desenvolvidas na TAC.

Capítulo 5 – Teoria social e diagnóstico de época na *Teoria da ação Comunicativa*

5.1- Problemática inicial: A herança do "marxismo weberiano" e as aporias da crítica da razão instrumental

Nesta obra, Habermas retoma e aprofunda o expediente de uma crítica da razão que se transforma numa crítica social da realidade moderna. Nesse contexto, a teoria das crises desenvolvida em 1973, juntamente com a ideia de que o desenvolvimento capitalista é auto-contraditório e aponta para além de si mesmo (crítica interna), desaparece. O que assume o primeiro plano é a teoria *complexa* da racionalidade e da racionalização, juntamente com a teoria da evolução social e da modernidade. A ideia de *patologia* ocupa o lugar da noção de *crise* enquanto conceito crítico central. Desse modo, a ideia de uma *colonização* sistêmica do mundo da vida substitui a noção de que o próprio avanço do sistema (econômico e sobretudo administrativo) conduz a crises (administrativas, de legitimidade ou de motivação). Neste ponto, o modelo de 81 se aproxima do de 68. Nos dois casos, o ponto de vista da crítica se encontra *fora* do capitalismo, uma vez que se tem uma teoria da racionalização prático-moral como antídoto e complemento em relação a uma racionalização cognitiva-instrumental *seletivamente* desenvolvida no lugar de uma teoria das crises imanentes à expansão do sistema. Mas, ao contrário de 68, aqui a perspectiva de ultrapassamento do capitalismo tardio também desaparece, já que agora a crítica se volta contra os excessos dos avanços do sistema – o que, do ponto de vista da construção do argumento, não deixa de ser mais coerente com uma crítica externa do capitalismo. Veremos então como esse argumento se constrói, partindo dos seus elementos mais teóricos e abstratos em direção a um diagnóstico das sociedades capitalistas avançadas e a uma crítica da razão funcionalista e das patologias da modernização capitalista.

Por outro lado, do ponto de vista da teoria social de base, o esforço de Habermas no sentido de construir uma perspectiva *dual* da sociedade é aqui aprofundado. De um lado, isso se dá por meio da vinculação da ideia de mundo da vida com a de ação comunicativa, que é por sua vez definida com a pragmática formal e a teoria dos atos de fala. De outro, no âmbito sistêmico, temos a recepção da teoria parsoniana dos *media*, que passa a fornecer para Habermas o princípio de inteligibilidade para a compreensão dos domínios da economia capitalista e da administração estatal. Além disso, a teoria da evolução social bem como a teoria da modernidade são bem mais desenvolvidas a partir da larga recepção dos trabalhos de diversos autores como Max Weber, Piaget,

Kohlberg, Parsons, Durkheim e Mead, com vistas a ancorar no próprio processo histórico o expediente de crítica da razão e da racionalização enquanto crítica social da realidade. Por fim, o modelo global de sociedade, que fora apresentado em 1968 como o de um quadro institucional no qual estavam incrustados subsistemas de ação instrumental, e em 1973 como o de um sistema social composto de três subsistemas (administrativo, econômico e sócio-cultural), é desdobrado num modelo que divide mais explicitamente o âmbito sistêmico, composto pelos subsistemas da economia e da administração estatal, e o âmbito do mundo da vida, composto pelas esferas pública e privada; este modelo também descreve as relações mantidas entre essas diferentes esferas socais por meio da definição de certos papéis sociais, como o de consumidor, cliente, trabalhador e cidadão. Veremos mais adiante esses aspectos com mais detalhes.

Neste capítulo, não iremos recuperar todas as fases do argumento da TAC, uma vez que este é extremamente complexo e foge ao nosso escopo. Manteremos uma análise focada nos aspectos essenciais da teoria social e do diagnóstico de época tendo em vista a relação entre capitalismo e democracia. Desse modo, abordaremos alguns aspectos essenciais referentes à teoria da ação, à teoria dualista da sociedade e à teoria da evolução social, antes de nos concentrarmos no tema que nos interessa.

Já no prefácio do livro, Habermas lembra que os custos culturais e psicológicos de estabilização do compromisso keynesiano, responsável pela construção do Estado social europeu, é a sua motivação em escrever esta obra[274]. No entanto, do ponto de vista teórico, o seu objetivo principal é desenvolver o conceito central de ação ou agir comunicativo (*kommunikatives Handeln*). Na verdade, ele possui três objetivos: (i) desenvolver um conceito de razão comunicativa que ultrapassa a limitação do conceito de razão instrumental, (ii) um conceito dual de sociedade, que combina o paradigma do mundo da vida (*Lebenswelt*) com aquele do sistema, (iii) uma teoria da modernidade que visa esclarecer as patologias sociais contemporâneas com a tese de que o mundo da vida é cada vez mais sujeito aos imperativos do sistema[275].

Mas por que ele precisa de uma teoria da ação comunicativa? Aqui, devemos lembrar que Habermas vê a si mesmo como um herdeiro do marxismo ocidental, especialmente da Teoria Crítica da Sociedade da Escola de Frankfurt. No capítulo 4 do livro, ele mostra muito bem que o marxismo ocidental é especialmente caracterizado por sua apropriação de Weber. De fato, no início do século XX, os pressupostos da análise do capitalismo foram desafiados. O desenvolvimento das forças produtivas, o progresso tecnológico e a crescente produtividade não estimularam a superação do capitalismo nem a emancipação social. Pelo contrário, no capitalismo avançado (sobretudo na Europa), ocorreu um compromisso entre capital e trabalho e uma estabilização da organização

274 Cf. HABERMAS, J., *Theorie des kommunikativen Handelns*, Band 1, p. 9. De agora em diante, citaremos o primeiro tomo desta obra como "TkH I" . Da mesma forma, "TkH II" corresponde ao segundo tomo da obra.
275 Cf. TkH 1, p. 8.

social capitalista – o que ia de encontro com a teoria marxista da crise sistêmica do capitalismo.

É por isso que, não podendo mais contar com a teoria da crise, alguns teóricos de inspiração marxista procuraram em Weber a explicação desse fenômeno, uma vez que ele argumentou que o uso da tecnologia e da ciência no mundo racionalizado conforme os critérios de economia não tem nada a ver com a emancipação da espécie. Em vez disso, tecnologia e ciência atuam como forças de controle social, reduzindo o espaço para a ação individual - trata-se da tese da perda da liberdade. Assim, fez-se necessário substituir a teoria da crise por uma crítica dessa racionalidade (instrumental) reificante.

Esta leitura da modernidade foi reconhecida por alguns marxistas como mais correta do que aquela do marxismo ortodoxo, especialmente no que diz respeito à realidade do capitalismo avançado. Uma certa versão do marxismo ocidental tentou reunir, em um mesmo paradigma teórico, a interpretação weberiana do processo de modernização e as categorias - mais ou menos modificadas - da crítica da economia política, mantendo a orientação marxista de emancipação social. Elaborou-se então uma teoria que via a racionalização social como um processo de reificação crescente. No entanto, as aporias nas quais a primeira geração da teoria crítica se encontrava evidenciaram o fracasso dessa tentativa.

O projeto da TAC pode então ser visto como uma tentativa de desenvolver teoricamente uma solução positiva para as patologias da modernidade. Mas, como Habermas - enquanto teórico crítico - pretende fazer uma crítica imanente ao projeto moderno, ele deve conceber o processo de racionalização como algo mais complexo do que um processo de reificação. Ele deve fugir da ideia weberiana que compreende o mecanismo da modernização exclusivamente a partir da perspectiva cognitivo-instrumental. Portanto, o projeto habermasiano imediatamente assume a figura de uma crítica sistemática da estreiteza do quadro teórico weberiano que inspirou o marxismo ocidental. O que se realizará através de uma dupla crítica imanente do pensamento weberiano. Primeiro no quadro de sua teoria da racionalização, em seguida no contexto de sua teoria da ação.

5.2 - A crítica imanente da parcialidade da teoria weberiana da racionalização social

Quando Weber analisa o processo de desencantamento na história da religião e, portanto, do advento das condições internas da emergência do racionalismo ocidental, ele utiliza, segundo Habermas, um conceito complexo de racionalidade, ainda que não suficientemente esclarecido. Por outro lado, em sua análise da racionalização social da era moderna, ele é guiado pela ideia *estreita* de uma racionalidade com respeito a fins (*Zweckrationalität*).

Habermas argumenta que Weber compartilha dessa concepção estreita de racionalidade com Marx, Lukács, Adorno e Horkheimer. Assim, estes autores partilham o mesmo déficit: seus conceitos de ação não seriam complexos o suficiente para capturar todos os aspectos da racionalização da sociedade.

No capítulo 2 da TAC, Habermas tenta realizar uma crítica imanente da teoria weberiana da racionalização da sociedade, a fim de mostrar que o próprio Weber descobriu um *conceito complexo de racionalidade* quando ele estuda a racionalização cultural oriunda das desagregações das imagens de mundo tradicionais e religiosas. A partir da autonomização de *esferas culturais de valores*, como a da ciência, da moral e da arte, ele identifica *três complexos de racionalidade*, cada um correspondendo a um tipo de racionalização: *ética, estética e cognitivo-intrumental*[276].

Este esquema nos permite conceber a racionalização social tal como ela é *estruturalmente possível*, no sentido de que as *idéias* correspondentes (oriundas das áreas da ciência e tecnologia para a racionalização cognitiva-instrumental, do direito e da moralidade no caso da racionalização prático-moral, da arte e do erotismo no caso da racionalização prático-estética) se vinculariam a *interesses* e se *institucionalizariam* em ordens de vida. Contrariamente à posição de Weber, este modelo poderia, então, indicar as condições necessárias de *um modelo de racionalização não seletivo*.

Não obstante, teremos um padrão seletivo de racionalização se pelo menos um dos três complexos de racionalidade não é suficientemente trabalhado, se pelo menos uma esfera cultural de valor é insuficientemente institucionalizada, ou se pelo menos uma ordem de vida submete às outras ordens a sua forma de racionalidade.

O próprio Weber não aplicou este tipo de reflexão *contrafactual* ou estruturalmente possível no seu diagnóstico de época. Ele certamente reconhece que a racionalidade cognitivo-instrumental é institucionalizada nas ordens de vida económica e política, que determinam a estrutura da sociedade burguesa. Além disso, a racionalidade estética é institucionalizada na atividade artística, mas a arte autônoma não tem muita influência sobre o conjunto da sociedade. No que diz respeito à racionalidade prático-moral específica da ética fraternal das religiões, há realmente uma incompatibilidade entre ela e as ordens de vida determinadas pelos outros dois complexos de racionalidade. O mundo moderno objetivado pelo conhecimento instrumental e introvertido no subjetivismo não oferece muito espaço para a reconciliação comunitária; trata-se antes da dominação universal da não fraternidade. Mesmo a ética protestante individualista é travada pelos dois outros complexos de racionalidade. De acordo com o diagnóstico de Weber, as bases da ética da convicção responsáveis pelas condições de partida da modernização são varridas em favor de uma atitude utilitarista e instrumental[277].

A ironia desse processo de modernização social é que a articulação religiosa da necessidade de dar (e estabilizar) um sentido ao mundo - que forneceu precisamente o ímpeto de todas as formas de racionalização através da racionalização interna das imagens de mundo religiosas - é deixada

276 Para uma melhor compreensão do argumento habermasiano, ver TkH I, p. 321-326.
277 Cf. TkH I, p. 328.

para trás. No entanto, Weber jamais fala de seletividade ou parcialidade, mas de paradoxos.

Ainda que o diagnóstico weberiano permita a consideração do caráter paradoxal da racionalização social, em detrimento da racionalidade prático-moral, este pensamento tem um grave déficit. Ele não leva em consideração uma forma de ética religiosa da fraternidade que poderia ser secularizada à altura da ciência moderna e da arte autônoma - por exemplo, no caso de uma ética comunicativa. Além disso, o direito moderno não é tratado sistematicamente e Weber deixa de o relacionar com a racionalidade prático-moral para o considerar como uma forma de realização adicional da racionalidade instrumental.

Por isso, o diagnóstico de Weber não pode ser apropriado, no sentido de proporcionar uma alternativa à forma institucional desequilibrada do potencial cognitivo disponibilizado pela desintegração das imagens do mundo religiosas. A posição weberiana demonstrou uma incapacidade analítica de tirar proveito do conceito complexo de razão descoberto na análise da racionalização cultural e aplicá-lo na conceituação da racionalização social. Assim, ele não podia conscientemente perceber a natureza seletiva da modernização social. Essa limitação torna-se ainda mais clara na teoria weberiana da ação. É precisamente esta pluralidade de complexos de racionalidade que Habermas vai reter enquanto fio condutor da sua segunda crítica imanente.

5.3 - O conceito de ação comunicativa: por uma nova tipologia da ação

No terceiro capítulo da TAC, Habermas desenvolve uma série de considerações sistemáticas sobre o conceito de *ação comunicativa*. Talvez seja aqui que muito das inovações teóricas trazidas pela TAC se localize. E, claro, ele escolhe a teoria weberiana da ação como o contraponto a partir do qual ele poderia formular sua própria teoria da ação social. A crítica habermasiana mais essencial é justamente aquele que diz que a primazia que Weber concede à racionalidade com respeito a fins é insustentável, especialmente porque este conceito de racionalidade não captura toda a complexidade da ação social e da racionalização societal. Trata-se, portanto, de buscar um conceito mais complexo de racionalidade e de ação social.

Para resolver esse déficit, Habermas introduz o conceito de ação comunicativa, o que permitirá o tratamento de um conceito mais complexo de racionalidade. Ele distingue as ações sociais entre dois tipos de orientação de ação que correspondem, respectivamente, ao acordo por situações de interesse e ao acordo por consentimento normativo: a ação orientada para o sucesso (*erfolgsorientiert*) e a ação orientada o entendimento (*verständigungsorientiert*). Isto nos dá a versão habermasiana da teoria da ação:

Orientaçãda ação / Situação da ação	Orientada para o sucesso	Orientada para o entendimento
Não social	Ação instrumental	-
Social	Ação estratégica	Ação comunicativa

(TkH I, p. 384)

A ação racional racional com respeito a fins ou *orientada para o sucesso* corresponde ao ponto de vista, onde o ator é direcionado a um objetivo que deve ser alcançado através de fins suficientemente precisos, onde ele escolhe os meios mais adequados e onde ele calcula, como condições adicionais de sucesso, outras consequências da ação. Ela é dividida em *ação instrumental*, por um lado, e *ação estratégica*, por outro lado. Ações instrumentais, que são ações monológicas mas que podem ser conectadas a interações, são reguladas pelo aspecto da busca de normas técnicas de ação e são avaliadas pelo grau de eficiência de uma intervenção num contexto de estado de coisas. As ações estratégicas são ações imediatamente sociais e elas se deixam regular pela busca por regras de escolha racional, sendo avaliadas pelo grau de eficiência da influência exercida sobre as decisões de um parceiro racional.

Por outro lado, na *ação comunicativa*, os planos de ação dos atores não são coordenados através de cálculos egocêntricos de sucesso, mas por atos que visam o entendimento (*Verständigung*) recíproco. Com relação a este tipo de ação, Habermas assinala que, embora "os participantes não sejam primariamente orientados para o próprio sucesso, eles perseguem seus objetivos pessoais com a condição de que eles possam mutuamente entrar em acordo em relação a seus planos de ação com base em definições comuns de situações. Por esta razão, a negociação das definições de situações é um componente essencial das operações de interpretação necessárias para a ação comunicativa"[278].

Habermas observa que estes dois tipos de ação possuem um caráter "essencialista", na medida em que se referem a ações concretas no mundo, e não à designação de dois aspectos analíticos de acordo com os quais a mesma ação pode ser descrita. O próximo passo será refinar a diferenciação entre os dois tipos de orientação de ação. Bem entendido, não se trata de uma diferenciação psicológica, em que um observador poderia descrever empiricamente certas tendências comportamentais dos agentes. O tipo de explicação perseguido aqui será chamado de *reconstrução*, uma vez que visa captar as estruturas gerais e as condições formais do processo de entendimento mútuo a partir da *perspectiva do participante*. A ambição de Habermas é de partir do saber pré-reflexivo (*know how)* ancorado na prática diária dos sujeitos capazes de fala e de ação e

278 TkH I, p. 385.

torná-lo explícito (*know that*). O pressuposto é que os falantes competentes podem intuitivamente distinguir quando eles exercem influência sobre os outros e quando eles se entendem com os outros. Portanto, a clarificação dos critérios subjacentes a esta distinção intuitiva irá fornecer a diferenciação entre os dois tipos de ação bem como o próprio conceito de entendimento.

A título de introdução, Habermas diz que o que ele entende por entendimento vale como um processo de acordo entre sujeitos capazes de fala e ação. Obviamente, este acordo é comunicativamente obtido através de uma estrutura de linguagem proposicionalmente diferenciada. Com essa estrutura, o acordo não pode ser induzido por uma simples influência de fora, pois ele deve ser aceito como válido pelos participantes. Assim, um acordo alcançado pela comunicação tem uma base racional, no sentido de que ele não pode ser imposto externamente.

Para Habermas, é a estrutura da própria linguagem, meio necessário das ações comunicativas, que fornece esse elemento racional do acordo e permite explicar o entendimento. Ele chega mesmo a afirmar que o entendimento é inerente à linguagem humana como seu telos[279].

A intenção de Habermas será entender como este acordo comunicativamente obtido pode ser uma fonte de coordenação das ações através da análise formal das estruturas da língua enquanto processo ou *parole* (isto é, no contexto de um diálogo). Isto quer dizer que a análise da própria discursividade (e não das disposições psicológicas de sujeitos) é a chave para a explicação da ação comunicativa orientada ao entendimento. Tal como Chomsky na lingüística, Habermas busca uma análise formal, não só das frases, mas também das expressões (*Äusserungen*) ou atos de fala (*Sprechakte*). Com efeito, só se pode explicar o conceito de entendimento, se se indica o que significa usar frases numa intenção comunicativa. Os conceitos de fala e de entendimento se interpenetram mutuamente. Para isso, ele deve trabalhar com uma *pragmática universal ou formal*.

Os atos de fala são as unidades mais elementares do diálogo ou da linguagem no seu uso pragmático - eles são "frases em uma situação." Portanto, podemos analisar as características formal-pragmáticas da atitude orientada para o entendimento tomando por modelo a atitude das partes interessadas de uma interação, uma das quais produz um ato de fala, e a outra toma posição, em relação a este ato, pelo sim ou pelo não.

A questão que se coloca é: o que significa compreender uma frase usada comunicativamente, isto é, entender uma expressão? A tese de Habermas é a seguinte: *Nós só entendemos um ato de fala quando sabemos o que o torna aceitável*. As condições de aceitabilidade são idênticas às condições de sucesso ilocucionário. Um ato de fala é "aceitável" se satisfizer as condições necessárias para que um ouvinte possa, pelo "sim" ou pelo "não", tomar uma posição sobre *a pretensão de validade* que o falante levanta – trata-se do reconhecimento intersubjetivo de uma pretensão linguística que funda o acordo sobre o conteúdo do ato de fala, engajando obrigações

279 Cf. TkH I, p. 386 .

significativas para as conseqüências das interações. Quanto ao mecanismo de coordenação da ação, um ouvinte entende o significado de uma expressão, quando ele conhece as condições essenciais através das quais ele pode ser motivado por um falante a tomar uma posição afirmativa.

Com isso, Habermas quer dizer que um falante pode *motivar racionalmente* um ouvinte a aceitar a oferta do seu ato de fala, pois ele pode *garantir* que ele fornecerá, se necessário, as razões convincentes que sustentam a pretensão de validade contra as eventuais críticas do ouvinte. Essa capacidade de motivar racionalmente gera efeitos ilocucionários *vínculantes* que permitem a *coordenação* dos planos de ação dos participantes da interação mediada pela linguagem. Desse modo, a conexão intrínseca entre significado e validade explica o mecanismo comunicativo de coordenação da ação:

> Assim, um falante não deve a força vinculante de seu sucesso ilocucionário à validade daquilo que é dito, mas ao *efeito de coordenação da garantia* oferecida para o eventual resgate da pretensão de validade que foi levantada pelo seu ato de fala. Em lugar da força de motivação empírica de um potencial de sanção ligado de forma contingente às ações linguísticas, aparece a força de motivação racional das garantias de pretensões de validade em todos os casos nos quais o papel ilocucionário traz à baila uma pretensão de validade, e não uma pretensão de poder[280].

O próximo passo é estabelecer uma classificação das ações comunicativas. Como critério, Habermas adota as opções das quais dispõe um ouvinte para aceitar ou não, de modo racionalmente motivado, a expressão de um falante.

Ele afirma inicialmente uma das teses mais importantes de sua pragmática formal: todo ato de fala orientado para o entendimento pode ser contestado sob *três aspectos*: sob o aspecto da *justeza* que o falante pretende para a sua ação em relação a um contexto normativo; sob o aspecto da *veracidade* que o autor pretende para a expressão das suas experiências subjetivas às quais ele tem acesso privilegiado; e sob o aspecto da *verdade* que o locutor pretende para o seu enunciado.

Em seguida, Habermas acrescenta um argumento mais conceitual em favor desta tese: o que é exatamente uma ação comunicativa? Na ação comunicativa, um falante só escolhe um ato de fala compreensível para se entender *com* um ouvinte *sobre* alguma coisa e, com isso, se fazer *ele mesmo* compreensível. Há, portanto, na intenção comunicativa do falante:

> (a) uma ação linguística *justa* a efetuar em relação ao contexto normativo dado, afim de que tenha lugar uma relação interpessoal reconhecida como legítima entre falante e ouvinte; (b) um enunciado *verdadeiro* a a produzir, afim de que o ouvinte retome e partilhe do saber do falante; (c) opiniões, intenções, sentimentos, desejos, étc, a exprimir de modo *verídico*, afim de que o ouvinte confie naquilo que é dito[281].

Destes três aspectos podem ser extraídas *três funções* da compreensão linguística. Os atos de fala podem ser usados para estabelecer ou restabelecer relações interpessoais; para apresentar ou pressupor estados de coisas; para manifestar as experiências vividas, ou seja, se auto-apresentar. Ao faze isso, o ator situa o ato de fala em *três relações ao mundo*. O interlocutor, com seu "não", indica

280 TkH I, p. 406.
281 TkH I, p. 413.

que a expressão não está em consonância, seja com o *nosso* mundo das relações interpessoais constituídas em ordem legítimas, seja com *o* mundo dos estados de coisas existentes, seja com *cada* mundo de experiências vivenciadas subjetivamente.

Dito isso, pode-se ainda pode ordenar e classificar os atos de fala. Embora estes estejam sempre inseridos em uma complexa teia de relacionamentos ao mundo, o papel ilocucionário deles indica claramente o aspecto de validade sob qual o falante terá preferencialmente compreendido a sua expressão. Chegamos então aos *casos puros dos atos de fala*:

(i) Os *atos constatativos*, em que são utilizadas frases elementares com instruções básicas dotadas de enunciados. Os principais verbos utilizados são afirmar, dizer, contar, explicar, apresentar, prever;

(ii) Os *atos expressivos*, onde aparecem frases elementares relativas a experiências vividas (na primeira pessoa do presente). Exemplos de verbos: revelar, confessar, admitir.

(iii) Os *atos reguladores*, em que se apresentam sejam frases elementares contendo avisos ou pedidos formais sejam frases contendo intenções. Verbos: dar uma ordem, admoestar, fazer uma promessa, se casar.

A cada tipo de ato de fala corresponde um tipo de *atitude* que o falante adota. Temos a *atitude objetivante*, onde um observador neutro se refere a algo que ocorre no mundo; a *atitude expressiva*, onde um sujeito apresenta diante dos olhos de um público algo de sua vida interior, ao que ele tem acesso privilegiado e, finalmente, a *atitude conforme a normas*, onde o membro de um grupo social preenche uma expectativa legítima de comportamento. A essas três atitudes se relacionada, a cada vez, um conceito de "mundo", apresentado acima.

A partir dessa classificação dos atos de fala, Habermas opera um refinamento em sua teoria da ação. Ele constrói sobre esta base uma tipologia das interações mediadas pela linguagem. Os atos de fala reguladores e expressivos correspondem respectivamente à *ação regulada por normas*, que se refere aos membros de um grupo social que orientam suas ações de acordo com os valores compartilhados, e à *ação dramatúrgica*, que se refere aos participantes de uma interação que constituem para si mesmos uma audiência diante da qual eles se apresentam[282]. No entanto, a ação linguística constativa é um tipo de ação comunicativa que se separa de um contexto instrumental de coordenação da ação. São *conversações* em que o debate sobre temas torna-se autônomo em relação aos fins da comunicação – trata-se de entrevistas, discussões, conversas em geral. Estes são casos limítrofes ou três tipos puros da ação comunicativa.

A partir desta tipologia de ação, Habermas está disposto a explicar os vários aspectos da *racionalidade da ação*.

As *ações teleológicas,* ou ações voltadas para o sucesso, podem ser julgadas a partir do

282 Estes dois tipos de ação já haviam sido definidas no primeiro capítulo da TAC. Cf. TkH I, p. 127-8.

ponto de vista da sua eficácia. Regras de ação incorporam conhecimentos tecnicamente e estrategicamente utilizáveis, que pode ser criticado em termos de pretensões de verdade e reforçado através da sua ligação com o crescimento do conhecimento empírico-teórico.

Habermas enfatiza o tipo de conhecimento incorporado em cada tipo de tipo de ação, o tipo de discurso que lhe correspondem assim como a forma pela qual o conhecimento se acumula e é armazenado. Deve-se destacar apenas o aspecto sob o qual eles podem ser criticados: a verdade, no caso de atos de fala constatativos, a justeza no caso de ações regidas por normas, e honestidade/veracidade, no caso da ação dramatúrgica. Além disso, deve-se esclarecer que a função do *discurso* é o de continuar por outros meios a ação comunicativa. Isso acontece quando temos uma perturbação no uso da linguagem ou o surgimento de controvérsias obstinadas em relação ao aspecto prioritariamente criticável da ação. Os discursos permitem o acúmulo ou a tradução de conhecimento. Quanto ao *discurso teórico*, quando o controle discursivo perde o seu caráter *ad hoc* e o saber empírico é sistematicamente desafiado, quando os processos de aprendizagem pseudo-naturais são atravessados pelo crivo da discussão, vemos surgir efeitos cumulativos sob a forma de teorias. Naquilo que diz respeito ao *discurso prático*, temos que uma pretensão controversa de justeza pode ser tematizada como uma pretensão de verdade e ser discursivamente controlada. No caso dos argumentos práticos morais, alguns interessados podem monitorar a justeza de uma ação determinada pela referência a normas dadas, assim como eles podem, numa próxima etapa, verificar a justeza da própria norma. Este conhecimento se reflete nas representações do direito e da moral.

Se as ações linguisticas expressivas podem ser recusadas como auto-ilusões, essas ilusões se desfazem na conversação terapêutica com meios argumentativos. Aqui o discurso não tem propriamente um lugar, pois a ação dramatúrgica inclui uma assimetria representada pelo acesso privilegiado que o falante tem sobre o seu mundo subjetivo. O saber expressivo pode ser explicado sob a forma de valores que fundamentam a interpretação das necessidades, desejos e atitudes emocionais. Os padrões de valor são, por sua vez, dependes de inovações que têm lugar no campo das expressões de avaliação. Estes últimos se refletem de forma exemplar nas obras de arte.

Esse esquema corresponde claramente à tese de Weber segundo a qual, durante a racionalização cultural, houve uma diferenciação dos elementos de saber explícito que fundam três esferas de valor culturais: ciência, arte e moralidade. Estes componentes submetem à pressão de racionalização, em certo sentido, a ação diária institucionalizada pela tradição. Estes aspectos da racionalidade da ação devem proporcionar uma concepção mais complexa e adequada da racionalização social.

O problema com esta maneira de pensar a racionalização social é que ela reduz muito o papel do conhecimento implícito ou pré-reflexivo. Não se teoriza adequadamente a maneira como este horizonte da ação cotidiana se apresenta, onde deve ser investido o conhecimento desenvolvido

por specialistas de cada esfera cultural, nem como se modifica efetivamente a prática comunicativa cotidiana com este afluxo. Aqui já se evidencia a necessidade de complementar o conceito de ação comunicativa com o de *mundo da vida*. Isto irá permitir a passagem do nível da teoria de ação para o nível da teoria da sociedade.

5.4 - O conceito de mundo da vida

Como vimos, o conceito de mundo da vida complementa o de ação comunicativa. O mundo da vida é o horizonte dentro do qual a ação comunicativa sempre se moveu. Trata-se então de entender melhor em que consiste esta noção e por que ela é necessária para uma teoria da ação comunicativa – tarefas que Habermas realiza no capítulo 6 da TAC.

Para o esclarecimento desse conceito, ele parte de pesquisas realizadas no campo fenomenológico por Husserl e, especialmente, por Alfred Schütz e Thomas Luckmman, apesar de suas limitações "culturalistas". Na ação comunicativa, os atos de fala estão sempre imbricados simultaneamente em diversas relações ao mundo. Isso quer dizer que os participantes do processo cooperativo de interpretação remetem simultaneamente para algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, apesar da preponderância de um dos três componentes temáticos em cada caso. Mas como se dá então o processo de coordenação das ações através da ação comunicativa? O que é preciso reter aqui, é que falante e ouvinte utilizam o sistema de referência dos três mundos como quadro interpretativo dentro do qual se desenvolvem *definições comuns de suas situações* e realizam seus planos particulares de ação com base nessas definições. Em outras palavras, há um elemento muito ativo nesta *démarche*: os participantes da interação se exprimem sempre em uma situação que eles tem de definir em conjunto, a partir do momento em que eles agem orientados para o entendimento recíproco. Esta situação, previamente definida quando de uma nova asserção expressa pelo falante, constitui o pano de fundo do processo de compreensão intersubjetiva. Assim, toda afirmação nova representa um teste: a definição da situação de ação implicitamente proposta pelo falante é ou confirmada, ou modificada, ou desafiada parcialmente, ou até mesmo simplesmente questionada em seu todo. Obviamente, o interlocutor pode criticar a definição da situação pressuposta pelo ato de fala do falante questionando a afirmação sob o prisma de uma das três perspectivas correspondentes a um dos três mundos, bem como a uma das três pretensões de validade. Neste caso, os agentes devem se utilizar dos *recursos* discursivos a fim de redefinir conjuntamente a situação.

O mundo da vida aparece como uma espécie de reservatório ou saber de fundo, que não apenas fornece recursos e elementos para a obtenção de uma nova definição comum de situação, mas também um conjunto de pressuposições que torna o acordo possível. Habermas enfatiza três características estruturais do mundo da vida. Primeiro, o mundo da vida é dado sem reservas ou de maneira *não-problemática* ao sujeito que lhe vivencia. Isto significa que os elementos do mundo da

vida com os quais estamos familiarizados, ingenuamente não podem ser, enquanto tais, questionados. Embora todos os elementos de uma situação possam ser questionados, este domínio do tematizável e do problematizável está limitado pelos horizontes da situação - *o mundo da vida não pode ser tematizado e questionado como um todo*. Dito de outro modo: apenas o contexto imediatamente evocado e delimitado por um corte do mundo da vida pode se tornar problemático, enquanto que o mundo da vida enquanto todo, permanece sempre como pano de fundo[283]. Isto é importante porque o mundo da vida aparece como a rede intuitivamente presente - acessível, em princípio, mas fora da esfera de relevância da situação - *das condições de possibilidade do válido e do inválido*. Por conseguinte, o mundo da vida não pode ser, enquanto tal, nem válido nem não-válido, mas sim familiar, transparente, enorme, não problemático.

Além dessa caracterização geral do mundo da vida, Habermas também supera o reducionismo culturalista – um deficit da abordagem fenomenológica. Lembremos que a ação comunicativa envolve o domínio das situações. Ora, se à situação pertence tudo o que pode ser observado como uma limitação para iniciativas de ação, e se o ator encontra no seu caminho, como elementos da situação, restrições que as circunstâncias colocam na sua trajetória quando da realização de seus planos, então, na realidade, estas restrições podem ser classificadas segundo o sistema de referência dos três conceitos formais de mundo: em *fatos, normas* e eventos vividos[284].

Da mesma forma, o pano de fundo do mundo da vida não é feito exclusivamente de certezas culturais. Ele também consiste em habilidades individuais (por exemplo, como sair de uma situação) e em práticas sociais totalmente assimiladas (por exemplo, saber em quem podemos confiar em uma situação).

Mas para entender o aspecto funcional segundo o qual o mundo da vida é complementar à e reproduzido pela ação comunicativa, Habermas deve finalmente abandonar a perspectiva fenomenológica do participante, onde o mundo da vida é dado simplesmente como contexto de fornecimento do horizonte de situações de ação, para adotar a perspectiva do narrador. Assim, pode-se notar que, enquanto todos os participantes se entendem juntos sobre suas situações, eles estão mergulhados em uma tradição cultural que eles tanto usam quanto renovam; da mesma forma, enquanto que os participantes de uma interação coordenam as suas ações através do reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis, eles se apoiam sobre relações de pertencimento a grupos sociais e, ao mesmo tempo, reforçam a sua integração nestes últimos; enfim, na medida em que as crianças que crescem tomam parte em interações com falantes e agentes competentes, elas interiorizam a orientação a valores de seus grupos sociais e extraem daí

283 Cf. TkH II, p. 199.
284 Cf. TkH II, p. 204.

capacidades generalizadas de fala e ação[285]:

> Sob o aspecto funcional do e*ntendimento* (Verständigung), a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural; sob o aspecto da *coordenação da ação*, serve para integrar-se socialmente e estabelecer solidariedades; sob aspecto da *socialização*, finalmente, a ação comunicativa serve para formar identidades pessoais[286].

O processo de reprodução simbólica vincula, sob esses três aspectos, as novas situações ao estado existente do mundo da vida. Com a ajuda desses três aspectos relacionados à reprodução do mundo da vida pela ação comunicativa, Habermas pode definir melhor os três componentes estruturais do mundo da vida. A estes processos de *reprodução cultural, integração social e socialização* correspondem *a cultura, a sociedade e a personalidade*:

> Eu chamo de *cultura* a reserva de saber da qual os participantes da comunicação retiram interpretações quando eles se entendem sobre algo no mundo. Eu chamo de *sociedade* as ordens legítimas através das quais os participantes da comunicação regulam os seus pertencimentos a grupos sociais e, assim, asseguram uma solidariedade. Por *personalidade* eu entendo as competências que tornam um sujeito alguém capaz de fala e ação, e, portanto, o deixam em condições de participar de processos de entendimento e de afirmar a sua própria identidade[287].

Com essa concepção de mundo da vida, Habermas evita as análises unilaterais típicas de outras abordagens relacionadas à sociologia "compreensiva". Por exemplo, a tradição da fenomenologia se limita apenas ao componente cultural do mundo da vida, e, assim, eventualmente, recai numa sociologia do conhecimento. Durkheim, por sua vez, conserva uma noção de mundo da vida reduzido à integração social. Finalmente, a tradição do interacionismo simbólico, que remonta a Mead, é baseada numa noção de mundo da vida reduzida à socialização dos indivíduos, recaindo numa psicologia social.

Todos os três processos de reprodução do mundo da vida (por meio da ação comunicativa) fornecem a garantia de que novas situações que surgem nas três dimensões são anexadas às condições já existentes. A reprodução cultural do mundo da vida garante a continuidade da tradição e uma coerência do saber que esteja, em cada caso, à altura da prática cotidiana. Continuidade e consistência são avaliadas pela racionalidade do saber válido. A cultura deve fornecer uma quantidade suficiente de saber válido a fim de que as necessidades de compreensão mútua existentes no mundo da vida sejam satisfeitas. A integração social garante a coordenação das ações através das relações interpessoais legitimamente reguladas e dá à identidade dos grupos uma permanência suficiente para a prática cotidiana. A coordenação das ações e a estabilização das identidades de grupo são avaliadas a partir da solidariedade dos membros. Finalmente, a socialização dos participantes garante, para a próxima geração, a aquisição das capacidades generalizadas de agir e cuida da coordenação adequada entre histórias individuais e formas de vida da coletividade. Capacidades de interação e estilos de vida são avaliados a partir da capacidade das

285 Cf. TkH II, p. 208.
286 TkH II, p. 208.
287 TkH II, p. 209.

pessoas em responder por seus atos[288].

Mas os componentes do mundo da vida não se confundem com os processos de reprodução do mundo da vida pelas ações comunicativas. Na realidade, cada tipo de processo pode contribuir para a reprodução de cada componente[289].

Distúrbios podem afetar cada uma dessas funções. Nos domínios da cultura, da sociedade e da personalidade, os distúrbios da reprodução típicos de cada área manifestam-se respectivamente como *perda de sentido*, *anomia* e t*ranstornos psíquicas* (psicopatologias). Em cada uma das outras junções, assiste-se a processos de desapropriação paralelos.

5.5. A racionalização do mundo da vida

Vimos que um dos objetivos principais de Habermas foi o de oferecer uma perspectiva alternativa à tese de inspiração weberiana, e amplamente difundida entre autores como Lukács e Adorno e Horkheimer, segundo a qual a racionalização social levaria a um processo crescente de reificação. Para tanto, sua tentativa de estabelecer um conceito de racionalidade comunicativa deve ser complementada por uma nova teoria da racionalização social. No entanto, dado que o conceito de mundo da vida permite a passagem da dimensão da teoria da ação para a teoria da sociedade, a racionalização social deve ser concebida, num primeiro momento, como um processo de *racionalização do mundo da vida*. Isso quer dizer que devemos passar de uma explicação da racionalização da sociedade de acordo com orientações explícitas da ação (como Weber fez) para uma explicação que parte das estruturas implícitas do mundo da vida. Este processo deve mostrar como a liberação do potencial comunicativo da razão e de como o advento da ação comunicativa levaram a transformações estruturais no mundo da vida. A modernidade deve ser vista nos termos de um processo de aumento de racionalidade. Esta teoria da racionalização do mundo da vida representa, em certo sentido, o contraponto *diacrônico* do esquema *sincrônico* da teoria da ação comunicativa. Pois deve-se bem notar que o procedimento *analítico* de exposição do conceito de mundo da vida apresentado acima já diz respeito a um mundo da vida moderno e racionalizado; trata-se aí do resultado de um processo histórico-mundial de racionalização. Mas ainda temos que explicar *geneticamente* como este mundo da vida tornou-se o que é hoje nas sociedades modernas através de uma teoria da racionalização e da evolução social. A descoberta weberiana, de acordo com a interpretação de Habermas, de um conceito complexo de racionalidade da ação levando a uma diferenciação das esferas culturais de valor segundo três aspectos - a verdade, o bem e o belo - e também o desenvolvimento dos três conceitos formais de mundo (objetivo, subjetivo e social) vão servir como um fio condutor para a interpretação das mudanças estruturais associadas com a racionalização do mundo da vida, que tornou possível o fenômeno percebido por Weber.

---

288 Cf. TkH II, p. 213).
289 Ver tabela, TkH II, p. 217.

Antes de desenvolver o conceito de um mundo da vida racionalizado, Habermas se interessa, já no capítulo 1 da TAC, pelo processo de racionalização das *imagens de mundo* (ou sistemas culturais de interpretação), que refletem o saber de fundo de grupos sociais, e asseguram uma ligação coerente entre suas várias linhas de ação. Partindo de noções piagetianas como as de processo de aprendizagem e de *descentração da compreensão egocêntrica do mundo*[290], Habermas antecipa a imagem de uma racionalização do mundo da vida:

> Quanto mais a imagem de mundo, que disponibiliza a reserva de saber cultural, é descentrada, menos a necessidade de entendimento é coberta *a priori* por um mundo da vida resistente à crítica; e quanto mais esta necessidade deve ser satisfeita através das interpretações dos próprios participantes, isto é por um acordo arriscado pois motivado racionalmente, tanto mais nos é permitido esperar orientações racionais de ação. É por isso que a racionalização do mundo da vida se deixa caracterizar pela dimensão de oposição entre "acordo normativamente atribuído" vs. "entendimento comunicativamente obtido" (…) Na medida em que a imagem de mundo permanece sociocêntrica no sentido de Piaget, ela não autoriza uma diferenciação entre mundos de estados de coisas existentes, de normas válidas e de vivências subjetivas passíveis de expressão. A imagem linguística do mundo é reificada enquanto ordem do mundo e ela não pode vista como um sistema criticável de interpretação. No interior de um tal sistema de interpretação, as ações não podem de forma alguma alcançar esta zona crítica onde um acordo obtido comunicativamente depende de tomadas de posição autônomas pelo sim ou pelo não em relação a pretensões criticáveis de validade. Sobre este fundo, tornam-se claras as propriedades formais que as tradições culturais devem possuir, caso orientações racionais de ação devam ser possíveis em um mundo da vida interpretado de maneira correspondente, e caso estas orientações de ação devam mesmo poder se condensar em um conduta racional da vida[291].

Como pode-se constatar, a ideia de um mundo da vida racionalizado engloba a noção de um acordo motivado racionalmente e aberto à crítica. O que não significa nada mais do que a expansão da ação comunicativa enquanto meio de regulação das interações sociais. Mas Habermas deve ainda mostrar como este processo se realiza para além da dimensão das imagens de mundo, ao nível de outras estruturas do mundo da vida, que era inicialmente organizadas em torno da figura do sagrado. Por isso, ele vai se apoiar nos trabalhos de E. Durkheim e G. H. Mead para sustentar a ideia de uma linguistificação (*Versprachlichung*) do sagrado.

Com Weber, Mead e Durkheim pertencem à geração dos pais fundadores da sociologia moderna. Mas, ao contrário do primeiro, o grande mérito dos últimos, segundo Habermas, foi o de conceber a problemática da racionalização com base no paradigma da comunicação. Assim, todos os dois observaram fenômenos que Weber ou não percebeu ou não enfatizou, desenvolvendo conceitos de base úteis para uma remodelação da teoria weberiana da racionalização e superação das aporias da filosofia da consciência.

Para a conceitualização da racionalização do mundo da vida, Habermas, no capítulo 5 da TAC, se guiará pela hipótese geral segundo a qual as interações sociais e as funções de integração social, inicialmente cumpridas pela prática ritualística, passam para o campo da ação comunicativa. Desde então, a autoridade do sagrado é progressivamente substituída pela autoridade de um consenso comunicativamente obtido. Isto significa que a ação comunicativa se libera de contextos

290 Cf. TkH I, p. 105.
291 TkH I, p. 107-8.

normativos dogmáticos ligados ao sagrado. Assim, o desencantamento do domínio sacral passa por uma *linguistificação do consenso normativo fundamental garantido pelo rito*[292].

No caso de Durkheim, este diagnostica uma mudança na forma de integração social. Ele caracteriza essa tendência como a transição de um estado de solidariedade mecânica, onde os membros do clã, assimilados uns aos outros, tomam emprestada a sua identidade da identidade coletiva, para um estado de solidariedade orgânica, onde o indivíduo se emancipa da comunidade e o consenso religioso entra em colapso. Na verdade, Durkheim define essa evolução em três níveis: (i) a racionalização das imagens de mundo, (ii) a universalização das normas morais e jurídicas, (iii) a individualização cada vez maior dos sujeitos[293].

O problema em Durkheim está na explicação do fenômeno. Ele acreditava inicialmente que poderia explicar a solidariedade orgânica como um efeito da divisão social do trabalho. Em seguida, ele reconheceu a fragilidade dessa explicação, sem, no entanto, oferecer uma nova. Habermas, por sua vez, tenta implantar a idéia de uma linguistificação e, a partir de Mead, propõe a idéia de que "a racionalidade presente na língua pode se tornar empiricamente eficaz desde que *os atos comunicativos assumam a regulação das interações sociais* e executem funções de reprodução social, de conservação dos mundos da vida sociais"[294]. Todos os três fenômenos indicados por Durkheim podem então ser explicados se levarmos em conta as três funções da ação comunicativa. Na medida em que a linguagem desempenha funções de entendimento, de coordenação da ação e de socialização dos indivíduos, tornando-se um meio no qual realizam-se a reprodução cultural, a integração social e a socialização, o potencial de racionalidade presente na ação comunicativa pode ser liberado e convertido em processos de racionalização dos mundos da vida. A atitude crítica em relação à tradição cultural e ao saber corresponde à função de entendimento sobre estados em um mundo objetivo através de uma pretensão criticável de verdade; a universalização e a pressão por justificação racional das normas correspondem à função de coordenação da ação através de uma pretensão criticável de justeza normativa; e, finalmente, a individualização e a autonomia pessoal correspondem à função de socialização dos indivíduos através de uma pretensão criticável de veracidade expressiva.

Logo que a ação comunicativa assume as funções de entendimento recíproco, de coordenação social e de socialização, a simbiose entre a religião e a sociedade é perdida e temos uma linguistificação do sagrado. Do ponto de vista da lógica da mudança, Habermas defende a seguinte tese: “A abstração das imagens do mundo, a universalização do direito e da moralidade, bem como a individualização crescente podem ser entendidas como evoluções que, caso observe-se seus *aspectos estruturais*, entram em cena desde o momento que, dentro de uma sociedade

292 Cf. TkH II, p. 11.
293 Cf. idem, ibidem.
294 TkH II, p. 132.

integrada sem falhas, é liberado o potencial de racionalidade presente na ação orientada para o entendimento"[295..]

À linguistificação do sagrado corresponde, em Mead, um progressivo domínio das estruturas de ação orientadas para o entendimento intersubjetivo. Neste caso, a linguagem serve não só para transmitir e atualizar consensos garantidos antes da linguagem, mas cada vez mais para *produzir* consensos racionalmente motivados – e isto nos três domínios que se diferenciam nesse processo. Neste sentido, segundo Habermas, Mead pode interpretar as tendências observadas por Durkheim como uma racionalização comunicativa do mundo da vida[296]. Trata-se, entre outras coisas, da *diferenciação dos componentes estruturais do mundo da vida: cultura, sociedade e as pessoas se separam.* Depois, há mudanças que ocorrem nestes três níveis: a repressão do saber sacral por um saber apoiado em razões, de modo que as tradições se tornam fluidas e reflexivas; a separação da legalidade e da moralidade, ao mesmo tempo que o direito e a moral se universalizam, de modo que as ordens sociais dependem doravante de procedimentos formais para a criação e estabelecimento de normas; e, finalmente, a expansão do individualismo com as exigências de autonomia e auto-realização. O aspecto *racional* dessas mudanças é medido pelo fato de que a reprodução social nestes três níveis se torna cada vez mais dependente de atitudes que, quando problematizadas em termos de afirmação ou negação, são remetidas a pretensões de validade criticáveis. Portanto, a reprodução social depende da formação de um consenso de que se baseia, em última análise, na *autoridade do melhor argumento*.

Mas é necessário notar que a racionalização do mundo da vida não significa de forma alguma a ausência de turbulências nos processos de reprodução social. Weber diagnosticou a perda de sentido e de liberdade; em Mead há ecos de uma crítica da razão instrumental; e Durkheim focou em patologias relacionadas com a "divisão do trabalho anômica". Mas, se, para evitar as aporias da crítica auto-referencial e total da razão, Habermas rejeita a idéia de que a perda de sentido, a anomia e a alienação são devidas à racionalização do mundo da vida *enquanto tal*, ele procura se inspirar na crítica marxista da sociedade burguesa, que explica as perversões do mundo da vida racionalizado pelas condições da *reprodução material*. *Ora, esse tipo de crítica exige uma teoria social que opera com um conceito de sociedade mais amplo do que o de mundo da vida.*

A perspectiva de uma sociologia compreensiva que iguala a sociedade ao mundo da vida remove tudo o que exerce uma influência externa ao mundo da vida sócio-cultural. A sociedade apresenta-se como uma rede cooperativa de comunicação. O que une os indivíduos socializados é um tecido de ações comunicativas. Confere-se a tudo o que acontece na sociedade a transparência daquilo do que podemos falar. Esta posição teórica conduz a ficções, tal como aquela da autonomia

295 TkH, p. 135).
296 Cf. TkH II, p. 164.

dos atores, como se eles pudessem controlar totalmente a sua situação e as consequências das suas ações.

É por isso que Habermas propõe a distinção, já vista nas suas obras anteriores, entre *integração social e integração do sistema*[297], tendo por objetivo operar com uma *concepção dualista da sociedade*. Existem duas formas de coordenação das ações. As ações teleológicas não são coordenadas exclusivamente pelo processo de entendimento recíproco, mas também através de contextos funcionais que os atores não desejou e que não dependem diretamente das orientações de ação dos sujeitos. O mercado capitalista é um bom exemplo de uma regulação desprovida de normas sociais. Em outras palavras, os mecanismos sistêmicos estabilizam contextos de ação não desejados graças à rede funcional que se estabelece em torno das *consequências* da ação, enquanto que os mecanismos do entendimento tem nas *orientaçõe*s dos participantes um elemento constitutivo. Assim, em um caso, o sistema de ação é integrado graças a um consenso (seja normativamente atribuído seja comunicativamente obtido), e no outro, ele é integrado na medida em que regula de maneira não normativa as consequências das ações dos atores.

Como vimos, se decidirmos enxergar na integração da sociedade exclusivamente uma integração social, liga-se a análise das teorias sociais à perspectiva interna dos membros de grupos sociais; a compreensão da teoria permanece presa àquela dos participantes. Nesta perspectiva, os processos de reprodução material são considerados apenas em termos de sujeitos que agem e que dominam as suas situações segundo certos objetivos. Por outro lado, se a integração da sociedade é vista exclusivamente como integração sistêmica, a sociedade é representada exclusivamente pelo modelo de um sistema auto-regulado, o que liga a análise das ciências sociais à perspectiva externa de um observador.

Assim, o problema básico para qualquer teoria da sociedade é o de saber como as duas estratégias conceituais - que, respectivamente, caracterizam o mundo da vida e o sistema - podem ser articuladas de forma satisfatória. Habermas tenta responder a esta pergunta referindo-a a uma *teoria da evolução social*: trata-se de desenvolver a proposta heurística de considerar a sociedade como uma entidade que se diferencia, no curso da evolução, em sistema e mundo da vida. A evolução do sistema é medida pelo aumento da capacidade de regulação de uma sociedade, enquanto que a dissociação da cultura, da sociedade e da personalidade indica o grau de desenvolvimento de um mundo da vida simbolicamente estruturado. Portanto, não se trata mais de compreender exclusivamente a racionalização do mundo da vida, mas sim a *dinâmica entre integração social e integração do sistema ao longo do processo de evolução social*.

297 Cf. TkH II, p. 226.

5.6. A teoria da evolução social: a dinâmica entre integração social e integração sistêmica e o desacoplamento entre sistema e mundo da vida

Na TAC, Habermas considera a evolução social como um processo que marca a diferenciação simultânea entre sistema e mundo da vida em virtude do crescimento de complexidade do primeiro e de racionalidade do segundo. Ele adota a distinção entre níveis de evolução social e classifica os diferentes estágios em sociedades tribais, sociedades tradicionais e sociedades modernas. Neste processo, a cada nível de complexidade crescente, os mecanismos sistêmicos se separam cada vez mais das estruturas pela integração social. Correspondentemente, o mundo da vida, inicialmente coextensivo com um sistema social pouco diferenciado, é cada vez mais rebaixado ao nível de um subsistema ao lado de outros. No entanto, o mundo da vida continua a ser o subsistema que define o estado do sistema social como um todo. É por isso que os mecanismos sistêmicos precisam de um ancoramento no mundo da vida – eles devem ser institucionalizados[298].

Nas *sociedades tribais*, as conexões sistêmicas ainda estão estreitamente entrelaçadas com os mecanismos de integração social. O *sistema de parentesco* forma uma espécie de instituição total. Ou seja, os pertencimentos sociais e as diferenças de papéis são definidas por relações de parentesco. Nesta fase do desenvolvimento, integração social e integração sistêmicas se confundem. As regras do casamento e o prestígio genealógico são elementos do sistema de parentesco, mas que possuem vínculos claros com as relações de troca e com as relações de poder.

Mas como conceber a dinâmica entre os dois tipos de integração? Habermas escolhe a institucionalização de novos graus de diferenciação do sistema para caracterizar as mudanças da sociedade no sentido de uma evolução social. Para ele, os incentivos para diferenciar o sistema social partem da esfera da reprodução material. Em uma comparação com o esquema marxista de base e de superestrutura, ele chama de "base" o *complexo institucional* que ancora no mundo da vida o mecanismo sistêmico dominante de cada estágio da evolução, e que descreve a margem de complexidade possível em uma formação social. Em Habermas, a base não se identifica de forma alguma com o sistema econômico; ela designa antes os problemas do sistema que só podem ser resolvidos por avanços na dimensão da institucionalização de um nível superior de diferenciação do sistema[299].

Do ponto de vista da complexidade crescente do sistema, pode-se seguir o curso da evolução social com o advento do *Estado* nas sociedades tradicionais. Uma vez que uma força política não mais tira a sua autoridade do prestígio dos grupos genealogicamente dominantes, mas sim do fato de que ele dispõe de meios de sanções jurídicas, o mecanismo de poder se destaca das estruturas de parentesco. O mecanismo da organização do Estado torna-se incompatível com o parentesco, e ele

298 Cf. TkH II, p. 230.
299 Cf. TkH II, p. 251.

encontra sua estrutura social apropriada em uma ordem política global, a qual os estratos sociais são integrados e submetidos. Sob a influência do poder político, a estratificação social é separada do sistema de parentesco e agora pode ser regida através da participação no poder político. Aparecem então as classes sócio-econômicas. O resultado é uma maior eficiência na reprodução material da sociedade, na medida em que as unidades sociais ganham uma especificação funcional, permitindo uma maior complexidade do que nas sociedades tribais.

A transição para os tempos modernos assinala uma nova etapa de diferenciação do sistema. Agora, a *economia* já não é articulada à ordem de Estado. Assim, o Estado não concentra mais a capacidade de agir do grupo; ou seja, as sociedades modernas renunciam à ideia de acumular as funções de direção e gestão em uma única organização. O sistema econômico enquanto subsistema não estatal deve o seu surgimento a um novo mecanismo, o meio regulador representado pelo *dinheiro*. É preciso sublinhar que é apenas quando o dinheiro se torna um meio de troca inter-sistêmico que ele engendra efeitos estruturantes. Por conseguinte, a economia só pode se constituir como um subsistema regulado pelo dinheiro[300], na medida em que regula o intercâmbio com os seus ambientes circundantes por meio do dinheiro. É por isso que a modernidade assiste, além do nascimento da fábrica, a institucionalização do *trabalho assalariado*, de um lado, e do *Estado fiscal,* de outro. O aparelho de Estado, assim, torna-se dependente do subsistema económico e é forçado a se reorganizar, o que leva à transformação do poder político em um meio regulador[301], tal como a moeda. Esta nova etapa de diferenciação sistêmica aumenta ainda mais o espaço para o desempenho organizacional e consequentemente para a eficácia da reprodução material.

O próprio dos subsistemas baseados em um meio regulador é que ele se especializa em um determinado âmbito da reprodução material, se subtraindo de contextos normativos. Ao contrário do Estado tradicional, a economia capitalista não é uma ordem institucional. O Estado tradicional é uma organização que estrutura a sociedade como um todo e, por essa razão, em tarefas como a definição da afiliação dos membros, a construção de seu programa e o recrutamento de seu pessoal, ele deve se vincular aos mundos da vida naturais de uma sociedade de classes bem como às tradições culturais correspondentes. Por outro lado, a empresa capitalista e também a administração moderna reorganizada são entidades formando um sistema autônomo, sem normas. De fato, os meios dinheiro e poder precisam ser institucionalizados, mas o subsistema diferenciado representa, no seu interior, uma *sociabilidade sem normas*[302], especialmente à medida que empresas e instituições públicas concretizam o princípio da *afiliação voluntária*[303]. Este último torna possível formas autônomas de organização. Eles fazem do reconhecimento de certas expectativas

300 Aprofundaremos esta noção na próxima seção.
301 Da mesma forma, esta noção será melhor explicada na próxima seção.
302 Cf. TkH, p. 256.
303 Cf. TkH, p. 257.

comportamentais a condição de afiliação ao sistema. Este aspecto tornar-se-á mais claro na explicação do conceito de "sistema" enquanto tal, na próxima seção.

Por outro lado, não é possível distinguir as formações sociais exclusivamente pelo seu grau de complexidade. Como vimos, a "base" é representada por complexos institucionais que ancoram mecanismos sistêmicos no mundo da vida. Assim, a diferenciação segmentar é institucionalizada sob a forma de relações de parentesco; a estratificação sob a forma de hierarquias; a organização do Estado sob a forma de política; e o primeiro meio regulador (dinheiro) na forma de relações entre pessoas de direitos privados. As instituições correspondentes são, respectivamente, os papéis de gênero e de geração, o status dos grupos genealógicos, a função política e o direito civil privado[304].

Habermas afirma na TAC que há uma *prioridade evolutiva* que o mundo da vida exerce sobre o sistema: "As complexidades crescentes são dependentes das diferenciações estruturais do mundo da vida"[305]. E essa mudança de estrutura segue a lógica da racionalização comunicativa. Isto significa que, em última análise, as formações sociais se distinguem de acordo com os complexos institucionais que formam a "base" da sociedade. Novas instituições de base só aparecem no desenvolvimento histórico a partir do momento em que o mundo da vida foi suficiente racionalizado e, sobretudo, quando o direito e a moral atingiram o nível de desenvolvimento correspondente. Ou seja, um novo grau de institucionalização da diferenciação do sistema requer rearranjos no coração institucional das normas morais e legais (ou consensuais) que regem os conflitos da ação.

Com base nos trabalhos de K. Eder, W. Schluchter e, sobretudo, L. Kohlberg, Habermas procura fundamentar o desenvolvimento da moral e do direito. Ele se apoia na distinção ontogenética de três níveis da consciência moral: o nível *pré-convencional*, onde apenas as conseqüências da ação são julgadas à luz de princípios; o nível *convencional*, onde são julgadas as orientações baseadas em normas bem como as violações destas últimas; e, finalmente, o nível *pós-convencional*, onde as próprias normas são julgadas a partir de princípios[306]. A tese de Habermas é a seguinte: na evolução social, a formação de instituições jurídicas nas quais se incorporaram filogeneticamente uma consciência moral de nível convencional e pós-convencional preenche as condições *necessárias* para o surgimento do quadro institucional das sociedades estatais e capitalistas, respectivamente.

Desta forma, a passagem das sociedades arcaicas para as sociedades organizadas em Estados pressupõe o aparecimento de instituições jurídicas encarnando uma consciência de tipo convencional. Sob o ângulo convencional, um delito aparece como uma infração - pela qual o indivíduo é responsável - contra normas que beneficiam de um reconhecimento intersubjetivo.

304 Cf. TkH II, p. 249.
305 TkH II, p. 258.
306 TkH II, p. 260.

Neste nível de julgamento moral, a regulação de conflitos baseia-se na idéia de que devemos reparar a injustiça cometida, e não o status quo violado (como nas sociedades arcaicas). Com este processo, a função da jurisprudência e a função do juiz mudam. Este último protege a integridade da ordem jurídica, e sua autoridade deriva sua legitimidade da própria ordem jurídica, reconhecida como legítima. Portanto, o poder de julgar não depende mais do prestígio genealógico, mas da ordem jurídica legítima. Assim, a soberania política pode se cristalizar em torno desta função de juiz enquanto fonte autônoma de poder legítimo.

A transição para as sociedades modernas dependem, por sua vez, do estabelecimento de estruturas de consciência pós-convencionais, o que pressupõe uma ruptura com as formas éticas tradicionais e a *disjunção entre moralidade e legalidade* através dos processos inter-relacionados de internalização da moralidade e de expansão do direito, principalmente via direito civil privado. Essa separação permite a institucionalização da economia capitalista, isto é, de um sistema de ação *moralmente neutralizado*. Mas se o direito é separado das motivações éticas, de modo que a legalidade das decisões tomadas por procedimentos formais é livrada de problemas de legitimação, o sistema jurídico como um todo precisa ser ancorado em instituições de base capazes de o legitimar. No Estado constitucional burguês, os direitos fundamentais e a soberania popular, onde se incarnam estruturas do tipo pós-convencional, preenchem essa função.

Agora, é preciso explicar por que este desenvolvimento do direito e da moralidade expressam simultaneamente uma racionalização do mundo da vida e tornam possível um novo nível de integração.

Para tanto, Habermas utiliza uma noção de Parsons: a *generalização dos valores*. De acordo com essa idéia, as orientações segundo valores institucionalmente sugeridos àqueles que agem se tornam cada vez mais universais e formais ao longo do processo de evolução. Essa tendência gera dois fenômenos contrários no plano da interação. Por um lado, quanto mais a generalização das motivações de ação progressa[307], mais a ação comunicativa se afasta dos modelos concretos de comportamento normativo oriundos da tradição. Isto significa que o peso da integração social se transfere mais e mais de um consenso enraizado na religião para processos consensuais relacionados com a língua, de sorte que as ações comunicativas ocorrem com uma pureza cada vez maior. Por isso, a generalização dos valores é uma condição necessária para desbloquear o potencial de racionalidade presente na ação comunicativa. Na medida em que isso resulta de tendências de evolução do direito e da moralidade, o desenvolvimento destes podem ser de fato vistos como um aspecto da racionalização do mundo da vida.

Por outro lado, ocorre a separação entre ação orientada para o sucesso e ação orientada para

307 Por exemplo, nas sociedades modernas, a obediência abstrata ao direito é a única condição que deve ser cumprida pelo agente nos domínios de ação formalmente organizados.

entendimento. Enquanto que uma moral interiorizada e desinstitucionalizada finalmente liga a regulamentação dos conflitos de ação à idéia de resgate discursivo de pretensões de validade normativas bem como a procedimentos e pressuposições da argumentação moral, o direito livre de moralidade cria um vácuo interno de legitimação que torna possível a regulação da ação social através dos *media*[308]. Essa polaridade se reflete na disjunção entre a integração social e a integração sistêmica.

Essa tendência cria uma necessidade crescente de comunicação visando a formação de consensos através da linguagem, na medida em que os modelos normativos oriundos da tradição perdem o seu caráter *não-problemático* e as situações comuns de ação devem ser cada vez mais negociadas através de discussões cujo critério é o princípio do melhor argumento. Obviamente, este fato aumenta consideravelmente os custos de comunicação e os riscos de dissenção inerentes ao entendimento via linguagem. O que, por sua vez, provoca o aparecimento de dois tipos de *mecanismos de desafogo* (*Entlastungsmechanismen*). Trata-se dos *media de comunicação,* que ou *condensam*, ou *substituem* o entendimento via linguagem.

5.7. Meios reguladores vs. formas de comunicação generalizada: duas maneiras de poupar a formação de consenso via linguagem

Do ponto de vista da integração, a modernidade é marcada pelo advento de duas formas de coordenação da ação. O primeiro é o que Parsons chama de *meios reguladores* (*Steuerungsmedien*) e fornecem a configuração definitiva da dimensão do *sistema* (representado institucionalmente pela economia capitalista e pela administração moderna). O próprio deste tipo de coordenação da ação é que ela substitui a linguagem em sua função de coordenar a ação social no contexto de um mundo da vida racionalizado.

No capítulo 7 da TAC, Habermas define mais concretamente a diferença entre o primeiro e o segundo baseando-se em Parsons. Como parte de uma interação regulada pela ação comunicativa, Ego pode muito bem dar uma ordem para Alter e Alter, por sua vez, pode a aceitar; neste momento, eles concordam sobre alguma coisa no mundo e coordenam assim as suas ações. Esta coordenação é sempre bem-sucedida se Alter responde com "sim" à pretensão de validade levantada por Ego. Vê-se que existe uma dupla contingência na ação comunicativa: cada participante da interação pode, basicamente, levantar (ou não) e aceitar (ou rejeitar) pretensões críticáveis. Assim, o sucesso no entendimento recíproco depende das operações de interpretação dos atores. Estas se alimentam dos recursos do mundo da vida (tradições culturais, ordens sociais institucionais, competências). É por isso que o preço a pagar por um entendimento e o risco de dissenção por unidade-ação crescem na mesma medida que os agentes deixam de aderir *ingenuamente* aos consenso pré-estabelecidos.

308 TkH II, p. 269.

Quanto mais eles devem se fiar, no lugar destes últimos, em suas próprias operações de interpretações, tanto mais se libera o potencial de racionalidade do entendimento linguistico – que, por sua vez, depende mais e mais do reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade criticáveis[309.]

Os meios reguladores servem exatamente para reduzir esses riscos, substituindo a linguagem em contextos bem circunscritos. Os *media*, tais como "dinheiro" e "poder", podem poupar largamente o custo de dissenso porque eles liberam a coordenação da ação da formação de consenso pela linguagem (e, portanto, de contextos do mundo da vida em geral), e também porque eles a protegem da alternativa entre acordo e entendimento falho. As interações via meios reguladores podem se forjar em redes espacio-temporais cada vez mais complexos. Uma característica muito importante é que a interação, despojada das tomadas de posição pelo "sim" ou "não" frente a pretensões de validade criticáveis, não tem mais necessidade de participantes "responsáveis", pois eles não são mais obrigados a orientar suas ações de acordo com tais posições. Isso quer dizer que as decisões dos atores não são mais abertas a críticas, o que aumenta os graus de liberdade para a ação orientada para o sucesso. É por isso que Weber viu no surgimento da economia capitalista e na administração moderna a institucionalização da ação racional com respeito a fins. Podemos ver esse processo como uma *tecnicização do mundo da vida*, já que o fato de amortizar os custos e os riscos da comunicação vem acompanhado de uma *expansão da ação teleológica*.

Mas como estes meios funcionam na prática? Vamos começar com o dinheiro, pois representa o caso paradigmático. O meio "dinheiro" permite produzir e mediar expressões simbólicas, com uma estrutura de preferência embutida. Ele pode informar o receptor acerca de uma oferta e levá-lo a aceitar esta oferta. Mas, como esta aceitação deve se desenrolar de acordo com automatismos independentes dos processos de formação de consensos linguísticos, o código dos meios só se aplica a situações *circunscritas*, definidas por posições interesse unívocas que seguem os seguintes critérios: (i) as orientações de ação dos participantes são determinadas através de um *valor generalizado;* (ii) Alter pode fundamentalmente se decidir entre duas tomadas de posição; (iii) Ego pode guiar essas posições fazendo ofertas; (iv) os atores se orientam exclusivamente pelas consequências de ação, de sorte que ele tem a liberdade de tomar suas decisões em função apenas de cálculos concernentes o sucesso da ação[310.]

Aqui, a situação standard é o processo de troca de mercadorias. Nesta situação, a utilidade é o valor generalizado e os parceiros perseguem interesses econômicos, buscando a otimização da relação custo/benefício. A rentabilidade é o critério para medir o sucesso da ação. Os parceiros da troca condicionam mutuamente as tomadas de posição através de suas ofertas, sem ter que se

309 Cf. TkH II, p. 393.
310 TkH II, p. 395.

submete à disposição de cooperação pressuposta na ação comunicativa. O código "dinheiro" esquematiza assim possíveis tomadas de posição de Alter de tal sorte que ele possa aceitar ou rejeitar a oferte de troca de Ego, adquirindo ou não um bem.

O meio "dinheiro" deve substituir a linguagem como portadora de informações e como meio de coordenação. Para o primeiro aspecto, o dinheiro simboliza volumes de valor, mas ele não é em si nem mercadoria nem fator de produção; ele não tem nenhum valor intrínseco. Para a função de coordenação, é preciso lembrar que a ação comunicativa deve sua capacidade de coordenação a pretensões de validade criticáveis, que podem ser acolhidas por meio de argumentos ou razões, com os quais Ego tenta, se necessário, justificar sua pretensão de validade, a fim de conduzir Alter a tomar posição pelo "sim". Neste caso, os argumentos desenvolvem uma força *racionalmente motivante* e constituem o valor real do entendimento.

O dinheiro é capaz de reproduzir essa estrutura da pretensão de validade e de seu custo (argumentos) na medida em que as pretensões nominais fixadas pelo código dinheiro, emitidas em valores de troca, podem ser descontadas em valores de uso reais. Além disso, elas são cobertas por reservas especiais, tais como ouro ou títulos junto ao Banco Mundial. Neste caso, em vez de uma motivação racional, são os elementos físicos (bens materiais) da situação de ação que possuem, em relação às oportunidades de satisfazer as necessidades, uma *força empiricamente motivante*[311]. É clara a diferenciação em termos de motivação: Alter se alinha em função da oferta de Ego ou bem porque ele se guia através das punições e recompensas que Ego pode lhe dar, ou bem porque ele considera que Ego é capaz de garantir o resgate das pretensões de validade emitidas por ele no processo comunicativo.

Além disso, como o dinheiro funciona de tal sorte que a interação é destacada dos contextos do mundo da vida, ele precisa de um ancoramento institucional, o que significa uma filiação formal do meio ao mundo da vida. Isto é feito através das instituições de direito privado que são a propriedade e o contrato. Por outro lado, como vimos, a economia só pode ser diferenciada como um subsistema por meio do dinheiro, quando aparecem mercados e formas de organização que submetem ao controle monetário o comércio interior ao sistema, bem como as trocas com os ambientes circundantes. O trabalho assalariado e o Estado fiscal demonstram como as relações de troca com as economias domésticas e com o sistema administrativo foram monetarizadas.

De acordo com Habermas, o segundo meio regulador é o *poder*. As semelhanças estruturais com o dinheiro são notáveis. Este código vale para a situação standard de consecução de *imperativos*. Os interesses do poder se definem, com efeito, pelos potenciais de realização que devem ser mobilizados para atingir objetivos desejados *coletivamente*. O valor generalizado é a eficiência. O código de poder designa posições possíveis para Alter. A disposição para a obediência

311 Cf. TkH II, p. 398.

é condicionada pela ameaça de sanção contra Alter, de modo que aquele que tem o poder (autoridade) pode determinar a tomada de posição de Alter sem depender de sua disponibilidade em cooperar. O poder representa a incarnação de volumes de valores sem que ele mesmo tenha valor. Ele também é capaz de reproduzir e substituir a estrutura de pretensões da validade. As pretensões nominais apresentadas pelo código, que marcam a disponibilidade para obedecer decisões vinculativas, podem ser pagas em valores "reais" e são cobertas por reservas. Ao valor de troca "poder" corresponde, enquanto valor de uso, a realização efetiva de objetivos coletivos. Serve aqui de cobertura a disposição de meios de coerção através de sanções ou mesmo de força.

Mas há também diferenças entre poder e dinheiro, de modo que o primeiro só pode ser considerado como um meio regulador segundo certas limitações. Entre outros, pode ser mencionado que o volume de valores representado pelo poder não pode ser manipulado com o mesmo grau que os valores monetários. Além disso, devido à sua tendência para se conectar com a pessoa do soberano, a circulação do poder é mais limitada que a do dinheiro. Mas a principal diferença reside no ancoramento normativo dos dois meios no mundo da vida.

Enquanto o dinheiro está institucionalizado através das instituições de direito civil privado, o poder o é através da organização do direito público das administrações. A questão é que o poder necessita de *legitimação*. Certamente, a ordem jurídica privada é garantida pela jurisprudência e pela atribuição da pena. Mas se por acaso a base jurídica do direito privado for questionada, a legitimidade do sistema jurídico é posta em questão enquanto parte da ordem *política*. A causa da necessidade de legitimação do poder reside no fato de que, enquanto a relação de troca não traz estruturalmente nenhuma desvantagem para qualquer um dos participantes no seu cálculo utilitário, aquele que é forçado ou submetido ao poder é estruturalmente inferior aquele que detém o poder. Esta inferioridade de umas das partes pode ser compensada pela referência ao caráter coletivo dos objetivos perseguidos. Mas, como aquele que detém fixa ele mesmo os objetivos que devem valer coletivamente, um reequilíbrio da inferioridade estrutural só poderá se realizar caso os sujeitos submetidos ao poder possam pôr normativamente à prova os objetivos propostos. Assim, o dominante deve comprovar que ele realmente persegue objetivos comuns. O problema é que o conteúdo do interesse geral é uma questão que reclama consenso – seja um consenso previamente garantido pela tradição seja um consenso que deve ser ainda obtido por meio do entendimento linguístico. Isto significa que o poder não tem a mesma capacidade que o dinheiro para reduzir os custos e riscos de um consenso formado linguisticamente.

Embora menos apropriado que o dinheiro como meio regulador, o poder é também uma entidade que pode ser manipulada. Dinheiro e poder são assim passíveis de cálculo e são adaptados para o agir racional com respeito a fins. Em face deles, os atores podem adotar uma atitude objetivante e orientada imediatamente para o próprio sucesso. Em outras palavras, o próprio dos

meios reside no fato de que eles codificam as relações racionais com respeito a fins graças a volumes de valores calculáveis, e eles tornam possível o exercício de influência estratégica generalizada sobre as decisões de outros participantes da interação. Com isso, eles se autonomizam em relação a processos de formação de consenso linguístico em virtude de uma generalização simbólica de danos ou recompensas, o que implica em compromissos empiricamente motivados. Não é mais preciso um mundo da vida para coordenar as ações.

O que Habermas crítica em Parsons é sua pretensão de generalizar a noção de *media* para todos os níveis da sociedade, incluindo aqueles domínios especializados na reprodução simbólica do mundo da vida. Ele menciona então a suposta existência de outros meios em domínios que vão além da economia e da administração, como por exemplo a *societal community* (para a integração social) e o *pattern maintenance system* (para a reprodução cultural e a socialização). Parsons define para estes dois domínios os meios "influência" e "compromisso por valores". Habermas vê aí outra forma de coordenação da ação: as *formas de comunicação generalizada*.

Pode-se entender essa diferença tipológica da seguinte maneira. Em vez de substituir a linguagem, estas formas de comunicação catalizam a formação de um consenso pela linguagem graças à sua *especialização* em um dos três aspectos de validade, o que gera um certo prestígio típico da cultura de *experts* e possibilita a generalização de influência. Assim, indivíduos e instituições podem de fato ter um prestígio que lhes permite ganhar influência sobre as convicções dos outros sem ter de mostrar quaisquer razões específicas ou justificar determinadas habilidades. O mesmo é verdade para a autoridade moral dos dirigentes ou dos órgãos diretivos, capazes de conduzir os outros a aceitar compromissos concretos graças aos seus apelos, sem fornecer razões específicas para tanto. Mas só podemos conceber uma *generalização da influência* se e somente se essa influência repousa em meios como dinheiro e poder (que gera, como vimos, compromissos empiricamente motivados), ou numa confiança *racionalmente motivada* na *posse de saber*, seja de tipo cognitivo-instrumental, moral ou estético. Por outro lado, atributos como a confiança inspirada pela atração corporal e sexual ou pelo amor não podem, obviamente, ser convertidos em recursos servindo de base para gerar um efeito generalizado sobre as posições dos parceiros de interação.

Ora, no contexto do prestígio em virtude da reputada possessão do saber, Alter aceita a oferta de Ego porque acredita que Ego dispõe do *saber necessário* e é suficientemente independente para assegurar o resgate das pretensões de validade levantadas por ele na comunicação, e não por causa de punições e recompensas que Ego pode eventualmente lhe infligir (como no caso dos meios reguladores). Neste caso, trata-se apenas de uma *especialização dos processos lingüísticos de formação de consenso*[312]. As interações reguladas através de uma *motivação racional generalizada* permanece portanto dependentes do recurso ao pano de fundo cultural e a elementos da estrutura de

312 Cf. TkH II, p. 419.

personalidade. Isso também explica por que elas não precisam de uma novo ancoramento institucional, específico, no mundo da vida. Elas continuam dependentes de uma racionalização do mundo da vida.

Assim, uma influência generalizada no campo do conhecimento, como por exemplo uma boa reputação científica, pode se formar, desde que as esferas culturais de valores se diferenciem no sentido de Weber e permitam uma reformulação da tradição cultural tendo a verdade por ângulo de validade exclusivo.

O mesmo se aplica à autoridade moral, que nada mais é do que uma influência que se especializa na norma, como por exemplo um leaderschip moral. Este pode se formar desde que o desenvolvimento da moralidade e do direito atinjam a fase pós-convencional, onde a consciência moral está enraizada no sistema da personalidade. Por outro lado, as duas formas de influência também exigem *tecnologias de comunicaçã*o. Estas tecnologias destacam os atos de fala das limitações contextuais do espaço-tempo e libera-os para contextos multiplicados e ampliados. A escrita, a imprensa e a mídia eletrônica representam avanços significativos neste domínio.

Assim, as formas de comunicação generalizada *simplificam* as conexões hipercomplexas da ação orientada para o entendimento. Mas eles ainda permanecem dependentes da linguagem e do mundo da vida.

5.8. A teoria da modernidade e o modelo dualista de sociedade

Nas tendências que analisamos se vislumbra uma *polarização* entre dois tipos de mecanismos para coordenar a ação e um desacoplamento de grande envergadura entre integração social e integração sistêmica. Na verdade, o mundo da vida não inclui mais toda a sociedade, ainda que ele permaneça como aquele âmbito no qual os subsistemas regulados por *media* precisam ser institucionalizados. No entanto, é preciso entender como o mundo da vida e o sistema se relacionam um com o outro para que possamos projetar um *modelo global* de sociedade (moderna), que assumirá a forma de um *modelo dual* que inclui tanto a dimensão do mundo da vida quanto a do sistema. Para isso, Habermas introduz a noção de *mediatização do mundo da vida*. Esta mediatização refere-se aos fenômenos de interferência que ocorrem no momento em que o sistema e o mundo da vida se diferenciaram ao ponto em que eles podem atuar um sobre o outro. No capítulo 8 da TAC, na sua consideração final, Habermas tenta esclarecer as relações de troca que se estabelecem entre esses dois princípios de coordenação de ações e, com isso, propõe um modelo global para as sociedades capitalistas modernas.

Este processo de mediatização (o que corresponde a uma monetização, bem como à burocratização de algumas relações sociais) *não é em si mesmo concebido como patológico*[313].

313 Cf. BERGER, J., "Die Versprachlichung des Sakralen und die Entsprachlichung der Ökonomie" *in Kommunikatives Handeln*, p. 270.

Habermas desenvolve um modelo teórico para descrever corretamente a relação de troca entre o sistema e o mundo da vida nas sociedades modernas e diferenciadas. Neste modelo, o mundo da vida reage à formação do sistema (dividido em Estado e economia) e se diferencia em *esfera privada*[314] *e esfera pública* (*Öffentlichkeit*)[315]. A partir dessa reestruturação, um sistema de intercâmbio é implementado. As trocas são vistas tanto do ponto de vista do mundo da vida quanto do ponto de vista do sistema. Partindo desta última perspectiva, o sistema econômico troca com a esfera privada salários e força de trabalho, bem como bens /serviços (tais como distribuir seus próprios produtos) e demanda do consumidor. Por sua vez, o sistema administrativo troca com a esfera pública serviços do governo contra os impostos, e decisões políticas contra a lealdade das massas[316].

Do ponto de vista do mundo da vida, tais relações são vistas como a cristalização dos papéis sociais de empregado e de consumidor do lado "economia x esfera privada", e doo cliente e do cidadão do lado "Estado x esfera pública". Mas há uma diferença muito importante entre os papéis de empregado e cliente de um lado, e do consumidor e cidadão, por outro. Os dois primeiros são considerados por Habermas como dependentes das organizações (*organisationsabhängige*). Isto é, eles são constituídos *imediatamente* pelas formas legais em referência às organizações econômicas e estatais. Agentes que assumem o papel de empregado ou cliente entram em campos de ação formalmente organizados que se autonomizam em relação aos contextos do mundo da vida e constituem toda uma rede funcional de ações teleológicas. Segundo Habermas, estes processos de mediatização não são patológicos. De fato, da perspectiva histórica, eles não se efetuam de forma alguma de modo indolor. No entanto, a monetização e a burocratização da força de trabalho e dos serviços estatais *compensam* as conseqüências destrutivas do processo de formação da acumulação de capital e do Estado, na medida em que o modo de produção capitalista e a dominação legal-burocrática *são muitos mais eficientes* em relação à realização das tarefas da reprodução material que as instituições feudais[317].

Mas as coisas funcionam de forma diferente com o outro par de relações. Os papéis do consumidor e do cidadão são apenas relativos (*bezogen*) aos campos de ação formalmente organizados, mas não são definidos por uma relação de dependência em relação às organizações:

> O consumidor contrai relações de troca e o membro do público é de fato, do fato que ele exerce funções de cidadão, que exercem funções de um cidadão, participante do sistema político; mas seus papéis não são apenas, como o do trabalhador que tem um emprego e o do cliente, a partir de uma vontade (Fiat) jurídica. O estabelecimento das normas de direito correspondentes assume a forma de relações contratuais ou de direitos públicos subjetivos; estes últimos devem ser preenchidos por orientações de ação que expressam a conduta da vida privada, ou ainda a forma de

314 O que corresponde fundamentalmente à família nuclear.

315 Ela é formada pelas redes de comunicação, ampliadas pela produção cultural, pela imprensa e pelos *mass media*. Estas redes tornam possível a participação do público constituído de cidadãos na integração social mediada pela opinião pública.

316 Ver modelo em TkH II, p. 473.

317 Cf. TkH II , p. 474.

vida cultural e política dos indivíduos socializados. Os papéis de consumidor e de cidadão remetem, portanto, a processos de formação prévios, onde se formaram preferências, orientações de valor, disposições etc. Tais orientações se constituem tanto na esfera privada quanto na esfera pública; elas não podem, como a força de trabalho ou os impostos, ser "compradas" ou "mobilizadas" por organizações privadas ou públicas[318].

Este modelo é decisivo para compreender a passagem de um caso normal de relacionamento entre sistema e mundo da vida (mediatização) para um caso patológico - neste último caso, acontece o que Habermas chama de *colonização do mundo da vida pelos imperativos do sistema*. Se os papéis de consumidor e, especialmente, de cidadão (que são impensáveis sem o processo de formação típica da reprodução simbólica) são manipulados ou instrumentalizados por imperativos sistêmicos[319], então podemos dizer que trata-se de uma patologia social (incluindo a reificação), uma vez que, neste caso, a reprodução simbólica é realizada pela integração sistêmica. A redefinição monetária dos fins, das relações e dos serviços, dos espaços e dos tempos vividos, assim como a burocratização das decisões, dos deveres e direitos, das responsabilidades e dependências, são fenômenos relacionados com a colonização. É apenas neste momento que o assujeitamento funcional aos meio dinheiro e poder se fazem sentir de forma mais clara e eventualmente dolorosa.

Com este modelo teórico e a tese da colonização, Habermas tenta retomar de novo o diagnóstico de Weber sobre a modernidade, notadamente a sua tese da *perda de liberdade.* De acordo com Weber, esta se produz a partir do momento em que o trabalhador empregado deve se ajustar à sua situação de membro da organização, ou em que o cliente se torna dependente da organização estatal. Habermas reinterpreta esta tese, reduzindo-a à decomposição de contextos vividos socialmente integrados e à sua assimilação aos domínios de ação formalmente organizados da economia capitalista e do aparelho burocrático estatal. Desde que a monetarização e a burocratização instrumentalizam os recursos do mundo da vida, eles passam dos limites da normalidade e engendram uma perda de liberdade.

Além disso, a colonização exclui os elementos morais e práticos da conduta a vida privada e do domínio político, o que leva a fenômenos de perda de sentido, tais como estilos de vida unilaterais e necessidades de legitimação insatisfeitas. Assim, na medida em que o sistema econômico submete ao seus imperativos de auto-conservação a forma de vida da economia doméstica e a conduta de vida dos consumidores e dos trabalhadores, o *consumismo* e o *individualismo* da propriedade, os temas da *eficiência* e da *concorrência* adquirem grande importância. A prática comunicativa cotidiana é racionalizada unilateralmente em favor de um estilo de vida limitado e utilitarista (que corresponde ao estilo de vida do "especialista sem espírito" em Weber); e esta conversão a orientações racionais com respeito a fins induzida pelos meios

318 TkH II, p. 475. Grifo nosso.

319 Como seria o caso da burocratização e manipulação completa da figura do cidadão nas democracias ocidentais.

reguladores, provoca a reação de um hedonismo (que corresponde ao estilo de vida do "sensualista sem coração" em Weber) que alivia a pressão dessa racionalidade. Assim como a esfera privada é atravessada pelo sistema econômico, o espaço público o é pelo sistema administrativo. Por um lado, a dominação e o ressecamento burocráticos dos processos de formação espontânea da opinião e da vontade alargam as possibilidades para mobilizar, de modo planificado, a lealdade das massas .Por outro lado, eles facilitam a separação entre as decisões políticas e os aportes de legitimação vindos de contextos de vida concretos, formadores de identidades. Esse fenômeno corresponde à imagem, definida por Weber, de uma soberania legal que converte *questões práticas em questões técnicas*[320] - tema, de resto, já abordado por Habermas em seus escritos anteriores.

Além disso, Habermas reinterpreta o sentido weberiano da noção de *perda de sentido*. Como já vimos, a característica da cultura moderna é que a razão substancial expressa em imagens religiosas e metafísicas do mundo divide-se em três momentos específicos: a verdade, a justeza normativa e a autenticidade ou a beleza. Com isso, chegamos a uma diferenciação das esferas de valores entre moralidade, ciência e arte. Assim, os discursos científicos, as doutrinas jurídicas e da moralidade, a produção cultural e a crítica da cultura são institucionalizadas e se tornam o domínio de *especialistas*. O problema é que se cria, como o resultado desta profissionalização, um fosso entre as culturas do grande público e aquela dos experts. O que entra na cultura através do trabalho e da reflexão especializadas não se torna automaticamente um ganho para a prática comum. Pelo contrário, o mundo da vida tende a, esvaziado dos valores substanciais da tradição e atravessado pela racionalização cultural, *empobrecer*. Assim, a infra-estrutura comunicativa é ameaçada tanto pela *reificação que o sistema induz quanto pelo empobrecimento cultural*[321].

Finalmente, Habermas tenta redefinir a noção weberiana de *paradoxo da racionalização social* da seguinte forma: O mundo da vida racionalizado torna possível, de um lado, o surgimento e o crescimento de subsistemas cujos imperativos tornados autônomos se voltam contra ele para destruí-lo. Por outro lado, a racionalização abre o horizonte utópico de uma sociedade civil: "Os traços de uma forma de vida, em que os potenciais racionais do agir orientado para o entendimento são liberados, se refletem, desde o século XVIII, na auto-compreensão da burguesia européia marcada pelo humanismo, em suas teorias políticas, em ideais culturais, na arte e na literatura"322. Por exemplo, os princípios do direito natural justificam o Estado moderno a partir de uma ordem social não-violenta, centrada em operações organizadas segundo o direito privado. Esta utopia da razão do Iluminismo é, certamente, constantemente desmentida pela realidade da vida burguesa, mas Habermas não aceita a condenação total da cultura burguesa oriunda da racionalização do mundo da vida. Ele também não critica a crescente complexidade do sistema enquanto tal. Segundo

320 Cf. TkH, p. 480.
321 Cf. TkH II, p. 483.
322 TkH II, p. 485.

ele, "nem a secularização das imagens do mundo nem a diferenciação estrutural da sociedade possuem inevitavelmente, por si próprios, efeitos secundários patológicos"323. Isso quer dizer que não é a diferenciação nem o desdobramento autônomo das esferas culturais de valores que levam ao empobrecimento cultural da prática diária, mas a separação elitista entre a cultura dos experts e os contextos da ação comunicativa corrente. Da mesma forma, não é a separação entre os subsistemas controlados pelos meios, com suas formas de organização, e o mundo da vida que leva à racionalização unilateral ou à reificação da prática comunicativa cotidiana, mas sim a entrada forçada de formas de racionalidade econômicas e administrativas nas esferas de ação responsáveis pela reprodução simbólica.

A questão que se coloca é: se os fenômenos de perda de sentido e de perda da liberdade não aparecem por acaso, mas são gerados estruturalmente, por que os sub-sistemas regulados por meios desenvolvem uma *dinâmica própria* irresistível, que *está na origem,* simultaneamente, da colonização do mundo da vida e da sua segmentação elitista entre moralidade, ciência e arte? Por que as patologias ocorrem? Por que a modernização obedece a um modelo altamente *seletivo* que exclui, de um lado, o desenvolvimento de instituições de liberdade e, por outro lado, a realização completa do potencial contido na cultura burguesa?

5.9. O diagnóstico do capitalismo tardio à luz da colonização do mundo da vida e das patologias da modernidade capitalista

Habermas tenta responder a essas questões se apropriando, até certo ponto, de uma explicação de tipo marxista. Ao fazer isso, ele não está muito distante das explicações que produziu nos seus escritos anteriores[324]. Ele apela para a ideia de uma *dominação econômica de classes* - que se concentra sobre a dinâmica anônima própria de um processo de exploração que cessa de se orientar pelo valor de uso – enquanto mecanismo que dá o impulso para uma expansão sem freios do sistema econômico e de seu complemento estatal. Segundo a interpretação habermasiana, a teoria do valor permite explicar a relação de troca entre força de trabalho e capital variável[325] *simultaneamente* como um mecanismo regulador de um processo de reprodução autoregulado e como uma relação de natureza reflexiva, que torna visível no conjunto do processo de acumulação um processo de exploração objetivado.

Mas Habermas não insiste muito sobre uma análise da dinâmica tendencial de acumulação do capital (D-M-D'), dos ciclos econômicos ou da dinâmica expansionista do capitalismo globalizado. Ele prefere enfatizar o processo de *abstração real* que se estabelece no momento em

323 TkH II, p. 488.

324 Contudo, insistimos que, na TAC, ele retira daí conclusões diferentes daquelas dos modelos anteriores. Ele não projeta mais a superação da estrutura de classes como uma condição essencial para a radicalização da democracia. Ou seja, ele passa a vislumbrar uma forma de compatibilização, não isenta de tensões, entre capitalismo e democracia efetiva.

325 Relação fundamental para o modo de produção capitalista que foi institucionalizada no contrato de trabalho.

que o mundo da vida dos trabalhadores deve se ajustar ao meio regulador dinheiro, ao longo da troca de equivalentes que se estabelece com o sistema econômico. A monetarização da força de trabalho se realiza de acordo com o modelo de substituição dos trabalhos concretos pela força de trabalho abstrata, exteriorizada como mercadoria. Dito de outro modo, o trabalho concreto deve se transfigurar em trabalho abstrato para poder ser trocado por um salário; da mesma forma, as orientações segundo valores de uso devem se transformar em preferências de consumo. Seguindo uma "leitura parsoniana" de Marx, Habermas sublinha o fato de que "os meios dinheiro e poder só podem regular as relações de troca entre sistema e mundo da vida na medida que os produtos do mundo da vida forem *abstraídos*, em conformidade com os meios, em entradas de fatores para o subsistema correspondente, o qual só pode estar em relação com os seus mundos circundantes através de seu próprio meio regulador"[326].

Este processo de abstração real está na origem do fenômeno de reificação de contextos de ação socialmente integrados. Ou seja, a relação de trabalho assalariado neutraliza as operações do trabalhador em relação ao contexto de suas ações inseridas no mundo da vida. Esta relação fixa as condições de sua afiliação à organização empresarial: é nestas condições que o assalariado declara sua disponibilidade generalizada em dispender a sua força de trabalho enquanto contribuição à manutenção da empresa capitalista. Desde então, ele é submetido à uma rede funcional e autonomizada de interações *formalmente* organizadas e coordenadas pelo meio regulador do valor de troca (dinheiro). Os participantes estão interessados, antes de tudo, pelas consequências de suas ações e devem agir de maneira racional com respeito a fins, adotando um atitude objetivante em relação a ele e aos outros[327].

Mas Habermas também identifica lacunas na teoria do valor de Marx. Em primeiro lugar, Marx ignora o valor funcional intrínseco da diferenciação sistêmica que dá como resultado a economia capitalista e a administração moderna. Habermas vê aí um nível de integração superior e, portanto, mais vantajoso do ponto de vista do desenvolvimento histórico. Ao aceitar a posição de Weber, em detrimento da posição marxista, Habermas argumenta que esse nível de integração é de uma importância que vai além da institucionalização de uma nova relação classes, de modo que qualquer sociedade moderna, qualquer que seja a forma de sua estrutura de classe, deve manter este elevado grau de diferenciação social[328]. Em seguida, Marx carece de critérios por meio dos quais ele poderia distinguir entre a destruição de formas tradicionais de vida e a reificação de modos de vida pós-tradicionais.

Mas a fraqueza marxista mais decisiva é o reducionismo econômico, que vê a emergência de processos de reificação exclusivamente a partir do mundo do trabalho. Com efeito, de acordo com o

326 TkH II, p. 476.
327 TkH II, p. 494.
328 TkH II, p. 499.

modelo teórico apresentado acima, o processo de reificação pode ocorrer tanto na esfera pública quanto na esfera privada, e pode ser gerada pelos diferentes papéis sociais, como o do consumidor, do trabalhador, do cliente e do cidadão. Em resumo: ao contrário da teoria monista do valor, é preciso contar *dois* meios reguladores e *quatro* canais (trabalhador, consumidor, cliente e cidadão), graças aos quais dois subsistemas mutuamente complementares submetem o mundo da vida às suas necessidades. Assim, os efeitos da reificação podem resultar tanto da burocracia quanto da monetarização no seio das esferas pública e privada[329]. Com isso, o modelo da TAC mostra que o fenômeno da reificação e da colonização sistêmica não é diretamente ou imediatamente vinculado às classes sociais e atravessa a sociedade por inteiro – o que mais tarde será importante para justificar a focalização nos "novos movimentos sociais" enquanto formas de defesa da integridade do mundo da vida e de resistência aos ataques oriundos do sistema.

O diagnóstico do capitalismo avançado oferece a oportunidade de mostrar como o reducionismo marxista impede uma explicação satisfatória dos fenômenos patológicos. Na TAC, Habermas retoma os traços centrais do diagnóstico do capitalismo avançado realizado nas suas obras anteriores. Assim, ele mostra que esta fase capitalista ocorre principalmente nos países europeus desde a Segunda Guerra Mundial sob a égide de um programa social-democrata em sentido amplo, por meio de três fenômenos estruturais: (i) o intervencionismo estatal, (ii) a democracia de massas, (iii) o Estado de Bem-estar social.

Quanto à intervenção do Estado, ele ressalta que os desequilíbrios no crescimento econômico são compensados pelo fato de que o Estado começou a intervir nas falhas de mercado. Mas as intervenções do Estado não devem tocar na configuração de uma economia de mercado e de um Estado improdutivo, sob pena de romper com a constelação institucional do capitalismo. As intervenções ocorrem em três dimensões centrais: a garantia militar e jurídico-institucional da manutenção do modo de produção; a influência sobre conjuntura; a política de infraestruturas. Estas mantêm a forma *indireta* de manipulação dos critérios marginais que presidem as decisões das empresas privadas e a forma reativa de estratégias de prevenção e compensação dos efeitos indiretos. É por isso que as crises não assumem mais um caráter puramente econômico, mas eles são involuntariamente transferidas para o sistema administrativo. Aí, o risco de crises pode surgir sob a forma de conflitos entre os objetivos da política econômica e da política de infra-estrutura, ou na forma de endividamento estatal, entre outros.

Sobre a democracia de massas, Habermas observa que, no contexto de um mundo da vida racionalizado, são fundamentalmente e exclusivamente os procedimentos democráticos de constituição da vontade que engendram uma legitimidade para a soberania e para o sistema administrativo. Assim, no contexto das sociedades capitalistas avançadas, o processo de legitimação

329 TkH II, p. 504.

acaba sendo regulamentado a partir da liberdade de organização e da liberdade de opinião, através da competição partidária na forma de eleições livres, com base na igualdade dos eleitores. Neste contexto, uma teoria econômica (na acepção de um marxismo funcionalista) da democracia é insuficiente.

Habermas reconhece que entre capitalismo e democracia, há uma relação de tensão insuperável, especialmente porque é uma competição entre dois princípios opostos de integração social – e, aqui, ele continua seguindo as análises de Offe. O sentido *normativo* dessa relação pode ser expresso da seguinte forma: a implementação dos requisitos funcionais para os domínios de ação integrados pelo sistema, deve encontrar seus limites na integridade do mundo da vida , ou seja, nos requisitos das esferas de ação ordenadas pela integração social. Mas, desde os seus escritos anteriores, sabemos que toda a tensão está no fato de que as dinâmicas inerentes do sistema econômico capitalista só podem ser mantidas se o processo de acumulação se separa da orientação para o valor de uso. O mecanismo que dá impulso para o sistema econômico deve ser liberado o máximo possível das restrições do mundo da vida e, portanto, também das exigências de legitimação dirigidas ao sistema de ação administrativo[330].

A tese da TAC é de que, na esfera pública política, esses dois imperativos se chocam mutuamente, antes de tudo, lá onde a autonomia do mundo da vida deve ser mantida contra o sistema administrativo. Com efeito, a formação da vontade que se estabelece na concorrência dos partidos é a resultante de tal conflito: da pressão exercida pelos processos de formação dos valores e das normas comunicativas, por um lado, e do impulso fornecido pelos benefícios da organização do sistema político, de outro. O que é importante enfatizar é que, no capitalismo avançado, o sistema político assegura a lealdade das massas por vias ao mesmo tempo positivas e seletiva: "Positivas, dando a chance de se beneficiar de programas sociais do Estado. Seletivas, excluindo do debate público certos temas e determinadas contribuições"[331]. A auto-apresentação simbólica das elites políticas na esfera pública se descola dos processos decisórios reais no interior do sistema administrativo. A isso corresponde a segmentação do papel do eleitor, ao que se limita a participação política em geral. A decisão de votar afeta apenas o recrutamento de quadros superiores, mas não há formação discursiva da vontade. Aqui há uma neutralização de oportunidades de participação política, oportunidades que estão, contudo, legalmente disponíveis.

Finalmente, em relação ao Estado de bem-estar, este torna-se, de fato, o conteúdo político da democracia de massas. Já que não se pode produzir à vontade a lealdade das massas, o sistema político deve fazer ofertas de legitimação palpáveis. O Estado de bem-estar significou a institucionalização do conflito sobre os preços e os rendimentos, e esta política reformista obteve

330 TkH II, p. 507.
331 TkH II, p. 509.

uma pacificação do conflito de classes. Através do direito do trabalho e do direito social, a política social amortece as inseguranças extremas e as desvantagens de funcionários, lojistas, clientes, etc, sem tocar nas relações de rendimentos, de propriedade, e de dependência, estruturalmente desiguais. As regulamentações do Estado social também abordam os efeitos externos sensíveis para todos, por exemplo nas áreas ecológicas do planejamento para lugares de estacionamento e para o tráfego, a economia de energia e de água, a proteção da natureza, ou ainda nos campos da cultura, da política, da saúde e da educação.

Mas há, obviamente, um dilema nesta política, que, de resto, já havia sido apontado em suas obras anteriores. O Estado social deve absorver as conseqüências imediatamente negativas do sistema de emprego organizado pelo mundo capitalista, e também seus efeitos colaterais do crescimento econômico e, no entanto, ele não pode modificar a forma de organização da produção capitalista.

Em todo caso, o antagonismo entre as classes sociais cada vez mais perde a sua força estruturante para o mundo da vida dos grupos sociais, de modo que a estrutura de classe perde seu rosto historicamente identificável. Ao mesmo tempo, passam ao centro do palco problemas que não afetam imediatamente posições que podem ser atribuídas especificamente às classes sociais. Habermas identifica aqui o surgimento de um novo tipo de efeitos de reificação, não específico às classes, que se impõem principalmente nas esferas de ação estruturadas comunicativamente (e não mais diretamente na dimensão do trabalho assalariado) .

De acordo com o diagnóstico de Habermas, as funções oferecidas pelo sistema de emprego são *normalizadas* no capitalismo tardio. O custo do trabalho alienado é tornado suportável pela oferta de compensações financeiras e de seguranças jurídicas. Com o aumento dos padrões de vida, o papel do trabalhador perde suas características proletárias patogênicas; os conflitos por redistribuição perderam sua influência. Há então u*m novo equilíbrio entre o papel dos trabalhadores normalizados e o papel dos consumidores valorizados*[332].

Mas o que é decisivo aqui é que a pacificação do mundo do trabalho nada mais é do que a outra face de *um equilíbrio entre um papel de cidadão expandido e paradoxalmente neutralizado, e um papel de cliente inflado*. Se os direitos políticos que se impõem como parte de uma democracia de massas significam uma universalização do papel do cidadão, a participação política é entretanto esvaziada de conteúdos de participação. Para neutralizar o papel universalizado do cidadão, o Estado paga os benefícios sociais que os cidadãos recebem *enquanto clientes* das burocracias estatais de bem-estar. E o papel do cliente é o elemento que torna aceitável uma participação política despojada da sua eficácia. É precisamente nesta zona que se concentram *as novas possibilidades de conflito* nas sociedades capitalistas avançadas. É somente através de *uma crítica*

332 Cf. TkH II, p. 514.

da razão funcionalista que podemos tornar plausível as razões pelas quais, sob o jugo de um compromisso mais ou menos eficazmente obtido pelo Estado social, conflitos sociais são ainda possíveis de surgir - conflitos estes que não surgem inicialmente sob um modo especificamente classista e que, no entanto, remontam a uma estrutura de classe reprimida pelo sistema[333].

Apoiando-se sobre seu modelo global de sociedade, Habermas nos fornece uma análise esquemática das sociedades capitalistas avançadas. A democracia de massa do Estado social é um arranjo que torna inoperante o conflito de classe inerente ao sistema econômico, desde que a dinâmica do crescimento capitalista, protegida pela intervenção do governo, não fique estagnada. Apenas esta condição permite ter uma reserva de indenizações que possa ser distribuída e canalizada para os papéis de consumidores e clientes de modo que as estruturas do trabalho alienado e da co-gestão (Mitbestimmung) não desenvolvam qualquer dinâmica explosiva. Através destes dois canais são feitas compensações que o Estado de bem-estar põe em prática para pacificar o mundo do trabalho e neutralizar a participação, legalmente fixada, nos processos de decisão política. No entanto, o dinamismo inerente ao sistema econômico, apoiado pela política, resulta em um aumento mais ou menos contínuo de complexidade do sistema, o que significa tanto a concentração quanto a expansão de domínios de ação formalmente organizados. O crescimento deste complexo afeta particularmente o intercâmbio dos subsistemas com as esferas do mundo da vida. Em primeiro lugar, temos a esfera privada, que se desviou para o consumo de massa e, em segundo, as relações de clientela, totalmente imiscuídas na burocratização do programa de bem-estar. O crescimento capitalista só causa conflitos no seio do mundo da vida enquanto resultado da expansão e concentração do complexo monetário-burocrático; correspondentemente, o mundo da vida só desenvolve claramente uma resistência tenaz e efetiva *quando suas funções de reprodução simbólica são afetadas*[334].

Se Habermas analisa a tese weberiana da perda de liberdade no sentido de uma teoria da reificação - induzida pelo sistema - de domínios de ação estruturados pela comunicação, retomando Marx para entender seu mecanismo de estímulo sem freios, então também temos de explicar o mecanismo de impulsão da outra tese weberiana acerca da modernidade, a saber, a perda de sentido. Sempre baseado em uma teoria da dominação de classe, Habermas observa que o mundo da vida racionalizado perde suas possibilidades estruturais de formar ideologias. Uma vez apagados os traços da aura sacral, a forma de entendimento mútuo, totalmente diferenciada em sua base de validade (isto é, a razão substancial religiosa se separa em três momentos), torna-se tão transparente que a prática comunicativa corrente não conserva qualquer nicho para o poder estrutural das ideologias. As imagens do mundo míticas e religiosas estavam tão profundamente enraizadas na

333 Cf. TkH II, p. 515.
334 Cf. TkH II, p. 516.

prática ritual que as motivações e orientações de valor, constituídas sem coerção em crenças coletivas, mantiveram-se impenetráveis ao afluxo de experiências dissonantes e à racionalidade da vida cotidiana. Os imperativos dos subsistemas não podem mais se esconder atrás da diferença de racionalidade existente entre o domínio de ação sacral e o domínio profano.

Assim, no capitalismo avançado, dado que o domínio de classe continua, o equivalente para as ideologias consiste simplesmente em que o saber cotidiano, que se manifesta como um todo, permanece difuso. Na verdade, este não atinge nem mesmo um nível minimo de articulação a fim de poder ser recebido como válido. A consciência comum é, portanto, despida de sua capacidade de síntese, ela é fragmentada. Ora, os processos de compreensão precisam de uma tradição cultural em todas as suas dimensões. Assim, tal tradição torna-se vulnerável à manipulação dos imperativos do sistema, especialmente porque o mecanismo de integração social através da linguagem é limitado pelo empobrecimento cultural dos recursos do mundo da vida.

Como vimos, chega-se a tal efeito em virtude do fato de que a diferenciação entre moralidade, ciência e arte levou a uma lacuna elitista entre a cultura de especialistas e a prática corrente. A teoria da reificação deve portanto, em vez de conectar-se com uma teoria da consciência de classe, ser complementada por uma análise da modernidade cultural, que mostre as condições de uma conjunção entre cultura racionalizada e comunicação cotidiana. Em todo caso, a partir dos resultados já obtidos, já é possível compreender melhor a figura da colonização do mundo da vida:

> Desde que eles deixam cair seu véu ideológico, os imperativos dos subsistemas tornados autônomos afluem *do exterior* para o mundo da vida – tal como senhores da colonização em sociedades tribais – forçam sua assimilação; mas as perspectivas fragmentadas da cultura indígena não se deixam coordenar ao ponto de que o jogo da metrópole e do mercado mundial possam ser percebidos a partir desta periferia[335].

Habermas tenta tornar mais claros os conceitos de colonização, de reificação e de abstração real ao indicar qual tipo de *empiria* lhes corresponde, especialmente no contexto das sociedades capitalistas avançadas. É por isso que ele ilustra as evidências da colonização apelando para o que ele chama de tendências de *juridificação* (*Verrechtlichung*). Trata-se da tendência de extensão do direito em domínios de ação estruturados através da comunicação, de modo que o direito acaba tomando a forma de um meio regulador. Por que o direito? Porque a integração do sistema precisa do direito para se institucionalizar, por isso, os domínios de ação *formalmente* organizados são justamente aqueles cuja constituição mesma repousa sobre normas jurídicas. Ora, se no quadro do capitalismo avançado há a tendência de converter a reprodução simbólica do mundo da vida em bases de integração sistêmica, deveríamos esperar que essa substituição tome a forma de um processo de *extensão* do direito. Os efeitos da reificação e da abstração real deveriam ser capazes de se verificar como sintomas de um t*ipo particular* de juridificação.

Mas esta juridificação ou expansão do direito (especialmente na forma de direito da família

335 TkH II, p. 522.

e da escola) só é a última etapa de uma juridificação que sempre acompanhou a sociedade civil burguesa. Pode-se distinguir, grosso modo, quatro processos de expansão que fizeram data: as ondas de juridificação conduziram sucessivamente à formação do Estado burguês, do Estado de Direito, do Estado democrático de direito e, finalmente, do Estado social e democrático de direito[336]. Habermas tenta compreendê-los em termos de sua teoria da sociedade em dois níveis (mundo da vida e do sistema).

No primeiro caso, trata-se essencialmente da institucionalização, ainda na fase do absolutismo, dos dois meios que permitiram que a economia e o Estado se diferenciassem em subsistemas. A ondas posteriores podem ser compreendidas da seguinte forma: um mundo da vida (gradualmente diferenciado e racionalizado), primeiro colocado à disposição do mercado e da soberania absoluta, faz gradualmente valer suas pretensões, já que ele permanece como a única fonte de legitimação dos meios. Não é por acaso que as ondas seguintes já são provocadas pelo pathos de movimentos civis burgueses de emancipação. Assim, o advento do Estado de direito diz respeito a normas de direito constitucional para um autoridade que até então só era limitada e vinculada pela forma jurídica e pelos meios de exercício burocrático de soberania. O Estado democrático constitucional, que inicialmente tomou figura durante a Revolução Francesa, corresponde a uma democratização do Estado constitucional. Esta extensão se realiza sob a forma do direito de sufrágio universal e na liberdade de se organizar politicamente.

Até agora, o progresso no sentido de uma juridificação serviu para reconciliar as dinâmicas inerentes ao exercício burocrático do poder com as estruturas de resistência do mundo da vida. Agora, a última onda significa uma reconciliação destes com as dinâmicas inerentes ao processo econômicos de acumulação. Assim, podemos ver na passagem para o Estado social e democrático de direito a formação constitucional de uma relação social de poder, enraizada na estrutura de classes. Os exemplos clássicos são a limitação de horas de trabalho, a liberdade de associação sindical e a autonomia dos preços, a proteção contra demissões, a proteção social, etc. Mas aqui, como antes, há extensões do direito para reequilíbrar os poderes no quadro de um domínio de ação *já constituído pelo direito* (neste caso, o o mundo trabalho).

Como avaliação geral, podemos dizer que na linha da formação constitucional e da democratização da soberania absoluta burocrática, parece que as normas de direito são garantia *inequívoca* de liberdade. Da mesma forma, do ponto de vista dos beneficiários, as normas que delimitam o conflito de classes e estruturam o Estado social de natureza possuem por característica a garantia de liberdades. Mas não é tão óbvio afirma isso de todos as regulamentações. Desde o início, a política social do Estado foi marcada por uma *ambivalência*: garantir a liberdade e retirar

336 Cf. TkH II, p. 525.

liberar[337].

Segundo Habermas, os efeitos negativos desta juridificação processo resultam da estrutura mesma desta extensão, isto é, são os próprios instrumentos para garantir a liberdade que ameaçam a liberdade de seus beneficiários. O decisivo aqui é que o Estado de bem-estar vai além da pacificação dos conflitos de classe que surgem imediatamente na esfera da produção e estende-se através de uma rede de clientelismo para esferas da vida privada: quanto mais se acentua este processo, tanto mais claramente entram em cena os efeitos indiretos de uma extensão patológica do direito, que significa simultaneamente a burocratização e a monetarização de domínios centrais da vida social. Até agora, nós partimos da pressuposição de que o direito só serve como um meio regulador dentro dos domínios de ação formalmente organizados. Mas esta suposição é gradualmente minada pela intervencionismo do Estado social: "As medidas de direito social, geralmente pagamentos compensatórios, não se aplicam a domínios de ação que mesmo sem tais medidas permanecem formalmente organizados, como é o caso dos acordos coletivos de trabalho sobre os preços e salários, mas regulam situações emergenciais que pertencem enquanto situações a um *domínio de ação estruturado comunicativamente"*[338] .

Assim, o dilema inerente a essa estrutura de juridificação reside no fato de que as garantias do Estado de bem-estar devem servir ao objetivo da integração social. Mas se, para tanto, utiliza-se meios administrativos, burocráticos, bem como o direito formal e abstrato, então suscita-se a desintegração de contextos vividos, que são descolados pela intervenção jurídica dos mecanismos de entendimento que coordenam a ação. O tratamento com meios administrativos/jurídicos de formas de vida autônomas, que se desenvolvem espontaneamente em contextos comunicativos cotidianos, gera uma série de problemas. Vejamos alguns exemplos empíricos deste fenômeno.

No caso do direito à seguridade social (por exemplo, seguro saúde ou pensões), ele certamente representou um progresso histórico em comparação com a tradição de ajuda aos pobres, mas esta juridificação exige um preço pago sob a forma de *intrusões no mundo da vida* dos titulares dos direitos, invasões que transformam suas estruturas. De fato, uma pressão considerável para redefinir as situações da vida cotidiana nasce, em particular, da *especificação dos fatos* que devem ser compensados pela seguridade social. Há uma tensão entre os requisitos burocráticos de generalidade e abstração e o caráter singular de cada caso concreto. Em última análise, a *generalidade* dos fatos é produzida em função da realização de benefícios burocráticos, portanto, em função do governo que trata do problema social gerado pela reivindicação do direito. A situação que requer uma regulação provém de um contexto de uma história de vida e de uma forma concreta de vida: ela deve assim necessariamente sofrer um processo de *abstração* que lhe faz violência, a

337 Cf. TkH II, p. 531.
338 TkH II, p. 539.

fim de que possa ser tratada pela administração[339].

Além disso, para compensar eventualmente o caráter inadequado das indenizações financeiras previstas pelo sistema, criou-se serviços sociais que prestam assistência terapêutica, o que apenas reproduz as contradições do Estado social num próximo nível. A forma de tratamento por um especialista contradiz a maior parte do tempo o objetivo da terapia, que é o de estimular a atividade *autônoma* e *independente* do cliente.

No direito escolar e da família, a estrutura da tendência de expansão do direito manifesta as mesmas ambivalências vistas no domínio do direito social. No caso destes dois tipos de direito, a juridificação significa, inicialmente, que os princípios do Estado de direito são impostos, o que transparece na obrigatoriedade do respeito dos direitos fundamentais da criança pelos pais, ou do professor e do aluno em relação à administração escolar do Estado. Acontece que nem a família nem a escola constituem domínios de ação formalmente organizados. Na verdade, antes de qualquer extensão da lei, subsistem nessas esferas do mundo da vida certas normas e contextos de ação voltados para o entendimento mútuo, que funciona como mecanismo de coordenação da ação. A relação formalizada entre família e escola significa, para os sujeitos envolvidos, uma objetivação e *uma saída do mundo da vida* de suas vidas em comum, familiar e escolar, agora formalmente regulamentadas.

O processo de socialização pela família, bem como o processo pedagógico de ensino, precedem, em certo sentido, as normas jurídicas. Tais processos, que passam pela ação comunicativa, devem poder operar *independentemente* de normas legais. Se, no entanto, a estrutura de extensão do direito reclama controles administrativos e judiciários que complementam os contextos socialmente integrados, reestruturando-os para os submeter ao meio "direito", então surgem desfuncionamentos e patologias[340].

Tomando o exemplo da custódia dos filhos, vemos que a proteção do bem-estar da criança só pode ser alcançada dando ao Estado a possibilidade de investir sobre os privilégios parentais. Mas o que se apresenta à primeira vista como um instrumento para acabar com as estruturas internas de dominação da família, também demonstra ser o veículo de uma outra forma de dependência. No momento do procedimento de decisão, os juízes julgam cada caso com base em um conjunto de informações insuficiente, e os pais se tornam "objetos" dos juízes. Em vez de participar, eles são submetidos ao procedimento. Ora, no lugar do direito utilizado como meio ou instrumento para organizar os subsistemas, devem intervir aqui procedimentos de resolução de conflitos adequados à ação orientada ao entendimento – tratar-se-ia portanto de um processo discursivo de formação da vontade com base em procedimentos de negociação e de decisão.

339 Cf. TkH II, p. 533.
340 Cf..TkH II, p. 541.

Em relação à lei sobre educação, a proteção jurídica dos pais e alunos contra as medidas pedagógicas (resultados de exames, etc) ou contra atos da escola ou da administração de assuntos culturais que restrinjam os direitos fundamentais (como as sanções disciplinares) afasta de fato os resquícios de um poder absolutista, mas isso se paga com uma intervenção da justiça e da burocracia no processo de ensino e aprendizagem. O traço de abstração real reside nisto: as normas do direito valem sem que as pessoas concernidas tenham sido tomadas em conta, com suas necessidades e seus interesses; suas experiências estão ausentes e seus contextos de vida são ignorados. Isso ameaça a liberdade dos professores. A pressão que obriga a assegurar solidamente as notas diante de uma intervenção judicial e a hiper-regulamentação dos currículos escolares levam a fenômenos como a despersonalização, o bloqueio da inovação, etc. Como para a família, o quadro de uma constituição escolar regida pelas leis do Estado não deveria ser assegurada por meio do meio direito, mas por processos decisórios que priorizem os participantes dos processos educacionais, que devem representar os seus interesses e regulamentar eles mesmos as suas questões[341].

Regulamentar através do direito os domínios de ação originariamente integrados pela linguagem abre o caminho para a invasão dos imperativos do sistema. Isso significa que começa-se a coordenar componentes do mundo da vida de maneira *vertical*, *antidemocrática*, *impessoal*, *abstrata*, *reificante*, e até mesmo *autoritária,* embora a intenção original tenha sido a abertura de novos espaços de liberdade. Sobre este ponto, Habermas mostra que desde a terceira vertente da onda de juridificação, o progresso no sentido da democratização e da garantia da liberdade é revertido em diminuição da liberdade. E por quê? Porque os direitos de participação preveem que os instrumentos do direito formal devem definir não apenas o limite negativo das esferas do livre-arbítrio privado, mas também assegurar *positivamente* a participação nas instituições e serviços. De fato, há evidências de que o exercício organizado das liberdades civis no Estado compromete seriamente as possibilidades de formação *espontânea* da opinião e a formação discursiva da vontade. Isso em razão do papel segmentado do eleitor, da competição entre as elites dirigentes, da formação vertical da vontade em dispositivos de partidos burocratizados, de organismos parlamentares tornados autônomos, etc. Mas Habermas não nega o potencial libertador dos princípios do sufrágio universal, da liberdade de expressão, de imprensa e de reunião; não se trata tanto de um problema de *forma* dos direitos, mas do modo *burocrático* de os pôr em prática[342].

Acontece que os mecanismos administrativos formalmente organizados não podem eles mesmos produzir nem a liberdade nem a autonomia, nem novas formas de vida nem sujeitos

341 Cf. TkH, p. 546-7.
342 Cf. TkH II, p. 535.

autônomos[343]. Este é o limite e a frustração do programa social-democrata que Habermas pretende superar com o projeto de uma democracia "radical". Mas não se trata mais de eliminar os subsistemas da economia capitalista e do sistema administrativo (este teria sido o erro dos revolucionários), mas de salvaguardar as esferas do mundo da vida, que são necessariamente dependentes de uma integração social através de valores, normas e processos de entendimento mútuo. A questão então é impedir que elas sucumbam aos imperativos do sistema[344]. O sentido normativo que deriva-se desse diagnóstico é a necessidade de combater os *excessos* do sistema (colonização), não a sua existência como tal (e nem as mediatizações não patológicas). Apesar das tensões, devemos procurar um *equilíbrio* entre os dois tipos de integração societal. A crítica da razão funcionalista não é totalizante[345].

5.10. Esboço de um modelo normativo: a gramática das formas de vida contra a colonização do mundo da vida

Como vimos, Habermas pressupõe que o capitalismo avançado e o Estado intervencionista, apesar das dificuldades e dilemas, pode superar as crises administrativas e econômicas. Sempre ocorrem *desequilíbrios* no sistema, mas eles só se transformam em crises quando os benefícios trazidos pela economia e pelo Estado se encontram claramente abaixo de um limite mínimo de expectativas. Neste caso, é minada a reprodução simbólica do mundo da vida criando conflitos e reações. É por esta razão que as medidas que permitem evitar ou neutralizar as crises se fazem por meio da apropriação de recursos do mundo da vida, sobretudo porque as decisões do Estado devem permanecer autônomas em relação às tematizações discursivas e à resistência dos cidadãos. Trata-se então da substituição das *crises* de regulação por *patologias* do mundo da vida: os estados anômicos são evitados e as motivações e legitimações, importantes para a existência das ordens sociais institucionais, são asseguradas através e em detrimento da exploração intensa dos recursos simbólicos restantes. Isto quer dizer que a pacificação dos conflitos sociais que surge no *núcleo* da integração social (que poderia levar a anomia) é alcançada às custas da aparição de outras patologias, nas áreas da cultura (insegurança da identidade coletiva) e da personalidade (reificação)[346]. Em resumo, o sistema deve *extrair* uma legitimação forçada do mundo da vida através da colonização e às custas de uma reificação da prática comunicativa e do empobrecimento cultural. .

Este modelo teórico leva Habermas a se concentrar em outros tipos de conflitos sociais, que

343 Cf. HABERMAS, « Die Krise des Wohlfahrtstaats und die Erschöpfung utopischer Energien », op. Cit., p. 151-2.
344 Cf. TkH II, p. 547.
345 Cf. MCCARTHY, T., "Komplexität und Demokatie – die Versuchungen der Systemtheorie" *in Kommunikatives Handeln*, p. 190.
346 Cf. Fig.22 (TkH II, p. 215). Ver também TkH II, p. 566.

não o conflito de classes. Os potenciais de protesto agora estão localizados *na fronteira entre sistema e mundo da vida*. Seu objetivo é defender a integridade do mundo da vida frente à colonização sistêmica – a qual, como vimos, não se resume a fenômenos de reificação oriundos do mundo do trabalho, mas atravessa a sociedade inteira e não é específica às classes. Por isso, ele não está mais visando problemas materiais de distribuição de bens e renda, mas a proteção ou restauração das formas de vida que estão sendo ameaçadas pela colonização: "Em suma, os novos conflitos não surgem de *problemas de distribuição*, mas de questões que afetam *a gramática de formas de vida"*[347].

Passa-se assim da "velha política", que se relaciona a problemas de segurança econômica e social, militares e domésticas, para uma "nova política", em que novos problemas de qualidade de vida, de igualdade de direitos, de auto-realização individual, de participação e de direitos humanos entram em pauta. Os grupos que protestam pertencem a uma periferia distante do "núcleo de eficiência produtivista" da sociedade capitalista avançada. Por essa razão, eles são mais sensibilizados pelas conseqüências destrutivas da complexidade crescente. Habermas cita alguns exemplos que servem para identificar diversas correntes: movimentos anti-nucleares e movimento da paz ecológica, movimentos de iniciativas civis; movimento alternativo; minorias (homossexuais idosos, deficientes, etc), o fundamentalismo religioso, o protesto anti-impostos, a crítica da escola, e finalmente, o movimento das mulheres[348].

Se os conflitos se pulverizaram, eles têm um tema em comum: a crítica ao crescimento excessivo da complexidade sistêmica, assim como a defesa da autonomização das formas de vida. Mas todos estes movimentos possuem um caráter ou defensivo ou de recusa, exceto o movimento de mulheres. Não se trata aqui de conquistar novos territórios; a boa imagem é a da *barragem ou represamento* das esferas de ação formalmente organizadas, em favor da integridade dos domínios estruturados comunicativamente.

Habermas se interessa sobretudo pelos movimentos que representam uma ação defensiva que já está operando na base de um mundo da vida racionalizado e está testando novas formas de coexistência e de cooperação. Os movimentos de defesa dos interesses tradicionalistas são menos interessantes. Nesse sentido, ele analisa o movimento dos jovens e o movimento alternativo, para quem uma crítica do crescimento induzida por temas ambientais e os de paz constitui um centro comum. Assim, ele enfatiza os "problemas verdes", que atingem as fundações do mundo da vida através da destruição definitiva do ambiente urbano, as migrações forçadas, a poluição da paisagem rural. Além disso, existem os problemas ligados à hiper-complexidade, que face ao potencial de destruição militar, às centrais nucleares, etc., desencadeiam uma sensação de se ter ido longe

347 TkH II, p. 576.
348 TkH II, p. 577.

demais, dadas as possíveis consequências de processos dos quais somos moralmente responsáveis mas cuja ordem de grandeza é incontrolável. Finalmente, há fenômenos de frustração em uma vida cotidiana empobrecida culturalmente e racionalizada de forma unilateral; é assim que caracteres prescritos como o sexo, a idade e cor da pele são utilizados para estabelecer comunidades de comunicação protegidas nas subculturas. Neste contexto entra também a resistência às intervenções reformistas.

Os novos conflitos surgem nos pontos de junção entre sistema e mundo da vida. Os quatro papéis de trabalhador, consumidor, cliente e cidadão são precisamente os alvos dos protestos. A ação alternativa se erige contra a mobilização da força de trabalho na dependência do mercado, contra a pressão da concorrência e da eficiência; contra a redefinição consumista da vida privada e estilos de vida pessoais; as relações entre clientes e empresas prestadoras de serviços públicos é denunciado e funcionamentos participativos deveriam ser estabelecidos. Em última análise, estas formas de protesto recusam as definições de cidadania e de práticas arraigadas submetidas à uma racionalidade com respeito a fins[349].

Ora, diante da pluralidade de conceitos de "boa vida" ou de emancipação, a teoria crítica não deveria mais predeterminar um conceito substantivo de vida emancipada. A teoria crítica deve, antes, estabelecer as regras e condições para o estabelecimento de um diálogo emancipado e emancipador. Através de uma comunicação livre, os próprios concernidos devem concordar sobre o que significa uma vida emancipada. Assim, a idéia de auto-organização democrática, de uma comunidade legalmente constituída é agora o cerne do projeto emancipatório. Esta democracia radical também deve ser capaz de manter intactas as funções da reprodução simbólica e de limitar o alcance do sistema. E aqui o círculo se completa e reencontramos o modelo normativo do novo equilíbrio entre o poder, dinheiro e solidariedade, que já foi abordado no capítulo anterior.

5.11 - Algumas problematizações referentes à teoria social do modelo crítico dos anos 80

A teoria social apresentada na TAC é muito mais ampla e sofisticada do que as de seus escritos anteriores. A sua teoria da ação, da evolução social e da racionalização ganharam importantes acréscimos e melhorias. Mas, apesar de sua sofisticação e alcance sistemático, ela não deixa de suscitar importantes problematizações e crítica. Nesta última seção iremos sistematizar algumas análises que questionam certos aspectos e decisões intelectuais desta teoria da sociedade e, eventualmente, mencionar as respostas de Habermas.

5.11.1 - Sobre o uso da teoria dos sistemas para conceitualizar a economia e a administração

349 Cf. TkH II, p. 581.

estatal

Vários comentadores observaram a natureza problemática de uma análise dos domínios da economia e das burocracias *exclusivamente* a partir da perspectiva da teoria dos sistemas. De acordo com Nicos Mouzelis, é muito problemático argumentar que nas modernas burocracias políticas (que abrangem a esfera da administração pública, partidos políticos, grupos de pressão, etc.) as regras formais eliminam a necessidade de integração através da ação comunicativa. Se há um ponto de consenso na vasta literatura sobre a sociologia das organizações, é o de que é impossível entender as burocracias modernas concentrando-se exclusivamente no tipo ideal weberiano, que considera a burocracia em termos de regulamentação detalhada de todas as ações através de regras formais impostas de cima, de hierarquia rígida, de impessoalidade, de delimitação precisa dos domínios de competência, etc[350]. O próprio Habermas reconhece isso quando afirma que:

> Mesmo no seio dos domínios de ação formalmente organizados, as interações se constituem em redes graças ao mecanismo do entendimento recíproco. Se todos os processos autênticos de entendimento fossem banidos do interior da organização, seria igualmente pouco provável manter as relações sociais formalmente reguladas...[351]

Mas, em seguida, ele argumenta que:

> No entanto, o modelo clássico de burocracia tem razão na medida em que o agir organizacional é *submetido às premissas* de um domínio de interação formalmente regulado. Como este domínio é neutralizado, do ponto de vista ético, por uma organização de forma jurídica, *a ação comunicativa perde a sua base de validade no quadro interno das organizações*. Os membros das organizações agem comunicativamente *sob reserva*. Eles sabem que *podem* recorrer, não somente nos casos excepcionais, mas também em casos de rotina, aos regulamentos formais: eles não são *obrigados* a buscar um consenso com meios comunicativos[352].

Mas Mouzelis enfatiza que os estudos de Peter Blau, Robert K. Merton, Alvin Gouldner, Michel Crozier, entre outros, mostram que as regras impostas burocraticamente não podem cobrir todas as eventualidades, de modo que os membros da organização nem sempre podem recorrer aos regulamentos formais. Isso quer dizer que sempre existem áreas emergentes de *incerteza organizacional*, onde os meios de regulação são inoperantes e a ação comunicativa ou outras formas não sistêmicas de coordenação tornam-se necessárias. Em contraste com Habermas, esta necessidade não se limita a casos excepcionais, mas diz respeito a uma verdadeira rotina[353].

Além disso, estudos orientados fenomenologicamente e etnometodologicamente enfatizam o fato de que não se pode compreender adequadamente o que se passa no interior das organizações se apenas se faz referência às regras burocráticas. Estas regras constituem apenas o contexto que forma o pano de fundo dos processos comunicativos ou interativos:

> Em outras palavras, as regras burocráticas, mesmo quando cumpridas na prática, são um dos vários meios que os atores usam para dar sentido ao seu mundo social, e para jogar jogos complexos que implicam sempre tentativas de compreensão mútua. Continua a ser um fato que as regras burocráticas, ainda que eficazes e onipresentes, nunca podem eliminar as dimensões disposicionais e situacionais da ação organizacional. Pelo contrário, a proliferação de regras

350 MOUZELIS, N., "Social and System Integration: Habermas' View", p. 274.
351 TkH II, p. 459-460.
352 Idem, ibidem.
353 Cf. MOUZELIS, N., op. Cit., p. 275.

formalmente promulgadas muitas vezes leva à rigidez organizacional, o que, por sua vez, aumentará as pressões para a valorização de mecanismos não regulatórios de coordenação da ação (...) Em vista de tudo o que foi acima exposto, argumentar que "os membros das organizações agem comunicativamente sob reserva", e que "não há necessidade de alcançar um consenso com meios comunicativos", simplesmente não é verdade[354].

Thomas McCarthy, por sua vez, afirma que, embora as interações que ocorram dentro das organizações não sejam primariamente coordenadas por consensos comunicativamente produzidos, isso não significa que eles não sejam de forma alguma coordenados por meio das *orientações* dos atores; por exemplo, dar e seguir ordens, ou a ameaça e medo de sanções[355]. De fato, estes exemplos referem-se apenas a "motivações empíricas" e não a "motivações racionais", para usar o vocabulário habermasiano. Mas em todo caso, elas representam uma espécie de coordenação de ações através da orientação de ações, e não via conseqüências das ações - como no caso de integração sistêmica. Assim, de acordo com McCarthy, a integração das orientações das ações por meio da obediência a ordens constitui uma alternativa ao consenso normativo tão eficaz quanto a integração sistêmica.

McCarthy também observa que há também razões *normativas* para que Habermas seja cuidadoso ao usar a teoria dos sistemas para conceber a organização administrativa. Como vimos, Habermas afirma que qualquer sociedade complexa exige um elevado grau de diferenciação sistêmica. Mas ao mesmo tempo, ele mantém o ideal iluminista de auto-determinação e formação democrática da vontade política. Se ele quiser manter o equilíbrio entre estes dois tipos de integração social, é necessário que sua concepção de democracia não coincida com a idéia de uma democracia direta, que pressupõe a completa *desdiferenciação* da sociedade moderna, mas sim com uma espécie de democracia representativa, que no entanto não se limita a uma troca periódica de elites dominantes. Mas então a questão é: que tipo de democracia participativa é a mais adequada do ponto de vista normativo?

De acordo com McCarthy, o uso da teoria dos sistemas torna mais difícil a tarefa de responder a esta pergunta. Trata-se de uma inadequação dos conceitos sistêmicos para a caracterização das instituições de uma sociedade democrática efetiva. Pois se a auto-determinação, a igualdade política e a participação cidadã na tomada de decisões devem ser elementos constitutivos das democracias reais, então um governo democrático não pode realmente ser um *sistema* político no sentido habermasiano - isto é, um domínio que é separado de outras partes da sociedade e cuja autonomia é garantida pelo fato de que a troca entre esta esfera e as outras é realizada através de meios não-linguísticos tais como dinheiro e poder. A idéia de participação democrática em relação às decisões do governo leva, inevitavelmente, da perspectiva da teoria de

354 Idem, ibidem.

355 Cf. MACCARTHY, T., "Komplexität und Demokatie – die Versuchungen der Systemtheorie" *in Kommunikatives Handeln*, p. 194.

sistemas, a uma perda de autonomia ou de diferenciação do sistema político, e a uma diminuição de complexidade e de eficiência[356]. O que contradiz o ideal habermasiano de descrever este processo de democratização como um sinal de progresso humano. É por isso que o próprio Habermas reconhece que o crescimento de complexidade sistêmica só pode ser um dos critérios de julgamento do progresso social[357].

***

Se nós passarmos agora para o campo da economia, aqui também a tentativa de Habermas de ver a economia capitalista moderna apenas à luz da teoria de sistemas levanta diversas questões. Por exemplo, consideremos a maneira como ele lida com as classes e com a luta de classes. Como observa Mouzelis, em várias partes do seu trabalho, Habermas vê a luta de classes como se referindo à integração social, uma vez que, como ele diz, ela aponta para uma relação antagônica entre os atores, em vez de incompatibilidades funcionais entre os subsistemas institucionais. Mas a luta de classes, uma vez que leva a lutas pelo controle / propriedade dos meios de produção econômicos tem lugar no domínio da adaptação do subsistema, e, assim, contribui substancialmente para a integração (ou não-integração) deste subsistema. Em que sentido podemos ignorar esse mecanismo essencial para a coordenação da ação, e de se concentrar exclusivamente no dinheiro como o meio por excelência da integração da economia capitalista?[358]

Habermas pode argumentar que no capitalismo tardio, por causa do compromisso keynesiano e do Estado social, a luta de classes já não desempenha um papel tão crucial como as lutas pela reprodução cultural. Mas, mesmo assim, as questões de distribuição dentro do capitalismo persistem e são tratadas, quer por meios de confrontação seja através de formas corporativistas de colaboração entre trabalho, capital e Estado. Em ambos os casos, a integração da economia como um todo não é feita automaticamente através do meio "dinheiro", mas também através de conflitos ou da cooperação.

Sobre este ponto, Mouzelis cita o exemplo das sociedades capitalistas com relações industriais relativamente pacíficas (como a Suíça ou os países escandinavos), onde a paz industrial não foi definida automaticamente através do mercado de trabalho. Ela foi antes o resultado de negociações abundantes e constantes entre os representantes do capital, do trabalho e o governo a nível nacional, regional e local. Em face disso, Mouzelis põe uma questão e depois a responde: "Será que esses mecanismos de coordenação econômica não pertencem ao domínio da integração social e de um consenso comunicativamente alcançado? Eles obviamente fazem, e isso significa que é uma simplificação grosseira ver as economias capitalistas como sendo exclusivamente ou mesmo

356 Cf. Ibidem, p. 198-9.
357 Cf. Ibidem, p. 200.
358 Cf. MOUZELIS, N, op. Cit., p. 276.

predominantemente integradas por meios reguladores"[359].

Podemos generalizar este ponto para além da esfera das relações industriais. Mouzelis mostra que a integração das atividades econômicas e das interações nas economias capitalistas não é alcançada apenas pelo mercado. Isto é especialmente verdadeiro na era pós-industrial, caracterizada pelo rápido declínio das formas fordistas de produção em massa, burocraticamente constituídas, e pelo desenvolvimento de novas tecnologias que tornam a descentralização econômica possível, o crescimento de grandes setores informais , a "especialização flexível", etc. Neste contexto pós-fordista, as decisões são tomadas e estratégias econômicas são forjadas não exclusivamente ou mesmo principalmente, em termos de mecanismos de mercado ou por obediência aos procedimentos burocráticos formais. Mouzelis cita o exemplo de economias pós-industriais de maior sucesso da época (1992), Japão e Alemanha. Seus desempenhos econômicos extraordinários baseiam-se nas estratégias flexíveis de longo prazo forjadas pela contínua cooperação entre várias agências que representam o Estado, capital, trabalho, consumidores, etc.

Todos estes novos desenvolvimentos estão em franca contradição com a noção habermasiana de uma economia capitalista enquanto enorme máquina mais ou menos automaticamente integrada através de meios reguladores, como uma máquina em que as pessoas são consumidores passivos ou trabalhadores robotizados, e onde o espaço para a ação comunicativa e para a integração social é inexistente ou muito periférico[360].

Ainda em relação a este último aspecto, Moishe Postone observa que a perspectiva da crítica habermasiana está localizada fora do capitalismo, pois o capitalismo é concebido como um desenvolvimento seletivo do projeto moderno. Isto pode ser parcialmente explicado, mais uma vez, pela utilização por Habermas da teoria dos meios de Parsons. De acordo com Postone, a tentativa de teorizar "a economia" e o "estado" em termos de teoria de sistemas limita o âmbito de sua crítica social. As categorias de "dinheiro" e "poder" não captam a estrutura específica da economia e da política, mas simplesmente expressam o fato de que elas existem de um modo quase-objetivo e não são meras projeções do mundo da vida. Essas categorias não podem, por exemplo, elucidar a natureza da produção, ou a dinâmica do desenvolvimento da formação social capitalista, nem permitem o estabelecimento de uma crítica de formas existentes da administração . Assim, enquanto Habermas critica o avanço excessivo da lógica sistêmica da economia e da administração pública, o quadro da teoria dos sistemas que ele adota não lhe permite fundar estas críticas[361]. Além disso, de acordo com Postone: “Habermas procura claramente indicar que, ao contrário de todas as críticas românticas do capitalismo, qualquer sociedade complexa exige alguma forma de "economia" e de "Estado". No entanto, ao adotar a noção de meio regulador, ele apresenta as formas existentes de

359 Idem, ibidem.
360 Cf. MOUZELIS, op. Cit., p. 277.
361 Cf. POSTONE, M, *Time, labor and social domination,* p. 252.

tais esferas da vida social moderna *como necessárias*. Sua crítica do Estado e da economia é restrita a situações em que seus princípios de organização ultrapassam seus limites. Não obstante, a noção de uma fronteira quase-ontológica entre aqueles aspectos da vida que podem ser 'mediatizados' de forma segura e aqueles que só podem ser 'colonizados' é muito problemática"[362]. Em razão de sua apropriação da teoria dos sistemas, haveria portanto em Habermas – mesmo que talvez involuntariamente - uma espécie de *naturalização* das relações sociais capitalistas e burocráticas: "Do ponto de vista de tal crítica, pode-se argumentar que Habermas não tem nenhuma maneira de distinguir entre as formas de produção e crescimento que se desenvolveram no capitalismo e outras possíveis formas 'diferenciadas'. A abordagem de Habermas, com suas categorias estáticas de 'dinheiro' e 'poder', deve aceitar as formas desenvolvidas no capitalismo como historicamente definitivas, como os resultados da 'diferenciação' per se"[363].

A filósofa americana Nancy Fraser faz uma crítica a Habermas que vai neste mesmo sentido, só que ela o faz do ponto de vista do feminismo e da questão de gênero. Ela mostra que a conceituação da economia enquanto um subsistema autônomo e fechado termina, mais uma vez, por reificar alguns dos traços deste sistema, que são tratados, em termos de crescimento de complexidade, como "avanços evolutivos". O modelo habermasiano tende a legitimar a separação institucional moderna entre a economia doméstica e a economia formal, a educação das crianças e o trabalho remunerado[364]. Daqui resulta que o trabalho não remunerado das mulheres, como no caso dos serviços domésticos de limpeza ou da educação infantil, não pode ser integrado ao sistema (oficial) sem causar efeitos "patológicos". Além disso, como vimos, Habermas também acredita que uma marca da racionalização da sociedade se mostra no fato de que as instituições sistemicamente integradas sejam diferenciadas, a fim de desenvolver as funções de reprodução material. A separação de um sistema econômico (oficial) especializado reforça a capacidade de uma sociedade lidar com seu ambiente natural e social. Disso resulta que o sistema econômico do trabalho não pode ser "desdiferenciado" em relação, digamos, à criação dos filhos, sem engendrar uma espécie de "regressão societal"" Mas se a educação das crianças não pode ser incorporada de modo não-patológico no sistema econômico (oficial), e se o sistema econômico não pode ser desdiferenciado de forma não regressiva, então *a separação continua entre a educação das crianças e o trabalho remunerado aparece como um aspecto do sistema econômico exigido pelo referencial teórico adotado pelo próprio Habermas*. Este quadro teórico não permite pensar a família como um sistema econômico que envolve a apropriação de trabalho não-remunerado das mulheres e o relacionamento complexo com outros sistemas econômicos de trabalho remunerado. Esse déficit teórico conduz a efeitos adversos na luta feminista:

362 Cf. Idem, ibidem.
363 Idem, p. 257. Nous soulignons.
364 Cf. FRASER, N., « What's Critical about Critical Theory? The Case of Habermas and Gender », p. 109.

Agora isso leva à defesa de um aspecto do que as feministas chamam de "a separação do público e privado", ou seja, a separação da esfera econômica oficial da esfera doméstica, e o enclausuramento da educação das crianças em relação ao resto do trabalho social. Isso conduz à defesa de um arranjo institucional que é amplamente considerada um, se não, o eixo de subordinação das mulheres modernas[365].

Por outro lado, pode-se perguntar, junto com Seyla Benhabib, se Habermas não cedeu demais a teoria dos sistemas, na medida em que *ele mudou o centro das crises sociais e dos conflitos do interior do sistema (como em 1973) para a fronteira entre sistema e mundo da vida*. Os sistemas econômicos e administrativos são realmente capazes de adaptação e auto-regulação a longo prazo – o que justificaria o abandono da teoria das crises?[366]

Não à toa, na TAC, Habermas fala mais de *patologias* do mundo da vida do que em *crises* do sistema, seja no sistema econômico, seja no sistema político ou até mesmo cultural (como em 1973)[367]. Por exemplo, McCarthy observa que Habermas, em sua análise da colonização do mundo da vida, não dá conta da *dinâmica interna* da expansão do sistema, tal como Marx faz no seu *O Capital*[368] e, acrescentemos, o próprio Habermas em 1973. A teoria dos sistemas enfatiza mais os problemas engendrados pelos ambientes que circundam o sistema social. As patologias são *corrigidas do exterior*. Como sublinha J. Berger, Habermas não presta muita atenção – do ponto de vista concreto e sistemático - nas instabilidades do sistema econômico. Subsistemas estáveis se estendem mais ou menos "automaticamente"; através de seu crescimento, eles só desestabilizam o mundo da vida, e quase nunca eles mesmos. Habermas admite que há desfuncionamentos, mas eles são imediatamente reprimidos e relegados à periferia, suscitando novas patologias[369].

5.11.2. - Sobre o conceito dualista de sociedade (sistema x mundo da vida)

Vários autores têm questionado o modelo dualista de sociedade proposto por Habermas. Este foi o ponto que suscitou mais polêmicas e críticas. Por exemplo, Mouzelis relembra que a origem teórica desta distinção é encontrada em David Lockwood. Este foi o primeiro a propor a distinção entre integração social e integração sistêmica.

Para Lockwood, a perspectiva da integração social concentra-se em relações ordenadas ou conflitivas entre os *atores*, enquanto que a perspectiva da integração do sistema concentra-se nas relações ordenadas ou conflitivas entre *partes* de um sistema social . Segundo ele, as teorias do conflito se concentram nos problemas de integração social: elas enfatizam o conflito de grupo enquanto um mecanismo básico de mudança. Por outro lado, os funcionalistas subestimam os atores

365 Idem, p. 110.
366 Cf. BENHABIB, S., op. Cit., p. 250.
367 Cf. BERGER, J, "Die Versprachlichung des Sakralen und die Entsprachlichung der Ökonomie" *in Kommunikatives Handeln*, p. 262.
368 Cf. MACCARTHY, T., op. Cit., p. 206.
369 Cf. TkH II, p. 566.

e prestam atenção aos problemas de integração entre as partes institucionalizados. O marxismo, finalmente, combina a integração social e sistêmica para abordar a mudança social no sentido de que ela se concentra tanto em incompatibilidades ou contradições entre os elementos do sistema (por exemplo, as contradições crescentes entre forças produtivas e relações de produção) assim como no impacto dessas contradições na consciência de classe e na luta classes[370].

À primeira vista, a distinção entre estes dois tipos de integração desenvolvidos em vários escritos de Habermas, incluindo a TAC, não é muito diferente da formulação de Lockwood. A integração social se refere a uma perspectiva "internalista", que incide sobre as percepções e estratégias dos atores ou participantes, e sobre como as suas *orientações* de ação são coordenadas. A integração sistêmica, por outro lado, refere-se a um ponto de vista "externalista" que incide sobre a perspectiva de um observador que vê as práticas sociais de fora[371]. No entanto, Habermas vai além da vínculo da integração social com a perspectiva dos participante, e' da integração do sistema com a perspectiva do observador. A partir disso, ele une a integração social com a idéia de um "consenso comunicativamente obtido ou normativamente assegurado" e a integração do sistema com uma *regulação não-normativa* das decisões individuais, que prescinde da consciência dos atores. Ao primeiro caso corresponde a ação comunicativa e sua capacidade para coordenar através de pretensões de validade criticáveis; ao segundo caso corresponde a noção de meio regulador. Ao combinar a distinção de Lockwood com o diagrama das quatro funções (AGIL) desenvolvidos por Parsons, Habermas liga a dimensão da integração social com a reprodução simbólica (em Parsons: *integration* e *latency*), enquanto que ele liga a integração do sistema com a dimensão da reprodução material (o que corresponde em Parsons a *adaptation e goal-achievement sub-systems*). Portanto, de uma distinção *metodológica* ou *analítica*, passamos para uma distinção *substantiva ou essencialista*[372], no sentido de que esta distinção teórica corresponde efetivamente a esferas da sociedade: o mundo da vida, de um lado, e o sistema, de outro.

No entanto, quanto ao último, já vimos as críticas às supostas limitações de uma conceituação da economia e da administração exclusivamente em termos sistêmicos. Mouzelis também mostra que a perspectiva do participante não implica sempre nem necessariamente um consenso normativamente ou comunicativamente obtido[373]. Segundo ele, a perspectiva internalista é perfeitamente compatível com as formas de integração com base na coerção, como no caso de uma prisão, por exemplo. Ora, se esses mecanismos de integração que não se baseiam em um consenso

370 Ver o artigo clássico de LOCKWOOD, D., "Social Integration and System Integration" in *Solidarity and Schism: The problem of disorder in Durkheimian and Marxist Sociologies.* Oxford University Press, 1992.

371 Cf. TkH II, p. 226.

372 Cf. GIDDENS, A. « Reason without revolution? Habermas's *Theory of Communicative Action* », p. 250. Voir aussi JOAS, H., « Die unglückliche Ehe von Hermeneutik und Funktionalismus » in *Kommunikatives Handeln,* p. 164.

373 Cf. MOUZELIS, N., op. Cit., p. 269.

normativo ou na compreensão mútua podem ou não ser percebido pelos atores, trata-se de uma questão empírica. Mas, se os participantes estão cientes deles, então eles são parte integrante de seus mundos da vida e podem ser analisados em termos de integração social.

Assim, a distinção entre sistema e mundo da vida não só não captaria completamente a dinâmica real do que acontece na economia moderna e no sistema administrativo, mas também leva a um desvio da intuição original de Lockwood, de acordo com a qual *toda* esfera social pode e deve ser vista sob as duas perspectivas - como uma rede de atores que interagem uns com os outros e como uma configuração de partes ou subsistemas que, ao mesmo tempo, condicionam e qualificam os atores.

Ou, nas palavras de T. McCarthy, a divisão de esferas de ação entre o sistema social e o mundo da vida é problemática porque, na realidade, todos os campos concretos de ação têm um lado "interior" e um lado "'exterior", ou seja, eles podem ser analisados utilizando-se tanto os conceitos da teoria dos sistemas quanto os da teoria da ação, assim como podem contribuir tanto para a reprodução simbólica quanto para a reprodução material[374].

Deve-se mencionar que Habermas tenta responder a algumas dessas críticas. Para tanto, ele optou por um uso mais prudente de sua distinção entre sistema e mundo da vida. Ele admite que todas as esferas sociais podem ser descritas a partir das duas perspectivas - a da integração social e a da integração sistêmica. Mas a reprodução material pode ser melhor explicada pela perspectiva sistémica, enquanto que a reprodução simbólica é concebida mais profundamente pela perspectiva internalista[375]. Por outro lado, especificamente no que diz respeito à modernidade, ele mantém a diferenciação substancialista entre sistema e mundo da vida enquanto um resultado histórico do processo de desacoplamento (*Entkoppelung*) entre as duas dimensões. Só que agora ele prefere falar de um domínio de ação *primariamente* integrado sistemicamente ou socialmente[376]. Ele argumenta, por exemplo, que o mundo da vida se descola dos subsistemas regulados por meios, mas não dos mecanismos de integração sistêmica em geral. Ele esclarece que, em última análise, o que distingue o sistema do mundo da vida é o fato de que, no primeiro, há uma inversão entre meios e fins. Durante o estabelecimento da razão funcionalista, os fins dos atores são instrumentalizados de acordo com os imperativos de auto-conservação dos subsistemas – trata-se de uma coordenação das *conseqüências* das ações ou ainda de seus efeitos não pretendidos, o que não pressupõe um acordo entre as orientações de ação dos atores via consenso comunicativamente obtido. Ora, sobre este ponto, Hans Joas nos lembra que não somos obrigados a passar para o lado do funcionalismo se

374 Cf. MCCARTHY, T., "Komplexität und Demokratie – die Versuchungen der Systemtheorie" *in Kommunikatives Handeln* , p. 211. Voir aussi FRASER, N., op. Cit., p. 103.
375 Cf. HABERMAS, J., « Entgegnung » *in Kommunikatives Handeln*, p. 381.
376 Cf. Idem, p. 386-7.

quisermos compreender este fenômeno[377]. Por exemplo, não é verdade que Weber é apenas um teórico da ação, pois ele tem muitas indicações a respeito da ordem social[378], como as da burocracia e das organizações.

Grosso modo, Habermas mantém as características principais da sua teoria social. Isso significa que ele mantém a sua descrição - considerada por seus críticos como muito *abstrata* - do domínio propriamente sistêmico (da economia e do Estado), assim como do domínio do mundo da vida.

Por exemplo, ele não analisa a existência de relações de poder dentro do próprio mundo da vida, bem como mecanismos de regulação com base em situações de dominação de natureza não-sistêmica[379]. Sobre este ponto, as objeções de Axel Honneth e de Nancy Fraser adquirem sentido.

De acordo com Axel Honneth, o tipo de abordagem que distingue claramente o mundo da vida do sistema leva a vários problemas:

> Quando sociedades capitalistas são concebidas como ordens sociais que se dividem em duas esferas de ação autônomas, sistema e mundo da vida, criam-se duas ficções complementares; admite-se a existência de: 1) ações livres do contexto normativo dentro das organizações; e 2) esferas comunicativas livres de dominação (…) A representação de sistemas de ação organizados teleologicamente produz a dupla aparência, de que, primeiro, as formas de organização da economia e da administração estatal só se deixam compreender como incorporações de regras de ação teleológica e, segundo, que as operações de ação no interior das organizações podem se realizar independentemente de processos de formação de consensos normativos (…) A representação de esferas de ação integradas comunicativamente sugere, inversamente, a independência do mundo da vida em relação a práticas de dominação e processos de poder[380].

Em relação à primeira ficção, Honneth insiste sobre a idéia do próprio Habermas de que as organizações formalmente regulamentadas precisam ser institucionalizadas no mundo da vida. Elas são, portanto, dependentes de uma base de consenso e de comunicação e dependem da aceitação normativa dos seus participantes. Em relação à segunda, em parte, na esteira de Foucault, ele argumenta que o mundo da vida não se reproduz de forma independente de práticas de influência estratégica ou de formas de poder físico, psicológico e cognitivo.

Ao contrário de Habermas, Honneth, em seguida, procura mostrar que o desenvolvimento do sistema capitalista e do aparelho burocrático do Estado é mediado por normas sociais e depende dos conflitos que moldaram as instituições e práticas sociais em geral[381]. Além disso, ele procura mostrar que as relações de dominação e de poder, entendidas por Habermas como intervenções excessivas do sistema no mundo da vida, devem ser pensadas com a comunicação, que está sempre atravessada por assimetrias[382]. Seria preciso, portanto, vincular o desenvolvimento social em geral às normas, bem como identificar as relações de poder presentes na comunicação e nas relações de

---

377 Cf. JOAS, H., « Die unglückliche Ehe von Hermeneutik und Funktionalismus » *in Kommunikatives Handeln*, p. 156.
378 Cf. Idem, p. 157.
379 Nos referimos aqui apenas à sua resposta aos críticos. Cf. HABERMAS, "Entgegnung", op. Cit.
380 HONNETH, A, *Kritik der Macht*, p. 328-9.
381 Cf. Idem, p. 289-90.
382 Cf. Idem, p. 298.

reconhecimento, isto é, pensar sobre a relação entre as normas e as relações de poder e de dominação.

Sobre este último ponto, Fraser parece assumir uma posição similar. Ela argumenta que a subordinação feminina diz respeito à natureza de certas normas, que são culturalmente compartilhadas, mas são injustas na medida em que colocam as mulheres em situações de exploração e de assimetria. Neste caso em particular, o problema não é tanto a colonização do mundo da vida pelo o sistema, mas as normas sociais do mundo da vida enquanto tais; isso quer dizer que essas patologias se localizariam no seio do próprio mundo da vida, e não na intrusão do sistema sobre o primeiro[383].

Johannes Berger diagnostica outra dificuldade na separação entre sistema e mundo da vida. De acordo com o modelo habermasiano, as patologias surgem apenas no *fronte* entre o sistema e o mundo da vida e *apenas em uma única direção*: na transposição de imperativos sistêmicos sobre o mundo da vida[384]. Há dois desequilíbrios existentes neste modelo: (a) há uma invisibilidade das patologias intra-sistêmicas, bem como aquelas que ocorrem dentro do mundo da vida ou as crises internas ao sistema. (b) há também a unilateralidade da análise, que joga todo o peso apenas sobre a capacidade de intervenção do sistema sobre o mundo da vida, e não trata quase nunca do contrário[385].

(Ad a) Quanto ao primeiro aspecto, já observamos que falta ao modelo de 1981 uma teoria que dê conta da dinâmica interna do sistema[386], o que poderia eventualmente contribuir para uma análise mais aprofundada das crises econômicas e administrativas, assim como para uma visão mais mundializada do capitalismo. Na TAC, a noção de patologia é claramente destacada. No entanto, mesmo neste caso, mencionamos que as críticas de Honneth e Fraser mostram que, ao menos em 1981[387], Habermas não deu conta das patologias e das relações de poder que se encontram dentro do mundo da vida.

(Ad b) A segunda consequência do unilateralismo apontado por Berger pode ser melhor tratada no contexto da análise habermasiana dos novos movimentos sociais. Certamente, com sua tese da colonização do mundo da vida e a ameaça sistêmica às necessidades funcionais da reprodução simbólica, Habermas pretende justificar "a revolta do mundo da vida" com o advento dos novos movimentos sociais, cujo tema comum é a luta para estabelecer "traçados de fronteira" entre os dois tipos de integração. No entanto, segundo Mouzelis, esta análise da monetização e da

383 Cf. FRASER, N., op. Cit., p. 127-8.

384 Cf. BERGER, J., op. Cit., p. 270. Ver também FRASER, N., op. Cit., p. 125. Habermas reconhece a justeza dessa objeção, mas ele lembra que quando ele fala das quatro ondas de juridificação, ele indica que podem haver situações em que o mundo da vida pode limitar os imperativos sistêmicos (cf. HABERMAS, J, « Entgegnung », p. 391).

385 Cf. Idem, p. 272.

386 Tal teoria começou a ser desenvolvida em 1973, mas o trabalho não teve continuidade em obras posteriores.

387 Não estamos nos referindo aqui aos seus escritos posteriores à TAC.

burocratização crescentes da vida social moderna suscita questões sobre como esses desenvolvimentos ocorrem precisamente: quais são os principais grupos que ajudam ou dificultam os processos de tecnicização do mundo da vida? Como eles se relacionam uns com os outros? Que forma assume concretamente as suas lutas? De que maneira tais lutas se ligam às incompatibilidades ou contradições institucionais, etc.? Ainda de acordo com Mouzelis, Habermas não responde claramente ou rigorosamente a estas perguntas, se limitando no mais das vezes a sugerir ou presumir algum tipo de conexão. Ele vincularia os novos movimentos sociais à resistência das estruturas simbólicas do mundo da vida de uma forma um tanto vaga e *ad hoc*[388]. A ênfase recai menos sobre as estratégias predominantes dos grupos e suas lutas, e mais sobre a perspectiva *funcionalista* de diferentes mecanismos de coordenação e das relações de mediatização e colonização entre eles.

A. Giddens vê nisso problemas de ordem normativa. Segundo ele, em razão do fato que Habermas aceita a maior parte do diagnóstico weberiano de uma expansão crescente e irresistível das áreas de ação instrumental e não mostra nenhum limite *interno* para essa expansão, ele não pode justificar o seu "otimismo" sobre o potencial dos movimentos sociais de resistência. Aqui, novamente, voltamos ao problema da falta de coordenação entre a agência e o sistema, que o pode levar a cair numa posição idealista. Além disso, a sua adoção da teoria dos sistemas leva a posições paradoxais. Por exemplo, a estrutura simbólica do mundo da vida deve ser defendida, mas como é que tal defesa pode ser alcançada sem transformar os mecanismos sistêmicos responsáveis pelo crescimento irresistível do complexo monetário-burocrático?[389]

Como se vê, se estas críticas estão corretas, o problema que McCarthy apontara em relação à articulação entre teoria e prática em *Problemas de Legitimação do Capitalismo tardio* parece não ter sido plenamente resolvido em 1981[390]. Mesmo após sua focalização sobre os "novos movimentos sociais", continuaria havendo, ao menos na TAC, uma perspectiva por demais "teórica", abstrata, pouco articulada com as dinâmicas efetivas dos movimentos sociais organizados, apesar de sua nova ênfase nos "novos movimentos sociais" - o que, em se tratando de uma teoria crítica da sociedade, constitui um grave problema.

5.11.3 – Sistematização das principais críticas

Agora, se pudemos resumir as críticas levantadas contra a teoria social da TAC, pode-se notar que haveria nesta um *déficit triplo*: (i) ao nível do sistema, (ii) ao nível do mundo da vida, (iii)

388 Cf. Idem, p. 283.
389 Cf. GIDDENS, A. op. Cit., p. 251-2.
390 Para generalizar essa afirmação em relação ao pensamento habermasiano, teríamos de analisar suas obras posteriores à TAC, o que não poderá ser realizado aqui.

na articulação entre ambos.

(Ad i) Em primeiro lugar, do lado do sistema, apesar da sua insistência sobre a importância evolutiva dos domínios de ação formalmente organizados, Habermas não insiste numa descrição mais detalhada do que se passa historicamente no âmbito do sistema. Sua visão do funcionamento real da economia e do Estado é abstrata e, como Mouzelis mostrou, constitui uma *simplificação* acentuada dos processos econômicos e organizacionais efetivos. Como Berger, Postone e McCarthy apontaram, não há uma preocupação com a análise da *dinâmica interna* do sistema, e a teoria das crises desenvolvida em 1973 praticamente desapareceu do modelo 1981. Da mesma forma, não se vê uma teoria robusta do Estado. Se estas críticas estiverem corretas, poderíamos inferir que o modelo da TAC, na verdade, não capta a *objetividade da economia e do Estado enquanto tais*, mas apenas *o ponto de vista dos atores* que sofrem os efeitos dos imperativos sistêmicos, no sentido de que suas descrições se limitam a uma análise das áreas da economia e do Estado enquanto *máquinas de produção de abstrações reais*, e, no capitalismo avançado, enquanto máquinas de produção de reificações e de patologias.

(Ad ii) No que diz respeito ao campo do mundo da vida e da teoria da ação, Habermas novamente nos fornece uma descrição bastante abstrata. Como Fraser e Honneth apontaram, tudo se passa como se não houvesse relações de poder no âmbito da interação social. Evidentemente, Habermas reconhece a existência da ação estratégica e de imperativos, mas ele não reserva um lugar *sistemático* para este tipo de ação no seio do mundo da vida. Assim, a dimensão do conflito, da dominação e da luta praticamente desaparecem do horizonte do mundo da vida; só resta aquela dimensão da argumentação, e das controvérsias em torno das pretensões de validade e do discurso, o que não é de forma alguma suficiente para compreender fenômenos como aquele da dominação sobre as mulheres. A ação comunicativa é vista como o único meio de coordenação da ação no nível da integração social, o que é muito limitado. Consequentemente, Habermas não desenvolve um balanço suficientemente sistemático dos fenômenos ligados à ação coletiva. Isso quer dizer que ele não foca a ação efetiva dos grupos, os movimentos sociais e nem como a interação e o conflito entre estes grupos podem engendrar efeitos estruturantes no nível da transformação social.

Assim, apesar de suas tentativas, Habermas não parece ter ultrapassado um problema que já foi observado por Honneth e Joas em seus trabalhos anteriores à TAC: Habermas parece não reconhecer o fato de que em cada esfera social de ação há vários tipos de ação. Estabelece-se então *uma relação linear de correspondência entre tipos de ação, tipos de coordenação da ação e subsistemas sociais*[391]. É digno de nota, contudo, o fato de que, após estas criticas, Habermas tenha começado a usar o advérbio "primariamente" para atenuar tais correspondências. Resta saber se

391 Cf. JOAS, H., « Die unglückliche Ehe von Hermeneutik und Funktionalismus » *in Kommunikatives Handeln*, p. 154. Ver também HONNETH, *Kritik der Macht*, p. 282.

essa atitude consegue resolver os problemas apontados do ponto de vista *sistemático*.

(Ad iii) Essas duas descrições abstratas ao nível do sistema e ao nível do mundo da vida, para manter os termos habermasianos, implica uma falta de articulação real entre a dimensão da ação coletiva ou agência e a dimensão institucional. O *leitmotiv* de Lockwood ao introduzir sua distinção entre integração social e integração sistêmica não é bem realizado por Habermas, já que falta sobretudo uma abordagem concreta dos movimentos sociais. Como observa Mouzelis, "as tensões entre o mundo da vida e o sistema, entre os mecanismos sociais e sistêmicos de coordenação de ações, não podem *explicar* nem a estabilidade social nem a mudança. Na melhor das hipóteses, esta tensão *descreve* um certo estado de coisas; na pior das hipóteses, ela transforma as noções de mundo da vida e sistema em forças reificadas ou entidades misteriosas que lutam entre si pelo controle da alma humana"[392].

É preciso dizer que não temos condições aqui de avaliar a pertinência teórica de todas estas críticas "externas" à TAC. Gostaríamos apenas de salientar que parece inegável o fato de que, em 1981, Habermas não aborda tão seriamente a dinâmica interna do capitalismo tardio, mesmo sob o signo do intervencionismo estatal, nem trabalha mais sistematicamente com uma teoria das crises. No último capítulo tentaremos sugerir que, em face da fase atual do capitalismo, talvez seja oportuno retomar este tipo de empreendimento, melhor trabalhado por Habermas em 73.

Se o pudermos resumir, o modelo crítico habermasiano dos anos 80 parte do fato da domesticação do capitalismo, ao menos naquilo que diz respeito aos problemas materiais, e aposta na possibilidade de domesticação do Estado capitalista burocratizado, principalmente em relação aos problemas de ordem simbólica. Isso ocorreria sobretudo a partir de uma reação do mundo da vida *racionalizado* que liberou o seu potencial emancipatório através dos novos movimentos sociais e deve ser capaz de manter a integridade do médium solidariedade por meio de suas esferas públicas autônomas.

Trata-se então de verificar a *atualidade* destes dois pressupostos, bem como do diagnóstico habermasiano de tempo em geral, à luz de algumas análises que dizem respeito à natureza e à dinâmica do capitalismo contemporâneo. Assim, entre outras coisas, acreditamos que poder-se-á melhor endereçar algumas críticas já desenvolvidas a respeito do pensamento habermasiano em geral e à TAC em particular, só que no nível analítico da teoria social. Para a teoria crítica da sociedade, cuja "verdade" teria um núcleo temporal ou histórico, não há muito sentido em discutir questões teóricas a partir de um referencial "a-histórico" ou não-situado.

392 MOUZELIS, N., op. Cit., p. 283. Grifo nosso.

Terceira parte - A tensão entre democracia e capitalismo na era neoliberal:

Capítulo 6 – Notas para um esboço de análise de algumas tendências do capitalismo contemporâneo

Apesar das diferenças apontadas acima, é importante notar que os diferentes modelos críticos apresentados por Habermas ao longo de sua trajetória até a TAC estão, grosso modo, baseados em um diagnóstico do capitalismo - notadamente o europeu - marcado por elementos estruturais, como o Estado social, o intervencionismo estatal e a democracia de massas. Mas o que ocorre com a análise da relação entre capitalismo e democracia quando esta constelação de elementos estruturantes do capitalismo se modifica? Isto é, o que significa pensar a tensão entre capitalismo e democracia a partir dos anos 90, isto é, após a TAC? Apesar de simples, esta pergunta é muito ampla e exigiria análises extremamente complexas a fim de se obter uma resposta minimamente satisfatória – o que foge completamente do nosso escopo. Por conseguinte, o que iremos fazer neste último capítulo será tão-somente uma análise de certos aspectos do capitalismo contemporâneo, a partir do prisma da tensão entre capitalismo e democracia. Na trilha de Habermas, nosso objetivo é o de apenas realizar um exercício que visa sugerir *a importância de uma análise crítica do capitalismo contemporâneo para a identificação de obstáculos importantes à radicalização da democracia*.

Para tanto, iremos nos basear em uma certa literatura para tecer breves observações acerca do capitalismo contemporâneo sob alguns dos seus aspectos. Evidentemente, não se trata de estabelecer um diagnóstico completo e exaustivo acerca de um tema tão complexo, já que tal tarefa é impossível de ser realizada no contexto de um texto de mestrado. Consequentemente, o que apresentaremos aqui corresponde apenas a algumas das possibilidades de se analisar determinadas dinâmicas presentes na fase atual do capitalismo. Outras abordagens são não apenas possíveis como desejáveis. Por outro lado, é importante sublinhar que os autores mencionados abaixo possuem certamente diversos pontos de discordância entre si, o que poderia significar um "ecletismo" da nossa parte. Não obstante, acreditamos que naquilo que nos interessa aqui, cada qual contribui com elementos importantes e complementares.

Entretanto, mesmo cientes da limitação daquilo que será exposto, gostaríamos de, à luz dos desenvolvimentos recentes do capitalismo, problematizar e levantar questões acerca da *atualidade* dos diferentes modelos críticos que Habermas desenvolveu até a década de 80[393]. Em geral, a tônica da análise habermasiana da tensão em questão se localiza em elementos ligados à intervenção estatal e seus efeitos desdemocratizantes e burocratizantes, em detrimento de uma análise da dinâmica do capital. No entanto, numa era marcada pelo neoliberalismo e pela liberalização dos fluxos financeiros, por crises econômicas e reavivamento da questão social e dos problemas de ordem material (até mesmo na Europa e nos EUA), o tratamento da relação entre capitalismo e democracia não deveria contar com uma análise mais detida daquilo que se passa no âmbito econômico bem como de suas consequências para os âmbitos da política e da cultura? Não se trata de retomar o economicismo do marxismo vulgar, mas de reconhecer o peso contemporâneo deste aspecto da realidade para questões não apenas distributivas (capital x trabalho), mas também democráticas (capital x democracia), sem prejuízo para outros tipos de análise (como da esfera pública, do direito, dos mecanismos políticos participativos e deliberativos, etc.), que lhe são complementares.

Além disso, pudemos ver que a teoria das crises do capitalismo tardio e a análise de sua dinâmica interna, bem como uma crítica mais contundente ao núcleo central da forma capitalista de organização social foram desinflacionadas ou até mesmo desapareceram do modelo crítico da TAC[394]. A expectativa passa a ser o de um equilíbrio entre economia, Estado e solidariedade – o que pressupõe a domesticação dos dois primeiros mecanismos de coordenação social[395], sem contudo intervir diretamente ou internamente em suas lógicas autônomas e auto-referenciais de funcionamento. Mas em face do capitalismo contemporâneo, devemos nos perguntar se tal estratégia continua a ser a mais acertada. Por exemplo, podemos nos perguntar se determinadas tendências contemporâneas não nos levam a, pelo menos, questionar ou repensar o mecanismo do

393 Deixaremos para um outra oportunidade a análise do seu modelo crítico da década de 90, notadamente aquele que foi desenvolvido em *Direito e Democracia*.

394 Já que, mesmo secundarizando o papel da crise especificamente econômica, o modelo de 73 se preocupa em analisar internamente a *dinâmica* do capitalismo tardio, focando nos efeitos do intervencionismo estatal sobre a economia e a sociedade.

395 Além das passagens já citadas, uma outra passagem nos permite constatar como o modelo habermasiano dos anos 80 pressupõe a domesticação do capitalismo pelo Estado social para funcionar, especialmente no que diz respeito aos seus piores efeitos. Esta fixação no contexto europeu (ou até mesmo na Alemanha ocidental da época) de seu diagnóstico torna-se particularmente clara na sua resposta a uma pergunta, feita durante uma entrevista. Habermas havia falado sobre sua tese de que os potenciais de conflitos se deslocaram do domínio da reprodução material para o campo da reprodução simbólica. Então, Honneth pergunta-lhe se essa visão não seria muito centrada na Alemanha ocidental (BRD), uma vez que mesmo em países vizinhos (a oeste) poderiam-se encontrar conflitos de outra ordem, que não poderia ser captados por uma teoria que localiza a zona de conflito no front entre sistema e mundo da vida. Naquele momento, Honneth estava pensando em conflitos tradicionais, ligados ao desemprego estrutural induzido pela acumulação capitalista. Então Habermas lhe responde com uma outra pergunta: "Onde tais conflitos se manifestam, enquanto a rede social [*das soziale Netz*: no sentido de pacotes de medidas social-democratas de proteção social] permanecer?" (HABERMAS, J., "Dialektik der Rationalisierung" *in Die Neue Unübersichtlichkeit*, p. 195).

Estado social de domesticação do capitalismo. Para tanto, não deveríamos retomar uma análise crítica mais concreta e estrutural da *dinâmica interna* do capitalismo, em seus variados aspectos? Ou ainda, uma teoria crítica do capitalismo contemporâneo não deveria complementar uma teoria crítica da esfera pública ou da democracia? Bem entendido, o objetivo é mais o de iniciar um debate do que o de alcançar resultados conclusivos.

Finalmente, é importante observar que as análises apresentadas abaixo, embora baseadas em teorias de outros autores, não cumprem a tarefa de elaborar uma alternativa *conceitual* ao modelo habermasiano, mas tão somente o de indicar alguns indícios que o contradizem. Isto é, não articularemos aqui todas as problematizações a fim de propor um ajuste, uma reconstrução ou uma substituição da teoria social de base do modelo desenvolvido na TAC (e dos seus conceitos mais fundamentais, como ação comunicativa e ação teleológica, mundo da vida, sistema e meio regulador). A nosso ver, o empreendimento de renovação da teoria crítica requer, além de um diálogo com diferentes disciplinas das ciências sociais empíricas a fim de elaborar um diagnóstico preciso, amplo e concreto do momento presente, uma discussão das diversas vertentes da teoria social crítica contemporânea e uma decisão acerca dos conceitos mais adequados para uma análise sistemática do tempo presente, que possa integrar e articular o material empírico. Evidentemente, essa tarefa foge ao escopo do presente trabalho. Nos contentaremos com algumas breves observações acerca da dinâmica do capitalismo contemporâneo, tanto no seu âmbito mais diretamente econômico, quanto nos seus aspectos culturais, políticos e sociais.

6.1 – O neoliberalismo e o desmantelamento do *Welfare State*

Um aspecto do capitalismo contemporâneo, que pode ser mesmo visto como o seu elemento mais característico, é a noção de neoliberalismo. Se se quer compreender o processo crescente de desmantelamento de uma grande parte da estrutura do Estado social, sobretudo na Europa e nos EUA, mas também em outros países, é preciso passar por esta ideia.

Através do imaginário de uma sociedade de mercado liberada da odiosa tutela estatal e da apologia do "Estado mínimo", o neoliberalismo aparece inicialmente como uma doutrina política, como uma utopia, quase como uma religião secular[396]. Esta doutrina propõe que o bem-estar humano pode ser melhor realizado se tirarmos as amarras da capacidade empreendedora dos indivíduos no quadro de uma estrutura institucional marcada por direitos de propriedade fortes, mercados livres e comércio livre. Assim, o papel do Estado se limita à criação e à salvaguarda do quadro institucional apropriado para estas práticas. Por exemplo, o Estado deve garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Ou ainda, ele deve pôr em práticas todas as estruturas e funções militares, de defesa policial e legal que são necessárias para a manutenção do bom funcionamento

396 Cf. HABER, S., « Analyser le néolibéralisme aujourd'hui » *in La Revue des Livres,* numéro 4.

do mercado e para a garantia do direito à propriedade privada. Ademais, ali onde os mercados ainda não existam (em domínios como a terra, a água, a educação, os cuidados da saúde, a seguridade social ou a poluição do meio-ambiente), eles devem ser criados pela ação do Estado, se necessário. Mais além dessas tarefas, o Estado não deveria se aventurar. As intervenções estatais sobre os mercados (uma vez estes criados) devem ser reduzidas ao mínimo necessário, pois, segundo esta doutrina, o Estado pode eventualmente não possuir informações suficientes para tanto, sem contar que os grupos dominantes vão inevitavelmente deformar tais intervenções em função dos seus próprios interesses[397]. Teoricamente, temos o inverso da doutrina do intervencionismo estatal.

Concretamente, entretanto, tal doutrina assumiu a forma mais prosaica daquilo que J. Williamson batizou de "consenso de Washington", resumida por palavras-chave como disciplina orçamentária e monetária, privatizações, liberação das trocas comerciais e desregulamentação[398].

Pode-se também relacionar o neoliberalismo com um conjunto de eventos históricos. Entre os anos 70 e 80, houve as vitórias de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra. Paul Volcker foi nomeado chefe do US Federal Reserve e mudou completamente a política financeira da maior potência mundial. Medidas foram tomadas no sentido de uma desregulação da industria, da agricultura, e da finança, tanto num nível local quanto em nível mundial. O processo de neoliberalização implicou, todavia, um significativo processo de "destruição criativa", não apenas dos quadros institucionais e dos poderes anteriores, mas também da divisão do trabalho, das relações sociais, das disposições de proteção social, dos modos de vida e de pensamento[399].

Mas a teoria neoliberal, representada por economistas como Milton Friedman, e até mesmo por Hayek – a qual não será aprofundada aqui – não deve nos impedir de entender o que se passou na prática, quando a doutrina se tornou uma *técnica de governo*. Nós vimos que um tema recorrente promovido pelos neoliberais foi a ideia de deixar o mercado livre para seguir o seu curso. No entanto, estas exigências de redução da intervenção estatal na economia sempre foram unilaterais. Na realidade, o governo é às vezes chamado para regular a economia, mas apenas nos casos que beneficiam as elites econômicas. Assim, as regulações do trabalho e do meio ambiente são acusadas de funcionarem como mecanismos de distorção dos preços do mercado e são consideradas como exemplos emblemáticos da maneira como a intervenção do Estado na economia conduz sempre à ineficácia. Contudo, os neoliberais foram ironicamente a favor, no momento da crise de 2008, da socialização de grande parte das dívidas dos brancos privados; da mesma forma, eles ficaram surpreendentemente tranquilos em 2001, quando o presidente Bush aprovou um massivo plano de salvamento da indústria aérea. Ora, se a intervenção do governo na economia falsifica os preços e subverte os mecanismos mais eficazes do mercado, por que eles não se opuseram à estas medidas

397 Cf. HARVEY, D., *A Brief History of Neoliberalism,* p. 2.
398 Cf. HABER, S., op. Cit.
399 Cf. Idem, p. 3.

enquanto graves violações à doutrina neoliberal? É por isso que o neoliberalismo pode talvez ser melhor compreendido como uma tentativa concreta, ou melhor, como um *projeto político* que visou restabelecer as condições de acumulação do capital e restaurar o poder das elites econômicas, e não tanto como um projeto teórico conduzido pelos trabalhos teóricos de Hayek ou Friedman – ainda que não exista exatamente uma oposição irreconciliável entre estas duas dimensões.

Desse modo, nós nos encontramos na prática com uma espécie de neoliberalismo unilateral, no qual a intervenção do governo só é ruim quando ela serve como proteção do trabalho ou do meio ambiente; por outro lado, a intervenção só é boa se ela favorece a lógica de acumulação do capital e os interesses das elites econômicas.

A interpretação oferecida por David Harvey parece caminhar nesse sentido quando ele afirma:

> Nós podemos, portanto, interpretar a neoliberalização, seja como um projeto utópico para a realização de um design teórico visando a reorganização do capitalismo internacional, seja como um projeto político para restabelecer as condições da acumulação do capital e para restaurar o poder das elites econômicas. No que se segue, eu irei argumentar que, na prática, o segundo destes objetivos foi dominante. A neoliberalização não foi muito efetiva na revitalização da acumulação global do capital, mas ela foi notavelmente bem sucedida na restauração, e em alguns locais (como Rússia ou China) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico do argumento neoliberal foi, eu concluo, primariamente trabalhado como um sistema de justificação e legitimação daquilo que fosse necessário ser feito para a realização deste objetivo. As evidências sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais se chocam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder das elites, então os princípios são ou abandonados ou tornam-se tão desfigurados a ponto de ficarem irreconhecíveis. Isto não nega de forma alguma o poder das ideias de agir como uma força de mudança histórico-geográfica. Mas isto aponta para uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas efetivas de neoliberalização que transformaram a forma como o capitalismo global tem sido trabalhado nas últimas três décadas[400].

Segundo G. Duménil e D. Lévy, o neoliberalismo deve ser definido a partir do retorno da hegemonia financeira:

> O neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, a última em data, cuja característica principal é o recrudescimento do poder e da renda da classe capitalista. Um negócio de instituições financeiras e de classes. Este restabelecimento é o fato de uma entidade social híbrida, que nós batizamos de *a finança*[401].

Assim, um pressuposto do modelo habermasiano deve ser, pelo menos, repensado. Desde a aparição do neoliberalismo, não se pode mais crer de maneira não-problemática no sucesso da *domesticação* dos problemas materiais engendrados pelo capitalismo via Estado social: "Com o neoliberalismo, as classes proprietárias do capital reencontraram as suas prerrogativas, assim como o capitalismo reencontrou muitos aspectos da violência que lhe é própria"[402]. Isto produziu toda uma restruturação da ordem social:

> Além das altas taxas de interesse, pode-se resumir os aspectos mais importantes da seguinte maneira: 1) uma nova disciplina imposta aos trabalhadores e aos gestores das empresas, 2) uma gestão das empresas voltada aos desempenhos das bolsas de valores, 3) a liberdade de ação do capital e das empresas no plano nacional e mundial (livre-

400 HARVEY, D., op. Cit., p. 19.
401 DUMÈNIL, G et LEVY, D, "Une théorie marxiste du néolibéralisme" *in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?*, p. 25.
402 Idem, ibidem.

câmbio e livre-circulação de capitais), 4) novas políticas econômicas acompanhando todos estes objetivos (inclusive a negociação dos tratados internacionais) e 5) a redefinição da ação das instituições internacionais (como o FMI e o OMC, ou seu ancestral) em função dos mesmos objetivos [403].

Se nós nos limitarmos ao contexto europeu e americano, nós podemos compreender o neoliberalismo como uma estratégia, criada num contexto de diminuição progressiva da taxa de crescimento econômico, que tinha por objetivo permitir às elites econômicas, com a ajuda do Estado, o restabelecimento da taxa de lucro das empresas.

Fatores como o aumento da competitividade nos mercados internacionais (resultante da recuperação total da Europa e da Ásia devido aos estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial), a estagflação das economias desenvolvidas na década de 1970, a severa recessão de 1973, a crescente reivindicação salarial de trabalhadores sindicalizados além do controle do Estado e da moderação esperada pelos capitalistas, o aumento dos custos do bem-estar social, a rebeldia da juventude de classe média aos padrões de produção e de cultura tipicamente fordistas, a decisão autônoma da OPEP de elevar o preço do petróleo, a crise fiscal que atingiu quase todos os governos nacionais e a crise da dívida externa de vários países em desenvolvimento, impuseram ao capitalismo do pós-guerra uma fase de desaceleração e queda na rentabilidade do capital[404]. Após um período de forte crescimento, Harvey mostra que nos anos subsequentes à crise do começo da década de 70 houve a dissolução do acordo de Bretton Woods. Este havia estabelecido um sistema de taxas de câmbio fixas com base na convertibilidade do dólar americano em ouro segundo um preço estável. Taxas de câmbio fixas eram incompatíveis com a livre circulação de capitais que deveriam ser controlados, mas por outro lado os Estados Unidos tiveram de permitir a livre circulação do dólar para além de suas fronteiras, uma vez que o dólar deveria funcionar como a moeda de reserva da economia mundial. Mas, já a partir do fim dos anos 60, este sistema, junto com o capitalismo dito organizado em geral, começou a ruir:

> Os sinais de uma grave crise de acumulação de capital estavam por toda parte aparentes. O desemprego e a inflação foram surgindo em toda parte, dando início a uma fase global de 'estagflação', que perdurou durante a maior parte da década de 1970. Crises fiscais de vários estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser socorrida pelo FMI em 1975-6) ocorreram depois que as receitas fiscais caíram e os gastos sociais aumentaram. Políticas keynesianas não estavam mais funcionando. Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da Opep de 1973, o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas apoiadas por reservas de ouro havia caído em desordem[405].

Segundo alguns estudos, o acontecimento mais emblemático desta crise mundial foi o desarranjo do sistema monetário internacional regulado pelos EUA por meio do acordo de Bretton Woods, ao qual veio se juntar a crise do petróleo. No sistema de Bretton Woods, a economia americana funcionava como "reguladora" do sistema capitalista. Isto significa que os Estados

---

403 DUMENIL, G. & LEVY, D, "Néoliberalisme: Dépassement ou renouvellement d'un ordre social?" *in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?*, p. 86.

404 Cf. ARIENTI, W. L., "UMA ANÁLISE REGULACIONISTA DAS REFORMAS DO ESTADO CAPITALISTA: RUMO AO ESTADO PÓS-FORDISTA?", p. 7.

405 HARVEY, op. Cit., , p. 12.

Unidos cumpriam o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e emprestador de última instância; isto é, os EUA eram uma espécie de "banqueiro internacional". Para os países membros do sistema hegemônico, esta função reguladora (*seignorage)* desfrutada pelo país emissor da moeda reserva (os EUA) era uma garantia *ex-ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neo-mercantilistas. Nesse contexto, os dólares americanos haviam inundado o mundo e eles fugiram ao controle americano, sendo depositados nos bancos europeus.. Por isso, os Estados Unidos e sua economia começaram a sentir os efeitos da ascensão dos parceiros/competidores. Japão e Alemanha, por exemplo, reconstruíram sistemas industriais e empresariais mais novos e mais permeáveis a mudanças tecnológica e organizacional e os novos industrializados da periferia ganharam maior espaço no volume crescente do comércio mundial. Não por acaso, o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial. Durante os anos 50 e 60 a balança comercial americana foi sistematicamente superavitária a despeito da posição deficitária do balanço global. As inevitáveis pressões sobre o dólar se intensificaram e já em 1971 Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro. Em 1973 o sistema de paridades fixas, mas ajustáveis, de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações sujas. Os Estados Unidos não foram capazes de sustentar a posição do dólar como moeda-padrão, na medida em que uma oferta "excessiva" de dólares brotava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob a pressão de um déficit comercial[406].

Assim, o ouro não podia mais funcionar como a base metálica da moeda internacional, as taxas de câmbio foram autorizadas a flutuar e as tentativas de controlar tais flutuações foram rapidamente abandonadas. O capitalismo regulado pelo Estado, ou *embedded liberalism,* que após 1945 havia proporcionado taxas elevadas de crescimento – ao menos aos países capitalistas avançados, estava claramente esgotado e não funcionava mais. Algumas tentativas foram propostas a fim de superar esta crise. O neoliberalismo foi evidentemente a estratégia vencedora.

Mas, segundo Harvey, o neoliberalismo não promoveu efetivamente a restauração da acumulação do capital, e sim redistribuiu a renda global favorecendo as classes dominantes. Apesar da teoria neoliberal, que estipulava que os mecanismos do mercado são mais eficazes e superiores às formas de intervenção estatal na geração de riquezas, as taxas de crescimento do PIB ao longo da era neoliberal diminuíram. Mas, a despeito das baixas taxas de crescimento, viu-se um aumento espetacular da riqueza das classes capitalistas, confirmado pelo aumento massivo dos salários dos altos executivos (CEOs), acompanhado de uma baixa dos salários reais nos setores mais pobres da população. A repartição mais desigual da riqueza reforçou igualmente a divisão de classes entre a elite econômica e todo o resto.

406 Cf. BELUZZO, L. , "O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados", p. 14.

Nós sabemos que antes do neoliberalismo, a maior parte dos países (notadamente a Europa e os EUA) eram dominados por um tipo de capitalismo organizado, no qual as economias de mercado estavam integradas ao quadro regulador do Estado. Estas regulamentações comportavam direitos sindicais fortes, seguro-desemprego, uma regulação estrita do sistema financeiro e outros limites ao campo de aplicação das atividades do mercado. Mas esta espécie de compromisso keynesiano só podia se manter à custa de um crescimento econômico sólido. Desde que este crescimento deixa de existir, o compromisso se dissolve em detrimento das classes menos favorecidas. Frente a estas dificuldades sistêmicas de crescimento, tratava-se de encontrar meios de aumentar a rentabilidade do capital e portanto de intensificar os espaços de exploração e de valorização – o que não podia ser feito no contexto de um capitalismo organizado em função de um Estado de Bem-estar. Harvey explica que o neoliberalismo procurou essencialmente descolar a economia capitalista do quadro regulador do Estado, o que implicava um processo de (re)privatização dos serviços e dos bens comuns.

Mas o neoliberalismo não pode ser visto como um projeto exclusivamente europeu ou norte-americano. Na realidade, as medidas neoliberais foram primeiramente testadas na América Latina. É preciso lembrar que o "consenso de Washington" é um corpo de medidas standard originariamente aplicado por organismos financeiros internacionais (Banco Mundial e FMI) e sustentado pelo departamento do tesouro americano nas economias que se encontravam em dificuldade para pagar suas dívidas externas: "Testados primeiramente na América Latina, essa abordagem serviu para guiar muito da transição para o capitalismo na Europa do leste e central. Embora publicamente defendido por Thatcher e Reagan, foi aplicada apenas gradualmente e de forma desigual no Primeiro Mundo. No Terceiro Mundo, ao contrário, a neoliberalização foi imposta em função da dívida, como um programa forçado de 'ajuste estrutural', que anulou todos os princípios centrais do desenvolvimentismo e obrigou Estados pós-coloniais a alienar os seus ativos, abrir seus mercados e reduzir gastos sociais"[407].

O trabalho de Naomi Klein insiste sobre o fato de que, antes de Londres, foi em Santiago, depois de 1973, que as futuras ideias do consenso de Washington foram postas em prática metodicamente, em favor da uma ditadura feroz (aquela de Pinochet), visando populações traumatizadas e desprevenidas. O caso paradigmático do neoliberalismo em ação foi talvez a Rússia de Boris Yeltsin, onde as gigantescas transferências de riqueza em beneficio de uma pequena minoria só puderam ocorrer num clima de miséria, repressão e violência política[408]. Assim, com o advento do neoliberalismo enquanto "a forma contemporânea dominante da dinâmica expansionista

407 FRASER, N., « Feminism and the Cunning of History », p. 107.
408 Ver KLEIN, N., *La Stratégie du choc,* Arles, Actes Sud, 2001. Cf. aussi HABER, S, op. Cit.

a qual define o modo de produção capitalista"[409], as análises do capitalismo não podem deixar de contemplar o seu caráter global. Claro que há diferenças regionais importantes. Por exemplo, apesar de todas as reformas, é forçoso admitir que, em comparação com outros países, as nações europeias ainda dispõem de uma rede de serviços públicos muito mais desenvolvida. Há ainda o caso mais emblemático de diferença regional: aquele da China. G. Arrighi, em seu *Adam Smith in Beijing,* "elabora a teoria que a expansão chinesa, provavelmente o fato econômico mais importante dos últimos quinze anos, só tem pouco a ver com a *Weltanschauung* rústica e autoritária de um R. Reagan, ou mesmo com a pura e simples emancipação do mercado. Ele sublinha mesmo a que ponto o maoismo, combinando caoticamente despotismo e incitação à iniciativa individual, preparou o terreno de um crescimento recente que não questionou de forma alguma esta base. Nós estamos, em todo caso, bem longe do evangelho hayekiano e o alcance histórico da doutrina neoliberal se encontra claramente relativizada"410.

Segundo Stéphane Haber, resta que, afastadas todas as tentações de um diagnóstico global, o neoliberalismo, em um sentido mais amplo, parece representar bem o conceito da dinâmica histórica atual. Há um estilo econômico do desenvolvimento capitalista que se impôs a partir do fim dos anos 1970 em oposição ao estilo keynesiano e fordista. A nova geografia do capital, a redistribuição das riquezas, a reorganização do trabalho (flexibilização, precarização), a financeirização e o processo de endividamento que lhe é solidário, o advento de formas culturais manifestamente em afinidade com o consumismo e o enriquecimento pessoal sem freios, enfim, todos esses elementos desenham uma certa forma de mundo – que o termo "neoliberalismo" permite, em primeira análise, tomar em consideração globalmente. Compreendido desta maneira, o neoliberalismo continuaria a ser de fato o aspecto essencial do mundo econômico contemporâneo, entretanto caracterizado por um desencantamento crescente em relação aos dogmas que tanto fascinaram durante as décadas de 1980 e 1990. Ele permanece como o fator-chave da evolução do capitalismo desde três décadas passadas e condiciona indiretamente, por uma série de cadeias causais complicadas, até mesmo fenômenos tidos como exógenos, como o crescimento asiático411.

Naquilo que diz respeito propriamente à prática neoliberal, Harvey cunhou o termo de *acumulação por espoliação ou despossessão (accumulation by dispossession)* para designar as técnicas de subversão da estrutura de redistribuição em favor das elites econômicas. Ele afirma que a acumulação por espoliação é o principal mecanismo por meio do qual o neoliberalismo atinge o seu objetivo. Ela funciona como uma espécie de continuação ou de extensão da noção marxista de acumulação originária ou primitiva, segundo a qual, durante o início do capitalismo, as terras comuns foram privatizadas, o trabalho foi transformado em mercadoria e as trocas foram

409 HABER, S., op. Cit.
410 Cf. HABER, S., op. Cit.
411 Cf. HABER, S., op. Cit.

monetarizadas e financeirizadas – enfim, ocorreu um processo amplo de expropriação dos produtores diretos em favor da classe capitalista nascente412. Harvey, por seu turno, enumera a lista dos principais aspectos da acumulação por espoliação no seu sentido contemporâneo, qual sejam: (i) a privatização e a mercantilização; (ii) a financeirização; (iii) a gestão e a manipulação das crises; (iv) as redistribuições do Estado:

(i) A mercantilização e a privatização das empresas públicas foi uma das características marcantes do projeto neoliberal. Seu objetivo principal foi o de abrir novos campos de acumulação do capital naqueles domínios outrora considerados como fora dos limites do cálculo de rentabilidade. Os serviços públicos de todos os tipos (água, telecomunicações, transportes, etc.), a proteção social (saúde, moradia, educação, aposentadorias), as instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, prisões), e até mesmo a guerra, foram em grande parte privatizados, em certa medida, por toda a parte no mundo capitalista (incluindo a China). Todos estes processos contribuíram para a transferência dos ativos públicos para o domínio privado das classes capitalistas.

(ii) A vigorosa onda financeira que se instaurou após 1980 foi marcada por seu estilo especulativo e predador. A magnitude diária total das operações financeiras, que alcançava os 2,3 bilhões de dólares em 1983, se elevou para 130 bilhões de dólares em 2001. A desregulação permitiu que o sistema financeiro se tornasse um dos principais centros de atividades de redistribuição da renda global através da especulação, da predação, da fraude e mesmo do roubo: "Promoções de ações; esquemas de Ponzi, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação; o desmembramento de ativos através de fusões e aquisições; e a promoção da incumbência da dívida que reduziu populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, à escravidão pela dívida - para não falar de fraude corporativa e desapropriação de ativos, assim como da invasão dos fundos de pensão e sua dizimação por ações e colapsos corporativos através de crédito e manipulações de ações – tudo isso constitui elementos do sistema financeiro capitalista"413.

(iii) Para além da estratégia especulativa, e não raramente fraudulenta, que caracteriza uma grande parte da manipulação financeira neoliberal, há um processo mais profundo que produz o nascimento da armadilha da dívida enquanto principal meio de acumulação por espoliação. A criação de uma crise, sua gestão e sua manipulação no cenário mundial evoluiu na arte de redistribuição da riqueza dos países periféricos para os países ricos, como no caso mexicano: "Através do aumento repentino das taxas de juros em 1979, Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve dos EUA, elevou a proporção das receitas estrangeiras que países tomadores de empréstimos tiveram de incluir nos pagamentos dos juros da dívida . Forçados à falência, países

412 Ver MARX, K., *O Capital,* livro I, capítulo 24.
413 HARVEY, D., op. Cit., p. 161.

como o México tiveram de concordar com o ajustamento estrutural. Embora proclamando seu papel de nobre líder organizador de resgates para manter a acumulação mundial de capital estável e nos trilhos, os Estados Unidos também puderam abrir o caminho para saquear a economia mexicana através da implantação de seu poder financeiro superior em condições de crise local"414.

(iv) O Estado, uma vez transformado num conjunto neoliberal de instituições, se torna um agente propagador muito importante de políticas de redistribuição, no sentido de inverter o fluxo de cima para baixo que havia sido estabelecido ao longo do período social-democrata anterior. Ele o faz, em primeira instância, por meio de planos de privatização e de cortes nos gastos públicos destinados a sustentar o bem-estar social. Mesmo quando a privatização aparece como benéfica para as classes inferiores, os efeitos de longo prazo podem ser negativos. O Estado neoliberal promove igualmente redistribuições através de uma variedade de outros meios tais como as revisões da lei sobre impostos a fim de favorecer os retornos sobre os investimentos, e não as rendas e salários, o deslocamento dos gastos do Estado e o livre acesso a todas as despesas de utilização (por exemplo, sobre o ensino superior), e o fornecimento de uma vasta gama de subvenções e de suspensão de impostos para as empresas: "Os programas sociais que hoje existem nos Estados Unidos em nível federal, estadual e local conduzem a um vasto redirecionamento de dinheiro público para benefício das empresas (diretamente, como no caso dos subsídios ao agronegócio e, indiretamente, como no caso do setor militar-industrial), da mesma forma que a dedução fiscal da taxa de juros da hipoteca opera nos Estados Unidos como um volumoso subsídio aos proprietários de residências de alta renda e à construção de indústria"415.

Este conjunto de estratégias criou problemas muito importantes do ponto de vista da domesticação do capitalismo:

> Julgado segundo os seus objetivos, o neoliberalismo foi um sucesso estrondoso. Ele se impôs com uma violência considerável, tanto no plano nacional como internacional. A lista é longa: repressão a greves e lutas; estagnação dos poderes de compra assim como daquele da proteção social (às vezes quedas dramáticas). Desmantelamento de modelos de desenvolvimento eficazes (como na Ásia e na América Latina); destruição de setores de produção, entrada das sociedades na situação de desemprego e a corrida para a emigração; crises ligadas ao estabelecimento da ordem neoliberal, ainda mais agravadas pelas políticas de estabilização impostas pelo FMI; destruição das identidades nacionais em favor de uma sub-cultura comercial internacional, etc416.

E a Europa não constitui uma exceção – inclusive em relação à questão do desemprego crescente:

> Nos principais países da Europa, as décadas neoliberais marcaram um período de crescimento lento, sobretudo se se compara estes ritmos com aquele dos Estados Unidos. A isso, pode-se acrescentar uma taxa de crescimento particularmente reduzida do poder de compra dos salários. Esta última observação contrasta fortemente com a propaganda neoliberal, que sustenta que "o consumidor" se beneficia da globalização neoliberal pois a abertura comercial e os investimentos diretos nos países de baixos salários diminuem o preço dos bens (por exemplo, os tecidos chineses ou os televisores montados nas *maquiladoras*). Acrescente o desemprego, e você terá uma imagem já bastante

414 Idem, p. 164.
415 Idem, p. 165.
416 DUMENIL, G. Et LEVY, D, "Néoliberalisme: Dépassement ou renouvellement d'un ordre social?" *in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?*,, p. 87.

concreta das consequências do neoliberalismo417.

O "compromisso neoliberal", que sucedeu o compromisso keynesiano na Europa, marca então o fim da "época dourada" do Estado de Bem-estar social. Isto já coloca um primeiro desafio para a teoria crítica da sociedade. O que fazer? Retornar ao projeto social-democrata? Lutar pelo retorno do apogeu do *Welfare State*? A questão é que hoje esta possibilidade não se põe sem problemas. É necessário não se esquecer das condições estruturais que foram necessárias para a instauração do Estado social na Europa; não se trata apenas de uma questão "normativa", pois o modelo do equilíbrio de poderes proposto por Habermas deve ter um ancoramento no real. Desse modo, mesmo que fosse possível (re)domesticar o capitalismo na Europa – o que por si só já é questionável em face do processo de desregulamentação e internacionalização do capital -, como imaginar uma situação onde todos os países (se quisermos evitar uma posição eurocêntrica) poderia idealmente adotar o regime de um Estado social sem romper com o compromisso de manter taxas suficientemente elevadas de acumulação do capital? Até mesmo Habermas reconhecia que o compromisso keynesiano que servia de base para o Estado social-democrata dependia da manutenção do crescimento econômico418. Nesse ponto, Samir Amin nos lembra que:

> Esquece-se das condições completamente excepcionais que permitiram o *Welfare State* social-democrata. As sociedade ocidentais concernidas dispunham de uma vantagem sobre todas as outras que permitia, ao mesmo tempo, concessões do capital ao trabalho e a continuação de sua *dominação imperialista* sobre o resto do mundo. A social-democracia foi *social-imperialista e mesmo social-colonialista* até à vitória dos movimentos de liberação. Por outro lado, a ameaça que constituía a alternativa comunista foi decisiva neste desvio do poder em direção ao compromisso histórico capital/trabalho que caracteriza este momento excepcional da história419.

Em face da globalização do capital, a análise da tensão entre capitalismo e democracia parece requerer uma reflexão em escala mundial e uma apropriação crítica de conceitos tais como "globalização", "imperialismo", "centro/periferia" e "sistema-mundo".

6.2 – A dinâmica expansionista do capitalismo liberalizado: mundialização e sistema-mundo.

Continuaremos o nosso argumento que problematiza a ideia de domesticação do capitalismo enfatizando um aspecto correlato àquele de neoliberalismo. Como vimos, a fase atual do capitalismo, neoliberal e pós-fordista, marca também o apogeu de sua dinâmica expansionista. Neste contexto, é importante adotar uma perspectiva global do capitalismo. Para tanto, uma perspectiva teórica, aquela dos teóricos do *sistema-mundo*, nos permite tocar em tais questões e tentar evitar o problema de uma visão normativa centrada nos países centrais. De acordo com tais

417 Cf. ibidem, p. 88.
418 Cf. TkH II, p. 512.
419 AMIN, S. "Au-delà de la mondialisation libérale: un monde meilleur ou pire?"*in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?*, p. 114.

teóricos, historicamente o capitalismo se apresenta sempre sob a forma de um conjunto geograficamente *hierarquizado* e polarizado, e não apenas como um "modo de produção". O capitalismo pode então ser compreendido como um *sistema*, mas não no sentido da teoria dos sistemas (e também habermasiano) de um dispositivo maquinal e abstrato que existe e se reproduz por si mesmo. Antes, trata-se de algo que é construído com base em relações sócio-espaciais relativamente estáveis. Esta concepção do sistema capitalista permite evitar o "ocidentalocentrismo" (aquele que concerne a Europa e os EUA) de parte das teorias críticas. Immanuel Wallerstein, o historiador e sociólogo norte-americano fundador desta perspectiva, define o sistema-mundo como uma unidade ou totalidade sócio-econômica dotada de uma divisão única do trabalho e diversos sistemas políticos e culturais. Na medida em que o sistema-mundo não é um sistema político unificado, trata-se então de uma *economia-mundo*:

> O que entendemos por economia-mundo (a *economie-monde* de Braudel) é uma grande zona geográfica dentro da qual há uma divisão do trabalho e, consequentemente, significativas trocas internas de bens essenciais ou básicos, assim como fluxos de capital e trabalho. O aspecto definidor de uma economia-mundo é que ela não é limitada por uma estrutura política unitária. Em realidade, há muitas unidades políticas dentro da economia-mundo, que se mantém frouxamente vinculados entre si, no nosso moderno sistema mundo, por meio de um sistema inter-estatal. E uma economia-mundo contém muitas culturas e grupos – os quais praticam muitas religiões, falam várias línguas e diferem entre si nos seus padrões de comportamento cotidianos. Isto não significa que eles não compartilham alguns padrões culturais comuns; é o que chamamos de geocultura. Isso siginifica que nenhuma homogeneidade cultural ou política deve ser esperada ou encontrada numa economia-mundo. *O que unifica a estrutura é a divisão do trabalho que é constituída dentro dela*[420].

Para Wallerstein, capitalismo e economia-mundo são sinônimos, pois a segunda só surge efetivamente com o primeiro, no século XVI a partir da Europa[421]. A característica mais fundamental da economia-mundo capitalista é que o conjunto da produção é organizado em função da venda no mercado, no qual o objetivo é o de obter o máximo de lucro. A tese forte de Wallerstein é que o capitalismo esteve sempre implicado numa economia-mundo, que de fato começa na Europa, mas que desde o começo englobava vários países. Ele observa que *as aspirações do capital jamais foram determinadas pelos limites do Estado-nação* e a criação de barreiras nacionais (o protecionismo) indica que já existia a ameaça de outros países mais desenvolvidos no sistema. É o caso da Inglaterra em relação à Holanda em 1660 e da França em relação à Inglaterra em 1715[422]. É por isso que Wallerstein sustenta a ideia de que a perspectiva do sistema-mundo é fundamental para uma análise do capitalismo – não apenas em sua fase contemporânea, mas em toda sua história.

Uma economia-mundo capitalista é uma coleção de diversas instituições. A instituição de base é o mercado, ou melhor, os mercados e empresas que estão em concorrência nos mercados; há ainda os múltiplos Estados, no interior de um sistema inter-estatal; as famílias, as classes e os

420 WALLERSTEIN, I., "The Modern World-System as a Capitalist World-Economy: Production, Surplus Value, and Polarization" *in World-S ystems Analysis: An Introduction,* p. 23.

421 Cf. WALLERSTEIN, I., "The rise and future demise of world capitalist system: concepts for comparative analysis" *in The Essential Wallerstein*, p. 76.

422 Cf. Ibidem, p. 87.

grupos de status.

Wallerstein identifica um certo paradoxo neste sistema, pois é certamente verdade que o capitalismo não pode funcionar sem os mercados, e é igualmente verdade que os capitalistas afirmam sempre que eles são favoráveis aos mercados livres. Contudo, os capitalistas não precisam e não desejam mercados totalmente livres, mas apenas parcialmente livres. A razão é simples. Suponhamos que tenha realmente existido um mercado mundial no qual todos os fatores de produção eram integralmente liberados, isto é, um mercado no qual os fatores fluíam sem restrição e havia um grande número de compradores e vendedores, e no qual havia uma informação perfeita (o que significa que todos os vendedores e todos os compradores conheciam o estado exato de todos os custos de produção). Em um tal "mercado perfeito", seria sempre possível para os compradores negociar junto dos vendedores a diminuição dos preços a um nível absolutamente ínfimo de lucro. Ora, esta baixo nível de lucro tornaria o jogo capitalista totalmente desinteressante para os produtores, suprimindo os fundamentos sociais de base do sistema. Por isso, os vendedores preferem sempre um monopólio, pois sempre eles podem criar uma margem relativamente grande entre os custos de produção e o preço de venda, e de obter assim taxas de lucro elevadas. É claro que os monopólios perfeitos são extremamente difíceis e raros, mas quase-monopólios não são. Para tanto, os capitalistas têm necessidade, sobretudo, do suporte da maquinaria de um Estado *forte,* que pode fazer valer um quase-monopólio.

Há várias maneiras de fazê-lo. Uma das mais fundamentais é o sistema de patentes que assegura os direitos de uma "invenção" por um certo número de anos. Restrições estatais sobre as importações e exportações (as medidas protecionistas) constituem uma outra forma. As subvenções do Estado e as vantagens ficais são uma terceira. A capacidade dos Estados forte de utilizar sua força para impedir Estados mais fracos de criar medidas anti-protecionistas também é importante. Há também o papel dos Estados enquanto compradores em grande escala de certos produtos. Enfim, as regulamentações que impõem um fardo aos produtores podem ser fáceis de absorver para os grandes produtores, mas não para os pequenos, o que pode gerar uma assimetria que elimina os pequenos e fortalece os oligopólios. As modalidades de intervenção estatal sobre o mercado são tão extensas e variadas que elas constituem um fator fundamental na determinação dos preços e dos lucros. Sem tais ingerências, o sistema capitalista não poderia prosperar nem sobreviver[423].

No entanto, os quase-monopólios não duram indefinidamente. Só que eles duram tempo suficiente (digamos, em média, 30 anos) para assegurar uma acumulação de capital considerável para aqueles que os controlam[424]. Quando um quase-monopólio ou semi-monopólio deixa de existir,

423 Cf. WALLERSTEIN, I., "The Modern World-System as a Capitalist World-Economy: Production, Surplus Value, and Polarization" *in World-S ystems Analysis: An Introduction,* p. 26.

424 É importante notar que, em vez de focar na questão da exploração da força de trabalho tal como análises mais marxistas, Wallerstein atribui aos quase-monopólios a razão básica para o lucro. Nada impede, porém, que ambas

os grandes acumuladores de capital simplesmente redirecionam seus investimentos para novos produtos ou indústrias de ponta. O resultado é um ciclo de "produtos de ponta". Estes têm vida relativamente curta, mas são substituídos por outros produtos de primeira linha. Assim, o jogo continua.

Tudo isso é importante para compreender um fenômeno essencial na economia-mundo. A divisão do trabalho de uma economia mundo capitalista divide a produção em produtos centrais e produtos periféricos. *Centro-periferia* é um conceito relacional. O que Wallerstein entende por centro e periferia é o grau de rentabilidade dos processos de produção. Como a rentabilidade está diretamente relacionada ao grau de monopolização, o que ele entende essencialmente por processos de produção centrais são aqueles processos controlados por semi-monopólios. Os processos periféricos são então aqueles que são de fato concorrenciais. Quando a troca se produz, os produtos concorrenciais estão em posição de fraqueza, enquanto que os produtos oriundos de quase-monopólios estão numa posição de força. Em consequência, há um fluxo constante de mais-valia dos produtores de produtos periféricos em direção aos produtores de produtos de ponta. É o que ele chama de *troca desigual*.

Como os quase-monopólios dependem do apoio de Estados fortes, eles estão, em grande parte, situados juridicamente, fisicamente e em termos de propriedade, no interior destes Estados. Existe portanto *uma conotação geográfica na relação centro-periferia.* Assim, podemos falar de *países centrais* e *países periféricos,* desde que tenhamos em mente que trata-se na verdade de uma relação entre processos de produção. Em alguns Estados ocorre uma mistura entre ambos tipos de processos de produção. Nesse caso, podemos falar de *países semi-periféricos*. O papel de cada tipo de Estado é bastante diferente naquilo que diz respeito aos procedimentos de produção. Os Estados fortes tendem a insistir sobre o seu papel de mantenedores dos semi-monopólios. Os Estados mais fracos são geralmente incapazes de fazer o que quer que seja para afetar a divisão internacional do trabalho, e, com efeito, são fortemente constrangidos a aceitar o lote que lhes é dado. Os Estados semi-periféricos se encontram em uma situação bastante complicada. Sob a pressão dos Estados centrais e exercendo pressão sobre os Estados periféricos, a preocupação deles é a de evitar cair ao nível periférico e de fazer o que eles podem para avançar em direção ao centro. Tais Estados são assim aqueles que geralmente aplicam da maneira mais agressiva as políticas protecionistas. Eles esperam com isso proteger seus processos de produção da concorrência das empresas estrangeiras mais poderosas, tentando ao mesmo tempo melhorar a eficácia das suas próprias empresas a fim de melhor sustentar a concorrência no mercado mundial. Tais países são os potenciais destinatários do *offshoring* de indústrias de ponta, o que eles consideram como um "desenvolvimento econômico". Neste caso, a concorrência não vêm dos países centrais, mas sobretudo de outros países semi-

abordagens possam ser combinadas.

periféricos capazes de receber tais indústrias, as quais não podem ser transferidas simultaneamente nem para todos os aspirantes nem no mesmo grau. No início do século XXI, países que podem ser vistos como semi-periféricos são, por exemplo, a Coréia do Sul, a África do Sul, o Brasil e a Índia – grosso modo, são países com empresas que exportam produtos com um certo grau de tecnologia ou de valorização (como aço, automóveis, produtos farmacêuticos, etc.) para zonas periféricas, mas também que regularmente importam produtos mais "avançados" oriundos das zonas centrais[425].

Mas o que mais nos interessa aqui, é o argumento segundo o qual o sistema de trocas desiguais é *necessário* para a expansão capitalista, já que o *lucro* aparece como seu objetivo primário[426]. Como vimos, sem troca desigual entre centro, semi-periferia e periferia, não há quase-monopólios, nos quais os países centrais produziram produtos altamente complexos e de tecnologia avançada e os venderia a preços elevados, enquanto que os países periféricos venderiam produtos de baixa tecnologia ou matérias-primas a preços mais reduzidos. Sem tais quase-monopólios, os lucros seriam muito baixos para as grandes empresas, o que conduziria a uma desintegração da própria economia-mundo capitalista. Assim, a estrutura do sistema-mundo limita consideravelmente as possibilidades de transformação desta hierarquização entre os países. O que não quer dizer que não haja mudanças de posição. Países periféricos podem tornar-se semi-periféricos e vice-versa, assim como países centrais podem decair para a condição de semi-periféricos e vice-versa. A questão é que este gênero de mudança não é nada mais que uma *circulação* de países que desempenham papéis diferenciados. Ou seja, para apresentar as coisas de modo um tanto quanto estilizado, aquilo que representa o desenvolvimento do primeiro, significa correlativamente a decadência do segundo.

Mais concretamente, de acordo com Wallerstein, *não é possível que todos os países "se desenvolvam" simultaneamente*, de modo que chegaríamos numa situação onde todos os países, dentro de 50 ou 60 anos, seriam plenamente "desenvolvidos". É preciso desconfiar de certos relatórios da ONU:

> Para ser muito concreto, não é possível teoricamente que todos os estados "se desenvolvam" simultaneamente. O assim chamado "*widening-gap*" não é um mecanismo anormal, mas sim um mecanismo contínuo da operacionalidade da economia-mundo. Obviamente, *alguns países podem se desenvolver. Mas aqueles que sobem o fazem às custas de outros que declinam*[427].

A lógica do lucro exige uma forte competição entre os países pela manutenção e melhora da rentabilidade do capital de suas empresas (o que, por sua vez, gera arrecadação de impostos para os Estados). Nesta perspectiva, o modelo habermasiano que pressupõe o Estado social do

425 Cf. Ibidem, p. 28.

426 Cf. WALLERSTEIN, I., "Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy" in *The capitalist world-economy*, p. 71.

427 Cf. Ibidem, p. 73.

compromisso entre capital e trabalho só seria efetivamente possível para uma pequena quantidade de países do globo. Não por acaso para os países centrais (não necessariamente os europeus, mas certamente uma parcela limitada) – e mesmo neste caso, apenas nos momentos de expansão e de forte crescimento econômico.

***

Mas, para voltarmos à teorização voltada especificamente para a fase contemporânea do capitalismo, como se passa o processo atual de expansão? Por exemplo, o economista francês François Chesnais fala de um processo de *mundialização do capital*, sobretudo sob o prisma das ações das empresas multinacionais e da concentração e centralização do capital. Segundo ele, a internacionalização do capital, notadamente nos países desenvolvidos, foi uma das principais estratégias encontradas para retomar o crescimento e a acumulação de capital. Assim, por exemplo, um dos aspectos marcantes do período que seguiu à recessão de 1974-5 foi uma taxa de crescimento dos *investimentos diretos no exterior* muito superior àquela dos investimentos domésticos. As grandes firmas buscaram uma saída para a queda na rentabilidade do capital, para a saturação da demanda por bens de consumo duráveis, para a rigidez do processo de produção fordista sob o capitalismo estatalmente regulado e para a contestação operária, justamente num procedimento conhecido como *offshoring*. Offshoring é o modelo de realocação de processos de negócio de um país para outro. Ele inclui qualquer processo de negócio como produção, manufatura e serviços. Ou seja, offshoring é quando uma empresa passa a produzir em outros países , por motivos tributários e/ou outros, o que antes era produzido no próprio país, com intuito de tornar-se mais competitiva. Mas, ao começar a dissociar os seus próprios destinos daqueles de suas economias de origem, tais grupos multinacionais contribuem para o enfraquecimento da estrutura econômica do Estado-nação e não à restauração do círculo vicioso de acumulação segundo as modalidades da regulação fordista[428].

A fase de bom funcionamento, no final das contas bastante breve, da fase fordista, se situa grosso modo do fim da reconstrução que sucedeu a Segunda Guerra mundial até a morte do sistema do Bretton Woods. Ela corresponde à curta fase durante a qual a internacionalização multidoméstica predomina. Este período é caracterizado, como vimos, por um regime internacional relativamente estável, cujos pivôs são o sistema de paridades fixas entre as moedas e a difusão do modelo fordista de produção e consumo de massa a partir dos EUA[429].

Segundo Chesnais, a mundialização deve ser compreendida como uma fase específica do processo mais geral de internacionalização do capital e de sua penetração no conjunto das regiões

428 Cf. CHESNAIS, F, *La mondialisation du capital*, p. 252.
429 Cf. Idem, p. 251.

do globo onde se encontram recursos e mercados[430]. Esta mundialização é o resultado conjugado de dois movimentos: o primeiro pode ser caracterizado pela fase mais longa de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu após 1914; o segundo, já mencionado anteriormente, diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento das conquistas sociais e democráticas; políticas estas que foram aplicadas desde o começo dos anos 1980 sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. Mas Chesnais insiste sobre o fato que:

> A perda, para a maioria esmagadora das economias dos países capitalistas, de uma grande parte de suas capacidades de conduzir um desenvolvimento parcialmente auto-centrado e independente, a desaparição de uma certa especificidade dos mercados nacionais e o colapso da possibilidade para muitos Estados de levar a cabo políticas próprias, não constituem uma consequência *mecânica* de uma globalização que interviria como um processo exterior sempre mais opressivo para impôr a cada país, aos seus partidos e aos seus governos um linha de conduta dada. Sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e depois do conjunto dos governos que aceitaram desregular, e sem a realização das políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização das trocas, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não poderiam ter explodido tão rápido e tão radicalmente os entraves e os freios à sua liberdade de se desenvolver como bem entendem e de explorar os recursos econômicos humanos e naturais lá onde isto lhes convém[431].

Para caracterizar a mundialização, ainda em 1994, Chesnais acompanha o movimento do capital sob três formas: (i) o capital industrial ou produtivo; (ii) o capital comercial; (iii) o capital-dinheiro ou financeiro.

(Ad i) Naquilo que diz respeito ao setor produtivo, a transformação profunda do mundo da organização do trabalho constitui um dos aspectos mais fundamentais do fenômeno da mundialização[432]. A recessão dos anos 1970 trouxe um incômodo dos grandes capitalistas em relação à rigidez do processo de produção fordista e do capitalismo regulado pelo Estado, que impedia uma maior concorrência, a diminuição dos custos de produção e uma maior exploração da mão-de-obra. Assim, no plano industrial, tratou-se sobretudo de novos modos de organização da produção adotados pelas empresas *multinacionais*. A liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação, potencializaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se engajar e de se desengajar, de investir e de desinvestir, enfim, sua propensão à *mobilidade*. Ele agora possui toda a liberdade de provocar uma concorrência entre diferentes países em torno do preço da força de trabalho. Há de fato uma concorrência efetiva entre assalariados de diferentes países, o que gerou um *aumento significativo nos níveis de exploração da força de trabalho*. Para tanto, o capital concentrado pode proceder por meio de investimentos diretos ou pela terceirização. A integração das bases industriais nacionais antes separadas e distintas foi possibilitada pelos investimentos diretos no exterior (IDE). As empresas multinacionais tiram vantagem simultaneamente da liberalização das trocas e do

430 Cf. Idem, p. 22.
431 Idem, p. 23.
432 Idem, p. 18.

recurso a novas formas de gestão da produção (como o toyotismo). Mas a mundialização concerne também a organização entre as empresas. Os grupos industriais se organizam em redes. As novas formas de gestão e de controle, fazendo uso de complexas modalidades de terceirização (*sous-traitance*), que visam a ajudar às grandes corporações na reconciliação entre a centralização do capital e a descentralização das operações por meio das oportunidades oferecidas pela automatização e pela telemática.

(Ad ii) Do ponto de vista do capital comercial, a mundialização é caracterizada pelo fato que os IDE são marcados por um grau elevado de concentração nos países ricos, em detrimento dos países em desenvolvimento. As exigências de proximidade da produção toyotista e as oportunidades oferecidas pelos grandes mercados continentais, assim como as exigências da concorrência oligopolista relacionadas à proximidade com o mercado final, explicam a regionalização das trocas nos polos referentes aos países desenvolvidos. As trocas intra-setoriais, condicionadas pelas trocas intra-firmas no contexto dos mercados privados internos das multinacionais, constituem a forma dominante do comércio exterior. Cresceu o grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades. O investimento internacional e as fusões/aquisições transfronteiriças engendram estruturas de oferta muito concentradas no plano mundial. Com isso, houve a emergência de oligopólios mundias em um número crescente de indústrias. Formados sobretudo por grupos norte-americanos, europeus e japoneses (e hoje cada vez mais chineses e indianos), eles delimitam entre si um espaço de concorrência e de cooperação privilegiado. Este é defendido contra a entrada de novos concorrentes exteriores à zona OCDE por meio de barreiras comerciais e industriais. Em geral, os governos perderam o poder de escolher a especialização de seus países no plano da divisão internacional do trabalho.

(Ad iii) Finalmente, assiste-se ao crescimento vertiginoso de um capital bastante concentrado que conserva a "forma-dinheiro" e favorece, para o seu próprio bem, a emergência de uma *globalização financeira* que acentuou os elementos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira e especulativa aos capitais investidos no setor manufatureiro e de serviços.

Belluzzo resume o movimento da mundialização, ao afirmar que:

> Neste processo de *mundialização da concorrência* desencadeou-se uma nova onda de *centralização de capitais* que se apresenta sob a forma de uma crescente *dispersão espacial das funções produtivas* e *terceirização das funções acessórias ao processo produtivo,* acompanhadas de uma violenta *concentração das decisões* e da circulação de informações no "cérebro" da grande organização. O predomínio e a capacidade de controle da grande empresa sobre os mercados encontram ambiente favorável no desenvolvimento da *nova finança*. Os mercados de capitais são mais sensíveis à avaliação do risco, o que determina uma maior seletividade na escolha dos papéis oferecidos à consideração dos gestores de carteira. Ao mesmo tempo, o caráter globalizado dos mercados permite às empresas o acesso amplo aos mecanismos de hedge e de proteção contra as flutuações das taxas de câmbio e variações nas condições de crédito nos diversos países[433].

Em geral, pode-se afirmar, seguindo Chesnais, que o movimento de mundialização é

433 BELLUZZO, L., op. Cit., p. 18. Grifo nosso.

excludente. Com exceção de alguns novos países industrializados (NPI), um movimento muito claro tende a marginalizar os países em desenvolvimento. Este movimento foi marcado, nos anos 1980, por um nítido recuo dos IDE e das transferências de tecnologia na direção dos países em desenvolvimento, assim como pelo início da exclusão do sistema de trocas de muitos países produtores de produtos de base[434].

Porém, em relação a este último ponto, Chesnais reconheceu, em artigos mais recentes, que hoje esse diagnóstico deve ser revisado naquilo que diz respeito a países como China e Índia. Até então, ele havia conduzido as suas análises considerando os EUA como o centro das relações constitutivas da mundialização. E, de fato, foram os EUA que deram os principais impulsos para a atual mundialização. No entanto, mesmo os EUA começam a sofrer os efeitos de retorno desse processo. Pois, ao combater a baixa da taxa de lucro das empresas por meio de o*ffshorings* na direção sobretudo da China, os EUA ajudaram na emergência de um rival poderoso. Chesnais chega mesmo a afirmar que a entrada da China na OMC abriu a fase do capitalismo em que a tendência a formar um mercado mundial se torna uma realidade[435]. Mas esse mercado se torna mundial com a entrada em cena de novos concorrentes localizados em áreas até então vinculadas ao imperialismo. A China e a Índia são de fato integradas na esfera de valorização planetária do capitalismo – o que não deixa de significar uma ruptura definitiva com as relações políticas do imperialismo clássico. *As consequências dessa concorrência internacional ainda mais acirrada são enormes para o capitalismo e para as sociedades européias e norte-americanas.* Certamente a perspectiva de uma reconstrução do Estado de Bem-estar, mesmo que restringindo-o à Europa, por exemplo, também passa por essa dificuldade.

Como já evocado mais acima, as características básicas deste mercado mundial são (i) um espaço de rivalidade entre oligopólios mundias e (ii) um campo de concorrência direta entre trabalhadores de países diferentes. Acontece que o objetivo de aumentar a exploração da força de trabalho por meio da redução do nível dos salários, causada por mecanismos de o*ffshoring* e terceirização, tem um preço: ajudar concorrentes poderosos a se reforçar. Pois a maior parte dos investimentos diretos no exterior ocorreu em países (sobretudo a China) que possuíam a força política necessária para impor às multinacionais americanas e europeias contrapartidas importantes em termos de transferência de tecnologia e para se servir de tais tecnologias como trampolim para uma acumulação autônoma em setores cada vez mais sofisticados[436].

Esta situação torna claro que, embora os EUA e a Europa tenham iniciado o processo atual de mundialização via desregulamentação e liberalização visando os seus próprios benefícios, o verdadeiro beneficiário desse processo foi o capital concentrado enquanto tal, tanto financeiro

434 Cf. Idem, p, 23-4.
435 Cf. CHESNAIS, "Les contradictions et les antagonismes propres au capitalisme mondialisé", p. 76.
436 Cf. idem, p. 83.

quanto industrial, assim como as grandes oligarquias e suas fortunas, não importando o lugar em que elas se encontram. A ideia de que "o capital não tem pátria" se tornou mais clara do que nunca.

A situação atual aponta para uma separação entre os lugares onde se localizam os principais centros financeiros, a começar por New York, e os lugares onde se dá a acumulação efetiva via extração de mais-valia, marcada pela exploração pelo capital industrial de novos e imensos contingentes de proletários nas fábricas e usinas (em sua maior parte chinesas). Isso conduz à uma situação bastante peculiar para os EUA. A particularidade do crescimento americano recente foi o de ter repousado, em parte, sobre operações vinculadas ao mercado financeiro.

Chesnais, em parte seguindo as análises de Marx no livro III do *Capital* sobre o capital portador de juros[437], chama esse fenômeno de acumulação de *capital fictício*. Por capital fictício, ele entende os títulos emitidos em contrapartida de empréstimos a entidades públicas ou a empresas (obrigações), ou em reconhecimento da participação no financiamento (geralmente inicial) do capital de uma empresa (ações). Estes títulos são pretensões de participar na partilha dos lucros ou de beneficiar-se, por meio do serviço de dívida pública, de rendas oriundas dos impostos. Para os detentores, eles representam um capital, do qual eles esperam obter um fluxo regular de juros e dividendos (uma "capitalização"). Acontece que tais títulos não são enquanto tais um capital, e dependem de mecanismos de articulação com a economia real que assegurem, ao menos temporariamente, a apropriação de um montante suficiente de mais-valia para que juros e dividendos sejam distribuídos. Aí que se dá a conexão com os investimentos na China realizado por empresas financiadas e pressionadas por acionistas e mercados financeiros com vistas a diminuir os custos de produção e combater a queda na taxa de lucro. No entanto, no afã de assegurar-se uma rentabilidade cada vez mais elevada dos investimentos, tais títulos também podem multiplicar-se internamente (via comercialização dos títulos e valorização especulativa) e ultrapassar o nível de acumulação efetiva oferecido pelo setor produtivo, assumindo realmente um caráter "fictício" - nessa caso, eles não possuem mais correspondência com a economia real[438]. Neste momento, tem-se o surgimento de "bolhas financeiras" que, cedo ou tarde, explodem em momentos de quebra generalizada das bolsas, tal como ocorreu em 2008.

As consequências da mundialização do capital para o Estado de Bem-estar social são bastante negativas. A mobilidade do capital, assim como o movimento de liberalização e desregulamentação, enfraqueceram sensivelmente o quadro sociopolítico do Estado-nação no interior do qual os célebres "efeitos de compensação" podiam anteriormente ser implementados. Antes, o combate contra o desemprego podia se beneficiar de medidas de proteção alfandegárias e

437 Para uma análise dessa categoria em Marx, ver FONTES, V, "Marx , expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio" in Crítica Marxista (São Paulo), v. 26, p. 9-31, 2008 .

438 Para uma análise mais detalhada deste fenômeno, ver CARCANHOLO, R & SABADINI M. S , "Capital ficticio y ganancias ficticias",. Herramienta (Buenos Aires), v. 37, p. 59-79, 2008 .

comportar medidas legislativas, cujo efeito era relativamente coercitivo para as empresas, já que a mobilidade internacional delas era limitada. Hoje, a situação não é mais a mesma. A mobilidade do capital e a concorrência internacional acirrada permite, ao contrário, que as empresas pressionem os países mais favoráveis aos trabalhadores no sentido de alinharem suas legislações do trabalho e de proteção social em função das legislações dos países onde as leis lhe são mais favoráveis em termos de exploração da força de trabalho. Esta mobilidade tende necessariamente a tornar medidas como a redução da jornada de trabalho menos eficazes, uma vez que elas não podem ser impostas às empresas em todos os lugares e países nos quais elas podem operar[439].

Como bem nota Belluzzo:

> Quanto ao Estado Nacional, ninguém duvida de que sua ação econômica vem sendo severamente restringida: assiste impotente ao desdobramento das estratégias de localização e de divisão interna do trabalho da grande empresa e está cada vez mais à mercê das tensões geradas nos mercados financeiros, que submetem a seus caprichos as políticas monetária, fiscal e cambial. Mais do que por seu caráter global a nova finança e sua lógica tornaram-se decisivos por sua capacidade de impor vetos às políticas macroeconômicas. Este poder de veto dos mercados financeiros se impõe a todas as economias ainda que de forma diferenciada (…) Os efeitos mais importantes destas transformações têm sido, por toda a parte, a decadência econômica de muitas regiões, o crescimento do desemprego estrutural, a proliferação de formas de precarização do emprego, e o aumento da desigualdade. A estas forças negativas o Estado e a sociedade não podem responder com ações compensatórias de outros tempos porque nos mercados globalizados, cresce a resistência à utilização de transferências fiscais e previdenciárias, aumentando ao mesmo tempo as restrições à capacidade impositiva e de endividamento do setor público. Isto porque a globalização ao tornar mais livre o espaço de circulação da riqueza e da renda dos grupos integrados, desarticulou a velha base tributária das políticas keynesianas e submeteu a capacidade de endividamento do Estado ao poder de veto dos mercados financeiros[440].

Claramente, uma tal situação nos convida a, pelo menos, *repensar e problematizar a atualidade do pressuposto habermasiano de uma domesticação ou de uma "humanização" do capitalismo no contexto de um Estado social.* Para além do fato de que a perspectiva de uma tal domesticação via Estado social seja bastante problemática atualmente, é importante ressaltar que, mesmo do ponto de vista normativo, é difícil imaginar, a julgar pelo estado de coisas contemporâneo, uma volta à situação anterior ao neoliberalismo. Em primeiro lugar, porque o Estado social só funcionou efetivamente na Europa e parcialmente nos EUA. E, em segundo lugar, porque o aumento da concorrência internacional, a emergência da China e Índia como potências capitalistas (e talvez, futuramente, Brasil, Rússia, e África do Sul) geram um aumento de desemprego e uma estagnação no consumo nos países ricos. Isso causa, por sua vez, uma diminuição na arrecadação fiscal nestes países, o que leva seus governos a aumentar a dívida pública. Ora, a ação das taxas de juros referentes à dívida começa a pesar sobre o orçamento de tais países, o que pode vir a engendrar o que se convencionou a chamar, na trilha dos trabalhos de James O'Connor[441], de "crise fiscal do Estado"[442]. O resultado é uma situação na qual as capacidades dos Estados para sustentar as políticas de bem-estar e proteção social são consideravelmente limitadas.

439 Cf. CHESNAIS, *La Mondialisation du capital,* p. 259.
440 BELLUZZO, op. Cit., p. 19.
441 Ver O'CONNOR, J. *The Fiscal Crisis of the State. New York: St. Martin's Press, 1973*
442 Cf. CHESNAIS, *La Mondialisation du capital*, p. 259.

Grosso modo, guardadas as diferenças nacionais, esta é hoje a situação dos países europeus. Por ora, é difícil imaginar, para a Europa de Habermas, uma volta, ao menos a médio prazo, das circunstâncias excepcionais – em grande parte devido a relações imperialistas, ao momento de reconstrução pós-guerra e à ameaça do socialismo real – nas quais o *Welfare State* foi implantado. Claro que ainda resta muito da estrutura do Estado social nos países europeus, mas estas se restringem cada vez mais - e em quantidade cada vez menor - a países centrais como a Alemanha e a França, ou então a países escandinavos, herdeiros do "socialismo sueco".

E mesmo que fosse possível uma volta aos "anos dourados" do *Welfare State* na Europa, precisaríamos evitar os riscos do eurocentrismo. Sobre este ponto, Chesnais nos fornece argumentos importantes, complementares àqueles de Wallerstein abordados acima. Ele questiona a ideia segundo a qual o modelo ocidental (EUA e Europa) de desenvolvimento capitalista seria *generalizável* para o conjunto dos países e regiões do planeta. Segundo esta visão, existiria "etapas do desenvolvimento", isto é, passos de uma escala que todo país poderia percorrer. Mas, na época da mundialização, existem pelo menos dois obstáculos para essa ideia. Primeiro, em consequência da introdução de formas toyotistas de organização e concorrência entre as empresas e países centrais, estes só estariam interessados na manutenção de relações *seletivas* que só concernem um número limitado de países do "terceiro mundo". A China, por exemplo, que hoje é a maior potência industrial do planeta, foi atrativa por causa de seu mercado interno potencialmente enorme e, naquilo que diz respeito ao capital produtivo, ela serviu como base de terceirização a custos muito baixos em termos de salários. Certos países são ainda eventualmente requisitados como fonte de matérias-primas. Mas, com exceção destes casos, as empresas dos países avançados têm necessidade de mercados, e não de concorrentes industriais de primeiro plano (hoje em dia, os tigres asiáticos, China e Índia já lhes bastam). Foi por isso que houve um certo declínio no volume de IDEs com relação a outros países[443].

Além disso, o desenvolvimento de todas as partes do globo é ainda menos desejável pois isso se chocaria com limites de caráter ecológico. Do ponto de vista do consumo de energia, das emissões de gases na atmosfera, da poluição dos recursos hídricos, dos ritmos de exploração de numerosos recursos naturais, é simplesmente impossível estender em escala mundial os modos atuais de produção e consumo dos países desenvolvidos sobre os quais tais países construíram os seus padrões elevados de vida. Dito de outro modo, os fundamentos do modo de desenvolvimento capitalista – a propriedade privada, o mercado, a lógica do lucro, o consumismo exacerbado por incentivo da publicidade – são incompatíveis com os limites ecológicos do planeta.

443 Cf. Idem, p, 261.

6.3 – Capitalismo x democracia

Quais são finalmente as consequências dessa diminuição significativa no nível de domesticação do capital para a relação entre capitalismo e democracia? Nesta seção, analisaremos como, segundo algumas contribuições, a tensão entre capitalismo e democracia pode se tornar, em certos contextos, mais aguda. É importante esclarecer que não se trata de desmerecer os significativos avanços pelos quais as democracias liberais passaram desde o pós-guerra, representados pela estabilização e consolidação do Estado democrático de direito em uma série de países, guardadas as diferenças regionais. Para ficar com o exemplo emblemático dos EUA, após a revolução dos Direitos Civis dos anos 1950 e 1960, a segregação racial e a exclusão deixaram de ser legal ou socialmente aceitáveis. Brancos e afro-americanos começaram a participar juntos em escolas e faculdades, no mercado de trabalho, e em toda sorte de organizações políticas e cívicas. As barreiras de gênero também têm sido rompidas desde os anos 1960, com as mulheres agora capazes de ter acesso à maioria das oportunidades econômicas e políticas que estão disponíveis para os homens. Muitos outros grupos anteriormente marginalizados também ganharam direito à plena participação em instituições americanas[444]. Não obstante, acontece que, como veremos adiante, estes inegáveis ganhos democráticos podem vir a ser mitigados por tendências desdemocratizantes vinculadas ao caráter neoliberal da fase atual do capitalismo.

É preciso reconhecer que houve e há de certo uma "crise" do Estado social, tal como Habermas afirmava, mas esta se mostrou muito mais significativa justamente no âmbito econômico, enquanto um resultado das limitações estruturais ao crescimento econômico na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 70. Por esse motivo, em face da "nova política" da "gramática das formas de vida" saudada por Habermas, pode-se eventualmente argumentar que a "velha política" das demandas de redistribuição (e por vezes críticas em relação ao capitalismo) recuperou, em certo sentido, a sua importância enquanto zona de conflito, mesmo nas regiões centrais, como a Europa e os EUA. Mas este fenômeno não é nada mais que o sinal do abalo da esperança de "casamento" entre o capitalismo e a democracia efetiva ou radical. Em um artigo recente, o sociólogo econômico alemão Wolfgang Streeck nota que, ao longo dos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra e até muito recentemente, Habermas não era o único a crer que o capitalismo podia se tornar compatível com a democracia radical por meio de um controle político (democrático) massivo; pelo contrário, tratava-se de uma opinião largamente difundida na Europa. Não obstante, Streeck sugere que não são os *Trente Glorieuses*, mas antes a série de crises subsequentes (e também anteriores) que representa *o estado normal* do "capitalismo democrático" das sociedades ocidentais avançadas, estado este governado por um conflito endêmico entre os mercados capitalistas e a política

444 Cf. Task Force on Inequality and American Democracy , "American Democracy in an Age of Rising Inequality", 2004, p. 2. Ver também John D. Skrentny, *The Minority Rights Revolution* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002).

democrática. Ora, tal conflito não cessou de crescer após o fim do período de forte crescimento econômico nos anos 70[445].

Streeck concebe o capitalismo democrático (que equivale, pelo menos naquilo que diz respeito à Europa e EUA, à mesma configuração politico-econômica que Habermas chama de "capitalismo tardio") como um regime politico-econômico regulado por princípios contraditórios de alocação de recursos: o primeiro operando segundo a "produtividade marginal" ou livre jogo de forças mercantis; o outro está baseado nas necessidades sociais certificadas pelas escolhas coletivas de uma política democrática. Sob o capitalismo democrático, os governos estão teoricamente condicionados a honrar simultaneamente estes dois princípios, ainda que eles nunca se alinhem.

Neste artigo, ele sustenta a tese de que o funcionamento deste capitalismo sempre implicou uma contradição fundamental entre os interesses dos mercados capitalistas e os interesses dos eleitores; uma tensão que foi continuamente deslocada, ao longo dos anos, por um processo – em última instância insustentável - de *borrowing from the future*: da inflação dos anos 70, passando pela dívida pública dos anos 80, até a dívida privada dos anos 90 e 2000 – o que conduziu finalmente ao estouro da bolha financeira e à crise de 2008.

Nas análises econômicas evocadas acima, fenômenos como o da neoliberalização e da financeirização foram abordados quase que exclusivamente do ponto de vista da classe dirigente. A análise de Streeck é interessante justamente porque ela complementa esta perspectiva com uma análise das tensões e das estratégias inerentes à manutenção de um compromisso mínimo entre capital e trabalho, marca fundamental do capitalismo democrático dos países centrais. Esse mecanismo de apropriação de recursos que ainda não foram efetivamente produzidos constituiu a estratégia fundamental, segundo este autor, através da qual foi possível a manutenção, cada vez mais precária, deste compromisso num contexto de desaceleração do crescimento econômico. É por isso que esse tipo de análise econômica nos permite fazer uma ponte com a questão que nos interessa nesta seção, a saber, a da tensão cada vez mais aguda entre capitalismo e democracia.

O período do pós-guerra do capitalismo democrático sofreu sua primeira crise na década seguinte ao fim dos anos 60, quando a inflação começou a aumentar rapidamente no mundo ocidental como resultado da *baixa da taxa de crescimento econômico*, o que tornou difícil de manter o compromisso de pacificação entre o capital e o trabalho que havia posto fim às lutas internas após os conflitos da Segunda Guerra Mundial. Basicamente, este compromisso implicava que a classe operária organizada aceitou os mercados capitalistas e os direitos de propriedade em troca de uma política democrática, que lhe permitiu alcançar uma certa segurança e um constante crescimento do nível de vida. As mais de duas décadas de crescimento ininterrupto produziu percepções populares profundamente enraizadas que consideravam o progresso econômico contínuo

445 Cf. STREECK, W., "The crises of democratic capitalism" *in New Left Review*, p. 6.

como um direito da cidadania democrática; percepções estas que são traduzidas por expectativas políticas diante das quais os governos se sentem obrigados a honrar. Acontece que eles são cada vez menos capazes de fazê-lo, na medida em que o crescimento se desacelera progressivamente.

Dito de outro modo, quando o crescimento se tornou mais e mais fraco, ao mesmo tempo ficou mais difícil de manter o assim chamado "compromisso keynesiano", que englobava o Estado de Bem-estar social e a garantia política do pleno emprego. Nos anos subsequentes, tratou-se de encontrar um meio de fazer com que os sindicatos moderassem as demandas de salário de seus membros a fim de não romper com o compromisso do pleno emprego. A única solução para conciliar a livre negociação coletiva dos operários em relação aos salários com o pleno emprego foi uma política monetária de aumento da taxa de inflação a níveis que aceleraram ao longo do tempo[446]. Neste contexto, a inflação pode ser descrita como o reflexo monetário dos conflitos entre a classe trabalhadora, que exige ao mesmo tempo estabilidade do emprego e uma maior parte da renda de seu país, e uma classe capitalista que se esforça para maximizar a rentabilidade dos seus investimentos. Como os dois lados agem com base em princípios incompatíveis entre si naquilo que diz respeito ao que lhes pertence de direito - o primeiro enfatizando os direitos da cidadania e o segundo os direitos de propriedade e o poder do mercado -, a inflação pode também ser considerada como a expressão da anomia em uma sociedade que, por razões estruturais, não pode se entender sobre critérios comuns de justiça social[447].

Assim, esta política monetária de acomodação foi o melhor método encontrado pelos governos que enfrentavam demandas contraditórias entre trabalho e capital em um mundo de taxas de crescimento decrescentes para dirimir o conflito social. Mas este modo de pacificação dos conflitos não podia perdurar indefinidamente. A aceleração da inflação conduziu finalmente a distorções econômicas insustentáveis no âmbito dos preços relativos, na relação entre as rendas eventuais e fixas, e no que os economista chamam de "medidas de incitação econômicas". No fim das contas, a inflação vai produzir desemprego e punir os trabalhadores a cujos interesses ela deveria inicialmente servir. Neste momento, os governos sob o capitalismo democrático sucumbiram à pressão e acabou com os acordos salariais de redistribuição, restaurando assim a *disciplina monetária*.

Vivia-se então o auge da época de Ronald Reagan (reeleito em 1984) e de M. Thatcher (eleita em 1983), apesar do aumento do desemprego e da rápida desindustrialização causados pela política monetária restritiva. Paralelamente, houve vários ataques aos sindicatos por parte do governo e dos empregadores, de sorte que as greves se tornaram bastante raras. Trata-se do início da *era neoliberal,* tal como vimos acima.

446 Cf. Idem, p. 11.
447 Cf. Idem, ibidem.

Mas mesmo o fim da inflação não resolveu definitivamente o problema das desordens econômicas. Quando a inflação diminuiu, a *dívida pública* começou a crescer. Várias razões contribuíram para este resultado:

> A estagnação do crescimento indispusera os contribuintes mais do que nunca à tributação, e com o fim da inflação também acabaram os aumentos tributários automáticos por meio do " *bracket creep*". O mesmo se aplicava à contínua desvalorização da dívida pública em razão do enfraquecimento das moedas correntes, um processo que a princípio complementava o crescimento econômico e que passou a substituí-lo cada vez mais, reduzindo a dívida acumulada de um país em relação à sua receita nominal. No lado da despesa, o crescente desemprego, causado pela estabilização monetária, requeria gastos crescentes em assistência social. Ademais, os vários direitos sociais criados nos anos 1970 em troca de moderação dos sindicatos nas negociações salariais — por assim dizer, salários adiados da era neocorporativista — começaram a ser cobrados, onerando cada vez mais as finanças públicas[448].

Já que a inflação não está mais disponível para cobrir a distância que separa as demandas dos cidadãos e aquelas do mercado, a carga da estabilização da paz social caiu diretamente sobre o Estado. A dívida pública se mostrou, durante um certo tempo, como um equivalente funcional conveniente da inflação. Tal como esta última, a dívida pública permitiu a introdução de recursos no presente que *ainda não haviam sido efetivamente produzidos*, a fim de dirimir os conflitos redistributivos da época, possibilitando aos governos a utilização de recursos futuros, além daqueles de que já dispunham em mãos. Por outro lado, a luta entre o mercado e a distribuição social migrou do mercado de trabalho para a arena política, e a pressão eleitoral substituiu as exigências sindicais. Em vez de inchar a moeda, os governos começaram a tomar empréstimos em um ritmo crescente, com o objetivo de responder às demandas de prestação de serviços que contavam como direitos dos cidadãos, assim como às demandas concorrentes segundo as quais a renda deveria refletir o julgamento do mercado e contribuir para a maximização da utilização rentável dos recursos produtivos. A inflação baixa – bem como taxas de juros baixas – favorecia estas ações, uma vez que ela assegurava aos credores que os títulos da dívida pública preservariam o seu valor a longo prazo[449].

Mas, tal como no caso da inflação, a acumulação da dívida pública não pôde continuar para sempre. Normalmente, o déficit público engendra um efeito de enfraquecimento dos investimentos privados, o que conduz a taxas de juros elevadas e a um crescimento limitado. Os Estados Unidos, em particular, se colocaram a vender seus títulos públicos, não apenas para o cidadãos, mas também para fundos soberanos. Ora, em um certo momento, os credores estrangeiros e nacionais começaram a desejar recuperar o seu dinheiro. No limite, as pressões dos mercados financeiros pela consolidação dos orçamentos públicos e pelo retorno da disciplina orçamentária se fizeram sentir. Por exemplo, a eleição presidencial americana de 1992 foi dominada pela questão dos dois déficits: aquele do governo federal e aquele do país em seu todo, no âmbito do comércio exterior. Desde o

448 Idem, p. 14. Para as citações, utilizaremos a tradução deste artigo que foi publicada na Revista Novos Estudos. Cf. "As crises do capitalismo democrático" in *Revista Novos Estudos*, Cebrap, 92, março 2012, p. 44.

449 Cf. Idem, p. 12.

momento que os democratas perderam a maioria no congresso, por ocasião das eleições de 1994, Clinton se inclinou na direção de uma política de austeridade fiscal, implicando fortes reduções nos gastos públicos e modificações nas políticas sociais, o que, nas palavras do presidente, colocava um fim "ao Estado de Bem-estar tal como o conhecemos".

A estratégia de Clinton para a gestão dos conflitos sociais se utilizou largamente do aprofundamento da desregulamentação do setor financeiro, que já havia começado sob o governo Reagan. A desigualdade crescente de renda, causada pela dessindicalização contínua e por cortes nos gastos sociais, bem como pela redução da demanda global enquanto resultado da consolidação orçamentária, foi compensada pela criação sem precedentes de oportunidades para que os cidadãos e as pessoas jurídicas se endividassem. A feliz expressão de "keynesianismo privado" foi inventada para descrever o que era, em substância, *a substituição da dívida pública pela dívida privada*[450].

Assim, ao invés de tomar empréstimos de dinheiro para financiar um acesso igualitário a habitações decentes ou para a formação de mão de obra qualificada, a administração começou a permitir – e mesmo às vezes a forçar – que os cidadãos, em virtude de um sistema de endividamento extremamente generoso, tomassem empréstimos por sua própria conta e risco a fim de pagar a sua educação ou o acesso a uma bairro menos pobre. O resultado foi, durante um momento, muito bom:

> A política de Clinton de consolidação fiscal e revitalização econômica por meio da desregulamentação financeira teve muitos beneficiários. Os ricos foram poupados de aumentos de impostos, e aqueles espertos o bastante para dirigir seus interesses para o setor financeiro acumularam lucros descomunais nos cada vez mais complexos "serviços financeiros" que passaram a ser autorizados a comercializar de maneira quase irrestrita. Mas os pobres também prosperaram, ao menos alguns deles e por algum tempo. As hipotecas de alto risco [*subprime mortgages*] se tornaram um substituto — ainda que ilusório no final das contas — para as políticas sociais, que foram sucateadas, bem como para os aumentos salariais, que se tornaram indisponíveis nos segmentos inferiores de um mercado de trabalho "flexibilizado". Para os afro-americanos em particular, a casa própria era não só a realização do "sonho americano" como também um substituto fundamental para as aposentadorias, que muitos eram incapazes de obter no mercado de trabalho e a qual não tinham nenhum motivo para esperar de um governo comprometido com a austeridade permanente[451].

Contrariamente à era da dívida pública, quando se obtinha recursos futuros para uma utilização presente com base em empréstimos governamentais, estes recursos foram postos à disposição pela venda, nos mercados financeiros liberalizados, das promessas de pagamento que representavam uma parte importante dos ganhos futuros dos indivíduos, lhes dando, em troca, o poder imediato de comprar o que eles desejavam. Assim, *a liberalização financeira compensou um era de consolidação fiscal e de austeridade pública.*

Tudo isso obviamente ruiu em 2008, quando a pirâmide de crédito internacional que sustentou a prosperidade nacional do fim dos anos 1990 e do começo dos anos 2000 de repente desabou. De acordo com Streeck, com o desaparecimento do keynesianismo privado em 2008, a

450 Cf. Idem, p. 13.
451 Idem, p. 17. (Trad. : p. 46-7).

crise do capitalismo democrático do pós-guerra entrou na sua quarta e mais recente fase, após as sucessivas épocas da inflação e dos déficits da dívida pública e privada. Quando o sistema financeiro mundial estava a ponto de se desintegrar, os Estados Unidos procuraram restabelecer a confiança econômica *socializando* os créditos podres emitidos a título de compensação em relação à consolidação orçamentária. Com a expansão fiscal que se fez necessária para evitar o colapso da economia "real", esta medida gerou *um aumento espetacular da dívida pública*[452].

Mais uma vez, o poder político foi chamado para pôr recursos futuros à disposição a fim de garantir a paz social do presente, e os Estados assumiram uma parte importante das dívidas produzidas originalmente pelo setor privado, o que restabeleceu rapidamente os lucros extraordinários dos investidores privados. Mas isso não evitou a desconfiança dos próprios mercados financeiros naquilo que diz respeito à capacidade do Estado de honrar as dívidas públicas. Assim, os credores começaram a exigir um retorno ao equilíbrio monetário a través da austeridade fiscal, procurando com isso assegurar que os investimentos feitos nos títulos da dívida pública não sejam perdidos. Nos três anos subsequentes à crise de 2008, *o conflito distributivo sob o capitalismo democrático se tornou uma disputa entre os investidores financeiros globais e os Estados-nação soberanos*. O paradoxo desta situação é que as instituições financeiras passaram a confrontar os mesmos Estados que pouco tempo atrás haviam assumido as suas dívidas.

Há hoje alguns governos, inclusive a administração Obama, que tentam retomar o crescimento através do endividamento. Mas, por mais complexas que sejam as clivagens nas diretrizes internacionais para a dívida pública que começam a surgir, Streeck nota que o preço da estabilização financeira provavelmente será pago por outros que não os detentores de dinheiro, ou ao menos de dinheiro real. A reforma das aposentadorias públicas, por exemplo, será acelerada por pressões fiscais, e na medida em que governos derem calote em qualquer canto do mundo as aposentadorias privadas serão igualmente atingidas. O cidadão comum irá pagar — pela consolidação das finanças públicas, pela bancarrota de Estados estrangeiros, pelas crescentes taxas de juros da dívida pública e, se necessário, por mais um resgate de bancos nacionais e internacionais — com suas economias particulares, com cortes em benefícios públicos, com redução de serviços públicos e com impostos mais altos.

Se as análises de Streeck estão corretas, a questão agora é a de saber até que ponto os Estados poderão impor os direitos de propriedade e as expectativas de lucro dos mercados a seus cidadãos, ao mesmo tempo evitando declarar falências e assegurando o que resta da *legitimidade democrática* deles. A inflação, a dívida pública e a dívida privada não significaram nada mais que estratégias temporárias utilizadas por governos que enfrentaram o conflito aparentemente insuperável entre dois princípios contraditórios de alocação de recursos no quadro de um

452 Idem, p. 20.

capitalismo democrático: de um lado, os direitos sociais, de outro a "produtividade marginal" regulada pelo mercado. Estas três estratégias funcionaram de fato durante um certo período, mas logo elas engendraram ainda mais problemas. Este cenário político indica assim que, até aqui, *uma reconciliação durável entre estabilidade social e estabilidade econômica no contexto das democracias capitalistas constituiu um projeto utópico*:

> Tudo o que os governos conseguiram alcançar ao lidar com as crises de suas épocas foi movê-las para novas arenas, onde reapareceram sob novas formas. Não há nenhum motivo para acreditar que esse processo — a sucessiva manifestação das contradições do capitalismo democrático em variedades de desarranjo econômico sempre novas — tenha terminado[453].

Segundo Streeck, atualmente nós nos encontramos frente a um *risco duplo,* que marca efetivamente uma era de incertezas: o *risco econômico* e o *risco democrático*. De um lado, há a convicção bastante difundida segundo a qual, dado que o mundo está abarrotado de crédito oferecido a taxas de juros muito baixas, uma nova bolha está provavelmente se formando neste momento em alguma parte do planeta. A questão é que agora as finanças públicas terão dificilmente a capacidade de salvar novamente o capitalismo privado. De outro lado, a capacidade dos Estados de fazer a mediação entre os direitos dos cidadãos e as exigências da acumulação do capital foi fortemente afetada. Por exemplo, há uma grande resistência em relação ao aumento de impostos. Além disso e sobretudo, com a intensificação da interdependência global, *não é mais possível pretender que as tensões entre a economia e a sociedade, entre capitalismo e democracia, possam ser geridos no quadro de comunidades políticas nacionais:*

> Hoje nenhum governo pode governar sem prestar detida atenção às obrigações e constrangimentos internacionais, inclusive aqueles dos mercados financeiros que forçam os Estados nacionais a impor sacrifícios à sua população. As crises e as contradições do capitalismo democrático se tornaram definitivamente internacionalizadas, manifestando-se não só dentro dos Estados mas também entre eles, em combinações e permutações inauditas. Como lemos quase todo dia nos jornais, "os mercados" passaram a ditar por vias sem precedentes o que Estados supostamente soberanos e democráticos ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem lhes recusar[454].

Doravante os cidadãos percebem cada vez mais os seus governos, não mais como *seus* agentes, mas como os agentes de outros Estados e sobretudo de organizações internacionais como o FMI ou a União Européia, que se encontram muito mais afastados da pressão eleitoral que os Estados-nação tradicionais. E não se trata apenas de países como Grécia, Irlanda ou Portugal, onde a democracia se encontra seriamente ameaçada em favor do compromisso de se proceder "responsavelmente" na adoção de uma austeridade rígida. Mesmo países como a Alemanha aceitaram o compromisso de cortar gastos públicos ao longo das próximas décadas[455].

Acontece que os mercados e as instituições internacionais exigem que não apenas os governos, mas também os cidadãos se engajem na consolidação fiscal. Os partidos políticos que se

453 Cf. Idem, p. 20. (Tr :p. 53).
454 Idem, p. 26. (Tr : p. 54). Grifo nosso.
455 Idem, ibidem.

opõem à austeridade devem ser vencidos durante as eleições. No entanto, as eleições em que os cidadãos não possuem opções efetivas podem ser percebidas como inautênticas, o que pode eventualmente estimular desarranjos políticos, como o declínio na participação eleitoral, o crescimento de partidos populistas e turbulências nas ruas. Vê-se que a *zona de conflito* na qual se desenrola o enfrentamento das contradições do capitalismo contemporâneo ficou ainda mais complexa, tornando extremamente difícil para qualquer um que não pertença às elites políticas e financeiras reconhecer os interesses subjacentes e identificar seus próprios interesses:

> Por exemplo, os apelos políticos à "solidariedade" redistributiva são agora dirigidos a nações inteiras, instadas por organismos internacionais a apoiar outras nações inteiras, a exemplo do pedido de que a Eslovênia ajude Irlanda, Grécia e Portugal. Isso escamoteia o fato de que aqueles que estão sendo apoiados por essa espécie de "solidariedade internacional" não são as pessoas do povo, mas sim os bancos, nacionais e estrangeiros, que de outro modo teriam de aceitar perdas ou lucros menores (…) Essencialmente, o novo alinhamento do conflito traduz conflitos de classes na forma de conflitos internacionais, contrapondo nações que estão sujeitas às mesmas pressões dos mercados financeiros por austeridade pública. Pede-se a cidadãos comuns que demandem "sacrifícios" de outros cidadãos comuns que por acaso são de outros Estados, em vez de demandá-los daqueles que há muito tempo voltaram a auferir seus "bônus"[456].

A grande ameaça hoje é expressa pelo fato de que os Estados democráticos estão sendo transformados em agências de cobrança de dívidas a serviço de uma oligarquia global de investidores. Se é assim, mais do que nunca, é preciso se perguntar pelo ancoramento no real do modelo habermasiano do equilíbrio dos três poderes – há o perigo de que este se torne cada vez mais "normativo" no sentido ruim do termo. O poder econômico parece ter se tornado poder político, enquanto os cidadãos parecem estar quase inteiramente despojados de suas defesas democráticas e de sua capacidade de imprimir à economia interesses e demandas que são incomparáveis com os dos detentores de capital.

***

Algumas outras análises, desta vez mais centradas no âmbito propriamente político-estatal, ainda que fazendo referência às consequências do advento da era neoliberal, parecem de certa forma corroborar o diagnóstico de Streeck. Neste ponto, vale dizer que uma análise mais macro ou focada na dinâmica mundializada do capitalismo não pode ofuscar a importância de análises mais regionais ou referentes a certos contextos ou países. É importante estudar, por exemplo, como alguns Estados nacionais lidam com o advento do neoliberalismo em escala global, contribuindo ativamente ou sofrendo suas consequências. Naquilo que se segue, gostaríamos de abordar algumas destas análises, nos concentrando notadamente nos países centrais (neste caso, sobretudo EUA), já que o modelo habermasiano se direcionou especialmente para tais países. Começaremos pela redistribuição interna de poderes no Estado. Em relação a esse ponto, a socióloga holandesa Saskia

456 Idem, p. 28 (Tr : p. 56).

Sassen[457] nos fornece uma análise bastante elucidativa do modo e das causas desse processo, que já ocorre em diversos países mas que nos EUA aparece da forma mais nítida. O mérito dessa análise é a de abandonar uma versão simplista e homogeneizante do Estado e de considerá-lo sob o aspecto do peso diferencial de componentes estatais particulares no processo de globalização contemporâneo[458]. Não deixa de ser surpreendente que, num contexto de desregulamentação, neoliberalização e globalização, o Estado passe por um processo de acúmulo de poder na esfera do Executivo. Segundo Sassen, isso se deve à capacidade dos mercados globais e das corporações multinacionais em favorecer suas necessidades e interesses *por dentro* (e não simplesmente como algo vindo do exterior) de componentes estatais particulares, tais como bancos centrais e ministérios de finanças[459]. A sua hipótese é a seguinte:

> Minha hipótese era de que a participação do Estado no trabalho de implementação da economia a nível global redistribuiria o poder dentro do Estado, aumentando o peso de certos componentes do governo, especialmente o Tesouro, o Federal Reserve, e agências reguladoras especializadas, relacionadas às finanças. A ascensão destas agências dentro do governo foi particularmente devido ao maior nível de importância estratégica e complexidade de suas tarefas em uma economia global. Pelas mesmas razões tais mudanças ocorreram em um número crescente de países na medida em que suas economias eram globalizadas. Aqui eu estendo este argumento e postulo que a complexidade crescente e o caráter tecnico da economia, nacional ou global, é um fator chave na redistribuição estatal interna de poder. Funções de fiscalização se deslocam cada vez para fora do Congresso e para dentro de agências governamentais especializadas e do setor privado[460].

Historicamente, uma questão pertinente é a mudança no relacionamento entre o presidente e a administração, que ocorreu no início do governo da administração Reagan. Esta mudança traz uma transformação na relação entre o presidente e o Congresso. Na verdade, o acúmulo de poderes hoje está concentrado no executivo e tem reduzido a participação política do Congresso. Sassen defende que esta erosão da autoridade do Congresso começa com as desregulamentações iniciadas por Reagan, e tem continuado até hoje, uma vez que é alimentada em parte pela complexidade do trabalho de um número crescente de agências (quase sempre tendo a ver com as finanças, telecomunicações e outros setores no coração da economia emergente desregulada e globalizante).

É sintomático que grande parte do desmantelamento da estrutura anterior não ocorreu através de atos legislativos, como aconteceu na implementação do New Deal, mas simplesmente ocorreu por meio de arbitragem regulamentar ad hoc. Fatores-chave nessa mudança, como já abordamos acima, foram uma mistura de estagnação econômica, o colapso do regime financeiro internacional pós-II Guerra Mundial, e uma tentativa de capturar as oportunidades dos mercados off-shore e dos capitais de rápido crescimento, que eram uma resposta à rigidez e impedimentos dos regulamentos bancários e financeiros do New Deal[461].

---

457 Cf. SASSEN, S., *Territory, authority, rights : from medieval to global assemblages.* Updated Editon. Princeton University Press : Princeton e Oxford, 2008.
458 Cf. SASSEN, op. Cit., p. 169.
459 Cf. ibid., p. 170.
460 Ibid., p. 171.
461 Cf. ibid., p. 175.

As desregulamentações lançadas pela administração Reagan e executadas através de comissões reguladoras, em vez de por uma nova legislação via Congresso, teve implicações profundas. Na medida em que o Congresso foi marginalizado e as novas agências foram formadas usando velhos estatutos e leis, o executivo se envolveu em espaços que o Congresso costumava regular. Isso trouxe consigo uma considerável perda de funções de fiscalização pelo Congresso, que por sua vez *implicou um declínio do escrutínio público, onde o eleitorado, em princípio, desempenha um papel através de seus representantes*. Ele promoveu uma proliferação de agências reguladoras especializadas e comissões, e isso levou a um crescimento considerável na burocracia pública. A desregulamentação na escala lançada pela administração Reagan trouxe também uma mudança de funções para o setor privado e um desenvolvimento associado de novas formas de autoridade privada. Finalmente, esta mudança de autoridade para o executivo gerou um papel crescente para o sistema judiciário, que surgiu como um dos locais de exame nos casos em que anteriormente o Congresso poderia ter sido o ator crítico. Todas essas mudanças precisavam de uma justificação, a qual cada vez mais foi centrada na eficiência do mercado - o contraste com a norma de justificação anterior é evidente, pois esta era algo mais próximo do bem público em um quadro keynesiano.

Com a administração de George W. Bush, vemos mais uma fase no acúmulo de poderes no executivo. Até certo ponto, isso é um fator ligado à situação de emergência da segurança nacional criada pela declaração de uma guerra global contra o terrorismo. Vinculado à questão da segurança nacional, o *sigilo* se tornou uma das principais formas através das quais o governo Bush acumulou poderes no executivo. Em comparação com a desregulamentação da economia, tão central para os governos Reagan e Clinton, as preocupações de segurança nacional podem ser mais facilmente usadas para legitimar aumentos acentuados no sigilo governamental. Os ataques de 11 de setembro de 2001, e os avisos de mais ataques, são reais. A questão é se a extensão e o conteúdo desse acúmulo de funções são necessários ou apontam para um excesso, tornando-se, possivelmente, uma extensão excessiva ilegal do poder executivo[462].

As evidências indicam um crescimento do sigilo junto com uma erosão dos direitos de privacidade. Isto veio junto com o chamado Patriot Act, o pacote de medidas anti-terroristas aprovadas pelo Congresso após os atentados de 11 de setembro de 2001. Através do Patriot Act e de várias iniciativas do Executivo, o governo autorizou o monitoramento oficial das conversas entre advogado-cliente, de pesquisas secretas abrangentes e escutas telefônicas, do recolhimento de dados da Internet e de e-mails, espionando os serviços religiosos e as reuniões de grupos políticos, bem como o recolhimento de documentos comerciais.

Para além do abuso das disposições formais do Patriot Act, muitas das disposições formais

462 Cf. ibid., p. 179.

em si mesmas contêm aquilo que muitos juristas considerariam como um abuso dos direitos bem estabelecidos dos cidadãos que estão ao abrigo da Constituição[463].

Um segundo conjunto importante de questões diz respeito ao aumento acentuado na extensão com que o governo está classificando informações e restringindo o acesso a informações não classificadas.

Alguns dos objetos deste segredo claramente vão além da questão da segurança nacional. Em alguns casos isso é muito claro, como a decisão de interromper a liberação de dados das demissões em massa por empresas norte-americanas, também um movimento já anteriormente executado pelo primeiro governo Bush (1988-1992) num momento em que ataques terroristas não eram um problema, mas sim a reeleição.

Segundo Sassen, essas transformações no interior do Estado permitem iluminar questões críticas que marcam uma descontinuidade e, portanto, são parte do ponto de inflexão que nos move para uma nova era. Algumas dessas mudanças entraram no debate mais geral sobre a globalização e o Estado através do conceito de *déficit democrático*, no lugar do foco sobre a redistribuição estatal interna de poder. No entanto, esta última perspectiva tem suas vantagens:

> Concordo que estamos vendo um déficit democrático crescente. Mas limitar a análise a este déficit leva facilmente à noção de declínio do Estado liberal confrontado com o poder das empresas globais e mercados globais ou de um mau funcionamento do Estado liberal. Isso também está ocorrendo. Mas, enquanto uma fonte de déficit democrático, isso precisa ser distinguido de déficits provocados por uma concentração desproporcional de poder no ramo executivo do governo e de um esvaziamento parcial do Congresso. O período que se começa na década de 1980 vê um tipo de "legislar presidencial" que se dá através da reinterpretação, muitas vezes extrema, de leis antigas, ao invés de permitir ao Congresso fazer novas leis. *Legislaturas retardam o processo político: elas são o local para a deliberação pública, muitas vezes entrando em brigas públicas, permitindo que o cidadão comum tome parte.* Em princípio, quando o governo institui mudanças importantes, novas leis devem ser criadas. Mas isto raramente aconteceu. O papel do Congresso foi marginalizado pela decisão de reinterpretar as leis existentes em vez de fazer novas leis[464].

Sassen quer chamar atenção para o fato de que há algo de extremo, talvez uma extensão excessiva possivelmente ilegal, na reinterpretação das leis do New Deal - que foram inicialmente criadas para aumentar a participação do governo em domínios sociais e econômicos - em favor de processos de desregulamentação, privatização, e mercantilização de algumas funções do governo. Em princípio, os tipos de reestruturações importantes que ocorreram necessitariam da participação do Congresso, isto é, do poder do Congresso de aprovar novas leis que autorizam mudanças importantes enquanto o ato de um corpo político mais plenamente representativo do eleitorado do que o Executivo. A aprovação de novas leis em Congresso é um evento muito mais visível do que as decisões do Executivo. Quando estes começam a sistematicamente "legislar", podemos começar a falar de um déficit democrático sério no coração do Estado liberal, mas que resulta da acumulação de poderes no Executivo. As deliberações públicas e supervisões públicas típicas dos debates do

463 Cf. ibid., p. 180.
464 Cf. ibid., p. 183. Grifo nosso.

Congresso estão ausentes na tomada de decisão executiva. Tais deliberações públicas teriam ajudado a tornar evidente para o cidadão médio a profundidade das mudanças que estavam sendo instituídas[465].

O argumento pode ser resumido, embora um pouco abruptamente, como um movimento em direção a um Executivo privatizado em relação às pessoas e a outros ramos do governo, juntamente com uma erosão da privacidade dos cidadãos.

Sassen ainda destaca um outro aspecto fundamental das transformações contemporâneas envolvendo o Estado. Em parte por estas tendências de crescimento de poder no Executivo, e em parte através das políticas de desregulamentação, privatização e mercantilização que também contribuíram para a posição alterada do Executivo, há uma reconstrução da divisão público-privado. A lógica da transformação em causa é que formas de autoridade, anteriormente exclusivas do domínio público, estão agora migrando para a esfera privada dos mercados, com a recodificação normativa que lhe é correspondente.

Claro que não se trata de uma privatização total. Muitas dos critérios importantes para a distinção entre uma esfera pública e privada, moldada durante os últimos dois séculos, permanecem válidos, e não são especialmente envolvidos na nova lógica de organização que marca a era atual. Isso indica que a globalização é um processo parcial, não absoluto: ele não abrange todos os componentes da sociedade. Ademais, a capacidade administrativa representada pelo Estado nacional continua a ser um agente essencial para a instauração da nova lógica de organização da era global e, assim, para a reconstrução da divisão público-privado, inclusive para a expansão do domínio privado.

No entanto, pode-se ainda falar de uma transformação não negligenciável na partilha e na relação entre estes dois domínios. É possível identificar pelo menos três processos envolvidos nesse fenômeno. O primeiro é (i) a inversão da centenária tendência que viu o crescimento e o fortalecimento de um domínio público formalizado. Começando na década de 1980, vemos o domínio privado se expandir e ganhar poder através da absorção de autoridades estatais e particulares, através da formação de novos tipos de autoridade privada. Há ainda a dinâmica de interação entre um Executivo "privatizado" e a erosão dos direitos de privacidade dos cidadãos. Estas tendências valem especialmente para os Estados Unidos, embora o crescimento da autoridade privada na década de 1990 é evidente em um grande número de países do Sul e com variantes muito mais leves no resto do mundo desenvolvido.

Duas características sobre a mudança na autoridade do que é formalmente representado como público em favor da esfera privada são evidentes na arbitragem comercial internacional e outras instituições transnacionais e regimes de governo da economia mundial. Um deles é um novo

465 Cf. ibid., p. 184.

tipo de efeitos indiretos a partir de formas bastante estabelecidas de autoridade privada habilitados pelos governos: por exemplo, o trabalho das agências de notação de crédito hoje vai além da classificação especial de empresas e governos, e chega a determinar se eles devem ser submetidos a regulamentações mais severas, tornando-se uma configuração padrão para o setor financeiro como um todo. A outra é que a mudança de autoridades do público para o privado também contém uma mudança na capacidade de elaborar normas. Hoje, a esfera privada está gerando os padrões e as normas de sua própria governança. Nesse sentido, podemos ver a formação de um novo tipo de bloco social reorganizando a esfera privada[466].

Por exemplo, o papel dos agentes privados na internacionalização de autoridade política (interesses relacionados à globalização dos mercados de capitais, comércio e direitos de propriedade) tornou-se um fator chave na definição do domínio da regulação internacional. A forma mais familiar é o papel dos agentes privados na elaboração de determinadas instituições supranacionais e intergovernamentais e também de normas vistas como necessárias para uma economia global. O objetivo é a criação de sistemas globais para governar os fluxos de comércio, capitais, serviços e informações através de acordos intergovernamentais sobre requisitos essenciais, tais como padrões de relatórios financeiros, a propriedade privada, o regime de direitos, ou o acordo de comércio global. Aqui, a distinção público-privado facilmente opera de maneiras que esconde o fato de que muitas vezes são as funções de utilidade dos agentes privados na economia global que estão moldando a política pública. Isso também pode acontecer na economia doméstica, onde as necessidades de atores privados globais podem ser promulgadas através dos vocabulários de ordem pública e de interesse nacional. Assim, lógicas particulares circulam através de domínios públicos institucionais.

Uma consequência desse processo é que aspectos públicos de atividades privadas estão se tornando cada vez mais desregulados e irresponsáveis. A desregulamentação da economia, a privatização e mercantilização das funções públicas, não só expandem a esfera privada, mas também removem a atividade econômica do escrutínio público e da responsabilização. Isto é importante porque funções públicas privatizadas e mercantilizadas muitas vezes mantêm aspectos públicos. Isso é ainda mais acentuado pelo fato, como discutido anteriormente para os Estados Unidos, que, quando há comissões reguladoras especializadas, estas fazem parte na sua maioria do ramo executivo do governo e escapam da supervisão pública de rotina do Legislativo. Cada vez mais as funções da esfera econômica privada estão fora do âmbito da maioria das formas de responsabilização pública e de controle, com exceção da conformidade com a lei básica[467].

O segundo processo é (ii) a formação de novos consórcios público-privados (arranjos de

466 Cf. ibid., p. 194.
467 Cf. ibid., p. 197.

privatização e mercantilização das funções públicas) que embaralham os componentes específicos da divisão público-privado. Um exemplo dessa confusão é a dificuldade que a Suprema Corte norte-americana teve em estabelecer se guardas nas prisões privatizadas têm os mesmos direitos federais que aqueles em prisões geridas pelo governo. A adaptação a estas novas parcerias público-privadas requer maior elaboração de matéria legal e reguladora[468].

O terceiro processo é (iii) a mudança no caráter dos interesses privados que se inserem na definição de políticas públicas e, assim, moldam componentes importantes do domínio público. Enquanto os interesses privados moldaram historicamente diversos componentes do domínio público (por exemplo, a permissão estatal de uma economia de mercado, que foi o projeto da emergente burguesia na Inglaterra de 1800), os interesses específicos em jogo têm variado, assim como o grau em que os interesses opostos dos donos do capital e dos trabalhadores conseguiram dar forma ao domínio público. Hoje, a globalização econômica trouxe consigo uma nova formalização da esfera privada, incluindo um fortalecimento de sua representação como neutra e técnica, e do mercado como uma forma de orientação superior aos governos. Muito do que circula no domínio público hoje é voltado para a criação de infra-estrutura para as operações globais de mercados e empresas, bem como para dissolver as responsabilidades da renda social que fazem parte da era anterior. É importante frisar que isto é, claramente, um projeto altamente variável entre os países, e muitas vezes imperfeitamente executado.

Um resultado importante é que a lei é cada vez mais divorciada das questões distributivas e dos conflitos sociais, mesmo quando esta assume um papel crescente na economia. Como o discurso do desenvolvimento é cada vez mais formulado nos vocabulários da lei, muitas das escolhas institucionais e dos valores inerentes à reforma do mercado e aos projetos de desenvolvimento desaparecem por trás da linguagem supostamente neutra e técnica do direito. No centro deste processo de tornar invisíveis os interesses de atores poderosos encontra-se uma visão particular da natureza da lei e da adjudicação. Como o direito passou a ser visto ao lado da economia, em vez da política? Por que o instrumento de eficiência em vez da redistribuição, ou o guardião de direito privado em vez do instrumento da vontade democrática? Ou ainda o domínio dos experts, em vez da preocupação com o público? Este tipo de concepção neoliberal do direito, promovendo a neutralidade e eficiência, obscurece o fato de que há escolhas políticas na concepção e na implementação dos regimes legais que sustentam o desenvolvimento centrado no mercado[469].

Os efeitos gerais destas várias formas de privatização sobre a responsabilidade democrática e sobre participação na era global atual são problemáticas. Há uma tendência para a diminuição da transparência quando se trata de responsabilidade (*accountability*) pública, mesmo quando a

468 Cf. ibid., p. 186.
469 Cf. ibid., p. 202.

transparência corporativa cresce[470].

Um outro aspecto a ser ressaltado tem a ver com o fato de que, com o solapamento das políticas de bem-estar social e seguridade social em favor da desregulamentação e liberalização, a desigualdade social vem aumentando cada vez mais nos países centrais, sobretudo nos EUA[471]. Pesquisadores ligados à *American Political Science Association* mostraram como esse fenômeno prejudica a "saúde" da democracia norte-americana:

> Gerações de americanos têm trabalhado para nivelar a voz do cidadão através das linhas de raça, renda, e de gênero. Hoje, no entanto, as vozes dos cidadãos norte-americanos são levantadas e escutadas de forma desigual. Os privilegiados participam mais do que os outros e estão cada vez mais bem organizados para impor suas demandas ao governo. Os funcionários públicos, por sua vez, são muito mais sensíveis [às demandas] dos privilegiados do que àquelas dos cidadãos comuns e dos menos abastados. Cidadãos com rendimentos baixos ou moderados falam com um sussurro que se perde nas orelhas de funcionários do governo desatentos, enquanto que os favorecidos rugem com uma clareza e consistência que os políticos prontamente ouvem e rotineiramente seguem. O flagelo da discriminação ostensiva contra Afro-americanos e as mulheres foi substituído por uma ameaça mais sutil, porém poderosa - a crescente concentração da riqueza do país e da renda nas mãos de poucos[472].

Ademais, mesmo após a revolução dos direitos civis, as disparidades são particularmente notáveis quando se trata de comparações entre raças – na realidade, elas vem inclusive se acentuando: As conquistas históricas da "revolução dos direitos civis" estão agora ameaçadas pela ampliação das desigualdades econômicas e políticas. A redução da discriminação aberta tem sido compensada por diferenças crescentes de renda e de riqueza, que estão minando o progresso econômico e político de inclusão de muitos afro-americanos, latinos e mulheres, mesmo que elas também ameacem a igualdade de oportunidades e a cidadania para muitos homens brancos. Os ganhos de renda dos afro-americanos em relação aos brancos têm enfraquecido drasticamente desde os anos 1970 e as diferenças salariais raciais voltaram, em 1980, para os níveis vistos pela última vez na década de 1950. Esta situação ameaça a continuação do desenvolvimento econômico para muitas minorias que permanecem desproporcionalmente em empregos de baixos salários ou sem trabalho. A história das minorias é complexa, mas, em última análise sóbria: as circunstâncias econômicas para as minorias raciais e étnicas têm melhorado em termos absolutos, na mesma medida em que muitos membros das minorias têm ficado ainda mais para trás da América branca[473].

---

470 Cf. ibid., p. 203.

471 Para uma análise estatística do aumento da desigualdade nos EUA, notadamente a partir do meio dos anos 70 do século passado, ver PIKETTY, T. & SAEZ, E., "Income Inequality in the United States, 1913-1998." Quartely Journal of Economics 118 (Fevereiro 2003):1-39.

472 Cf. relatório do grupo Task Force on Inequality and American Democracy vinculados à American Political Science Association: "American Democracy in an Age of Rising Inequality", 2004, p. 1.

473 Cf. ibid, p. 17. Alguns dos dados apresentados no relatório são os seguintes : "Uma família branca tem em média 62% mais rendimentos e possui doze vezes mais riqueza do que uma família negra, ao passo que quase dois terços das famílias negras (61%) e metade dos lares hispânicos são desprovidos de quaisquer ativos financeiros, em comparação com apenas um quarto de seus colegas brancos. Mesmo os casais negros jovens, em que ambos os adultos trabalham - os faróis luminosos de progresso na direção da igualdade racial - ainda ganham uma renda de 20% menos do que seus colegas brancos e possuem um patrimônio líquido 80% inferior" (Ibid., p.4). Ver também Melvin Oliver & Thomas Shapiro, *Black Wealth/White Wealth: A New Perspective on Racial Inequality* (New York:

Isso se mostra claro particularmente sob três aspectos, que no fundo estão bastante relacionados entre si: (i) o da participação política dos cidadãos, (ii) o da responsabilidade e da direção das decisões dos governos e (iii) os padrões de elaboração de políticas públicas e suas consequências: "De fato, as tendências preocupantes em todas estas três áreas – a voz do cidadão, as tomadas de decisão governamentais e as políticas públicas – estariam confluindo no sentido de ampliar a influência dos poucos e promover um governo insensível aos valores e necessidades de muitos. Tal espiral negativa pode, por sua vez, levar os americanos a se tornar cada vez mais desanimados acerca da eficácia da governança democrática, espalhando o cinismo e o esvaziamento das eleições e de outras arenas da vida pública"[474].

(Ad i) Em relação à questão da participação, alguns dados sobre os EUA são interessantes. Por exemplo, quase nove em cada 10 indivíduos de famílias com renda de mais de 75.000 dólares relataram que votam em eleições presidenciais, enquanto que apenas metade das pessoas vindas de famílias com renda inferior a $ 15.000 votam[475]. Segundo o relatório, americanos menos favorecidos votam menos, porque eles não possuem as habilidades, a motivação e as redes que os mais favorecidos obtém através da educação formal e do avanço profissional. Além disso, os partidos políticos e as campanhas concentram seus recursos nos cidadãos que são ricos e já são ativos politicamente.

Quando a comparação ocorre em relação a formas mais intensas de participação política, como fazer uma contribuição financeira para os políticos, trabalhar em uma campanha eleitoral, entrar em contato com um funcionário público, envolver-se em uma organização que toma posições políticas, ou tomar parte em um protesto ou manifestação, a situação não muda muito – pelo contrário, a desigualdade de participação só se agrava.

Por exemplo, dar dinheiro aos políticos é uma forma de atividade civil que é, em termos práticos, reservada para um seleto grupo de americanos. Como riqueza e renda tornaram-se mais concentradas e o fluxo de dinheiro em eleições tem crescido, contribuições a campanhas dá aos ricos um meio de expressar a sua voz que não está disponível para a maioria dos cidadãos. Isto, sem dúvida, agrava as desigualdades de participação.

O exercício dos direitos de cidadania requer recursos e competências dos quais as ocupações privilegiadas dispõem desproporcionalmente em relação aos economicamente menos privilegiados. Gerentes, advogados, médicos e outros profissionais desfrutam não só de ensino superior e bons salários, mas também de uma maior confiança e habilidade para falar e para organizar do que indivíduos que varrem pisos, limpam pias, ou recolhem o lixo. Isso explica em parte a maior

---

Routledge, 1997) pp.86-90 e 96-103.

474 Ibid., p. 5.

475 Cf. ibid., p. 6.

participação política dos primeiros em relação aos segundos[476].

(Ad ii) As disparidades na participação asseguram que os americanos comuns sejam menos ouvidos do que os mais favorecidos. Isto é, as preocupações daqueles de renda mais baixa ou moderada, das minorias raciais e étnicas e dos imigrantes legais são sistematicamente menos prováveis de ser ouvidas por funcionários do governo. Em contraste, os interesses e preferências dos mais abastados são transmitidos com clareza, consistência e contundência. Os menos favorecidos são tão ausentes das discussões em Washington que os funcionários públicos são mais susceptíveis de ouvir sobre as suas preocupações por meio de advogados que tentam falar pelos primeiros. Os políticos ouvem mais regularmente sobre as preocupações das empresas e dos mais abastados.

Voz política desigual importa porque as mensagens e demandas que são mais eficazmente transmitidas acabam por influenciar as decisões governamentais. Ora, o tipo de demanda dos mais favorecidos tende a ser sensivelmente diferente daquelas dos mais pobres. Dito de outro modo, gerações de reformadores compreenderam uma verdade simples: aquilo que os políticos ouvem influencia o que eles fazem. O que os cidadãos fazem - ou deixam de fazer - na política afeta o que acontece nos corredores do governo. Já que os políticos hoje ouvem mais claramente e mais frequentemente cidadãos privilegiados e altamente ativos, eles não são susceptíveis de responder prontamente às preocupações da maioria. A tendência de maior participação dos privilegiados gera políticas voltadas para manter o status quo e para continuar a recompensar aqueles que já são bem organizados[477].

Ademais, o dinheiro é o oxigênio das eleições de hoje, dada a dependência dos candidatos em relação aos altos preços de consultores caros e anúncios de mídia. O principal problema é de onde vem o dinheiro e a influência que ele compra. Grandes contribuintes têm o poder de desestimular ou talvez sufocar candidatos hostis ao negar-lhes financiamento. Após a eleição, além disso, funcionários do governo precisam de informações para fazer seus trabalhos e pesquisas mostram que grandes contribuintes tendem a ganhar o privilégio de encontros regulares com os políticos em seus escritórios. O dinheiro compra a oportunidade de apresentar informações que são úteis àquele mesmo que as apresenta ou de chamar a atenção para alguns problemas no lugar de

476 Alguns dos dados apresentados são os seguintes : "• Nearly three-quarters of the well off are affiliated with an organization that takes stands in politics (like the AARP or advocacy groups) as compared with only 29 percent of the least affluent.
• Half of the affluent contact a public official as compared with only 25 percent of those with low incomes.
• Thirty-eight percent of the well-off participate in informal efforts to solve community problems compared with only 13 percent of those in the lowest income groups.
• Even protesting — which might appear to demand little in the way of skills or money and is often thought of as "the weapon of the weak"— is more prevalent among the affluent. Seven percent of the better-off protest to promote such causes as abortion rights or environmentalism, compared with 3 percent among the poor who might march to demand the basic necessities of life" (ibid., p. 8).

477 Cf. ibid., p. 12.

outros.

(Ad iii) Pesquisas recentes documentam surpreendentemente que os votos dos senadores dos EUA coincidem muito mais com as preferências políticas dos seus eleitores ricos do que com as preferências dos seus eleitores menos privilegiados[478].

O viés na capacidade de resposta do governo em favor dos ricos é evidente não só no Congresso mas também na política do governo nacional em geral. Os funcionários do governo que projetam mudanças de política são duas vezes mais sensíveis às preferências dos ricos do que às preferências dos menos abastados. Os ricos têm uma influência ainda maior, além disso, quando suas preferências divergem substancialmente das preferências dos pobres. Quando a "luta de classes" prossegue nos confins dos gabinetes governamentais, os ricos geralmente vencem.

Ademais, as elites empresariais e outras elites exercem muito mais influência do que o público em geral sobre a política externa dos EUA, que não só orienta o país nos assuntos diplomáticos e de defesa nacional, mas também tem consequências importantes para as condições econômicas domésticas através de decisões sobre o comércio, sobre a proteção e promoção dos empregos e sobre as empresas.

O que o governo deixa de fazer é tão importante quanto o que ele faz. E o que o governo faz nos dias de hoje é especialmente sensível aos valores e interesses dos mais privilegiados. Por outro lado, enquanto a Segurança Social protege e sustenta, com cada vez mais dificuldade, os idosos, os programas governamentais pouco garantem oportunidades e segurança nem incentivam o engajamento político dos americanos que são não idosos. A julgar pelas pesquisas de opinião pública, a grande maioria dos americanos gostaria que o governo encontrasse formas de apoiar os cidadãos de todas as idades, que enfrentam desafios novos e antigos. O governo, no entanto, parece estar muito mais voltado hoje para responder aos desafios vindos do mundos dos negócios e das finanças[479].

6.4 – A cultura neoliberal e o capitalismo enquanto forma de vida

As modificações trazidas pelo movimento de neoliberalização não dizem respeito apenas às dimensões da economia e da política; o neoliberalismo transformou profundamente a dimensão cultural da vida social, as mentalidades e os padrões de gosto e comportamento. Deve-se assim seguir as consequências neoliberais no seu nível simbólico, seja em relação à adesão das massas a esta nova ordem social, seja em relação às condições de possibilidade de uma esfera pública ativa no interior do capitalismo. Aqui, a ideia geral subjacente é que a cultura neoliberal dificulta e cria obstáculos à solidarização social e à mobilização e politização dos cidadãos.

Neste sentido, os trabalhos dos sóciologos franceses Luc Boltanki e Ève Chiapello podem

478 Cf. ibid., p. 14.
479 Cf. ibid., p. 16.

nos ser úteis. No seu famoso livro, *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, eles afirmam que o capitalismo por si mesmo se recompõe periodicamente, nos momentos de crise e ruptura histórica, absorvendo parcialmente elementos da própria crítica que lhe foi dirigida. Nestes momentos, elementos da crítica anti-capitalista são resignificados a fim de legitimar uma nova forma de capitalismo, que se torna assim dotado da significação moral necessária para *motivar* as novas gerações a reproduzir o processo – em si desprovido de sentido – da acumulação infinita.

Para compreender como o capitalismo conseguiu se recompor a partir das críticas que lhe foram feitas entre os anos 60 e 70 (com destaque para maio de 68), os autores fazem uma importante distinção entre crítica artista e crítica social. Esta distinção permite problematizar as mutações recentes do capitalismo – isto é, a recuperação, via o discurso do empreenderorismo, da "crítica artista" de maio de 68, surpreendendo a "crítica social" e provocando um desarmamento geral de toda a crítica do capitalismo. Vejamos.

Como Boltanki e Chiapello expõem no prólogo da sua obra: "Este livro nasceu do incômodo, comum a numerosos observadores, suscitado pela coexistência de uma degradação da situação econômica e social de um número crescente de pessoas e de um capitalismo em plena expansão e profundamente reorganizado"[480]. Incômodo ligado à força de um sistema em contraste com o que ele gera de injustiças, o que conduz a uma interrogação sobre sua *dominação ideológica;* incômodo igualmente relacionado ao fato de que, há 20 anos, esta dominação ideológica estava fragilizada. A questão de Boltanki e Chiapello porta sobre o enfraquecimento e o desarmamento da crítica do capitalismo, que torna a contestação mais ou menos impotente e permite ao sistema se impor a despeito de suas contradições flagrantes. Mas este estado de coisas, é preciso concebê-lo como um processo, perguntar-se sobre o que mudou; o que se passou para que chegássemos até aqui?

Os autores se situam de saída em uma configuração política no seio da qual eles procuram agir. Quais são os seus dados precisos? A situação atual se caracteriza por "um movimento social que só se manifesta praticamente sob a forma de ajuda humanitária; um sindicalismo desorientado e que perdeu a iniciativa de ação; um quase desaparecimento da referência às classes sociais (inclusive no discurso sociológico) e, sobretudo, da classe operária, cuja representação não é mais assegurada, chegando a um ponto que os analistas sociais de renome podem afirmar sem rir que ela não existe mais; uma precarização consideravelmente maior da condição salarial; um aumento das desigualdades de renda e uma partilha do valor agregado favorável ao capital; uma (re)sujeição da força de trabalho marcada por uma diminuição muito importante dos conflitos e das greves, por um recuo do absenteísmo e da rotatividade e um crescimento da qualidade dos bens manufaturados"[481].

480 BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E., *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, p. 17.
481 Ibid., p. 242.

É primeiramente a noção de "espírito" do capitalismo que é construída e definida pelos autores; sem entrar aqui nos detalhes de sua elaboração, ela se apoia na ideia de que o capitalismo, para engajar as pessoas, as fazer participar, não poderia se apoiar apenas na coercitividade econômica. Ele tem necessidade de uma dinâmica ideológica, a fim de se tornar simultaneamente sedutor (o que tomará a forma de uma exigência de autonomia), reconfortante (exigência de segurança) e, enfim, legítimo aos olhos do bem comum que ele deve, em tese, favorecer. Ademais, este "espírito" lhe advém sempre da cooptação do que lhe é exterior, como, por exemplo, da ética protestante do trabalho, tal como descrita por Max Weber. Neste processo, o capitalismo realiza o que os autores chamam de um "trabalho de aculturação". A crítica desempenha neste dispositivo um papel particular, na medida em que ela deslegitima um determinado "espírito" e lhe tolhe a eficácia ideológica. Este se vê então obrigado a incorporar elementos da crítica para assegurar novas formas de legitimação – mas ele pode também contornar esta exigência "embaralhando as cartas", se reorganizando por uma série de deslocamentos que lhe levam a ficar irreconhecível aos olhos da antiga crítica.

É necessário distinguir, de saída, dois tipos de crítica: a crítica *corretiva* e a crítica *radical.* A primeira se apoia nos polos de legitimidade já estabelecidos para fazer aparecer a maneira pela qual eles são transgredidos, e tende a uma maior adequação das práticas às normas de justiça; a segunda contesta o que é definido oficialmente como legítimo, em favor de outros valores. Todas as duas podem, contudo, comportar elementos reformistas e revolucionários. Tais procedimentos de crítica se apoiam na noção de prova (*épreuve*), que diz respeito à modalidade de constituição de uma ordem justa, pela atribuição diferenciada dos lugares e das funções, e à verificação prática da adequação entre as realidades e os discursos que devem sustentá-las[482].

Há diferentes tipos de crítica ao capitalismo. Para Boltanski e Chiapello, é preciso partir das diferentes formas de *indignação* que ele suscita, dos movimentos emotivos suscetíveis de se combinar entre si e de receber uma elaboração reflexiva, teórica, argumentativa. Estas fontes de indignação são: 1) o desencantamento e a inautenticidade que marcam a vida no regime capitalista; 2) a opressão dos indivíduos submetidos às leis do mercado, à condição de assalariamento, a diferentes formas de disciplina e de vigilância; 3) a miséria e a desigualdade produzidas pelo capitalismo; 4) o oportunismo e o egoísmo destruidores de vínculos comunitários. Segundo os autores, é quase impossível manter todos estes motivos de indignação juntos, sendo que eles comportam um certo grau de incompatibilidade entre si, pela variedade de referências normativas suscetíveis de ser utilizadas e de dimensões do capitalismo criticadas (por exemplo, pode-se visar tanto a sua dimensão mercadológica quando sua dimensão industrial). Assim, a crítica do egoísmo capitalista pode tomar a forma progressista (onde ela seria associada à uma crítica da exploração e

482 Para uma definição mais detalhada desta noção, ver Ibid., p. 73-76.

da desigualdade), assim como um forma conservadora (associada a uma forma de nostalgia pelas sociedades tradicionais).

A partir destes 4 polos de indignação, pode-se destacar duas grandes categorias que são justamente a "crítica artista" e a "crítica social". A primeira, nascida no século XIX, se enraiza no modo de vida "boêmio"; ele combina a denúncia de inautenticidade e a opressão, pondo em destaque a perda de sentido que ocorre no capitalismo, apoiada sobre uma recusa do trabalho alienado e de toda outra forma de assujeitamento. A segunda foi sustentada pelos socialistas e pelos marxistas (ainda que, em Marx, haja também elementos da primeira crítica); ela combina a crítica do egoísmo e a crítica da miséria (ou das desigualdades) e se apoia, na maior parte do tempo, sobre uma teoria da exploração. Ela pode entrar em conflito com a crítica artista na medida em que ela tende a rejeitar o individualismo e o imoralismo que ela lhe atribui (ao menos em certos casos). Estas duas crítica podem, não sem dificuldade, se encontrar associadas. Cada uma é suscetível a "derivas": a crítica do egoísmo e do individualismo pode levar ao fascismo, a crítica da opressão pode levar à uma aceitação de suas formas liberais pelo medo obsessivo de suas formas totalitárias, etc. Por aí já se compreende o que pode levar a uma fragilização da crítica anti-capitalista, a saber, seu caráter plural, apoiado em conjunções precárias, sempre suscetível de se despolitizar e de perder em radicalidade, ou de se desagregar.

Qual tipo de compreensão pode-se depreender da situação atual e das mutações recentes do espírito do capitalismo, quando se pensa através dos termos de critica artista e de crítica social?

Para captar a inversão em curso pela qual a crítica, forte e onipresente entre os anos 1968-1978, se apaga na década 1985-1995, é necessário tentar pensar o que o Maio de 68 constituiu deste ponto de vista. Boltanki e Chiapello veem neste último justamente o momento de uma associação ou de uma conjunção da crítica artista e da crítica social. A primeira seria mais mobilizada pelos estudantes (que falavam a linguagem da alienação, da crítica da vida cotidiana, etc.) e a segunda pelos operários (que representavam a crítica à exploração capitalista), ainda que os autores se mostrem, sobre esse ponto, particularmente cautelosos, e tentem relativizar o que poderia aparecer como uma divisão por demais rígida. Estas duas dimensões crítica se encontram, no âmbito do trabalho, sob a forma de dois grupos de reivindicações, ligadas, de uma parte, a questões de autonomia (muitas vezes mobilizadas pelos jovens trabalhadores) e, de outra parte, a exigência de segurança (posta em primeiro plano, a maior parte, por instituições sindicais como a CGT). Bem entendido, tais reivindicações ultrapassam a eventualidade do Maio de 68 e se estendem ao começo dos anos 70 e são abordadas pelos autores para recentrar a ótica sobre as questões ligadas à organização da produção.

Mas o fato mesmo que não haja, precisamente, uma conjunção orgânica entra ambas as críticas, é o que parece fragilizar o empreendimento critico em seu conjunto, preparando o seu

desarmamento. O que se passa na década posterior a 1968? Longe de uma ideia simplista de recuperação do Maio 68 pelo capitalismo, Boltanski e Chiapello propõem uma visão complexa, integrando numerosos fatores, para compreender o processo de desarmamento da crítica, assim como de despolitização e de "desradicalização". A crítica conhece seu momento de glória no período imediatamente posterior aos eventos de 68 e dura até a primeira metade da década de 70: os fenômenos de resistência na fábrica crescem em um nível local, passando pela desaceleração das cadências, por formas de sabotagem, de greve selvagem, ocupações e às vezes sequestros e saques. A rigidez patronal sobre questões de democracia no trabalho os leva a negociar prioritariamente com as centrais sindicais (CGT e CFDT) acerca de questões de salário e de segurança do emprego (o que remete à crítica social) – uma tal atitude não apenas não permitia a redução da insubordinação operária, mas ela também não permitia ao patronado reduzir o antagonismo de classe, sobretudo porque a CGT e a CFDT conservavam firmemente uma orientação, senão revolucionário, pelo menos inclinada a uma saída do capitalismo. Mas, em consequência de um certo número de modificações, a situação mudou e tomou, a partir do fim dos anos 70, uma forma bastante diferente. Através de micro-deslocamentos, a estrutura do mundo do trabalho evolui: mudanças morfológicas (offshoring, terceirização), organizacionais (polivalência, diminuição da hierarquia) e jurídicas (utilização de estatutos contratuais mais leves, direito comercial, etc.). As empresas conseguem contornar localmente as situações de tensão, e aplicar progressivamente o que se chamará de flexibilidade; *o discurso gerencial* (*managérial*) integra elementos de autonomia e de inovação, satisfazendo (ao menos parcialmente) certas exigências presentes em particular nos gerentes ou executivos (*cadres*). Pouco a pouco as críticas ligadas à disciplina, ao taylorismo, às condições de trabalho, perdem a sua força devido ás mudanças na organização da produção, onde os fenômenos de opressão se tornam difíceis de decifrar. Ao mesmo tempo, as forças oficialmente sustentadoras da "crítica social" e de uma certa radicalidade (em torno do tema da luta de classes), tais como o PCF e a CGT, tendem a se enfraquecer (o PCF perde popularidade e a CGT perde sindicados, inclusive devido ao fechamento de grandes zonas industrias). Por outro lado, devido às frustrações, os novos movimentos de esquerda, notadamente as lutas das minorias, tendem a deixar de lado os esquemas da crítica social, monopolizados pelo PCF; eles concordarão, em parte, com o movimento de desradicalização, que ocorre com a ascensão dos socialistas ao poder, entre os quais um bom número de participantes do Maio de 68. Estes últimos retomarão palavras de ordem e termas de 68 e os integrarão a um quadro reformista (ao qual faz igualmente eco a despolitização da CFDT).

Assim, para Boltanski e Chiapello, o "novo espírito" que serviu para legitimar o capitalismo flexível neoliberal de nosso tempo foi moldado a partir da "crítica artista" da Nova Esquerda, que criticou o capitalismo regulado pelo Estado e o conformismo cinza da cultura empresarial. A partir

de algumas ideias do Maio de 68, os teóricos da gestão neoliberal propuseram um novo capitalismo, "conexionista", sustentado pela noção de "projeto", no qual as hierarquias organizacionais rígidas deram lugar a equipes horizontais e redes flexíveis, o que libera a criatividade individual. O resultado é um "novo romance" do capitalismo com efeitos no mundo real, um romance que englobava a tecnologia stat-up do Sillicon Valey e que hoje encontra a sua expressão mais pura no ethos do Google[483].

Boltanski e Chiapello apontam particularmente para a ênfase no termo *rede*, que ganha conotação de uma forma social mais eficiente e justa do que as relações formais de base criteriológica, permitindo a inserção progressiva e negociada no emprego. Para eles, essa conotação para o conceito de rede tem sido usada para combater concepções associadas ao antigo modo de produção. Estar em rede, ser flexível e adaptável tornam-se, assim, condições de inserção no mundo do trabalho e, sobretudo, símbolo de eficiência e de participação daquilo que os autores chamam de mundo conexionista, expressão que denomina esse ideal de rede associado à valorização de novos paradigmas. Os autores recuperam como o termo "redes" foi amplamente utilizado como forma de crítica a tudo aquilo que se pretendia um "ponto fixo" , como Estado, família, igrejas, tradições e instituições em geral. Passaram a ser exaltados mobilidade, fluidez e a circulação em redes abertas, que representaria o fim das hierarquias. Essa crítica às hierarquias e a sua conseqüente valorização das redes se amplificaria com a expansão da informatização dos locais de trabalho, o que teria concretizado a noção abstrata de rede a um grande número de profissionais e seria coerente com os valores do novo espírito do capitalismo.

Num mundo conexionista, a distinção entre vida privada e vida profissional tende a desvanecer-se sob o efeito de duas mesclas: por um lado, entre as qualidades da pessoa e as propriedades de sua força de trabalho (indissociavelmente misturadas na noção de competência); por outro lado, entre a posse pessoal – em primeiro plano, a posse de si mesmo – e a propriedade social, consignada na organização. Torna-se então difícil fazer a distinção entre o tempo da vida privada e o tempo da vida profissional, entre jantares com amigos e jantares de negócios, entre elos afetivos e relações úteis[484].

Ao problematizar essa distinção entre vida profissional e vida privada, os autores chamam a atenção para dois aspectos que interessa sublinhar. Primeiro, eles mostram como o capitalismo põe sob tensão a divisão entre amizade interesseira – aquela que atravessa as relações de negócios – e amizade gratuita – a dos laços afetivos autênticos. Mediante essa tensão, seria possível mercantilizar bens e serviços até então inexplorados. Estar em rede e colocar esse capital de amizades a serviço dos negócios passa a ser não só aceitável, como sobretudo se torna um

483 Cf. FRASER, N., « Feminism, Capitalism and the Cunning of History », p. 109-10.
484 Cf. ibid., p. 237.

comportamento desejável. Um segundo ponto levantado pelos autores diz respeito à ruptura com o modo de produção fordista, no qual os seres humanos, embora fossem tratados como máquinas, exerciam função impessoal e abstrata, mas não podiam colocar a serviço do lucro afetos, senso moral e honra. Os novos dispositivos empresariais exigiriam competências que incluem entrega ao trabalho, transformando em habilidade profissional aquilo que antes estava restrito ao campo do comportamento e da vida social e comercializando o que até então estava no campo da subjetividade. No mundo conexionista, é preciso mostrar-se maleável, adaptável, capaz de tratar sua própria pessoa como um texto que poderia ser traduzido para diferentes línguas.

Essas qualidades seriam exigidas para a participação em redes, ambiente em que a permanência ou o apego duradouro a valores são considerados rigidez inconveniente e até patológica e, segundo os contextos, como ineficiência, impolidez, intolerância, incapacidade para comunicar-se. Assim, comunicar-se é uma das bases fundamentais das novas capacidades no capitalismo pós-industrial, em que a rede de trabalho é a rede de comunicação entre pessoas.

Além disso, há permanente tensão entre engajar-se completa e apaixonadamente em um projeto – "se doando ao trabalho" – e, ao mesmo tempo, manter-se disponível para estabelecer novos elos em redes que se formam a partir de projetos, fazendo de todas as relações em rede necessariamente uma ligação temporária. Qualidades mais ligadas ao caráter do indivíduo tornam-se critério de seleção, e características como abertura, autocontrole, disponibilidade e bom humor passam a ser consideradas necessárias como "competências relacionais" e "aptidão para comunicação"

As redes formam aquilo que eles chamam de "cidade por projetos"[485]. Boltanski e Chiapello apresentam o conceito de "cidade de projetos", não como uma cidade no sentido mais comum do termo, mas como um quadro de referência para o atual modelo de organização da sociedade capitalista. Segundo os autores, esse tipo de organização lembra o de uma empresa cuja estrutura se compõe de um portfólio de projetos, que são conduzidos por diversas pessoas, algumas das quais participam de vários projetos simultaneamente. A natureza comum desse trabalho se caracteriza pelos "inícios" e "términos". Ao longo do tempo os projetos se sucedem, e os grupos são formados segundo necessidades e prioridades de cada projeto específico. Analogamente pode-se falar de uma estrutura social por projetos, ou de uma organização geral da sociedade por projetos.

As palavras de ordem do novo espírito do capitalismo seriam criatividade, reatividade e flexibilidade. O ideal de progresso na carreira é substituído pelo envolvimento em projetos, em que haveria a oportunidade de conhecer novas pessoas, aprender novas competências e assim seguir para novos projetos e contratos. A capacidade de passar de um projeto a outro, em que novas competências vão sendo substituídas por aquelas recém-adquiridas, é denominada, na literatura da

485 Cf, Ibid., p. 155.

gestão empresarial, "empregabilidade", qualidade que se obtém quanto mais capaz de se adaptar e quanto mais bem relacionado em redes de contatos se é. Com o objetivo de tornar mais atraentes as condições de trabalho, melhorar a produtividade, desenvolver a qualidade e aumentar os lucros, passam a ser evocados valores como:

> [...] autonomia, espontaneidade, mobilidade, capacidade rizomática, polivalência, comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, intuição visionária, sensibilidade para as [...] diferenças, capacidade de dar atenção à vivência alheia, aceitação de múltiplas experiências, atração pelo informal e busca de contatos interpessoais[486].

É por esta combinação de elementos que os autores descrevem o processo que ocorreu e se mantém até os nossos dias, que é antes de tudo um processo de *despolitização*, desradicalização, e de disjunção daquilo que em 68 se mantinha junto. Apenas uma nova conjunção das duas formas de crítica tornará possível uma política de emancipação radical, interrompendo o desarmamento da crítica: "Como mostrou um século e meio de crítica do capitalismo, as duas críticas, social e artista, são ao mesmo tempo contraditórias acerca de muitos pontos e inseparáveis, no sentido de que, pondo ênfase sobre aspectos diferentes da condição humana, elas se equilibram e se limitam. É as mantendo vivas que se pode esperar fazer frente às destruições provocadas pelo capitalismo, escapando aos excessos aos quais cada uma correm o risco de conduzir quando elas se manifestam de maneira exclusiva e não são contra-balançadas pela presença da outra"[487].

***

Apoiando-se sobre os trabalhados de Boltanski e Chiapello, Honneth e Hartmann nos mostram, por exemplo, que após um período de certo "progresso moral" na era social-democrata, a "revolução neoliberal" deslegitimou as funções de integração social típicas do momento anterior. Primeiramente, por revolução neoliberal, eles entendem uma série de transformações estruturais em diversos campos. Apesar do seu tamanho, parece-nos importante reproduzir aqui a passagem a seguir na sua integralidade, pois nela os autores nos fornecem uma síntese clara e sistemática da compreensão deles acerca do neoliberalismo, tendo por base a obra discutida acima:

> Aqui, nós usamos o conceito de revolução neoliberal para descrever todos os processos que (1) enfraquecem a tal ponto as atividades de regulação do Estado de Bem-estar que garantias não podem mais ser asseguradas em níveis comparáveis ao período do pós-guerra. Especialmente em conexão com a pesquisa sobre globalização, são agora analisados fatores que conduzem ao enfraquecimento do regime de bem-estar garantido pelo Estado-nação (mesmo se o conceito de "globalização" não é incontestável). Terminologicamente, neste contexto fala-se ocasionalmente de "capitalismo desorganizado", muitas vezes acusando especialmente o poder crescente das empresas globais, a internacionalização dos fluxos financeiros, e o desaparecimento dos laços culturais de classe, o que enfraqueceu o modelo social-democrata de organização política. De um ponto de vista interno às firmas, a revolução neoliberal pode ser descrita (2) pela disseminação da gestão orietnada pelos acionistas, onde a influência dos acionistas sobre as empresas cresce precisamente na mesma extensão que a participação de outros grupos com participação na firma diminui: "O preço da ação reflete o valor da empresa através das lentes dos acionistas e é cego para o valor da empresa segundo todos os outros grupos envolvidos: os trabalhadores, bancos, a região, o Estado, fornecedores, compradores e consumidores". Isso foi chamado de "capitalismo acionista". Para os nossos propósitos, o que é particularmente central

486 Ibid., p. 150.
487 Cf. Ibidem, p. 640.

é a transformação do capitalismo contemporâneo (3) que concerne o que Luc Boltanski e Eve Chiapello, com referência a Max Weber, chama de "o espírito do capitalismo". O ponto de partida destas reflexões é a suposição de que as práticas capitalista requerem justificação, que elas não podem, por elas mesmas, mobilizar recursos motivacionais suficientes. Seguindo a análise de Boltanski e Chiapello, enquanto que entre 1930 e 1960, a grande empresa fornecia aos seus empregados oportunidades de carreira de longo prazo e, sob certas circunstâncias, até mesmo um ambiente protegido socialmente por meio de apartamentos destinados aos trabalhadores, centros de lazer e estruturas de treinamento, o capitalismo contemporâneo pode ser descrito como um capitalismo "orientado por projetos". No paradigma de uma "ordem de justificação" orientada por projetos (*cité par projets*), as pessoas mais valorizadas são aquelas que podem se engajar em novos projetos com grande implicação pessoal e flexibilidade, que possuem habilidades para estabelecer boas redes de contato e agir tanto autonomamente quanto de maneira confiável. Terminologicamente, fala-se neste contexto de um "novo" capitalismo ou capitalismo "flexível". O critério mais importante para descrever este novo capitalismo não é mais a habilidade de cumprir hierarquicamente com determinados parâmetros dentro de uma grande empresa; é antes a disponibilidade para, de maneira auto-responsável, conduzir suas próprias capacidades e recursos emocionais a serviço do suporte de projetos individualizados. *Deste modo, o trabalhador se torna um "empregado" ou ele mesmo um empreendedor; não mais induzido a participar de práticas capitalistas por incentivos ou compulsões externos, ele é, em certo sentido, auto-motivado. É acima de tudo este "capitalismo connexionista" e seus princípios inerentes que são responsáveis pelas tendências que nós iremos discutir não seção cinco sob o título de dessolidarização*"[488].

A tese dos autores é que o capitalismo contemporâneo conseguiu mobilizar novos recursos motivacionais a partir deste "novo espírito do capitalismo", de sorte que novas justificações para a injustiça, a desigualdade social e a discriminação foram forjadas. Esta substância normativa e legitimadora do neoliberalismo *dificulta também as tendências de solidarização e, possivelmente, de politização dos cidadãos*. Por exemplo, o valor da autonomia e da auto-realização individual toma a forma, sob esse "novo espírito", de exigências abusivas, de disciplina ou de insegurança, as quais, tomadas juntas, tem por efeito a *dessolidarização social:*

> Hoje, o apelo à ideia de que os sujeitos compreendem as suas ocupações, não como cumprindo obrigações sociais, mas preferencialmente como passos revisáveis em sua auto-realização experimental, justifica o desmantelamento do privilégio do caráter associativo numa empresa, dissolvendo o estatuto legal de garantias e criando a expectativa de uma maior flexibilidade (...) Esta transformação normativa interpretativa do individualismo romântico, que está começando a se tornar uma ideologia e um fator de produção do novo capitalismo, vai junto com tendências de dessolidarização na medida em que os funcionários estão cada vez menos em condições de desenvolver conexões de longo prazo com empresas ou colegas[489].

Assim, as estratégias de gestão post-taylorianas retomam por sua conta os ideais de desenvolvimento individual para os transformar em nova força produtiva do capitalismo[490]. Honneth e Hartmann utilizam o conceito de *paradoxo* para dar conta deste fenômeno de transmutação de um ideal normativo de emancipação em um imperativo ideológico a serviço da legitimação de novos condicionamentos favoráveis à revolução neoliberal. Em *A Reificação*[491], Honneth mostra até que ponto as novas práticas no interior da empresa (a começar pelo *management*) ou numa vida impregnada de consumismo, contribuem para uma evolução social e cultural na qual se legitima, pouco a pouco, o fato de se tratar a si mesmo e o outro como uma coisa que se observa para melhor instrumentalizá-la.

---

488 HARTMANN, M & HONNETH, A, "Paradoxes of Capitalism" in *Constellations volume 13*, p. 45.

489 Ibidem, p. 49.

490 Cf. HONNETH, A, « Capitalisme et réalisation de soin » *in La société du mépris*, Éditions La Découverte, Paris, 2006, p. 311.

491 HONNETH, A., *Verdinglichung*, Francfort, Suhrkamp, 2006 ; tr. fr., Paris, Gallimard, 2007.

Por outro lado, tendo por base o conceito de produção imaterial, Stéphane Haber efetua uma interessante análise da relação que o capitalismo contemporâneo mantém com a esfera pública (*Öffentlichkeit),* o que põe em questão a tese habermasiana da colonização:

> Em todo caso, nós nos vimos obrigados a nuançar a concepção habermasiana de uma colonização contemporânea da esfera pública, concepção segundo a qual as forças anti-públicas investem sobre alguma coisa que existiria antes delas e poderia sem problemas persistir sem elas. O "capitalismo tardio" se manifesta hoje menos sob a forma de uma continuação das boas e velhas técnicas de corrupção, de manipulação e de repressão – ideia da qual Habermas não está tão longe – do que como uma maneira mais sutil de tentar investir sobre a esfera pública para se beneficiar de seu poder, para se imiscuir no seu funcionamento e, praticamente, continuar a dirigir seu desenvolvimento: em uma palavra, para tentar, embaralhando as fronteiras, simultaneamente explorá-la, produzi-la e integrá-la em seu funcionamento. Uma espécie de grande princípio de continuidade domina, portanto. Melhor ainda: na medida em que esta tendência é globalmente coroada de sucesso, pode-se dizer que o capital se regenera – ao menos parcialmente – graças à esfera pública, se instalando decididamente nas suas margens, o que conduz finalmente a embaralhar as fronteiras entre o interior e o exterior e a renunciar, consequentemente, à metáfora *dualista* da "colonização", tão cara a Habermas[492].

Haber mostra assim que "o deslocamento do centro de gravidade da produção em direção ao *imaterial* transforma as relações entre o universo econômico e a esfera pública, entre produção e linguagem: produz-se às vezes uma espécie de sinergia entre os dois elementos, que passam, doravante, a se interpenetrar". A maneira pela qual o capitalismo investe sobre o espaço público torna difícil o desenvolvimento de uma deliberação pública autêntica, que tematize os fundamentos da sociedade em sua radicalidade. O capitalismo contemporâneo indica certamente que ele é compatível com uma esfera pública, mas trata-se de uma esfera pública que não é aquela que Habermas tinha em mente:

> Em função deste imperativo frouxo, o que era apenas embrionário na época em que Habermas escrevia, se formou uma força impressionante, fabricadora de uma cultura global na qual estamos inseridos: uma força que, alargando de forma desconcertante o perímetro do espaço público (graças aos desenvolvimentos das técnicas de informação), absorve sem cessar os seus canais pelo pseudo-conhecimento do presente, pela pseudo-pluralidade, pela pseudo-informação, por pseudo-debates , pela pseudo-transparência, pela pseudo-crítica, pela pseudo-reflexividade, em resumo, pela pseudo-autonomia pública – tantos fenômenos que as concepções clássicas de "ideologia" não permitem mais a apreensão. Entende-se que as semelhanças e as continuidades entre formas autênticas e inautênticas são numerosas e que ninguém pode decentemente pretender dispor do critério unívoco que permite operar as demarcações certas e definitivas. Na indústria cultural contemporânea, cuja apresentação do indivíduo neoliberal forma o polo de referência, a *Öffentlichkeit* se encontra portanto, simultaneamente, solicitada, constituída e deformada[493].

Em relação a este ponto, não se pode esquecer do papel da mídia. Dentro de certos limites, a estratégia de mercado supera as preferências ideológicas na determinação atual do mecanismo de produção social da (des)informação veiculada pelos grandes meios de comunicação. O que importa para a mídia é o seu sucesso mercadológico, medido por sua participação na audiência e por sua capacidade de aumentar as receitas de publicidade. Um exemplo emblemático foi o caso da Guerra no Iraque durante o governo Bush[494]. No período que antecedeu a Guerra do Iraque, a administração Bush convenceu o público americano da necessidade da guerra através de alegações

492 HABER, S. « *Un espace public néocapitaliste ? Habermas, un demi-siècle après », in Variations.*. Disponível em http://variations.revues.org/204.

493 Cf. ibidem.

494 Cf. ARSENAULT, A. & CASTELLS, M., "CONQUERING THE MINDS, CONQUERING IRAQ: The social production of misinformation in the United States – a case study".

de que eles tinham evidências incontestáveis que o Iraque possuía armas de destruição em massa e através da insinuação de que existiam ligações entre o Iraque e a Al-Qaeda. Apesar da introdução de provas convincentes de que estas alegações eram falsas, vários meses após o fim oficial da guerra a metade da população americana continuava a acreditar, seja que armas de destruição maciça tinham sido encontradas, seja que o Iraque possuía um programa desenvolvido para criá-las. O que se esconde por trás desse fato? Os equívocos sobre a Guerra do Iraque foram socialmente produzidos. E no coração deste processo temos a interação entre o político e meios de comunicação de massa - neste caso particular, entre a administração Bush e os principais meios de comunicação (CBS, Fox, etc.). No entanto, não se trata simplesmente de um conluio entre a mídia e a política conservadora. O que parece ser decisivo é a interação entre a capacidade administrativa de estabelecer uma agenda e a lógica e estrutura da mídia. Em tempos de neoliberalismo, a lógica do lucro, traduzido por busca de audiência e receitas de publicidade, determina mais do que nunca a pauta destes grandes meios de comunicação. O que gera, eventualmente, tal afinidade eletiva entre governo e mídia num processo social de produção de equívocos e desinformação. E, de fato, a Fox aumentou a sua quota de audiência, mostrando que era capaz de atrair um nicho de mercado significativo ao defender as políticas de administração[495]. Neste sentido, o clima geral de medo psicológico é também um fator que contribuiu para a definição da sua estratégia de audiência. É claro que, a depender do nicho de mercado visado, outras estratégias de mercado são possíveis. A mídia impressa, por exemplo, normalmente lida com um público mais bem informado e tende com isso a melhor filtrar as informações vindas do governo. Sem contar com a mídia independente, que ganhou mais importância com o advento da Internet. Por outro lado, se o governo Bush não tivesse baseado sua investida contra o Iraque em informações questionáveis ou simplesmente falsas, provavelmente tal desinformação não teria sido reproduzida e amplificada pela mídia. Mas, uma vez que a desinformação é produzida, ele tem de lidar com isso. No entanto, a julgar pelo poder de penetração que a grande mídia ainda dispõe junto às massas, o seu papel no processo de geração de desinformação e alienação em face de uma série de acontecimentos de forte impacto político não pode ser negligenciado, já que ela não está comprometida em primeira instância com a informação e a politização dos cidadãos.

Por outro lado, se há de fato uma relação cada vez mais íntima entre a esfera pública e o capitalismo contemporâneo, tal como Haber sustenta, há de se supor que há também uma relação igualmente próxima entre o capitalismo e a esfera privada. É isso que sugere os estudos da socióloga israelense Eva Illouz[496]. Ela mostra que, no capitalismo, não se deseja da mesma forma que em outras sociedades; isto é, o capitalismo constitui não apenas um modo de produção ou uma

495 Cf. idem, p. 301.
496 Cf. ILLOUZ, E., *Les sentiments du capitalisme.*

forma de alocação de recursos, mas verdadeiramente uma *forma de vida*. A lógica do mercado penetra nos locais mais profundos da vida afetiva. As relações pessoais se tornam mais e mais objeto da racionalização e do cálculo de custo/benefício dignos do mundo de negócios. Por outro lado, mostra-se como a valorização do capital pôde ser impulsionada por uma boa gestão de afetos. Um estudo, no último capítulo da sua obra citada, que trata dos sites de encontros e relações amorosas, assim como de entrevistas com usuários deste tipo de serviço, procura expor o ponto extremo deste processo de imbricação entre afetos/relações íntimas e capitalismo. Trata-se de uma forma de mostrar até que ponto pode chegar o processo de mercantilização e de reificação das relações amorosas. Um processo no interior do qual é difícil de separar o sentimento romântico da experiência de consumo. Pode-se ilustrar este último ponto da seguinte maneira: frente à abundância de perfis "correspondentes", põe-se em prática estratégias de gestão eficazes para encontrar a "alma gêmea". Em razão do grande volume, mesmo os encontros têm um caráter repetitivo e previsível. O encontro amoroso, outrora apreciado por seu caráter raro, se torna uma rotina. A magia vinha da raridade e neste caso estamos numa economia da abundância, que leva a um certo *consumismo* em matéria amorosa. O eu é um produto do qual é preciso fazer o *marketing* na internet, e o outro é um produto que se analisa em termos de *custos* e *benefícios*[497].

O que se pode inferir deste avanço crescente do capitalismo contemporâneo em relação à dimensão simbólica, aos padrões de comportamento e às esferas pública e privada? Naquilo que nos concerne aqui, a maior consequência é um certo predomínio de um tipo específico de "homem", cuja consequência mais importante é a hegemonia do individualismo, do romance privado do *empreendedorismo* e do *consumismo*, em detrimento das possibilidades de *politização* das massas e da democratização efetiva dos processos ligados à formação da vontade política. Sobre este ponto, a teórica política norte-americana Wendy Brown, baseando-se no trabalho pioneiro de Foucault sobre o neoliberalismo[498], afirma que a governamentalidade neoliberal e a extensão da lógica econômica empresarial para outros âmbitos sociais condiciona o aparecimento de um certo tipo de cidadão neoliberal:

> Enquanto que o liberalismo clássico articulou uma distinção, e às vezes até mesmo uma tensão, entre os critérios de moral individual, associativa, e de ações econômicas (daí as diferenças marcantes no tom, no assunto, e até mesmo nas prescrições entre *Wealth of Nations* de Adam Smith e sua *Theory of Moral Sentiments)*, o neoliberalismo normativamente constrói e interpela os indivíduos como atores empresariais em todas as esferas da vida. Isso representa os indivíduos como criaturas racionais, calculistas, cuja autonomia moral é medida por sua capacidade de "cuidado de si", a capacidade de prover suas próprias necessidades e atender suas próprias ambições. Ao tornar o indivíduo totalmente responsável por ele próprio, o neoliberalismo iguala a responsabilidade moral à ação racional; ele apaga a discrepância entre o comportamento econômico e comportamento moral, configurando a moralidade inteiramente como uma questão de deliberação racional sobre custos, benefícios e consequências[499].

497 Cf. Idem, p. 152ss.

498 Ver FOUCAULT, M., *Naissance de la biopolitique.Cours au collège de France 1978-1979*, Hautes études, Gallimard-Seuil, 2004

499 BROWN, W., "Neoliberalism and the End of Liberal Democracy" *in Edgework : Critical Essays on Knownledge and Politics,* p. 42.

O indivíduo neoliberal tem total responsabilidade pelas consequências de seus atos, não importa quão graves são as restrições sobre esta ação, por exemplo, falta de formação, de educação, e de creches em um período de desemprego elevado e benefícios do programa de bem-estar limitados. Assim, a governamentalidade neoliberal torna-se um novo modo de despolitização de poderes sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, reduz a cidadania política a um grau sem precedentes de passividade e complacência política. O cidadão modelo neoliberal é um que calcula para ele próprio em meio a várias opções sociais, políticas e econômicas, e não aquele que se esforça com os outros para alterar ou organizar estas opções. A cidadania neoliberal plenamente realizada seria o oposto daquela voltada para o bem comum. O corpo político deixaria de ser um corpo, mas sim um grupo de empresários individuais e de consumidores.

Nessa mesma linha, o sociólogo francês Christian Laval afirma que o projeto político neoliberal ultrapassa em muito o quadro da política econômica. Ele não se reduz à reativação do velho liberalismo econômico, e ainda menos a um recuo do Estado ou a uma diminuição de seu intervencionismo. Ele é conduzido por uma lógica normativa que diz respeito a todos os campos da ação pública e a todos os domínios da vida social e individual. Fundado sobre a antropologia total do homo œconomicus, ele põe em prática diversos elementos sociais e subjetivos específicos, como a concorrência, a responsabilidade, o espírito de empresa, e visa produzir um novo sujeito, *o homem neoliberal.* Trata-se, em suma, de produzir um certo tipo de homem, que seria apto a se deixar governar por seu próprio interesse[500].

Neste sentido, o neoliberalismo se apresenta como um projeto altamente político, que conduz a uma *despolitização* das relações sociais, as reduzindo sistematicamente à lógica do calculo privado. Assiste-se à dissolução do sujeito moral e política no interior da lógica do *empreendedorismo* e do *consumismo.* A figura do homem tende a se reconfigurar em torno da noção de sujeito econômico, convidado doravante a se pensar como uma empresa em busca de oportunidades de lucro num contexto de concorrência total e permanente. A vida política e a moral, o vínculo educativo, as relações cotidianas e a concepção mesma que o indivíduo faz de si próprio são profundamente afetados por esta generalização da forma empresarial e mercadológica. Os critérios de eficácia e de rentabilidade bem como as técnicas de avaliação se impõem por todo lugar. O sujeito moral e político tende, em certos contextos, a se reduzir a um calculador levado a escolher em função de seu próprio interesse.

6.5 – Os novíssimos movimentos sociais

Finalmente, é necessário aqui tecer algumas observações sobre o modo pelo qual a fase atual do capitalismo se relaciona com os movimentos sociais. Se, de um lado, ocorre uma perigosa

500 LAVAL, C,. « Penser le néolibéralisme » *in La Revue internationale des livres et des idées,* n° 2 . Disponível em http://www.revuedeslivres.fr/penser-le-neoliberalisme-par-christian-laval/ .

"afinidade eletiva" entre imperativos de expansão do sistema capitalista e determinadas demandas de movimentos sociais como o feminista, de outro, temos que os efeitos nocivos que tais imperativos acarretam tendem a suscitar novas zonas de conflito, localizadas em torno de temas como a desigualdade social, a concentração de riquezas, mas também contra a influência exercida por grupos econômicos dominantes sobre as políticas estatais em detrimento de uma "democracia real". Como vimos, Habermas afirma que a antiga política emancipatória relacionada a fatores econômicos e a lutas de classe ou por redistribuição, cederam o lugar para uma nova política emancipatória que diz respeito à "gramática das formas de vida". Neste momento, seria então mais adequado falar de diversos sentidos de emancipação, que se oporiam a uma forma unitária de vida. A nova zona de conflito se definiria, por seu turno, como uma defesa das estruturas simbólicas do mundo da vida contra os imperativos do sistema. Essa luta se traduziria, assim, numa defesa da "espontaneidade" dos processos comunicativos cotidianos contra a formalidade, a rigidez e o caráter unilateral e anti-democrático da regulação sistêmica (sobretudo estatal-burocrática) das ações dos indivíduos via a ampliação dos domínios formalmente estruturados (abstrações reais). Isto é, tratava-se de assegurar o espaço de inventividade dos fluxos comunicativos que se abrem para o novo e definem permanentemente novas normas sociais, formas de comportamento, visões de mundo, identidades, em resumo, novas formas de vida. O que estava essencialmente em jogo era a possibilidade mesma de uma democracia efetiva, na qual a formação da vontade política implicava verdadeiramente processos argumentativos, discursos e a autonomia dos cidadãos. Habermas pressupunha fundamentalmente que os problemas de ordem econômica e a questão da miséria e da pobreza foram (ou estariam em vias de) mais ou menos resolvidos pelo Estado de Bem-estar social. Em todo caso, essas não eram suas preocupações centrais, tal como em Marx na época do capitalismo liberal do século XIX. Longe de eliminar o *Welfare State*, tratava-se agora de torná-lo reflexivo. O modelo normativo, já mencionado aqui em numerosas ocasiões, era aquele de um novo equilíbrio ou divisão de poderes entre o dinheiro, o poder administrativo e a solidariedade[501]. No fronte motivacional das lutas que visavam a democratização do papel do cidadão, a política da identidade e do reconhecimento de novas formas de vida - aquela dos "novos

501 "Um dos argumentos centrais consiste no fato de que o próprio diagnóstico das 'contradições' e 'crises' do capitalismo tardio encontra-se apoiado numa estruturação altamente diferenciada das sociedades complexas na qual a organização da sociedade sobre si mesma mediante a auto-determinação soberana do povo só pode se realizar paralelamente ao lado de um sistema econômico regulado pelo mercado e de um sistema administrativo regulado pelo poder. Em contrapartida, só podemos identificar a 'caixa de ressonância' da crise do Estado social no modo como os sistemas do dinheiro e do poder se articulam com o compromisso entre Estado e sociedade, compromisso que 'constitui o fundamento do qual qualquer política tem de *partir* em nossos domínios'. As constantes intervenções estatais rompem com esse compromisso em função de sua autoridade planificadora, tornando mais claro que "as conseqüências secundárias da juridificação (Verrechtlichung) e da burocratização tiraram a inocência do meio aparentemente neutro do poder administrativo, com o qual a sociedade pretendia atuar sobre si mesma. Agora também o Estado intervencionista tem de ser 'socialmente controlado'. Por essa razão, a ampliação radical de espaços democráticos requer, 'sem dúvida', tornar o programa do Estado social, em seu todo, mais reflexivo – ou seja, forçando o Estado a considerar a autodeterminação política da sociedade" (MELO, R. S., "A crítica de Habermas ao paradigma "produtivista" como orientação emancipatória da esquerda" in *Cadernos de Filosofia Alemã*, p. 78).

movimentos sociais" como o feminismo, o anti-racismo, os homossexuais, etc. - precedia claramente a "velha" questão social.

O que se passa de novo no neoliberalismo em relação aos movimentos sociais? Em artigo relativamente recente, Nancy Fraser mostra que a "revolução neoliberal" mantém uma relação ambígua com o movimento feminista. Se, de uma parte, houve avanços em termos de liberação da autoridade familiar tradicional/patriarcal e uma maior inclusão das mulheres no mercado de trabalho, o neoliberalismo, de outra parte, se apropriou do "sonho feminista" para tornar as mulheres as principais vítimas do processo de precarização das condições de trabalho (dupla jornada, baixa de salários, etc.)[502]. Fazendo uma crítica parcial ao argumento de Boltanski & Chiapello mencionado acima, Fraser faz uma observação bastante perspicaz:

> O argumento de Boltanski e Chiapello é original e profundo. No entanto, porque é cego para questões de gênero, ele não consegue apreender integralmente a natureza do espírito do capitalismo neoliberal. Certamente, este espírito inclui (o que eu chamaria de) o romance masculino do individuo livre, desimpedido, auto-suficiente - o que eles descrevem apropriadamente. Mas o capitalismo neoliberal tem tanto a ver com o Walmart, *maquiladoras* e microcrédito como com o Vale do Silício e o Google. E seus trabalhadores indispensáveis são desproporcionalmente mulheres, não apenas jovens mulheres solteiras, mas também mulheres casadas e mulheres com crianças; não só mulheres racializadas, mas as mulheres de praticamente todas as nacionalidades e etnias. Como essas mulheres foram despejadas nos mercados de trabalho em todo o mundo, o efeito tem sido o de minar de uma vez por todas o ideal do SOC do salário-família. No capitalismo neoliberal desorganizado, esse ideal foi substituído pela norma mais nova, mais "moderna", da família dos dois assalariados. Não importa que a realidade que subjaz ao novo ideal é a baixa do nível dos salários, a diminuição da segurança no emprego, o declínio do nível de vida, um aumento acentuado no número de horas trabalhadas para salários por família, a exacerbação da dupla mudança - agora muitas vezes uma mudança tripla ou quádrupla, e um aumento de famílias chefiadas por mulheres. O capitalismo desorganizado transforma uma orelha de porco em uma bolsa de seda através da elaboração de um novo romance do avanço feminino e da justiça de gênero[503].

Paralelamente ao aumento da exploração do trabalho feminino, Fraser diagnostica um desvio na segunda geração do movimento feminista. Esta passou a minimizar a crítica da economia política e do capitalismo e de levar muito longe a crítica da cultura e da identidade. Na prática, a tendência era a de subordinar as lutas de caráter sócio-econômico às lutas por reconhecimento, enquanto que na academia, a teoria social feminista começou a eclipsar em proveito da teoria cultural feminista. O que tinha iniciado como um corretivo necessário ao economicismo se tornou um culturalismo igualmente unilateral. Assim, em vez de alcançar um paradigma mais amplo, mais rico, que pudesse englobar simultaneamente a redistribuição e o reconhecimento (segundo os termos da própria Fraser), o feminismo trocou um paradigma problemático por outro. Mas Fraser vai ainda mais longe em sua (auto)crítica do movimento feminista contemporâneo. Ela indica que este de fato contribuiu para o desenvolvimento do "novo espírito do capitalismo" na era neoliberal:

> Por mais perturbador que possa parecer, estou sugerindo que a segunda onda do feminismo tem involuntariamente fornecido um ingrediente-chave do novo espírito do neoliberalismo. Nossa crítica do salário família agora fornece uma boa parte do romance no qual o capitalismo flexível investe, com um significado mais elevado e com um elemento moral. Dotando as suas lutas diárias com um significado ético, o romance feminista atrai as mulheres em ambas as extremidades do espectro social: de um lado, as executivas das classes médias profissionais, determinadas a quebrar o teto de vidro, na outra extremidade, *female temps*, trabalhadoras em tempo parcial, que fazem serviços de

502 Cf. FRASER, N., "Feminism, capitalism and the cunning of history" in New Left Review 56, 2009.
503 Idem, p. 110.

baixos salários, domésticas, profissionais do sexo, migrantes, trabalhadoras em zonas de livre-comércio, e mutuárias de micro-crédito, que buscam não apenas a renda e segurança material, mas também auto-aperfeiçoamento, dignidade, e libertação da autoridade da tradição. Em ambas as extremidades, o sonho de emancipação das mulheres é aproveitado para o motor da acumulação capitalista. Assim, a crítica da segunda geração do feminismo acerca do salário-família desfrutou de uma perversa sobrevida. O que era anteriormente a peça central de uma crítica radical do androcentrismo serve hoje para intensificar a valorização capitalista do trabalho assalariado[504].

Na condição de feminista, ela reconhece muito honestamente que "afinal, este capitalismo preferiria muito mais enfrentar reivindicações de reconhecimento do que demandas relativas à redistribuição, na medida em que ele constrói um novo regime de acumulação sobre a pedra angular do trabalho assalariado das mulheres e procura liberar os mercados da regulação social, a fim de operar tanto mais livremente em escala global"[505].

Este mesmo tipo de análise poderia se aplicar a outros movimentos, tal como o dos negros ou dos homossexuais, se referindo à eventual instrumentalização de tais lutas com o objetivo de criar, por exemplo, novos segmentos de consumidores e nichos de mercado, o que contribuiria com a cultura neoliberal do hiper-consumismo e do individualismo e despolitizaria e reduziria o sentido das reivindicações[506]. Este alargamento de perspectiva permitiria mostrar que o capitalismo contemporâneo não gera apenas instabilidade, pobreza, sofrimento social[507] ou alienação, mas também instrumentaliza certas exigências de reconhecimento de diversos movimentos sociais (não diretamente críticos do capitalismo) a fim de se perpetuar[508]. Sem contar o fato de que, como vimos, a cultura e o Estado neoliberais dificultam a politização e participação democrática dos cidadãos, o que cria um impacto negativo geral para os movimentos sociais. Seria importante evitar todo tipo de economicismo de uma análise do capitalismo que seria limitada ao "paradigma da produção" e à perspectiva do trabalho ou dos operários.

É por isso que a questão colocada por Fraser é fundamental: *como confrontar simultaneamente as dominações econômica, cultural e política numa perspectiva normativa suficientemente ampla, complexa e balanceada*?[509] A nosso ver, se do ponto de vista normativo é importante evitar todo tipo de reducionismo, do ponto de vista estratégico, pelos motivos explicitados acima, seria talvez produtivo retomar a intuição marxiana de uma teoria crítica *do* capitalismo, evitando evidentemente, como já dito, os problemas relacionados ao economicismo.

---

504 Idem, ibidem.

505 Idem, p. 113.

506 Por exemplo, via o desenvolvimento de produtos ou pacotes turísticos exclusivos para homossexuais, assim como outros produtos específicos para este "nicho de mercado". Para uma análise mais detalhada desta temática, ver CHASIN, A. *Selling Out: the gay & lesbian movement goes to market.* New York: St. Martins Press, 2000.

507 Para um importante estudo acerca da importância dessa noção no neoliberalismo e pós-fordismo, ver RENAULT, E., S*ouffrances sociales*, Paris, La Découverte, 2008.

508 Como vimos, os trabalhos de Boltanski e Chiapello ilustram bem a maneira pela qual o neoliberalismo absrove a crítica artista dos movimentos de liberação ligados ao Maio de 68 e a "traduz" numa maior flexibilidade das condições de trabalho. Ver BOLTANSKI,L & CHIAPELLO, E., *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard, 1999.

509 Cf. FRASER, N., "Feminism, capitalism and the cunning of history", p. 116.

Neste ponto, o modelo habermasiano de 73, que associa a questão da democracia à crítica do capitalismo parece adquirir, mediante eventuais correções, uma atualidade significativa. Sobre este ponto, Fraser faz uma interessante proposta:

> A possível saída do neoliberalismo oferece a oportunidade de reativar a promessa emancipatória da segunda geração do feminismo. Adotando uma abordagem tridimensional da injustiça, poderíamos agora integrar, de uma forma mais equilibrada, as dimensões do reconhecimento, da redistribuição e da representação que se separaram na época anterior. Fundamentando aqueles aspectos indispensáveis da crítica feminista num sentido robusto e atualizado da totalidade social, devemos reconectar a crítica feminista à crítica do capitalismo e, assim, reposicionar o feminismo diretamente à Esquerda[510].

Ademais, seria importante analisar a resistência que já existe ao avanço das políticas neoliberais e capitalistas em geral, bem como as possibilidades de sua ampliação. É interessante notar que grande parte dos "vícios" da sociedade capitalista, não necessariamente novos, se revelam de maneira mais clara nos momentos de crise. É o que pensa Fraser, quando ela comenta a importância da obra de Pierre Bourdieu e uma certa necessidade de complementá-la à luz da crise atual: " (…) Mas não quando os termos da equação não são mais sincronizados: quando, por exemplo, os jovens dotados de capital social e cultural não podem mais encontrar o lugar ao qual lhe destinava os seus habitus ou quando os imigrantes devem renunciar à perspectiva de melhoria econômica. Nestes tempos de 'crise', as expectativas habituais são invalidadas e pergunta-se o que de fato não funcionou. As crises são os momentos privilegiados da crítica: elas trazem à tona a lógica por trás da dominação. Elas deixam entrever a possibilidade de que as estratégias individuais para subir na escala social deem lugar a lutas coletivas para desmantelá-la"[511]. É importante ressaltar que não se trata de estabelecer uma relação direta e simplista entre crises de acumulação do capital e problemas de legitimação[512], pois elementos simbólicos, culturais e ideológicos podem diminuir consideravelmente o nível de insatisfação das massas. Até aqui, o capitalismo sempre foi capaz de encontrar recursos sócio-culturais capazes de renovar suas reservas motivacionais[513]. Contudo, à luz dos recentes acontecimentos, é difícil continuar a negligenciar o papel das crises (que não precisa se reduzir ao âmbito econômico) enquanto um fator importante (mas não único nem suficiente) no processo de mobilização social[514], de sorte que uma teoria renovada das crises poderia ser bastante útil. Mais uma vez, nesse contexto, o modelo habermasiano de 73 poderia eventualmente merecer uma reatualização com base num novo diagnóstico de época.

No ano de 2011, vimos a proliferação mundial de uma série de movimentos sociais. Segundo Wallerstein, "a razão fundamental foi a condição econômica negativa, que atinge a maior

---

510 Idem, ibidem.

511 FRASER, N., « Une réflexion pour l'ère postindustrielle ». Disponível em http://www.lemonde.fr/idees/article/2012/01/23/une-reflexion-pour-l-ere-postindustrielle_1632567_3232.html

512 Cf. KEANE, J., *Public Life and late capitalism,* p. 100 (nota 107).

513 Cf. a crítica de HARTMANN & HONNETH aos prognósticos de *Legitimationsprobleme* (HARTMANN, M. & HONNETH, A., "Paradoxes of Capitalism", p. 46.

514 Sem, entretanto, acreditar que viveremos uma crise final cujo desfecho seria o colapso "automático" do sistema.

parte do mundo. O desemprego, que era alto, cresceu ainda mais. A maioria dos governos enfrentou grandes dívidas e receita reduzida. A resposta deles foi tentar impor medidas de austeridade contra suas populações, ao mesmo tempo em que tentavam proteger os bancos. O resultado disso foi uma revolta global daquilo que o movimento Occuppy Wall Street chama de os 99%"[515].

Neste nível, além do movimento altermundialista, é importante avaliar concretamente a composição, o sentido, a durabilidade e o grau de impacto de movimentos bastante recentes, locais ou globalizados, como *Los Indignados* e *Ocuppy Wall Street,* a luta estudantil no Chile para criar um sistema de educação gratuito para todos, desmantelando o modelo neoliberal que Pinochet impôs brutalmente. Engloba-se também os ativistas da praça Tahrir, que reconhecem que a queda de Mubarak (como o fim da ditadura de Pinochet) foi apenas o primeiro passo de uma luta para emancipar-se do poder do dinheiro. Inclui os trabalhadores em greve na Grécia, a oposição militante que surge em todo o mundo, de Londres a Durban, Buenos Aires, Shenzhen e Mumbai[516].

O que tais movimentos nos ensinam hoje? Inicialmente, é importante notar que o modelo da colonização sistêmica do mundo da vida e a consequente luta contra o excesso de regulação sistêmica (sobretudo a burocrática) não permite captar adequadamente a dinâmica das lutas anti-neoliberais. Em realidade, enquanto Habermas preconizava uma luta contra o excesso da presença do Estado burocrático em domínios do mundo da vida, o que se tem no mais das vezes é uma luta contra a flexibilização, a ausência de regulação politico-democrática de domínios da economia e da vida social, contra a perda de direitos sociais, etc. Não à toa, entre os principais participantes de tais movimentos, temos um grupo social por vezes chamado de "precariado". Tal termo "(...) designa uma forma de proletariado informal e terceirizado, um novo tipo de trabalhador cujas habilidades intelectuais são exploradas por meio de precarização, desregulamentação e perda dos direitos sociais do *welfare state* das gerações anteriores do proletariado industrial"[517].

Ademais, contra o prognóstico do modelo da TAC, a velha questão social retoma o seu fôlego, juntamente com a constatação das limitações da democracia liberal em face do poder das grandes corporações e dos grandes capitalistas. Segundo Stiglitz, "pesquisas recentes mostram como as noções de justiça são importantes e estão arraigadas entre os participantes dos protestos na Espanha. Eles, e seus colegas de outros países, têm razão de estar indignados. Este é um sistema no qual os banqueiros são resgatados, enquanto suas vítimas são obrigadas a lutar pela sobrevivência. Pior: os banqueiros estão de volta a seus gabinetes, recebendo bônus anuais superiores ao que a maioria dos trabalhadores espera ganhar durante toda a vida, enquanto jovens que estudaram muito

515 Cf. WALLERSTEIN, I., "A esquerda mundial após 2011". Disponível em http://www.outraspalavras.net/2012/01/03/a-esquerda-mundial-apos-2011/ .

516 Cf. HARVEY, D., "Ultra-capitalismo encontrou um adversário", disponível em http://www.outraspalavras.net/2012/04/04/david-harvey-o-ultra-capitalismo-encontrou-um-adversario/.

517 CARNEIRO, H., Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011" *in Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 13.

e seguiram as regras do jogo não veem perspectivas de um emprego decente"[518].

A vivacidade atual destes movimentos sugere que a "zona de conflito" no capitalismo contemporâneo, sobretudo nos grandes centros, concerne principalmente a expansão da lógica capitalista, as desigualdades sociais, a autonomização do setor financeiro, os limites ecológicos ao avanço predador da acumulação sem fim de capital e a falta de democracia real e efetiva – isto é, o capitalismo (sobretudo na sua face neoliberal) voltaria a aparecer como um problema muito importante.

De fato, pode-se afirmar que todos esses movimentos surgem no bojo da crise financeira que atinge o núcleo orgânico do capitalismo desde 2008. Se o Occupy foi inspirado nos movimentos europeus como dos Indignados, estes por sua vez foram influenciados pelas rebeliões de massa que impulsionaram a Primavera Árabe e derrubaram governos na Tunísia e no Egito. Com efeito, "a crise do subprime de 2008 afetou seriamente os países norte-africanos, piorando os níveis de pobreza, e teve como estopim a elevação do preço dos alimentos e de outros produtos básicos. A multidão árabe, composta em sua maioria por jovens com trabalhos precários ou desempregados, mobilizou-se por meio de redes sociais"[519].

No caso do Occupy Wall Street, o que se tem é um movimento cujo lema é o de que "Somos os 99%". Os alvos são a excessiva polarização da riqueza, os governos corruptos, e a natureza essencialmente antidemocrática desses governos — tenham eles sistemas multipartidários ou não[520]. Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do *Ocupem Wall Street* são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo a onde muitos dos bastiões do poder estão localizados, e fazer com que corpos humanos convertam esse lugar de espaço público em uma comunidade de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de combater seu alcance. Essa tática, mais conspicuamente presente nas lutas nobres e atuais da praça Tahrir, no Cairo, se alastrou por todo o mundo (praça do Sol, em Madri, praça Syntagma, em Atenas, agora as escadarias de Saint Paul, em Londres, além da própria Wall Street). Mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição, quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado[521].

Nesse processo, eles estão lutando "por uma democracia em que as pessoas, e não os dólares, falem mais alto"[522]. O movimento diz: "Somos os 99%. Somos a maioria e essa maioria

---

518 STIGLITZ, J., "Um Nobel de Economia explica *Occupy Wall Street*". Disponível em http://www.outraspalavras.net/2011/11/08/um-nobel-de-economia-explica-occupy-wall-street/.

519 ALVES, G., "Ocupar Wall Street... e depois?" *in Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012, p. 31-32.

520 Cf. WALLERSTEIN, I., "A esquerda mundial após 2011". Disponível em http://www.outraspalavras.net/2012/01/03/a-esquerda-mundial-apos-2011/ .

521 Cf. HARVEY, D., op. Cit.

522 Cf. STIGLITZ, J., op. Cit.

pode, deve e vai prevalecer. Na medida em que todos os outros canais de expressão estão fechados por causa do poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, praças e ruas de nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas"[523].

Algumas características gerais podem ser retiradas desses movimentos dos indignados no plano europeu e estadunidense[524]. Primeiro, constituem-se de densa e complexa diversidade social. No caso europeu, muitos dos manifestantes são jovens empregados, operários precários, trabalhadores desempregados e estudantes de graduação subjugados pelo endividamento e inseguros quanto ao seu futuro – como vimos acima, eles constituem o "precariado", as maiores vítimas do neoliberalismo; incluem-se também, no caso do Occupy Wall Street, veteranos de guerra, sindicalistas, pobres, profissionais liberais, anarquistas, *hippies*, juventude desencantada, trabalhadores organizados, etc. Entre milhares de pessoas, encontram-se, lado a lado, jovens anticapitalistas e enfermeiras em defesa do sistema de saúde. Ademais, há cartazes de protesto contra o racismo, o presidente Obama, os republicanos, os democratas, a fome, a guerra no Iraque. Defendem-se os direitos dos trabalhadores, a cobrança de mais impostos para milionários e a reestruturação do sistema financeiro, e também a "democracia real".

Segundo, pode-se afirmar, a principio, que são movimentos pacíficos, que evitam a criminalização. Terceiro, usam as redes sociais, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social. Quarto, expõem, com notável capacidade de comunicação e visibilidade, as misérias da ordem burguesa no polo mais desenvolvido do sistema, na medida em que criticam a concentração de riqueza, a precariedade do trabalho e da vida, bem como desmitificam a democracia ocidental.

Quinto, eles reivindicam a democratização radical contra "a farsa democrática dos países capitalistas centrais". O detalhe crucial aqui é que esses são movimentos democráticos de massa e ocorrem em países capitalistas sob o Estado democrático de direito. A situação de insegurança e precariedade, agudizadas pela crise, levou à mobilização das massas de jovens (e velhos) contra governos social-democratas e conservadores, incapazes de deter os imperativos destrutivos do capitalismo global e neoliberal. Nesse sentido, à crise econômica e financeira vincula-se uma crise política dos partidos e da democracia liberal.

No entanto, é preciso reconhecer que ainda há uma falta de definição estratégica, programática e teórica para esses movimentos. O que predomina entre os manifestantes seria antes um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias da forma capitalista atual de organização social. Não se vislumbra com clareza uma plataforma política mínima e não se sabe até que ponto eles são críticos em relação ao capitalismo ou estão dispostos à

523 Cf. HARVEY, D., op. Cit.
524 No que se segue, nos baseamos no artigo de ALVES, G., "Ocupar Wall Street... e depois?", op. Cit, p. 32ss.

lutar por uma democratização radical das instâncias políticas decisórias. Eles sabem mais o que não querem do que o que querem – o que não deixa de ser importante no começo. Serão eles capazes de definir com clareza o que desejam? Esta questão está em aberto. Em todo caso, é inegável seu caráter *sintomático* para o fato de que a democracia se encontra hoje, ao menos parcialmente, prejudicada pelo capitalismo global, financeirizado e neoliberal.

Com efeito, uma parte dos processos atuais mais vivos em termos de demandas por democracia efetiva e esfera pública informal ocorrem à margem dos mecanismos institucionais da democracia liberal (partidos, voto, etc.). Mas o mais interessante é que tais demandas aparecem conjugadas a críticas ao poder dos capitalistas sobre o aparato estatal e aos efeitos perversos de uma economia que elege como prioridade o lucro das grandes corporações em detrimento do bem comum. Ou seja, crítica do neoliberalismo e demandas e processos de democratização começam a aparecer juntos. Contudo, insistimos que resta saber qual o alcance e que tipo de concretização instituconal tais movimentos podem alcançar a médio e longo prazo.

Considerações finais

O sentido emancipatório presente no ideal de uma democracia radical, em que cidadãos livres e iguais, maduros e autônomos, auto-regulam as suas vidas em comum por meio de processos democráticos de formação da vontade política, esteve sempre presente no pensamento habermasiano – o que o levava além do marxismo vinculado ao "paradigma da produção" e do sentido da emancipação concebida como trabalho. No entanto, na primeira parte desta dissertação, vimos que, mesmo em Habermas, é equívoco associar *imediatamente* a crítica do paradigma produtivista ao abandono da crítica *do* capitalismo e da perspectiva de sua superação enquanto forma de organização social. Se o conflito entre capital e trabalho é neutralizado pela concentração de capital em monopólios e pelo intervencionismo estatal, de modo que a perspectiva da luta de classes não permite mais compreender integralmente a lógica dos conflitos sociais, temos que a dominação de classe (que cria a contradição fundamental de uma apropriação privada da produção socializada) continua a gerar efeitos muito importantes em termos de possibilidades concretas para a democracia efetiva. Por isso, no lugar de capital x trabalho, teríamos uma espécie de "capital x democracia" no contexto de um capitalismo tardio marcado pelo paradoxo de uma sociedade repolitizada composta de cidadãos despolitizados. Neste contexto, democracia efetiva e capitalismo aparecem como inconciliáveis e os processos de democratização deveriam assumir uma forma crítica em relação ao capitalismo enquanto tal.

No entanto, uma mistura entre a debilidade dos movimentos sociais organizados críticos em relação ao capitalismo, o florescimento dos novos movimentos sociais, a aceitação da retórica da complexidade e uma visão do capitalismo centrada no momento europeu do *Welfare State*, levou Habermas a abandonar a superação do capitalismo enquanto condição e resultado da instauração de uma democracia efetiva. Por outro lado, ele tentou acolher as diversas demandas dos novos movimentos sociais no interior do seu modelo crítico, explicitando o caráter plural de concepção de emancipação e evitando toda antecipação "autoritária" dos possíveis conteúdos de uma "vida boa". A autonomização das formas de vida poderia ser realizada mediante a domesticação do Estado burocrático (pressupondo a domesticação da economia pelo Estado social europeu), o que tornaria, apesar das tensões e dificuldades, democracia radical e capitalismo compatíveis a longo prazo.

Não obstante, em virtude da fase atual do capitalismo – marcada pelo neoliberalismo, pela globalização e pelo ataque às democracias ocidentais -, temos um contexto que nos faz, talvez, revisitar a posição habermasiana original[525] e explorar mais amplamente a tensão entre capitalismo

525 Sem, contudo, acolher automaticamente uma expectativa de superação do capitalismo enquanto tal, que, ao menos por enquanto, não parece se apresentar no horizonte das tendências inscritas no real. O que não nos impede,

e democracia radical. Com efeito, a experiência do "jovem Habermas" demonstra que retomar a crítica do capitalismo não significa necessariamente cair numa espécie de economicismo, no paradigma produtivista, no paradigma da classe universal ou no paradigma revolucionário da "ditadura do proletariado". Contra essa acusação, é preciso ter em mente que para além dos ataques do capital ao trabalho (que mesmo hoje são muito importantes), há o conflito capital x democracia. Isto é, se há de fato hoje diferentes possibilidades para vidas emancipadas, é preciso reconhecer que o capitalismo contemporâneo ou neoliberal se apresenta como um obstáculo central que não apenas explora e prejudica *materialmente* os trabalhadores e desempregados, mas também cria obstáculos não negligenciáveis às possibilidades concretas de institucionalização das condições de exercício do "diálogo emancipado"[526].

Se essa perspectiva estiver correta, um desafio que se coloca hoje para a teoria crítica é então o de retomar uma perspectiva de crítica do capitalismo, sem contudo esquecer os ganhos normativos trazidos pela ideia de "sentidos da emancipação" e recair numa espécie de "essencialismo da luta de classes". Uma das grandes dificuldades que o Habermas de *Problemas de Legitimação do capitalismo tardio* enfrentou foi o de articular essa perspectiva teórica com a prática efetiva dos movimentos sociais. Em relação a este ponto, a dificuldade permanece até hoje, tal como Fraser e outros nos mostram. No entanto, movimentos sociais extremamente recentes, bem como a possível "virada crítica" por parte de movimentos já bem estabelecidos como o feminista (tal como sugere Nancy Fraser), suscitam ao menos a questão de saber se tal possibilidade de articulação entre teoria e prática dentro de uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo, especialmente à sua vertente neoliberal, não poderia adquirir uma plausibilidade maior nos próximos anos. Esta é evidentemente uma questão em aberto.

Em todo caso, do ponto de vista teórico, parece que se vislumbram ao menos duas grandes tarefas. De um lado, seria preciso renovar não só um diagnóstico do capitalismo contemporâneo, mas uma teoria das suas crises. Aqui, a intuição central de Habermas em 1973, segundo a qual existem na verdade diversos tipos possíveis de crise pode ser bastante útil[527]. Por outro lado,

---

por outro lado, de recuperar uma certa crítica do capitalismo e, sobretudo, do neoliberalismo ; nem de imaginar, em sintonia com movimentos sociais, outras formas institucionais para além do Estado de Bem-estar.

526 "A emancipação já não se apresenta como uma forma de vida concreta, baseada em um modo de produção determinado ou em uma comunidade determinada ou, ainda, em um projeto determinado de reconciliação (com a natureza, por exemplo). *Não é possível determinar previamente o que é uma vida emancipada, mas é possível estabelecer as regras e as condições em que se pode dar o diálogo emancipado*, e desse modo criar instituições que busquem assegurar diversos projetos e formas de vida emancipada" (REPA, L., "Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica" in op. Cit., p. 176). Grifo nosso. Algumas tendências do capitalismo contemporâneo desafiam e criam obstáculos justamente à efetivação destas instituições e à própria mobilização dos concernidos. Nesse sentido, uma análise séria de tais tendências e de suas eventuais crises aparece como um ponto importante para a teoria social crítica.

527 Fraser parece acompanhar tal intuição, quando afirma num texto de conferência que : "Today, however, such verities lie in tatters. With the global financial system teetering, worldwide production and employment in freefall, and the looming prospect of a prolonged recession, *the economic aspect of capitalist crisis is impossible to ignore*. *But the same is true of the ecological aspect*, given global warming, worsening pollution, resource exhaustion, and

mostra-se necessário investigar mais detidamente e concretamente as dinâmicas efetivas dos principais movimentos sociais contemporâneos, inclusive os mais recentes. A articulação entre a dimensão sistêmica da crise e a dimensão social dos conflitos, objetivo perseguido tanto por Marx quanto por Habermas, permanece como um grande desafio teórico.

---

new forms of bio-commodification that penetrate nature's very core. *Then, too, the social dimension of crisis* is increasingly salient–witness the devastated neighborhoods, displaced families and war-and-diseased ravaged communities that crisscross our planet of slums. *Nor can one overlook the political dimension*: the crisis, first, of the modern territorial state; second, of the latter's would-be regional successors, above all the European Union; third, of US hegemony; and fourth, of the institutions of global governance–all of which lack the imagination to envision solutions and the will and capacity to implement them. Finally, there is the crisis of critique itself and the crisis of emancipation, as neither critical theorists nor emancipatory social movements have so far risen to the occasion. *A crisis of this sort, multidimensional and overdetermined, supplies the inescapable backdrop for every serious attempt at critical theorizing. Henceforth, such theorizing can no longer avoid the question of capitalist society.* Large-scale social theorizing, aimed at clarifying the nature and roots of crisis, as well as the prospects for an emancipatory resolution, should regain its central place in critical theory" (FRASER, N., "Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis", p. 1-2). Disponível em http://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/203/files/2012/02/Texte-Nancy-Fraser-anglais.doc. Acesso em 07/2012. Grifo nosso.

Bibliografia

(a) Bibliografia primária (obras de Habermas)

- *Student und Politik: Eine soziologische Untersuchung zum politischen Bewusstsein Frankfurter Studenten, 1961. Neuwied: Hermann Luchterhand Verlag.*

- *Technik und Wissenschaft als "Ideologie", (Et. Alli)*1968. Frankfurt: Suhrkamp. Tradução: Edições 70, traduzido por Artur Morão.

- "Die Scheinrevolution und ihre Kinder – Sechs Thesen über Taktik, Ziele und Situationsanalysen der oppositionellen Jugend". In: ABENDROTH, W. & NEGT, O. *Die Linke antwortet Jürgen Habermas*. Frankfurt: Europäische Verlansanstalt., 1968.

- *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*, 1973. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.

- *Theorie des kommunikativen Handelns* (Bd. 1: *Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung*; Bd. 2: *Zur Kritik der funktionalistischen Vernunft*), Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

- *Der philosophische Diskurs der Moderne*, Frankfurt: Suhrkamp, 1983

- *Die neue Unübersichtlichkeit. Kleine Politische Schriften V*, Frankfurt am Main, 1985.

- *Die nachholende Revolution. Kleine politische Schriften VII*, Frankfurt am Main ,1990.

- *O Discurso Filosófico da Modernidade,* Tradução: Luiz Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- "Entgegnung" *in* HONNETH, A & JOAS, H. (orgs). *Kommunikatives Handeln*: *Beiträge zu J. Habermas « Théorie des kommunikativen Handelns ». Erweiterte und aktualisierte Ausgabe,* Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2003, pp. 327-405.

(b) Bibliografia secundária

ADORNO. T. W. "Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?" *in Gesammelte Schriften Band 8: Soziologische Schriften I,* 2003. Frankfurt: Suhrkamp.

_____. "Réflexions sur la théorie des classes" *in Société: Intégration, Désintégration. Écrits Sociologiques,* 2011. Paris: Payot.

ALVES, G., "Ocupar Wall Street... e depois?" *in Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012

AMIN, S. “Au-delà de la mondialisation libérale: un monde meilleur ou pire?” in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?, Paris: PUF, 2006, pp. 102-126.

ARIENTI, W. L., “Uma análise regulacionista das reformas do Estado” in *Textos de Economia,* v.8, n.1, p.1-36.

ARNASON, J., “Die Moderne als Projekt und Spannungsfeld” *in* HONNETH, A & JOAS, H. (orgs). *Kommunikatives Handeln*: *Beiträge zu J. Habermas « Théorie des kommunikativen Handelns ». Erweiterte und aktualisierte Ausgabe,* Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2003, pp. 278-326.

ARRIGHI, G., *Adam Smith in Beijing,* Londres, Verso, 2007.

ARSENAULT, A. & CASTELLS, M., “CONQUERING THE MINDS, CONQUERING IRAQ: The social production of misinformation in the United States – a case study”. Information, Communication & Society, 2006, 9/3, p. 284-307.

BELLUZZO, L. G. M., “O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados” in Economia e Sociedade, Campinas, n. 4, 1997, p. 11-20.

BENHABIB, S. *Critique, Norm and Utopia*. New York: Columbia University Press, 1986

BERGER, J, “Die Versprachlichung des Sakralen und die Entsprachlichung der Ökonomie” *in* HONNETH, A & JOAS, H. (orgs). *Kommunikatives Handeln*: *Beiträge zu J. Habermas « Théorie des kommunikativen Handelns ». Erweiterte und aktualisierte Ausgabe,* Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2003, pp. 255-277.

BOLTANSKI L. & CHIAPELLO E., *Le Nouvel esprit du capitalisme,* Paris, Gallimard, 1999.

BROWN, W., “Neoliberalism and the End of Liberal Democracy” *in Edgework : Critical Essays on Knownledge and Politic.* Princeton : Princeton University Press, 2005, pp. 37-59

CARCANHOLO, R & SABADINI M. S , “Capital ficticio y ganancias ficticias”,. Herramienta (Buenos Aires), v. 37, p. 59-79, 2008 .

CARNEIRO, H., “Apresentação: Rebeliões e ocupações de 2011” *in Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012

CHASIN, A. *Selling Out: the gay & lesbian movement goes to market.* New York: St. Martins Press, 2000.

CHESNAIS, F., *La Mondialisation du capital* - Syros, Paris, 1994

_____. “Les contradictions et les antagonismes propres au capitalisme mondialisé”

in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?, Paris: PUF, 2006, pp. 71-85.

DUMÈNIL, G & LEVY, D, " Une théorie marxiste du néolibéralisme" in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?, Paris: PUF, 2006, pp. 24-38.

_____., "Néoliberalisme: Dépassement ou renouvellement d'un ordre social?" *in Actuel Marx n. 40: Fin du Néolibéralisme?*, Paris: PUF, 2006, pp. 86-101.

FISCHER-LESCANO, A., "A Teoria Crítica dos Sistemas da Escola de Frankfurt" *in Novos Estudos CEBRAP*, número 86, Março 2010. Tradução: Rurion Melo.

FONTES, V, "Marx , expropriações e capital monetário – notas para o estudo do imperialismo tardio" in Crítica Marxista (São Paulo), v. 26, p. 9-31, 2008 .

FRASER, N., "What's Critical about Critical Theory? The Case of Habermas and Gender" in *New German Critique*, No. 35, 1985, pp. 97-131.

_____., "Feminism, capitalism and the cunning of history" in *New Left Review* 56, 2009, pp. 97-117.

_____."Une réflexion pour l'ère postindustrielle ». Disponível em http://www.lemonde.fr/idees/article/2012/01/23/une-reflexion-pour-l-ere-postindustrielle_1632567_3232.html. Acesso em 05/2012.

_____., "Marketization, Social Protection, Emancipation: Toward a Neo-Polanyian Conception of Capitalist Crisis", p. 1-2). Texto apresentado em conferência dada em Paris, em fevereiro de 2012. Disponível em http://f.hypotheses.org/wp-content/blogs.dir/203/files/2012/02/Texte-Nancy-Fraser-anglais.doc. Acesso em 07/2012.

FOUCAULT, M. "The Art of Telling the Truth" *in* KELLY, M (org.) *Critique and Power: Recasting the Foucault/Habermas debate*, 1994. Cambridge: MIT Press.

_____., *Qu´est-ce que Les Lumières ?*, Paris. Bréal, 2004.

_____., *Naissance de la biopolitique*, Paris, Seuil/Gallimard, 2004.

GIDDENS, A. "Reason without Revolution? Habermas's *Theory of Communicative Action" in Social Theory and Modern Sociology*, Oxford: Polity Press, 1987.

HABER, S. *Habermas et la sociologie*. Paris: PUF, 1998.

_____., "Un espace public néocapitaliste ? Habermas, un demi-siècle après". *in Variations.* Disponível em http://variations.revues.org/204.

_____., "Analyser le néolibéralisme aujourd'hui" *in La Revue des Livres,* numéro 4. Disponível em http://www.revuedeslivres.fr/le-point-sur-analyser-le-neoliberalisme-

aujourd%E2%80%99hui-par-stephane-haber/

HARTMANN, M. & HONNETH, A. "Paradoxes of Capitalism" *in Constellations, Volume 13, N. 1*. Oxford: Blackwell, 2006, pp. 41-58.

HARVEY, D., *A Brief History of Neoliberalism*, New-York, Oxford University Press, 2005.

_____., "Ultra-capitalismo encontrou um adversário", disponível em http://www.outraspalavras.net/2012/04/04/david-harvey-o-ultra-capitalismo-encontrou-um-adversario/. Acesso em Julho/2012.

HEATH, J, « Legitimation crisis in the later work of Jurgen Habermas ». Disponível em http://homes.chass.utoronto.ca/~jheath/legitimation.pdf . Acesso em outubro/2011.

HONNETH, A., *Kritik der Macht: Reflexionsstufen einer kritischen Gesellschaftstheorie,* Frankfurt: Suhrkamp, 1986.

_____., "Teoria Crítica" *in* GIDDENS, TURNER (org.) *Teoria Social Hoje*, 1999. São Paulo: Editora da UNESP.

_____., "Capitalisme et réalisation de soin" *in La société du mépris*, Éditions La Découverte, Paris, 2006.

_____.,"Les pathologies du social. Tradition et actualité de la philosophie sociale" in *La société du mépris.* Éditions La Découverte*,* Paris, 2006.

_____., "Duas Perguntas para Axel Honneth" *in Revista Cult*, 2010, edição 136.

HORKHEIMER, M. *Théorie Traditionnelle et Théorie Critique*, Paris : Gallimard, 1996

ILLOUZ, E., *Les sentiments du capitalisme*. Paris: Seuil, 2006.

JOAS, H., "Die unglückliche Ehe von Hermeneutik und Funktionalismus" *in* HONNETH, A & JOAS, H. (orgs). *Kommunikatives Handeln*: *Beiträge zu J. Habermas « Théorie des kommunikativen Handelns ». Erweiterte und aktualisierte Ausgabe,* Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2003, pp. 144-176.

KEANE, J., *Public Life and late capitalism: Toward a socialist theory of democracy,* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KLEIN, N., *La Stratégie du choc,* Arles, Actes Sud, 2001.

LAVAL, C,. "Penser le néolibéralisme" in La Revue internationale des livres et des idées, n° 2 . Disponível em http://www.revuedeslivres.fr/penser-le-neoliberalisme-par-christian-laval/ .

LOCKWOOD, D. "Social Integration and System Integration" in *Solidarity and Schism:*

The problem of disorder in Durkheimian and Marxist Sociologies. Oxford University Press, 1992.

LÖWY, M., "Habermas e Weber" *in Critica Marxista* n. 9, 1999

MACCARTHY, T., *The Critical Theory of Jürgen Habermas,* MIT Press, 1981.

_____. "Komplexität und Demokratie – die Versuchungen der Systemtheorie" *in* HONNETH, A & JOAS, H. (orgs). *Kommunikatives Handeln*: *Beiträge zu J. Habermas « Théorie des kommunikativen Handelns ». Erweiterte und aktualisierte Ausgabe,* Frankfurt am Main: Suhrkamp. 2003, pp. 177-215.

MARX, K., *Le Capital,* Livre I, Paris: Quadrige/Puf, 1993.

MELO, R. S., "A crítica de Habermas ao paradigma "produtivista" como orientação emancipatória da esquerda" in *Cadernos de Filosofia Alemã*, nº 10 | P. 69 - 82 | JUL-DEZ 2007.

_____., *Sentidos da Emancipação: Para além da antinomia revolução versus reforma*, Tese de doutorado, 2009, USP.

_____., "Teoria crítica e os sentidos da emancipação" in *Caderno* CRH, v. 24, n. 62, Salvador, 2011 .

MOUZELIS, N., "Social and System Integration: Habermas' View" in *The British Journal of Sociology*, Volume: 43, 1992, pp. 267-288.

_____., "Social and System Integration: Lockwood, Habermas, Giddens" in *Sociology*, vol.31, no.1, fev. 1997.

NOBRE, M. *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno: A Ontologia do Estado Falso*, 1998. São Paulo: Iluminuras.

_____., *A Teoria Crítica*, 2004. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____., "Max Horkheimer: A teoria crítica entre o Nazismo e o Capitalismo Tardio" *in Curso Livre de Teoria Crítica*, 2008. Campinas: Papirus.

NOBRE, M., & WERLE, D., "Apresentação ao Dossiê Tolerância" *in Revista Novos Estudos*, n. 84, São Paulo: CEBRAP, 2009, pp. 5-12.

O'CONNOR, J. *The Fiscal Crisis of the State.* New York: St. Martin's Press, 1973.

OFFE, C., *Strukturprobleme des kapitalistischen Staates*, Frankfurt/M: Suhrkamp, 1972.

_____., "Spätkapitalismus – Versuch einer Begriffsbestimmung" *in* OFFE, C., (1972).

_____.,"Klassenherrschaft und politisches System. Zur Selektivität politischer Institutionen" *in* OFFE (1972).

_____.,"Tauschverhältnis und politische Steuerung. Zur Aktualität des Legitimationsproblems" *in* OFFE (1972).

_____., "The theory of capitalist state and the problem of policy formation". In: Lindberg L N, Alford R, Crouch C, O□e C (eds.) Stress and Contradiction in Modern Capitalism. Lexington Books, Lexington, 1975.

_____. "Ungovernability: the renaissance of conservative theories of crisis", *in* OFFE, C., *Contradictions of the Welfare State.* Edited and introduced by John Keane, Cambridge, MIT Press, 1984.

_____.,"Crises of crisis management", *in* OFFE, C., *Contradictions of the Welfare State.* Edited and introduced by John Keane, Cambridge, MIT Press, 1984.

PEDROSO, G.J.T., "Entre o Capitalismo de Estado e o Behemoth: O Instituto de Pesquisa Social e o fenômeno do fascismo", p. 12. Cadernos de Ética e Filosofia Política 15, 2/2009, pp. 151-179

PIKETTY, T. & SAEZ, E., "Income Inequality in the United States, 1913-1998." Quartely Journal of Economics 118 (Fevereiro 2003):1-39

PINZANI, A. *Habermas,* 2009. Porto Alegre: Artmed.

POLLOCK, F. "State Capitalism: Its Possibilities ans Limitations" *in* ARATO, A., *The Essential Frankfurt School Reader*, 1978, Oxford:Blackwell.

POSTONE, M. T*ime, Labor and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*, New York and Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RENAULT, E., "Du fordisme au post-fordisme : Dépassement ou retour de l'aliénation ?" , Actuel Marx, 2006/1 n° 39, pp. 89-105.

_____., S*ouffrances sociales*, Paris, La Découverte, 2008

REPA, L. "Jürgen Habermas e o modelo reconstrutivo de teoria crítica", in NOBRE, M., *Curso Livre de Teoria Crítica.* Campinas: Papirus, 2008.

_____. "Habermas clássico sai no Brasil" *in Revista Cult*, n.170, 2012. Disponível em http://revistacult.uol.com.br/home/2012/07/o-sistema-contra-a-vida/ . Acesso em Agosto de 2012.

RUGSTIKY, F., "Friedrich Pollock: Limites e Possibilidades" *in* NOBRE, M (org.) *Curso Livre de Teoria Crítica,* 2008. Campinas: Papirus.

SASSEN, S., *Territory, authority, rights : from medieval to global assemblages.* Updated Editon. Princeton e Oxford : Princeton University Press , 2008.

SOUZA, J., *Patologias da Modernidade: Um diálogo entre Habermas e Weber.* São Paulo: Annablume, 1997.

STIGLITZ, J., "Um Nobel de Economia explica *Occupy Wall Street*". Disponível em http://www.outraspalavras.net/2011/11/08/um-nobel-de-economia-explica-occupy-wall-street/. Acesso em julho/2012.

STREECK, W. "The Crises of Democratic Capitalism" *in New Left Review,* 71, 2011, pp. 5-29.

_____. "As crises do capitalismo democrático" in NOVOS ESTUDOS, Cebrap, 92, março 2012.

Task Force on Inequality and American Democracy - American Political Science Association. "American Democracy in an Age of Rising Inequality", 2004. Disponível em www.apsanet.org.

WALLERSTEIN, I., "Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World Economy" in *The capitalist world-economy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____.,"The rise and future demise of world capitalist system: concepts for comparative analysis" *in The Essential Wallerstein,* New Press , 2000.

_____., "The Modern World-System as a Capitalist World-Economy: Production, Surplus Value, and Polarization" in *World-S ystems Analysis: An Introduction.* Durham, North Carolina: Duke University Press, 2004.

_____., "A esquerda mundial após 2011". Disponível em http://www.outraspalavras.net/2012/01/03/a-esquerda-mundial-apos-2011/. Acesso Julho/2012.